

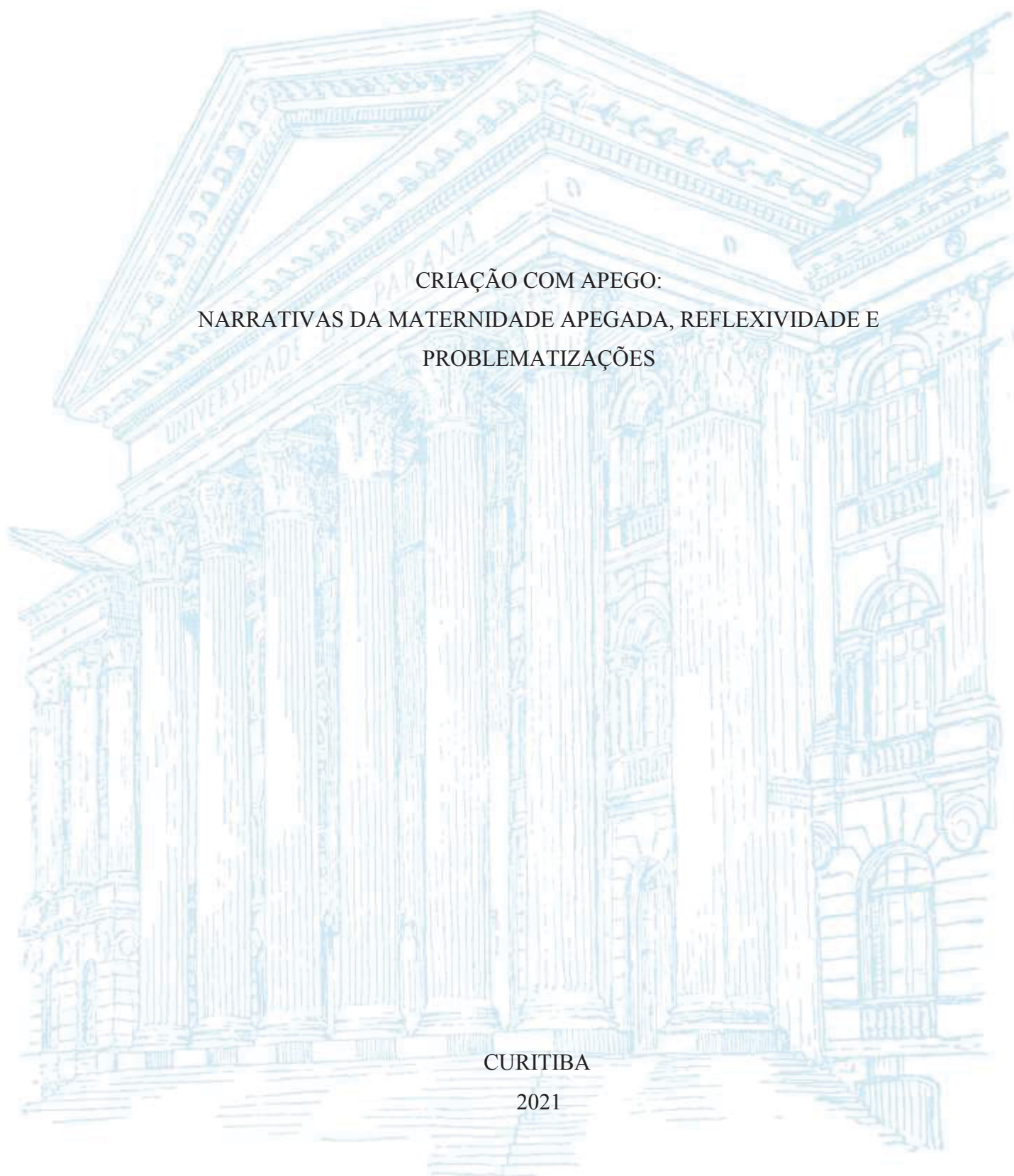
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAYNÁ KALINDI LIMPIAS VIEIRA DA ROCHA LEITE

criação com apego:
narrativas da maternidade apegada, reflexividade e
problematizações

CURITIBA

2021



TAYNÁ KALINDI LIMPIAS VIEIRA DA ROCHA LEITE

CRIAÇÃO COM APEGO: NARRATIVAS DA MATERNIDADE APEGADA,
REFLEXIVIDADE E PROBLEMATIZAÇÕES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Marlene Tamanini

CURITIBA

2021

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Leite, Tayná Kalindi Limpas Vieira da Rocha

Criação com apego : narrativas da maternidade apegada, reflexividade e problematizações. / Tayná Kalindi Limpas Vieira da Rocha Leite. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Profª. Drª. Marlene Tamanini

1. Mulheres - Aspectos sociais - Maternidade. 2. Maternidade – Comportamento. 3. Mães e filhos. 4. Comportamento de apego em crianças. I. Tamanini, Marlene, 1960-. II. Título.

CDD – 306.8743



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

ATA Nº17

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA

No dia nove de agosto de dois mil e vinte e um às 14:00 horas, na sala virtual , Sala virtual do zoomJoin Zoom Meeting<https://unwomen.zoom.us/j/93326038867?pwd=aUtxVIIeEpoclRlQXlLeldyRng3dz09>, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **TAYNA KALINDI LIMPIAS VIEIRA DA ROCHA LEITE**, intitulada: **CRIAÇÃO COM APEGO: NARRATIVAS DA MATERNIDADE APEGADA, REFLEXIVIDADE E PROBLEMATIZAÇÕES**, sob orientação da Profa. Dra. MARLENE TAMANINI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARLENE TAMANINI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ÍSIS DE JESUS GARCIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), THAYS ALMEIDA MONTICELLI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MARLENE TAMANINI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 09 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica

11/08/2021 17:17:51.0

MARLENE TAMANINI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/08/2021 15:53:14.0

ÍSIS DE JESUS GARCIA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

09/08/2021 17:49:02.0

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Rua General Carneiro, 460 - 9º Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 105582

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 105582



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **TAYNA KALINDI LIMPIAS VIEIRA DA ROCHA LEITE** intitulada: **CRIAÇÃO COM APEGO: NARRATIVAS DA MATERNIDADE APEGADA, REFLEXIVIDADE E PROBLEMATIZAÇÕES**, sob orientação da Profa. Dra. MARLENE TAMANINI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica

11/08/2021 17:17:51.0

MARLENE TAMANINI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/08/2021 15:53:14.0

ÍSIS DE JESUS GARCIA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

09/08/2021 17:49:02.0

THAYS ALMEIDA MONTICELLI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 105582

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 105582

Para todas as mães que foram abandonadas pela sociedade em 2020 e 2021. Em especial para as mães pesquisadoras e cientistas que conduziram os mais importantes projetos para a sociedade durante este período e com quem sempre pudemos contar, apesar de tudo.

A quem perdeu amores, a quem perdeu a saúde, a vida e a esperança, mas não a coragem, todo meu amor!

AGRADECIMENTOS

A primeira vez que pisei em uma sala na Universidade Federal do Paraná para estudar, foi no primeiro semestre de 2015, para cursar uma disciplina isolada da graduação. Foi na disciplina de Cultura, Comunicação e Sociedade que me encantei pelo gênero, me encantei pela Sociologia e descobri uma nova paixão. O sonho do mestrado foi postergado em 2015 quando me deparei com o edital e minha absoluta inaptidão teórica. Em 2018 voltei para uma segunda disciplina, desta vez em Gênero e Cultura, em que tive o privilégio de aprender com as professoras Marlene Tamanini, Ana Paula Vosne Martins, Amelia Correia e Joyce Muzi. Esta última que me provocou a tentar o mestrado naquele ano, mesmo que eu ainda não me sentisse pronta. Professora Joyce merece, certamente, meu primeiro agradecimento!

Por muitas razões, o processo seletivo foi árduo. Em uma área nova, com muitas lacunas de conhecimento, me vi estudando horas e horas, noites a fio, Marx, Durkheim, Giddens e tantos outros autores que eu conhecia apenas recreativamente. Já ali foram muitas as mãos que me ampararam, as mesmas mãos que subscrevem, de certa forma este trabalho.

A verdade é que esta pesquisa contou com muitas mãos segurando as minhas para chegar até o final. Às vezes, literalmente, no colo.

Algumas delas forma visíveis e precisas, como é o caso da generosa orientação da Professora Marlene Tamanini, que me acolheu, orientou e guiou no Programa Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSocio).

Outras, não tão visíveis, mas absolutamente essenciais, me conduziram a lugares que eu nem imaginava. Refiro-me, especialmente, às colegas do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) do PPGSocio, cujas trocas, conversas e escutas tanto aportaram para minhas reflexões; ao amigo Henrique cujos áudios e notas ao meu texto foram colo e aconchego e cujo acolhimento foi determinante em todas as fases; à querida Sabrina, pela sua revisão primorosa e dedicada, um agradecimento mais do que especial; à querida amiga Aline, cujas sinergias e palavras de incentivo foram balsamo; às amigas de outras universidades e campos de pesquisa, que se fizeram disponíveis para compartilhamentos e desabafos (que por vezes resumiam-se a troca de figurinhas e memes para aliviar a tensão), Julia, Juliana, Victor e Renata.

Sou grata também às minhas colegas e chefas em ONU Mulheres, que me deram compreensão, flexibilidade e encorajamento: Adriana, Claudia, Esther, Teresa, Ana Carol, Daniele, Vanessa, Luisa, Mariana e a toda a equipe que direta e indiretamente esteve comigo nesse processo. Vocês nem imaginam o quanto foram essenciais neste processo! Eu certamente não teria chegado até aqui sem vocês!

Agradeço, também, à minha família. Vocês foram minha rede de apoio, meu chão e meus afetos mais essenciais. Se não fosse por vocês, nada disso seria possível. Às vovós presentes e disponíveis para tantos finais de semana que passei ausente. Ao melhor companheiro de vida e de lutas que eu poderia ter, Rodrigo, pela parceria e compreensão com este “sonho maluco” de vida acadêmica depois de tanto tempo. Amo que a nossa família espelha um pouco do que desejo para o mundo: cuidado democrático e individualidade, mas sempre pensando no coletivo!

Ao filho maravilhoso que tenho o privilégio de cuidar e amar, cuidando também de mim. Tão paciente e compreensivo, mesmo quando sua cabecinha ainda não entende exatamente o porquê preciso “trabalhar tanto” e que me sugere “pelo menos descansar a vista das telas um pouquinho para recomeçar”. Te amo, não por instinto ou por obrigação moral, mas pela relação linda que construído, dia-a-dia. Esta pesquisa e boa parte do meu trabalho só existem porque ser sua mãe me abriu tantas indagações!

Por fim, agradeço a todas as mulheres que cruzaram meus caminhos nos mundos e submundos da maternidade. As trocas, desabafos, reflexões e provocações que foram essenciais para seguir instigada. Principalmente, agradeço às mães entrevistadas que compartilharam seu tempo e suas angústias comigo. Que se dispuseram a refletir sobre suas práticas maternas e que seguem refletindo sobre elas em busca de um mundo melhor.

RESUMO

Esta pesquisa analisa, através de uma perspectiva epistemológica feminista, os discursos e narrativas imbricados no modelo de cuidado conhecido como criação com apego. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para exame de nove entrevistas com mães adeptas da criação com apego. Além de olhar para as concepções e experiências narradas pelas entrevistadas, é dada atenção à significação que sustenta tal experiência de cuidar, e como é sua vinculação com a comum essencialização da maternidade, a partir dos debates feministas sobre maternidade. Neste texto interessa o reconhecimento do lugar reflexivo e da agência das entrevistadas para o seu engajamento ou não, com a criação com apego. Ainda que os discursos da criação com apego se anunciem como um caminho moral e ético que procura integrar as necessidades da criança as dos demais membros da família e da sociedade, os achados desta pesquisa indicam que este modelo de cuidar está fundado em uma construção teórica e discursiva essencializada, na qual as práticas do dia a dia continuam sendo feminizadas, constituindo alicerce para argumentos conservadores e antifeministas.

Palavras-chave: Maternidade; Criação com Apego; Cuidado.

ABSTRACT

This research analyzes, through a feminist epistemological perspective, the discourses and narratives imbricated in the care model known as attachment parenting. The technique of content analysis was used to examine nine interviews with mothers who adopt attachment parenting principles. In addition to looking at the concepts and experiences narrated by these women, attention is given to the meanings that sustain such experiences of caring, and how they are linked to the common essentialization of motherhood, based on feminist debates on motherhood. This text is interested in recognizing the reflectiveness involved and agency of the interviewees for their engagement or not, with attachment parenting. Although the discourses of attachment parenting are announced as a moral and ethical path that seeks to integrate the needs of the child with those of other members of the family and society, the findings of this research indicate that this model of care is based on a theoretical and essentialized discursiveness, in which day-today practices continue to be feminized, constituting the foundation for conservative and anti-feminist arguments.

Keywords: Motherhood; Attachment Parenting; Care.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM SOBRE NUTRIÇÃO DE BEBÊS E AMAMENTAÇÃO PROLONGADA	52
FIGURA 2 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM SOBRE TOQUE E ESTÍMULO CORPORAL E ESTAR PERTO DO CORPO DOS PAIS	53
FIGURA 3 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM SOBRE PORQUÊ O CASTIGO NÃO FUNCIONA	53
FIGURA 4 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM QUESTIONANDO QUE NÃO BASTA TER DOUTORADO OU PÓS-DOUTORADO PARA ENTENDER DE CRIANÇAS.....	54
FIGURA 5 – CAPTURA DE TELA TABELA 1 CÉSAR, OLIVERIA E FONTAINE.....	55
FIGURA 6 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM ALEGANDO QUE AMAMENTAR É UM ATO ECOLÓGICO, UMA SALVAÇÃO E O PONTO DE PARTIDA E DE ENCONTRO COM O SEU EU. É NOS DESPOJARMOS DE CULTURA E NOS SACIARMOS COM A NATUREZA	139
FIGURA 7 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM AFIRMANDO QUE BEBÊS DEVEM DORMIR ATÉ OS 3 ANOS COM A MÃE, SEGUNDO ESPECIALISTA.....	141
FIGURA 8 – MULHERES CARREGANDO CRIANÇAS EM SLINGS NA AVENIDA PAULISTA EM MANIFESTAÇÃO CONTRA O EX-PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA E O PROJETO DE LEI QUE PRETENDIA LIMITAR O DIREITO AO ABORTO LEGAL.....	188

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – HASHTAGS RELACIONADAS À CRIAÇÃO COM APEGO	46
QUADRO 2 – PROFISSIONAIS DA REDE AMPARO	51
QUADRO 3 – COMO ENTROU EM CONTATO COM A CRIAÇÃO COM APEGO.....	136
QUADRO 4 – LISTA DE REFERÊNCIA CITADAS E SEU POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO FEMINISMO.....	187
QUADRO 5 – DIMENSÕES DO CUIDADO PARA TRONTO	215

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RAÇA QUESTIONÁRIO CADASTRO	68
GRÁFICO 2 – RENDA FAMILIAR QUESTIONÁRIO CADASTRO	69
GRÁFICO 3 – RAÇA MÃES ENTREVISTADAS	71
GRÁFICO 4 – RAÇA COMPARATIVO	72
GRÁFICO 5 – RENDA FAMILIAR MÃES ENTREVISTADAS	72
GRÁFICO 6 – RENDA FAMILIAR COMPARATIVO	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API – ATTACHMENT PARENTING INTERNATIONAL

CSW–COMISSÃO DE CONDIÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DO MULHER

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

OPAS – ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE

PACS–PACTO CIVIL DE SOLIDARIEDADE

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

SINASC – SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE NASCIDOS VIVOS

SOF–SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

UNESCO–ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

VABC – VAGINAL BIRTH AFTER CESARIAN

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 DE MILITANTE MATERNA À ACADEMICA: CONTEXTO, METODOLOGIA E POSICIONALIDADES	31
1.1 CONTEXTO	31
1.2 POSICIONALIDADES	35
1.3 CRIAÇÃO COM APEGO E AS REDES SOCIAIS: NOVAS AUTORIDADES PARA VELHOS SABERES	44
1.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	59
1.4.1 Localizando o saber e o fazer: diálogos epistemológicos e o processo de estranhamento	64
1.5 A ENTRADA NO CAMPO	68
1.6 AS MÃES	70
2 CRIAÇÃO COM APEGO: GESTAR, PARIR, AMAR OU CUIDAR?	83
2.1 MATERNIDADE(S) EM DISPUTA: UMA REVISÃO FEMINISTA DA LITERATURA	83
2.2 MATERNIDADE, REFLEXIVIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: O MITO DO AMOR MATERNO	94
2.2.2 Nova domesticidade ou maternidade feminista?	107
2.3 A INVENÇÃO DA CRIANÇA E A FAMÍLIA NUCLEAR HETERONORMATIVA COMO <i>LOCUS</i> DA REGULAÇÃO DO AFETO	113
3 ESSENCIALIZAÇÃO, NÃO VIOLÊNCIA, MASCULINIDADES, FEMINISMO E CUIDADO: DIMENSÕES DE ANÁLISE E REDES DE TENSIONAMENTO DA CRIAÇÃO COM APEGO	133
3.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: <i>O MOMENTO ESTOMACAL</i>	133
3.2 A ESSENCIALIZAÇÃO DO CUIDADO	136
3.3 A NÃO VIOLÊNCIA COMO PRÁTICA INDIVIDUAL E A CRIANÇA COMO <i>DEVIR</i>	158

3.4 NOVAS – POSSÍVEIS – MASCULINIDADES E A “MULHER EDUCADORA” ..	171
3.5 CRIAÇÃO COM APEGO E FEMINISMO(S): PONTES E TENSÕES	184
4 “THERE’S NO SUCH THING AS A BABY (OR A MOTHER)”: A PERFORMANCE DA MATERNIDADE.....	196
4.1 INTERPELAÇÃO, RECONHECIMENTO E INTELIGIBILIDADE.....	197
4.2 TECENDO REDES DE AFETO POLÍTICAS: O DESAPEGO EM DIREÇÃO À DEMOCRACIA DO CUIDADO, OU, REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS POLÍTICAS EMANCIPADORAS.....	208
5 CONCLUSÕES, PROVOCAÇÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS	223
REFERÊNCIAS	229
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS.....	251
APÊNDICE 2 – COMENTÁRIOS EXEMPLIFICATIVOS SOBRE AMAMENTAÇÃO NAS REDES SOCIAIS	253

Até nossa capacidade de agir está historicamente condicionada e estruturada (não determinada!). Sinto que ainda não alcançamos um conceito do universal que realmente inclua todas as populações que, com direito, desejam ser representadas dentro de seus termos. A conquista talvez seja impossível, mas é um ideal em direção ao qual lutamos. E essa luta é histórica.
Judith Butler

INTRODUÇÃO

Como feminista, alguém que tentou engravidar por dois anos e mãe de uma criança de quase cinco tenho pesquisado informalmente os temas relacionados ao cuidado materno há pelo menos sete anos. Estes aprendizados, somados à minha experiência profissional com mães em transição de carreira e à militância feminista me trouxeram muitas perguntas sobre os diversos modelos e discursos relativos ao cuidar.

Me deparei pela primeira vez com o termo “criação com apego”¹ em 2013 quando assisti ao documentário “O Renascimento do Parto”, por indicação de uma amiga que havia acabado de ter sua segunda filha por meio de um parto normal hospitalar em um processo conhecido como VABC². O documentário em questão denuncia o aumento de cesarianas no Brasil e a perda de autonomia de parturientes sobre os processos relacionados ao parir. A obra aborda o cenário brasileiro em relação aos modos de se trazerem bebês ao mundo, tanto na perspectiva das parturientes como de quem nasce. A trama central do filme é a apresentação de dados e razões prováveis para o que se considera uma epidemia de cesáreas eletivas. Até então, eu nunca havia parado para pensar sobre como as pessoas nascem, talvez por achar que o parto normal³ era a regra, talvez por ter ouvido minha mãe falar sobre os seus próprios partos com bastante naturalidade, talvez porque eu não pensava muito sobre maternidade e nem sabia se um dia iria ser mãe.

O documentário conta com depoimentos de celebridades, como o ator Marcio Garcia e sua esposa Andrea Santa Rosa, profissionais da saúde, ligados, sobretudo, à enfermagem e à medicina, além de doulas e parteiras tradicionais. Estas eram figuras bastante conhecidas do mundo da humanização do parto, mas, naquele momento, totalmente novas para mim. Fiquei impressionada com os dados apresentados a respeito dos modelos de nascimento brasileiros,

¹ Teoria difundida pelo pediatra William Sears e baseada nos princípios da teoria do apego do psicanalista John Bowlby da psicologia do desenvolvimento (API, 2019) que fundamentam os oito princípios deste estilo de criação que vão desde a gestação, parto, amamentação, passando por alimentação e educação.

² Sigla usada para referir-se a um Parto Vaginal Após Cesariana (no inglês Vaginal Birth After Cesarian), frequentemente procurada por mulheres que descobrem terem sido enganadas por seus médicos na primeira gestação quanto à necessidade de uma cesariana e sua impossibilidade de parir pela via vaginal. Comumente às militantes dos direitos da gestante e parturiente se referem a esta primeira (ou segunda) cesariana como “desnecesária”.

³ A disputa narrativa em torno dos termos atribuídos aos diversos processos que envolvem a expulsão da criança são relevantes e merecedoras de debates próprios. A discussão sobre poder chamar a cesárea de parto (por ela ser, uma cirurgia, ou de usar o termo vaginal ao invés de normal ou natural, não são debates menores, mas também não cabem neste trabalho. Para os fins a que me proponho nesta dissertação, chamarei de parto vaginal ou normal (como sinônimos) e cesárea ou parto via cesárea (também intercambiavelmente). Pessoalmente, mais ainda após essa pesquisa, não aprecio o uso da expressão “parto natural” como sinônimo daquele que não sofre “intervenções” médicas. Disputo o termo natural e a naturalização de um processo que, como todos na nossa vida, é também e principalmente, cultural.

especialmente, comparando-os aos de países europeus. Não tinha ideia, por exemplo, de que o índice de cesarianas no Brasil chegava a surpreendentes 89% em hospitais particulares ou atendimentos pelo plano de saúde e a quase 50% no Sistema Único de Saúde (SUS). Muito menos sabia que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (OMS, 2018) era de 15% e que taxas superiores não contribuem para a diminuição da taxa de mortalidade materna, perinatal⁴ ou neonatal. O documentário aponta e acusa a infantilização feminina e a medicalização do parto como os principais instrumentos de controle para adequar este processo fisiológico às regras de uma sociedade pautada na produtividade, controle e lucro.

O que mais chamou minha atenção, no entanto, foram os argumentos relacionados ao que o documentário chama de “coquetel do amor”: elementos químicos liberados apenas em condições específicas de trabalho de parto e que raramente ocorrem na cesariana agendada ou mesmo no parto normal, nas condições medicalizadas atuais da obstetrícia. É chamada de “coquetel do amor” a combinação de hormônios, liderados pela ocitocina, que contribuiriam não apenas para uma melhor recuperação do corpo e o estabelecimento do vínculo com o bebê, mas para coisas tão profundas quanto o sucesso da amamentação, a saúde imunológica do bebê, e, mais ainda, para a própria formação da personalidade e da capacidade de amar daquela criança que está nascendo.

Foi assistindo ao Renascimento do Parto que eu ouvi pela primeira vez a frase: “para mudar o mundo, é preciso primeiro mudar a forma de nascer” do obstetra francês Michel Odent, considerado uma das principais referências do parto natural⁵. A grande preocupação de Odent e dos demais obstetras que aparecem no documentário está justamente no futuro (ou na ausência dele) de uma civilização nascida sem aquilo que ele cunha de “coquetel de hormônios do amor”. A responsabilidade pareceu-me grande e pesada para uma futura mãe. Em retrospectiva, considero que foi neste momento que a semente da inquietação foi plantada para esta pesquisa, ainda que só tenha germinado alguns anos depois, após o contato com outras referências e, mais especificamente, com os estudos de gênero. Passei, pois, a me dedicar cada vez mais a este assunto, assim como aos da maternidade e criação, temas sobre os quais me debrucei logo após o meu primeiro contato com este universo da humanização do parto, em 2013.

“Quando você dá atenção ao começo da história, ela pode mudar por inteiro” (O COMEÇO DA VIDA, 2016). Esta é a máxima que rege os grupos de criação com apego, cada

⁴ O período perinatal compreende um intervalo que começa por volta da 20ª semana de vida intrauterina e se estende até o 28º dia pós-neonatal.

⁵ Para quem mais do que “humanizar”, é preciso “mamiferizar” o nascer.

qual com dezenas de milhares de pessoas, quase que exclusivamente mulheres⁶, buscando informações, compartilhando experiências e angústias sobre a maternidade. Nestes grupos mulheres relatam as dificuldades em aplicar todos os princípios deste modelo ou alguns deles como, por exemplo, a dificuldade em dividir a cama e o quarto com seus filhos todas as noites, de amamentar sempre que eles pedirem e por quanto tempo eles desejarem, exercerem limites disciplinares sem o uso de violência ou de sistemas de castigo e recompensa, dentre outros.

O conjunto de práticas e princípios que chamo de criação com apego neste trabalho é, na verdade, o “termo dado a um conjunto de ferramentas que ajudam os pais a criar vínculos com seus filhos, através do atendimento consistente e amoroso das necessidades do bebê” (QUEIROZ, 2014, s/p), e que, não necessariamente, correspondem *ipsis litteris* à tradução do *attachment parenting*, criado pelo pediatra norte-americano William Sears e que se tornou mais conhecido com a publicação, em 1991, do seu livro intitulado *The Baby Book* (SEARS, 2013).

Neste conjunto de práticas, encontramos algumas diretamente vinculadas aos 7 princípios preconizados por Sears (2013), isto é: (i) conectar-se ao bebê desde o nascimento; (ii) acreditar no choro do bebê; (iii) amamentar; (iv) carregar o bebê junto ao corpo; (v) *co-sleeping* (que engloba tanto a cama quanto o quarto compartilhado); (vi) equilibrar e administrar as necessidades da mãe e as do bebê; e (vii) cautela com treinos para bebês.

Já a Attachment Parenting International (API) (2019), em texto traduzido por Thiago Queiroz, ele mesmo representante brasileiro da associação no Brasil, aponta a existência de 8 princípios: (i) preparar-se para a gestação, nascimento e criação; (ii) alimentar com amor e respeito; (iii) responder com sensibilidade; (iv) usar o contato afetivo; (v) garantir um sono seguro física e emocionalmente; (vi) promover contato consistente e amoroso; (vii) praticar a disciplina positiva; (viii) manter o equilíbrio entre a vida pessoal e familiar.

Neste terreno da criação com apego surgem influenciadoras digitais⁷, algumas com livros *best-sellers* publicados, e todas com centenas de milhares de visualizações em seus vídeos

⁶ Cabe precisar que, a quantidade de homens e pais interessados nos temas relacionados à parentalidade, paternidade ativa e modelos não violentos de criação, cresceu (e continua a crescer) exponencialmente desde que iniciei minha jornada neste Universo. Há poucas pesquisas no campo, mas a recente publicação do relatório Pais na Pandemia (2020), aponta que os homens têm cada vez mais se unido em grupos de apoio e reflexão sobre o tema. O número de perfis de influenciadores pais cresceu muito também sendo que, na época a que me refiro neste parágrafo havia apenas um e hoje temos dezenas deles compartilhando experiências sobre paternagem nas redes sociais. Ainda assim, a presença masculina, nas redes e fora delas, corresponde a menos de 10% à feminina e a própria amostra de respondentes ao questionário para esta pesquisa, que descrevo no Capítulo 1 é um bom indicio disto.

⁷ Neste trabalho farei uso do feminino sempre que me referir ao coletivo. Assim como para Mosckhovich (2020, p. 114), trata-se de “uma decisão tanto política quanto epistemológica [...] derivada da compreensão de que no gênero como o vivemos, em nossa sociedade, o masculino é a posição, a norma, e aquilo que nega essa norma, a antítese, o impossível de captar, é denotado pelo feminino” também porque, embora alguns dos representantes e

e publicações. Nessas produções elas ensinam os princípios da criação com apego, técnicas de disciplina positiva, a importância do uso do *sling* ou *baby-wearing*⁸, entre outras. Os materiais destacam, sobretudo, a importância da aplicação deste modelo para o desenvolvimento saudável das crianças⁹.

Segundo a API¹⁰: “estudos revelam que bebês nascem com fortes necessidades de ser alimentados e de permanecer fisicamente próximos ao cuidador principal, geralmente a mãe, durante os primeiros anos de vida” (API, 2019, s/p). Com efeito, os 8 pilares da criação com apego estão, de fato, pautados em estudos (FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA PRIMEIRA INFÂNCIA, 2016) que problematizam a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento saudável do ser humano. Em grande medida, esses estudos remontam, em suas origens, aos anos 1950 quando o médico psiquiatra John Bowlby¹¹ desenvolveu, a pedido da OMS, o estudo sobre cuidados maternos e saúde mental em que conclui que “o cuidado adequado de crianças privadas de uma vida familiar normal pode agora ser visto como não apenas um ato de humanidade comum, mas como essencial para o bem-estar mental e social de uma comunidade” (BOWLBY, 1952, p. 157).

Bowlby formulou a teoria do apego pouco antes de receber o convite da OMS, isto é, em 1949, e ao longo de sua vida argumentou sobre a importância do vínculo para bebês e crianças. Assim, Bowlby tornou-se o primeiro de inúmeros profissionais que seguiriam a teoria que fundamenta o modelo de criação objeto desta pesquisa.

Queiroz (2016, s/p) frisa, com frequência, em seu blog Paizinho Vírgula e em seu Canal no Youtube de mesmo nome, que não existem regras para criar com apego ou “um livro que você precise decorar, com diversos passos que você precisa seguir para ser considerada uma mãe ou pai que cria seu filho com apego”. O importante, para ele e todas as influenciadoras do tema, é que “você conheça todos esses princípios. Entenda para que eles servem, sobre o

teóricos mais famosos e reconhecidos do universo pesquisado—da maternidade e da Criação com Apego—sejam homens, ele é habitado majoritariamente por mulheres.

⁸ O *babywearing* é um dos pilares da criação com apego e refere-se às diversas formas de transportar o bebê junto ao corpo, que foram entrando em desuso com o avanço da industrialização, mas voltou a ganhar adeptas e adeptos nos últimos anos, paralelamente – e mais fortemente – com a criação com apego. *Sling* é o nome genérico dado a diversos carregadores de pano que podem ser de argola, mochilas de pano ou mesmo panos sem costuras, nos mais diversos tecidos e fibras para amarrações que se tornaram uma verdadeira “arte de amarrar”, engajando em desafios de amarração e técnicas as mais variadas, além de grupos específicos para este tema e consultorias específicas de vendedoras de pano que também ensinam as pessoas a utilizarem os mesmos.

⁹ A título exemplificativo, o post de 01 de abr. 2019 no Instagram da página Canto Maternar, com 194 mil seguidores (último post antes de fechar este projeto) que ensinava 4 estratégias para lidar de maneira respeitosa com birras, em menos de 20 horas, contava com quase 9 mil curtidas e mais de 600 comentários.

¹⁰ Criação com Apego Internacional – tradução livre

¹¹ Edward John Mostyn Bowlby (Londres, 26 de fevereiro de 1907 — Ilha de Skye, 2 de setembro de 1990) foi um psicólogo, psiquiatra e psicanalista britânico, notável por seu interesse no desenvolvimento infantil e por seu trabalho pioneiro na teoria do apego.

que dizem e, então, você poderá decidir o que mais se aplica na sua vida e na vida da sua família”.

O vínculo, para elas e eles, está na base de tudo e, afinal de contas, quem é que não é favorável à formação de um bom vínculo com suas filhas?

Pouco mais de 3 anos depois do meu primeiro contato com este universo, estando eu mesma próxima do nascimento do meu primeiro filho, assisti ao documentário “O Começo da Vida (2016)”, já familiarizada com as principais influenciadoras, profissionais de diversas áreas e até mesmo leigas desta comunidade que se consideram adeptas da criação com apego — ainda que jamais tenha me encaixado totalmente neste ambiente. O meu aprofundamento nos estudos feministas e de relações de gênero, ao contrário, fez surgir cada vez mais a necessidade de produzir conhecimento sobre as experiências e narrativas destas maternidades. Comecei a perguntar-me se este modelo de cuidado teria potencial para alterar as velhas dinâmicas dos processos de essencialização da maternidade e se sua constituição reconhecia as interdependências necessárias à construção da democracia, abarcando a premissa de que todas precisamos ser cuidadas — incluindo as mães. Fundar toda uma vida no cuidado ao nascer e na criação me parecia, já então, um tanto reducionista e violento, sendo eu mesma fruto de uma história de infância bastante disfuncional. A indagação, então, passa a ser: sobre quem recai toda a carga do refletir e, sobretudo, do fazer na criação com apego?

Passou, então, a me intrigar sobre como, ao mesmo tempo em que se coloca como um movimento contra o sistema, os discursos que fundamentam estes estilos de vida buscam a validação da Medicina, da Psicologia e da Biologia. Nestes grupos, os profissionais mais citados, além de Odent, são o também médico pediatra espanhol Carlos Gonzales¹² e a psicopedagoga argentina Laura Gutman¹³, esta última aluna do próprio Odent. Além deles, uma série de influenciadoras digitais, que são também citadas nas falas das entrevistadas desta pesquisa acionam, o tempo todo, a medicina baseada em evidências. A criação com apego e as

¹² O Dr. Carlos González é licenciado em Medicina pela Universidade Autônoma de Barcelona e formou-se como pediatra no Hospital de Sant Joan de Déu, na mesma cidade. É fundador e presidente da Associação Catalana Pro Lactancia Materna e ministra vários cursos sobre amamentação dirigidos a profissionais de saúde. É autor de diversos livros de puericultura e pedagogia, todos eles grandes *best-sellers*, dentre os quais destacam-se “Besame Mucho: como criar seu filho com amor” e “Por que meu filho não come?” ambos publicados no Brasil pela Editora Timo e aos quais faremos referência no Capítulo 3.

¹³ Laura Gutman, tem graduação em Paris, em Psicopedagogia Clínica e mais tarde especializou-se em temas de família. De orientação junguiana, formou-se com a renomada psicanalista Francoise Dolto e tem *best-sellers* como “A Maternidade e o encontro com a própria sombra”, “Mulheres visíveis, mães invisíveis” publicadas no Brasil pela editora BestSeller e “O poder do discurso materno: introdução à metodologia de construção da biografia humana”, publicada pela Editora Ágora.

pesquisas e argumentos em prol deste movimento também surgem com cada vez mais força em perfis que se identificam com o chamado “feminismo materno”¹⁴.

O “feminismo materno” é um tipo de ativismo – frequentemente virtual - feminista que coloca as questões relacionadas à maternidade ao centro, tanto do debate quanto do fazer político. Muitas vezes identificado com o feminismo radical, ele parte do conceito da maternidade compulsória como premissa para denunciar o que chama de patriarcado e entende-se como um sistema de valores universal em que homens dominam mulheres. O próprio “patriarcado” é, também, uma categoria acionada na fala das mães entrevistadas, ainda que de forma bastante abstrata.

Certamente, as temáticas do feminismo materno são variadas e de espectro amplo. Elas giram em torno dos debates sobre maternidade compulsória, maior representatividade de mães na política e nos espaços de poder institucional, a chamada “penalidade materna” no mercado de trabalho, o “sagrado feminino”¹⁵ e o ativismo pela humanização do parto. É neste último que muitas mulheres costumam se aproximar dos discursos da criação com apego.

Uma das páginas mais conhecidas, a Militância Materna, com 43,2 mil seguidoras no Instagram afirma em seu blog no Medium:

Mulheres são induzidas o tempo inteiro a acreditar que estão realmente no controle de suas próprias vidas. Naturalizam toda pressão e toda a opressão que sofrem desde o nascimento. Vivem tão completamente submergidas num estado de permanente coação que sequer conhecem ou reconhecem uma situação em que possam realizar escolhas legítimas sobre si mesma. E essa falácia liberal da escolha é importante para manter mulheres permanentemente culpadas por tudo que acontece em suas vidas e para que não reconheçam quem é o verdadeiro responsável: o sistema machista e patriarcal em que estamos inseridas. (SANTOS, 2019, s/p.).

¹⁴ É importante, desde já, não confundir o que chamo aqui de “feminismo materno” com o “feminismo matricêntrico”, cuja principal expoente, a Prof. Andrea O’Reilly vem desenvolvendo em profundo e interessante diálogo com os estudos e as epistemologias feministas. Andrea O’Reilly defende a criação de um ativismo e de uma teoria sobre maternidade colocando-a ao centro. Para ela, o feminismo invisibiliza as pautas das mães, mas apesar de o feminismo matricêntrico ter uma perspectiva matrifocal e insistir que a maternagem importa, seu objetivo não é o de promover “um argumento ou agenda maternalista”. Ainda que o feminismo matricêntrico não seja a proposta teórica e prática que defendo neste trabalho, ele se torna cada vez mais relevante para a disputa teórica e política do Feminismo Radical e dos movimentos feministas que se aproximam do Sagrado Feminino, mas que não poderão ser explorados neste trabalho e algumas das publicações de O’Reilly foram importantes para a construção teórica a que me proponho. Mais sobre o feminismo acionado pelas mães entrevistadas para este trabalho e para a análise destas tensões, será abordado e refletido ao longo do trabalho, em especial na categoria de análise própria para isto.

¹⁵ Conjunto de movimentos espiritualistas descentralizados, organizado por mulheres que cultuam diversas formas de sagrado feminino, muitas vezes inspiradas em achados arqueológicos e na obra de estudiosos que construíram uma imagem mítica de um suposto matriarcado pré-histórico em que as mulheres seriam as grandes sacerdotisas, reverenciadas e sacralizadas pela sua capacidade de amamentar e gerar vida. As diversas estatuetas do Paleolítico chamadas Vênus, que mostram mulheres de seios e ventres fartos, foram tomadas como evidências deste suposto matriarcado pré-histórico. Intimamente ligado aos feminismos de segunda onda, uma parte importante deste movimento busca a reconstrução da positividade do feminino, a partir de sinais diacríticos apoiados na experiência corporal da mulher, tais como a capacidade de engravidar, menstruar e amamentar (CORDOVIL, 2016).

Acompanhando de perto, especialmente nas redes sociais¹⁶, um número cada vez maior de mulheres vem produzindo discursos sobre novas formas de se educar uma criança. Ao mesmo tempo que aparentam querer romper com modelos tradicionais considerados abusivos e traumáticos, produzem um sentimento de culpa quando falham na missão. Parto natural, amamentação prolongada por dois anos ou mais, fralda de pano, disciplinar sem uso de castigos (físicos ou não) ou recompensas, brincar livre, sem telas e sem consumismo é um conjunto não exaustivo de práticas que, a meu ver, sobrecarrega ainda mais mulheres. Tudo isso relatado reiteradamente em “desabafos” das participantes dos mencionados grupos, das minhas antigas clientes na mentoria de carreira, das rodas de conversa sobre maternidade que conduzi e das quais participei como ouvinte. Eu estava rodeada de mulheres exaustas e culpadas, mas, ainda assim, reprodutoras de discursos que pareciam oprimi-las.

Enquanto mulher, mãe, adepta de parte representativa das práticas denominadas de criação com apego, feminista e, agora também mestranda no Programa de Pós-Graduação da Sociologia em uma Universidade Federal, passei a me inquietar com o tema: afinal, quem ganha com os discursos produzidos por defensores e adeptos deste novo modelo de cuidado?

São narrativas colocadas como contra a corrente (seja na via médica ou na de consumo), mas que acabam se tornando uma nova “indústria da maternidade” para mulheres e seus corpos e que também as colocam como alvo de controle social e exercício de poder.

Lembro-me que logo que meu filho fez 30 dias e tomou as primeiras vacinas, organizei um encontro com as mães de bebês do grupo de *whatsapp* de apoio à amamentação do qual participava. Ali, senti falta de uma das mães que era das mais ativas do grupo; ao conversar com ela sobre sua ausência ela relatou sentir-se constrangida por não saber ainda usar o *sling* e não querer chegar com o bebê no carrinho. Aquilo me marcou muito e talvez tenha sido uma das fagulhas mais ardentes para o incômodo que desembocou neste trabalho. É o que Ilana, uma das entrevistadas desta pesquisa, pontua em sua crítica ao que ela chama de “pacote da criação com apego”:

também tudo acaba virando marketing e capitalismo, né, então a criação com apego já virou uma... como que fala? Algo que pode ser vendido... então, como é algo que

¹⁶ Neste trabalho são abordadas as seguintes redes sociais: Facebook, uma rede social para conectar amigos, divulgar ideias e criar eventos e grupos de conversa, bem como vitrine de negócios empresariais. Instagram é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários para fins pessoais e profissionais, que permite aplicação de filtros digitais e compartilhamento em outras redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr. Youtube é uma plataforma para publicação de vídeos, próprios ou não, que sigam regras de direitos autorais. Facebook e Instagram fazem parte da mesma empresa (Facebook), da qual também faz parte o Whatsapp, aplicativo de mensagens instantâneas. Já o Youtube pertence ao Google.

pode ser vendido, tudo que é vendido tem que vir dentro de um pacote bonito, dentro de um quadrado estabelecido... então já tem lá: criação com apego, venha você também pra esse mundo, compre aqui seu sling, compre aqui sua rede, compre aqui sua fralda de pano... então já vem, BLW entrou no meio, então assim de repente até uma questão de introdução alimentar já entrou no meio do pacote, então você tem que cumprir aquele pacote inteiro pra ser uma mãe. É o que tá sendo vendido ali naquele pacote... eu não acho que é por aí, mas eu também não sei como não ser assim, porque no mundo que a gente vive, capitalista, ele funciona assim... então eu também não tenho muita resposta pra isso. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos. Grifos meus).

A tensão entre a naturalização e a crítica modelaram o projeto desta dissertação. Esta construção não foi tão fácil, tanto pelo arranjo teórico-conceitual quanto pelo meu lugar ora de sujeito e ora de objeto da minha própria pesquisa. No caminho para compreender meu lugar na reprodução e rejeição deste discurso, primeiro precisei entender como se dá a construção dessas narrativas e a apreensão dos discursos produzidos pelas adeptas da criação com apego. Perguntas sobre reflexividade destes projetos de vida me levaram às questões teóricas propostas por Anthony Giddens, que demarcam mudanças importantes relativas aos aportes produzidos pelas discontinuidades na modernidade, no que tange ao ritmo, à natureza intrínseca das instituições modernas, ao escopo das mudanças e como nestas relações se produzem novas reflexividades para a experiência da intimidade e da identidade.

Apesar de todas essas questões estarem altamente envolvidas na criação com apego, de maneira muito demarcada enquanto apropriação reflexiva do conhecimento, o campo empírico, os *problemas de gênero* e as imbricações com os estudos feministas sobre a maternidade e sobre a própria sujeita mãe subverteram meu olhar teórico.

Debruçar-me sobre o lugar sócio-histórico da mulher, da infância e da maternidade assim como a gendrificação¹⁷ do cuidado me levaram a acionar dois conceitos *butlerianos*: o da interpelação e do reconhecimento. Apreendi esses conceitos, como ferramentas próprias da reflexividade dessas mães que se relatam e da construção do sujeito criança que este modelo de criação se propõe a priorizar.

A medicalização dos processos envolvidos no parto enquanto dispositivos da *biopolítica foucaultiana* vem a ser ponto de partida para a construção das narrativas das entrevistadas e da própria motivação desta pesquisa.

Na intersecção entre um fato biológico, considerado por tantos como uma experiência “natural da vida”, passando por narrativas de transcendência, potência femininas ou maldição bíblica, o parto é, um evento

¹⁷ Por gendrificação, considera-se aqui o conjunto heterogêneo de conhecimentos e aprendizados derivados das diversas vivências de homens e mulheres em relação às suas identidades de gênero.

biológico, cultural e individual, podendo ser um relato coletivo em algumas situações porque relatar é pensar sobre: mulheres dão à luz de formas diferenciadas, conforme o contexto histórico em que vivem, sua cultura particular e experiências pessoais – incluindo-se as narrativas e lembranças guardadas na memória. (TORNQUIST, 2004, p. 65).

Isso fica evidente também através das falas das mulheres entrevistadas neste trabalho.

aí quando o meu filho nasceu, assim, o parto do meu filho foi maravilhoso. Incrível. Foi a noite toda de trabalho de parto, mas correu tudo bem, apesar de todas... foi normal, né? [...] não completamente natural porque teve anestesia no final, teve... usei também hormônio – ocitocina – pra ir mais rápido. Então foi normal. Foi do jeito que eu queria desde o início. (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos).

Considero que os discursos sobre criação com apego e desenvolvimento infantil se relacionam com os desafios de compreender “linguagem, cultura e a dimensão biológica simbólica da vida como visceralmente envolvidas” (TORNQUIST, 2004, p. 65) para os quais a perspectiva *foucaultiana* (1971; 1979; 1988; 2006; 2017) de biopoder e biopolítica, bem como a contribuição de Judith Butler (1987; 1998; 2003; 2014; 2015; 2019) sobre ontologia do sujeito e a performatividade, servirão como aporte teórico fundamental.

Se, como ele próprio afirma, Foucault procura entender o que faz com que um evento, ou saber ganhem status de problema (FOUCAULT, 1988), para Butler (2015), trata-se de dar visibilidade *aos processos* e aos *dispositivos* pelos quais algo é tido como um fato dado e compreender *como* esta lógica discursiva se sustenta e é aceita como se pertencesse à naturalidade.

Penso, a partir desses autores, a maternidade como relacional, olhando para a mãe como forma e não como substância, como relação social, inserida em um determinado contexto. Alguém que só pode ser lida ao ser nomeada: a si mesma e ao bebê que lhe atribuem como *seu*. A mãe como um *ontos*, na qualidade de uma categoria metafísica, implode quando posta dentro do tempo histórico e das relações socioculturais e econômicas que a constroem. Esta metafísica da substância que vem presa ao centro da criação com apego necessita ser implodida, não ampliada, para abrir lugar para o cuidado democrático e compartilhado, não apenas por uma família hetero-cis-nuclear, mas por toda a sociedade.

Orientar-se por uma produção reflexiva teórica e epistemologicamente rica, viva e que seja capaz de produzir mudanças sociais, culturais, políticas e simbólicas na vida das pessoas significa abarcar vulnerabilidades e capacidades diversas que não estão dissociadas da

organização material da vida. Longe disso, precisam ser encaradas como um lugar epistêmico complexo, de relações heterogêneas e de múltiplas agências (TAMANINI, 2018).

Ao pensar reflexividade, desejos, subjetividades, coerção social, vulnerabilidade econômica e direitos de escolha, me deparei com aspectos da complexa teia de relações que envolve autonomia e o controle social. Coube-me também questionar o quanto é possível pautar-se por decisões vinculadas às experiências e aos significados construídos dentro das circunstâncias que cada mulher mãe vive frente à criação com apego, por exemplo. Como dar mais importância à dimensão afetiva e, ao mesmo tempo, conviver com a redução de suas possibilidades? Como mediar o prazer como sentido de vida e, ao mesmo tempo, olhar sua instrumentalização como elemento de consumo? Como abdicar aos direitos de descanso, à privacidade, à intimidade e à sexualidade para sustentar outra vida?

Construir o problema e a pergunta de partida corretamente era vital para iniciar esta jornada. Neste processo, era central assumir que o gênero não é natural, biológico, universal, a-histórico ou essencializado, e que, portanto, é relevante como perspectiva de análise e como espaço de narrativa política. A meu ver, esta é uma perspectiva potente para visibilizar as relações de desigualdade.

Tendo isso em mente, o objeto central desta pesquisa são os discursos e narrativas apresentadas pelas adeptas da criação com apego e suas referências e influências sobre o tema, a fim de apreender *se* e *como* a criação com apego tem sido acionada como prática emancipadora – e até mesmo feminista – e os limites deste acionamento, em contínua tensão com a feminização do cuidado, característica do campo.

Com efeito, ainda que haja uma aparente construção de um fazer-se agente, de uma narrativa fundada na “escolha informada” e “cientificamente embasada e justificada” por parte de suas adeptas, as concepções do modelo de cuidado, objeto desta pesquisa, aparecem marcadas por ideias de uma natureza do cuidado essencializada e frequentemente pautada em modelos do cuidar que não atendem aos pressupostos de autonomia, liberdade e escolha das mães, no sentido proposto pelo feminismo.

Estes aspectos me colocaram frente às seguintes indagações:

- 1- As práticas dessas mulheres se sobrepõem ao conteúdo das narrativas construídas pela filosofia da criação com apego?
- 2- Estas práticas promovem atividades compartilhadas de cuidado?
- 3- Essas perspectivas rompem com o ideário feminista relativo aos direitos sexuais e reprodutivos ao impor uma carga de trabalho e angústia pessoal ainda maiores, frente às muitas impossibilidades de realizá-las eis que estariam inseridas em

conteúdos midiáticos, biomédicos, psicanalíticos e voltados a ideais de vida e cuidado pouco possíveis de fato, a não ser a um custo excessivamente alto de sobrecarga, na vida prática das mães?

De outro lado, entendo ser fundamental abordar os processos reflexivos envolvidos neste formato de cuidar e como eles impactam no conteúdo do cuidado e na construção da imagem de homens e mulheres como pais e mães.

O objetivo geral deste trabalho é o de analisar as concepções e experiências narradas pelas mulheres adeptas da criação com apego sob a perspectiva feminista desta construção discursiva e suas implicações para a democratização do cuidado.

Para visibilizar seus conteúdos e o modo como os discursos da criação com apego acionados pelas adeptas se relacionam com uma construção teórica e discursiva essencializada persigo os seguintes objetivos específicos: (i) examinar as balizas construídas por elas para produzir este processo de cuidar; (ii) analisar se podem ser acionados processos reflexivos de interpelação e de reconhecimento, como ferramentas próprias da reflexividade dessas mães, e se estes se conectam à construção do sujeito criança; (iii) entender como as concepções discursivas deste modelo se relacionam com as ideias de uma natureza do cuidado essencializada, comum aos processos de feminilização configuradores deste campo; (iv) interpretar a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e cuidado; e (v) questionar se a criação com apego pode (ou deve) ser lida como uma prática feminista, por uma perspectiva epistemológica comprometida com o cuidado.

Certamente, a construção do caminho percorrido ocorre de forma fragmentada, mediada pela atenção às descontinuidades e rupturas. Conforme Foucault (2017) destaca, o dito e o não dito é o que nos convida à inquietação diante de agrupamentos e recortes familiares para olhar para aquilo que está sendo apenas murmurado. Se maternidade, paternidade, família, parentesco, cuidado e infância são discursos que passam pelo corpo estabelecendo relações que não serão, quase nunca, simétricas, relações de poder e de opressão, precisamos olhar também para seus dispositivos para apreendê-los em uma perspectiva feminista.

Os estudos feministas trouxeram fundamental contribuição às Ciências Sociais, ao romperem com as perspectivas universalizantes que invisibilizavam as inúmeras narrativas de tantas mulheres em suas intersecções com raça, gênero, classe e, mais recentemente, com geração. Foi graças ao feminismo que a maternidade pôde ser questionada enquanto destino feminino.

É também graças às pesquisadoras feministas que o trabalho reprodutivo não remunerado ganha importância acadêmica, denunciando a invisibilização do trabalho feminino para, então, fundamentar as demandas por direitos sexuais e reprodutivos que permitiram as profundas transformações sociodemográficas que ocorrem no Brasil e no mundo no século XX, com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho remunerado.

Da mesma forma, a atenção com a primeira infância e o compromisso com uma educação não violenta precisa ser analisada, para que não sejam cooptados por discursos conservadores, biologizantes e um *ethos* individualista de cuidado.

É por meio de uma perspectiva crítica e feminista, que trabalho com a experiência das mães que optaram por estes modelos de criação.

Com efeito, face ao entendimento de que a maternidade e a infância não são pré-sociais ou a-históricas, é necessário que tenhamos uma perspectiva histórica e sociológica das narrativas que permeiam o imaginário comum ocupado por mães, pais e crianças. É através desse arranjo analítico que vislumbro a possibilidade de compreensão de como estas relações convergem ou divergem teórica e empiricamente do modelo de cuidado preconizado pela criação com apego.

“Quem é a mãe?” e o que faz esta mulher apropriar-se do sentir-se “uma mãe” foram questões que permearam minhas inquietações diante do campo teórico sobre o qual me debrucei. Se ninguém nasce mulher, mas torna-se, em que momento esta mãe se faz mãe?

Operacionalmente, à luz dessas balizas, analisei e interpretei o conteúdo de nove entrevistas. Todas foram realizadas virtualmente e conduzidas de maneira semiestruturada. Além deste material, vali-me de *sites*, redes sociais, blogs, vídeos e conversas em grupos virtuais, dados de institutos de pesquisa nacional e internacional sobre o cuidado. Essas fontes permitiram-me compreender não somente as *narrativas* das entrevistadas que adotaram o modelo de criação com apego, mas também entender os sentidos e significados conferidos por elas.

Ao longo dos 4 Capítulos desta dissertação apresento a análise das práticas regulatórias e de repetição maternas destas mulheres, bem como a significação que sustenta tal experiência de cuidar. Vejo, ao mesmo tempo, as complexidades imbricadas em suas práticas de maternar, além de refletir sobre as possibilidades e limites das concepções a respeito deste modelo de criação tão marcadas por ideias a respeito da necessidade de uma natureza do cuidado feminino, sobretudo materno. Procuro interpretar a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e cuidado, incorporando a compreensão que estas mulheres fazem de suas próprias ressignificações e rearticulações de suas práticas

cotidianas e seus significados em relação à literatura apresentada no segundo capítulo dois e as categorias analisadas no terceiro.

No Capítulo 1, fundamento o problema sociológico deste trabalho e o método utilizado para a coleta e análise dos dados e minhas posicionalidades e atravessamentos. Apresento também, brevemente, o pano de fundo das teorias que sustentam as práticas da criação com apego. Descrevo a preparação para as entrevistas, a construção do roteiro, do diário de campo, o relato de como cheguei até as minhas entrevistadas e seus universos. Enquanto percurso e fundamento metodológico, introduzo a criação com apego e o principal espaço em que ela opera discursivamente: as redes sociais.

O objetivo principal do Capítulo 2 é o de entender como as concepções discursivas deste modelo se relacionam com as ideias de uma natureza do cuidado essencializada, a partir da historicização da maternidade, da infância e dos discursos sobre o corpo que levam a uma seletividade ativa e passiva das sujeitas merecedoras de cuidados. Para isso, recorro à vasta produção teórica feminista sobre a maternidade, permitindo, assim, avaliar como estas categorias aparecem nas narrativas relativas a si e às crianças das entrevistadas. As reflexões de Badinter (1985; 2011), Rohden (2003), Scavone (2004), Iaconelli (2015; 2020) Kehl (2016), dentre outras, me serviram como base teórica para essa compreensão. Nesta seção, procuro introduzir uma perspectiva interseccional demonstrando que a essencialização da maternidade foi e é, no fim das contas, um conjunto de relações que são vividas de forma bastante diferente nos diversos corpos femininos.

No Capítulo 3, analiso as balizas construídas pelas entrevistadas para produzir este modelo de cuidado para então interpretar a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e cuidado. Para tanto, apresento a análise de conteúdo das entrevistas em uma perspectiva epistemologicamente comprometida com a teoria do cuidado de Joan Tronto (1997; 2013; 2015; 2017; 2019), recorrendo também aos principais dados sociodemográficos sobre cuidado no Brasil. Realizo essa leitura tendo as lentes dos estudos de gênero como Picanço e Araujo (2020); Araújo; Gama; Picanço; Cano (2018); Sorj (2007; 2008; 2013; 2018). Faço isso a partir de 4 categorias de análise: (i) essencialização da maternidade; (ii) a não violência como prática individual e a criança como devir; (iii) novas – possíveis – masculinidades na criação com apego; e (iv) as pontes e tensões entre a criação com apego e o feminismo.

No Capítulo 4, a partir do construto discursivo sobre maternidade, infância e família, a partir dos conceitos de interpelação e reconhecimento e da alteridade, tal como propostos por Judith Butler (BUTLER, 2014; 2015), busco compreender se podem ser acionados processos

reflexivos de interpelação e de reconhecimento, como ferramentas próprias da reflexividade destas mães, e se estes se conectam à construção do sujeito criança, para então, responder se a criação com apego pode (ou deve) ser lida como uma prática feminista.

1 DE MILITANTE MATERNA À ACADEMICA: CONTEXTO, METODOLOGIA E POSICIONALIDADES

Eu nunca encontrei um lugar. Não acho que eu vá encontrar um lugar. [...] Isso pode ser uma possibilidade para os outros; eu não acho – se o que penso sobre isso é produtivo ou não, cabe aos outros julgar. É porque estou sempre ligeiramente desidentificada em qualquer posição determinada. Não pertenço bem a nenhuma categoria estabelecida. Mas também não sou alguém que as transcende todas com felicidade. Não sou a favor de transcendência feliz. Para mim, o gênero é um campo de ambivalência. (Judith Butler, no documentário *Judith Butler, philosophe en tout genre*, de Paule Zajdermann. ARTE France et Associes, 2006).

Neste capítulo, fundamento o problema sociológico deste trabalho e a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados, incluindo aqui, minhas angústias e posicionalidades com o tema. Apresento também a descrição da preparação para as entrevistas, a construção do roteiro, do diário de campo, como cheguei até as minhas entrevistadas e os universos particulares e conjuntos delas. Enquanto percurso e fundamento metodológico, introduzo a criação com apego e o principal espaço em que ela opera discursivamente: as redes sociais.

Por fim, apresento as mulheres mães entrevistadas e a forma como se constituem dentro da criação com apego e como modelam suas perspectivas, incluindo a mediação das redes sociais em suas práticas de maternagem.

Antes de iniciar, é imprescindível situar teoricamente do que é que se está falando quando me refiro à criação com apego.

1.1 CONTEXTO

A teoria da vinculação de John Bowlby (1907-1990), que ficou conhecida como Teoria do Apego, foi desenvolvida durante e após a Segunda Guerra Mundial, a partir de seu trabalho, como médico psiquiatra e, posteriormente também como psicanalista, com crianças consideradas delinquentes e marginalizadas, no contexto de abandono de crianças e separação de famílias.

A partir de seus estudos sobre etologia¹⁸, Bowlby (1982) identificou a existência de um sistema de comportamento inato e natural ao ser humano que busca proximidade e vínculo

¹⁸ Etologia é a especialidade da biologia que estuda o comportamento animal, sob influência da Teoria da Evolução, tendo como uma de suas preocupações básicas a evolução do comportamento através do processo de seleção natural. Para Bowlby, citando Darwin, cada espécie animal é dotada de seu próprio repertório peculiar de padrões de comportamento, da mesma forma que é dotada de suas próprias peculiaridades anatômicas. Os etólogos estudam esses padrões de comportamento específicos das espécies, fazendo-o preferencialmente no ambiente

com uma pessoa específica que forneça ao bebê o que ele chama de uma base físico-psicológica segura. Para ele, nos primatas superiores, esse comportamento opera como estratégia de sobrevivência evolutiva (BOWLBY, 1982).

A contribuição da etologia para os estudos de Bowlby precisa ser destacada visto que suas conclusões, de caráter biologizante, influenciaram profundamente a teoria da criação com apego.

O comportamento do mamífero não se distingue por sua variabilidade e pela parte que cabe à aprendizagem? Estamos certos de que existem padrões herdados de comportamento nos mamíferos? O etologista responderá: Sim, é verdade que no mamífero o comportamento é mais variável e que a aprendizagem desempenha um papel importante, mas, não obstante, cada espécie exibe um comportamento que lhe é peculiar — por exemplo, a respeito da locomoção, alimentação, corte e acasalamento, e cuidados com os filhotes — e parece muito improvável que esses padrões sejam inteiramente aprendidos. (BOWLBY, 1982, p. 27).

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto que o bebê humano, diferentemente de boa parte dos filhotes do mundo animal, chega ao mundo em condição de total vulnerabilidade fisiológica, dependendo de alguém que lhe forneça cuidados que garantam sua sobrevivência.

Para Bowlby, a saúde mental do bebê (e depois para outros teóricos que partem das teorias do apego mais contemporaneamente, também a sua saúde física) deriva de uma relação calorosa com sua mãe (ou substituto permanente), na qual ambos encontrem prazer, sendo que os problemas advindos do que ele chama de “privação materna” estariam diretamente ligados a tal afastamento, variando de acordo com o grau, momento e período de privação.

Ainda na década de 1950, já tendo algum reconhecimento por seu trabalho com crianças desabrigadas, Bowlby foi convidado pela OMS a contribuir como pesquisador para um estudo sobre os problemas relacionados à saúde mental de crianças privadas de suas mães. Em seu relatório para a OMS, Bowlby revê as provas relativas aos efeitos adversos da privação materna para o bebê procura especificar quais experiências afetivas seriam essenciais para a criança desenvolver habilidades e crescer saudável, bem como os meios de propiciar tais efeitos. Bowlby (1982) salienta que, em numerosas espécies os vínculos fortes e persistentes surgem como regra sendo, no caso dos mamíferos, os primeiros e mais persistentes aqueles estabelecidos com a mãe.

Para Bowlby (1982), a capacidade de estabelecer vínculos é tão forte e necessária como ver, ouvir, comer e digerir. Essa capacidade, de acordo com essa perspectiva, está

natural. No início do século XX, o estudo da etologia, tornou-se uma importante ciência interdisciplinar para inúmeras áreas das ciências humanas, notadamente a psicologia e as ciências sociais.

relacionada à seleção natural enquanto valor de sobrevivência, tendo uma motivação interna própria, que o difere da alimentação e do sexo, como considera a teoria freudiana¹⁹. Para a criança crescer saudável e feliz é a *qualidade* da interação entre ela e sua mãe e a satisfatória responsividade do adulto, e, não apenas a satisfação das necessidades orais da criança, que serão determinantes e, portanto, o comportamento de apego, mais do que condicionado à satisfação de uma necessidade primária, seria *em si mesmo* um impulso primário (BOWLBY, 1982).

Mary Ainsworth (1913-1999), aluna de Bowlby, foi quem ampliou e testou suas ideias, e fez, de fato, o papel principal ao sugerir a existência de vários estilos de apego nas crianças: ansiosamente apegadas e evitativas, seguramente apegadas, ansiosamente apegadas e resistentes.

Praticamente contemporâneo de Bowlby, o pediatra e psicanalista, também britânico, Donald Woods Winnicott (1896-1971) fez importantes contribuições ao debate sobre o vínculo entre mães e bebês, especialmente no campo das teorias das relações objetais²⁰ e do desenvolvimento psicológico de bebês. Winnicott desenvolveu a teoria da mãe "suficientemente boa", e em parceria com sua segunda esposa, Clare Winnicott, a noção de objeto transicional. Sua obra é um ponto de partida (e crítica) relevante tanto do próprio Bowlby, como de algumas feministas psicanalistas como Chodorow, Iaconelli e Kehl.

Em direção oposta à visão biologizante de Bowlby, Winnicott argumentava que

Ao contrário do que acontece em todo o reino animal, os bebês, destinados a se tornarem seres de linguagem como todos nós, não vêm ao mundo equipados com um conjunto de instintos que lhes indique como ingressar na vida. São humanos de primeira viagem. O mesmo aparato instintivo também inexistente nas mulheres adultas, o que causa perplexidades, como as descritas acima, diante das manifestações de desconforto de seus primeiros bebês. (WINNICOTT, 2020, p. 4).

Ainda de forma essencializada e funcionalista, porém, no que diz respeito ao papel da mãe enquanto mediadora insubstituível para apresentar-lhe o mundo, para Winnicott (2020) o bebê é um devir que se forma à medida que o mundo lhe é apresentado. Nesta chave de concepção, o próprio bebê só se torna um ser para si mesmo conforme se percebe como um ser para sua mãe.

¹⁹ Na teoria freudiana a razão pela qual a criança desenvolve um forte laço com sua mãe estaria primariamente ligada ao fato de que esta a alimenta, sendo postulados dois tipos de impulsos: primário e secundário. O alimento como impulso primário e a relação pessoal como impulso secundário.

²⁰ Teoria das relações objetais: descreve a ideia de que o ego só existe em relação a outros objetos, que podem ser internos ou externos. Os objetos internos são versões internalizadas de objetos externos que se formam principalmente mediante as interações iniciais com os pais. Existem três "sentimentos" fundamentais que podem existir entre Eu e o Outro: apego, frustração e rejeição. Estes sentimentos são estados emocionais universais que constituem os elementos mínimos de construção da personalidade.

Winnicott defendia que “a mãe dedicada comum” seria aquela que, quando o bebê está pronto para nascer, estará *intuitivamente* preparada para atender as necessidades dele, desde que “amparada de forma adequada por seu companheiro, pelo Estado de bem-estar social ou por ambos”, voltando-se naturalmente para as tarefas da maternidade, temporariamente alienada de outras funções, sociais e profissionais (WINNICOTT, 2020, pp. 13-14).

Winnicott lança fundamentos importantes para as teorias que viriam a se pautar no vínculo, e que sustentam a criação com apego na forma como ela é defendida e alicerçada por várias das influenciadoras sobre o tema, inclusive as referenciadas pelas entrevistadas nesta pesquisa.

Outro pesquisador que contribuiu com a construção do que hoje conhecemos como criação com apego, e cujo experimento é bastante citado em grupos de apoio à amamentação, foi Harry Harlow²¹, que, baseado em uma série de polêmicos experimentos ao longo de sua carreira, concluiu que o apego do bebê à mãe não dependia somente do leite, e sim de cuidados, afeto e segurança²².

A criação com apego que encontramos hoje nas redes sociais nasceu de teorias e experimentos desenvolvidos principalmente na primeira metade do século XX, mas foi somente nos anos 1990, com a publicação, do livro *The Baby Book* (SEARS, 2013), pelo pediatra William Sears e sua esposa, a enfermeira Martha Sears, que essa filosofia passou a ser defendida por outros profissionais e apoiadores.

É importante, desde já, demarcar, para as críticas e reflexões feministas que serão feitas no Capítulo 2, que William e Martha Sears são um casal de cristãos ultra tradicionalistas e conservadores, que tem oito filhos. Sua defesa da criação com apego, bem como o desenvolvimento de seus livros e práticas, iniciou justamente como um manual para pais cristãos.

Apesar de terem sido feitas atualizações à versão original, de 1992, sendo a última de 2013, em que várias das partes mais religiosas foram excluídas e adaptadas, em entrevista à Revista Crescer (MARCUCCI, 2012), o Dr. Sears afirmou:

²¹ Harry F. Harlow (1905-1981), psicólogo americano, doutor em psicologia pela Universidade de Stanford, desenvolveu suas pesquisas em primatas não-humanos na Universidade de Wisconsin, a partir das quais ganhou notável reconhecimento científico nos anos 1960. Tornou-se o primeiro psicólogo eleito para a Academia Nacional de Ciências de seu país, além de ter alcançado outras posições relevantes no meio acadêmico e alguns prêmios científicos importantes, tal como a medalha de ouro da Associação Americana de Psicologia, em 1973. (PAIXÃO, 2005)

²² O experimento pode ser visto neste link: https://www.youtube.com/watch?v=_O60TYAIgC4 em que Harlow propôs criar filhotes de macacos com uma “mãe de arame”, que oferecia leite, e outra “mãe de pano”, que não alimentava os macaquinhos. De acordo com esta observação, os bebês aceitavam o leite da “mãe de arame”, mas após a refeição passavam todo o dia abraçados com a “mãe de pano”. É importante que se diga que Harlow, sua obra e seus seguidores tornaram-se alvos de intensos debates científicos e éticos a partir dos anos de 1970.

Sabe, é um estilo **muito natural** de ser pai e mãe, é **quando uma mãe segue seus maiores instintos, os mais básicos**. Não é nada extremo e nem é novo. O que eu fiz foi apenas pegar tudo o que as culturas ao redor do mundo sabem por séculos e reunir. Pois eu acho que **nós precisamos voltar ao mais simples e natural, que sabemos por experiência milenar que funciona**. Acho que era preciso trazer isso de volta. (grifos meus).

O discurso de Sears será encontrado em diferente camadas e roupagens em todas as falas das entrevistadas e, principalmente, de suas referências nas redes sociais sobre o tema.

Outro ponto interessante é o fato de se utilizarem termos com significados bastante distintos e específicos em sua origem, como se fossem intercambiáveis. Isto é, *criação com apego*, *teoria do apego*, *vínculo*, *disciplina positiva* são tratados como se fossem a mesma coisa ou, no mínimo, sinônimos. Não à toa, no questionário de cadastro que enviei para as entrevistadas, perguntei se se consideram adeptas da Criação com Apego e/ou da Disciplina Positiva, e quase 90% responderam que era de ambos.

Em artigo escrito para a revista Crescer o Dr. Carlos González, uma das principais referências para mães e pais no meio, reflete:

Vários pais dizem estar criando os filhos com apego, mas a maioria deles não leu os “oito princípios” detalhadamente explicados no site attachmentparenting.org. Muitos parecem achar que “criação com apego” significa “muita amamentação, muita cama compartilhada e muito colo”. Três coisas que são ótimas, mas que pouco ou nada têm a ver com criação com apego. (GONZÁLEZ, 2019, s/p).

É também por isso que, neste trabalho, quando me refiro à criação com apego, estarei me referindo de maneira *ampla* a todo o conjunto de formas de criação que colocam o desenvolvimento da criança e suas necessidades ao centro, pautadas na não violência (com as crianças), nos princípios da API e na disciplina positiva. Em outras palavras, me refiro muito mais ao que as pessoas que se identificam com tal modelo sentem como sendo a criação com apego e ao universo que estas práticas englobam e permeiam, seja *online* ou *off-line*, do que ao que teoricamente ela seria.

1.2 POSICIONALIDADES

Como dito na introdução deste trabalho, assim como boa parte das minhas entrevistadas, aproximei-me da criação com apego a partir de reflexões pessoais sobre o parto e perspectivas feministas. Diferentemente delas que, na maioria dos casos, se tornaram feministas a partir de suas experiências maternas, para mim os dois processos de

amadurecimento – sobre feminismo e sobre minha experiência, primeiro como tentante, gestante e depois como mãe - foram paralelos e simultâneos, embora não necessariamente sincrônicos. Decidi tornar-me mãe e comecei a tentar engravidar em 2014, pouco tempo depois de ter iniciado meus estudos sobre feminismo.

Naquela época, convidei amigas, conhecidas e desconhecidas, para um grupo de estudos sobre feminismos. Juntas, discutíamos um livro a cada mês. A associação de uma bibliografia eclética e a ausência de alguém com mais experiência nos estudos de gênero nos levou a estranhas combinações: lemos o *Segundo Sexo* e também *Mulheres que Correm com os Lobos*. Em um impulso comprei *Problemas de Gênero* e *A Mulher na Sociedade de Classes*, ao mesmo tempo, li *A Maternidade e o Encontro com a própria sombra* e *Parto Ativo*. Em paralelo, vivia meu próprio drama em minhas dificuldades para engravidar. O processo todo levou dois anos e, neste período, eu já havia acumulado questões, indagações feministas e incômodos suficientes para lidar com este universo pautado por e pela maternidade, o parir e o amamentar.

Em 2016, quando estava com cerca de 20 semanas de gravidez, entrei no grupo de *whatsapp* chamado Parto Humanizado. No grupo, gestantes de Curitiba conversavam sobre parto humanizado trocando experiências e angústias relacionadas aos médicos (vários deles comuns à maioria do grupo), sintomas e processos relacionados a esta fase tão particular. Mulheres que nunca se viram, que se tornaram amigas, que sabiam pouco ou nada sobre todos os outros aspectos da vida e personalidade umas das outras. Uma lista com o nome das mães, dos bebês, da data prevista de parto e o nome do médico era atualizada e todas ficavam na expectativa quando uma de nós entrava em trabalho de parto.

Minha interação com o grupo no início era pequena, visto que ainda estava trabalhando muito e meu dia era bastante corrido. Também parecia-me ter bem pouco em comum com aquelas mulheres, não fosse o fato de estar grávida e pretendendo um parto o mais “natural” possível. Este cenário mudou quando, às 36 semanas fui internada com pressão alta e diagnosticada com pré-eclâmpsia. A partir de então, passei o resto da gestação em repouso, com bastante tempo livre, um *impeachment* e muita ansiedade para gerenciar.

A cada mulher que voltava após uma cesárea, com suas expectativas frustradas, suas feridas abertas e a sensação de ter falhado, os discursos de “acolhimento” das demais me soavam contraditórios e confusos. Um misto de condescendência e julgamento: ao mesmo tempo em que o grupo parecia querer consolá-la, dizendo que não havia diferença entre um parto normal e uma cirurgia (com ênfase na ideia de que a cesárea não é um parto²³) e que

²³ É bastante comum que, em grupos ou páginas e perfis de redes sociais de apoio ao parto normal ou mesmo em posts de mães, fora dos grupos, relatando o nascimento de seus filhos, ativistas do parto normal reforcem sua

ninguém era “menos ou mais mãe”²⁴ por isso, destacava-se a importância de a gestante estar “empoderada” para “peitar” o médico, para apresentar as evidências científicas, para enfrentar as decisões que parecessem ser apenas “mais um médico empurrando uma cesárea desnecessária, pautado em sua própria conveniência”. De outro lado, a cada uma que paria naturalmente, odes e celebrações de “guerreira”, “diva parideira”, “loba” e outros adjetivos de força e determinação que reforçavam a ideia de que a cesárea de cada uma ali era, no fundo, fruto de algum tipo de inaptidão daquela mulher, provavelmente a de se impor e fazer valer suas vontades, na pior das hipóteses, uma espécie de covardia não declarada, nem sequer assumida para ela mesma.

Há, de fato, uma questão de saúde pública que permeia o debate sobre parto e a assistência a gestantes e recém-nascidos no Brasil. Em Curitiba, cidade onde a maioria das mulheres do grupo do qual eu fazia parte vive, 82% de todos os nascimentos na Rede Privada de Saúde foram via cesárea, no ano de 2019. Na Rede Pública, a cirurgia foi realizada em 37% das gestantes, segundo o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), publicadas pelo Plural, um veículo jornalístico da cidade. Em um levantamento exclusivo, cujas conclusões foram apresentadas na série ‘Nascer Bem’, o Plural constatou que, de um total de 140,5 mil partos entre os anos de 2014 e 2017, 61% foram feitos por cesárea 39% por parto normal (MAUREN, 2020). Também os resultados de Leal e Gama (2014) no estudo da Fiocruz, Nascer no Brasil, apontaram que 66% das mulheres preferiam o parto normal no início da gravidez, mas somente 59% tiveram esse tipo de parto.

É isso que as mães (e os profissionais de saúde envolvidos na militância pelo parto humanizado) chamam de “indústria da cesárea”. Este é, a saber, um fenômeno tipicamente latino-americano e que o Brasil lidera o ranking. No país, 57% dos nascimentos se dão pela via cirúrgica; desses, 84% ocorrem na rede privada. Sobre os dados, a OMS (2015) estima que somente 10% a 15% das cesárias se justificam por motivos médicos.

crença de que “cesariana não é parto e sim uma cirurgia”. Um exemplo disso é o *post* feito no *Facebook* no grupo “Gravidez não é doença” em 15 de janeiro de 2016 em que a autora do *post* escreve: “Mito 1 do dia: cesárea não é apenas mais um tipo de parto. Fato: parto é só quando o bebê passa pelo canal vaginal. Quando é retirado via corte cirúrgico não é parto. É um nascimento – óbvio. Mas é um nascimento por via cirúrgica e não pelo canal vaginal”. O *post* continua: “falam que cesárea é um tipo de parto para que a escolha pela cirurgia seja mais corriqueira. Mais aceitável. Porque se falarem para as mães que elas não parem seus filhos se escolherem cesárea, muitas mães não iam escolher cesárea sem indicação”.

²⁴ A expressão “menos main” surgiu como uma *hashtag* em grupos de apoio ao parto normal e à “maternidade consciente” (expressão usada pelos próprios grupos), em que mulheres que lançavam mão do uso de fórmula infantil e seguiam métodos de treinamento do sono que envolvem deixar a criança chorar no berço até dormir bradavam não serem “menos” mães do que as outras que estavam ali. A expressão, então, acabou se tornando uma piada e até uma forma de todo tipo de mãe expressar inseguranças relacionadas a suas práticas e desejos sempre que, de alguma forma, de acordo com o seu conjunto de crenças, a mulher não estivesse fazendo o que seria melhor para a criança.

Em tempos de anticientificismo em que 7% dos brasileiros acreditam (ou declaram acreditar) que a Terra seja plana (GARCIA, 2019) e em que uma postura negacionista e de ataques diretos à ciência, por parte do mais alto escalão do poder do país, colocaram o Brasil na nada honrosa posição de ser considerado o país que pior lidou com a pandemia da Covid-19 no mundo²⁵, é importante demarcar o posicionamento *pró medicina baseada em evidências*²⁶.

A epidemiologia, de fato, aponta uma proporção de cirurgias cesarianas fora da curva indicada pelas autoridades médicas do campo. A própria pandemia da Covid-19 expôs como a classe médica, que tem poucos de seus membros de fato envolvidos na pesquisa científica, está desatualizada e, frequentemente, pauta suas práticas em crenças e achismos, demonstrando pouca familiaridade com a metodologia científica, fazendo um uso ideológico de sua posição sacralizada na sociedade.

No campo da ginecologia-obstetrícia e do atendimento a recém-nascidos não é diferente: muitas das práticas defendidas (ou apenas mantidas por hábito) pelos profissionais de saúde são pautadas em conceitos desatualizados, protocolos desumanizadores e sem evidência científica que justifiquem sua manutenção, o quê, reiteradamente, os transforma em pura violência, seja com quem está parindo, seja com quem está nascendo²⁷.

²⁵ Segundo estudo do Lowy Institute, que analisou mais de 100 países, o Brasil foi o país que pior gerenciou a pandemia de Covid-19 no mundo (REDAÇÃO, 2021), o que certamente está associado ao negacionismo científico que, primeiro negou a gravidade da pandemia, depois a importância de se seguirem as recomendações científicas de isolamento social, incentivou o uso de medicamentos sem benefício comprovado para o “tratamento precoce” (negado tanto pelas autoridades científicas internacionais como a OMS, e pesquisadores da área de renome nacional, como pela própria ANVISA que, ao aprovar as vacinas submetidas a pedido de registro no Brasil, destacou não existir tratamento para a doença até o momento) e, por fim, no ápice de seu obscurantismo, lançou uma campanha de demonização das vacinas e da imunização enquanto política pública.

²⁶ Para melhor compreensão do termo *medicina baseada em evidências* ver El Dib, 2007.

²⁷ De acordo com o Ministério da Saúde (2017), como exemplo de práticas prejudiciais e que ainda são praticadas rotineiramente, estão: o uso rotineiro de enema (lavagem intestinal), a tricotomia (raspagem dos pelos pubianos), a episiotomia (incisão efetuada na região do períneo—área muscular entre a vagina e o ânus—para evitar rupturas de períneo), a posição litotômica (também conhecida como posição ginecológica ou posição do frango assado). Como práticas que devem ser utilizadas com cautela está: o uso rotineiro da ocitocina sintética (que torna as contrações mais rápidas, muito mais doloridas, ao acelerar o trabalho de parto), e ainda, como práticas usadas de modo inadequado estão: a restrição hídrica e alimentar, o controle da dor por analgesia peridural, a mudança na dinâmica uterina com utilização da ocitocina e exames vaginais em demasia, além da ruptura artificial da bolsa. Já em relação ao recém-nascido, bons exemplos de práticas rotineiras violentas sem embasamento científico dos benefícios de seu uso estão o uso indiscriminado (sem indicação) do colírio de nitrato de prata e aspiração nasal-faringiana. Ambos não são recomendados pelo Ministério da Saúde desde 2017, mas continuam sendo uma realidade na maioria das maternidades brasileiras. A aspiração deve estar restrita a pouquíssimos casos. Não é necessário aspirar bebês saudáveis, nem colocar sondas na boca, nariz, ânus e vagina. A maior parte das malformações genitais podem ser observadas a olho nu. No caso do colírio, aplicado para prevenir a conjuntivite gonocócica, causada pela bactéria *Gonococo*, que pode ser transmitida através do contato com a vagina de uma mulher com gonorreia, trata-se de uma substância bastante agressiva e que pode causar uma reação nos olhos ainda frágeis: conjuntivite química e não há qualquer necessidade de se aplicar em uma parturiente que não apresente estar com gonorreia no momento e que fez todo o acompanhamento pré-natal adequadamente. Como política pública, para os casos de não haver o histórico da parturiente, o Ministério da Saúde recomenda a utilização da pomada de eritromicina a 0,5% e, como alternativa, tetraciclina a 1% para realização da profilaxia da oftalmia

Por outro lado, os elementos explicativos do fenômeno da epidemia de cesarianas que atinge o Brasil são múltiplos. Para especialistas dos principais órgãos sanitários internacionais, o mais recorrente seria o de aumentar a rentabilidade do parto. Além da maioria dos hospitais privados cobrarem um preço maior pela realização da cesárea, os médicos podem atender a mais nascimentos se eles forem programados e rápidos (LARRAZ, 2017).

É exatamente este o medo que permeia as discussões nos grupos sobre parto humanizado, como aquele do qual fiz parte e de outros em que já tive a oportunidade de interagir: o de ser enganada pelo médico e levada a uma “desnecesária”. As razões alegadas por médicos para a realização de uma cesárea que não encontram respaldo científico são muitas: tamanho da criança, tamanho do quadril da mãe, cordão enrolado no pescoço, baixo nível do líquido amniótico, dentre tantos outros.

É justamente sobre a divulgação científica mais atualizada e alinhada às normativas da OMS que uma boa parte das envolvidas na militância pelo parto humanizado se baseia. Assim como no caso das narrativas que são objeto deste trabalho, as intersecções e imbricações entre ciência, naturalismo e a defesa de um modelo “menos artificial” ocorrem, a todo momento enveredando-se por caminhos ora conservadores, ora libertários, quase sempre, porém, desapegados de rigor argumentativo.

A ciência que é usada para fundamentar as decisões sobre o parto dessas mulheres é utilizada também para defender a criação com apego e suas práticas. Ao mesmo tempo, nesse arranjo de compreensão, pode ser facilmente deslegitimada quando se procura defender o retorno a um modo de se gestar, parir e criar pessoas mais “intuitivo”, “ancestral” e “natural”, todos conceitos que não necessitariam, para elas, de definições ou apresentações eis que, dados, anteriores a qualquer outra explicação e, *sobre os quais* a cultura se apoia e é constituída, como tintas que tomam forma sobre uma tela que sempre existiu.

Volta e meia se faz presente uma crítica ao que elas chamam de “capitalismo” fazendo referência, de forma ampla, a um sistema que “coloca o lucro acima de tudo” e que faria das parturientes uma “linha de produção”, visto que a cesárea, mais rápida e previsível, permite escala e controle, por parte, principalmente, dos médicos. Reiteradamente a crítica ignora tantos outros fatores subjetivos e culturais, além de agências, que contribuem para este fenômeno. Ignora, também, que o próprio conceito de família, de educação e de natural é necessariamente

neonatal, que são menos agressivas. A utilização de nitrato de prata a 1% deve ser reservada apenas em caso de não se dispor de eritromicina ou tetraciclina.

atravessado pela cultura e os símbolos que a constroem e por vivências e conjuntos de crenças, coletivas e individuais, seja quando falamos de modos de criação considerados “tradicionais”, seja quando, assim como me proponho neste trabalho, analisamos modos de criação alternativos como a própria criação com apego.

Há, de fato, muita violência envolvida nos processos de parir e nascer no Brasil. Não faltam trabalhos que abordem a violência obstétrica²⁸ enquanto violência de gênero (SOUZA; SILVA; ALVES; ALARCÃO, 2017; PALHARINI, 2017; PULHEZ, 2013; ANDRADE; AGGIO, 2014) que precisa – ser visibilizada e combatida por toda a sociedade. As mulheres brasileiras são frequentemente infantilizadas e violentadas pelo sistema obstétrico e seus bebês também, principalmente quando são pobres e negras²⁹ (LEAL, *et al*, 2017).

Esta violência aparece também no relato das entrevistadas para este trabalho. Fabiana não queria um parto normal: a própria ideia de entrar em trabalho de parto lhe gerava ansiedade. Todo seu imaginário era povoado pela ideia de uma dor insuportável ou, como ela chama: “estrebuchar de dor”.

foi assim... eu fui pro hospital e tem uma fala do médico que hoje me soa assim, super agressiva, assim... sabe? É... eu tava sentada... **eu tinha muito medo, no parto normal, de ficar lá estrebuchando por horas...** era essa a palavra estrebuchar, ficar lá passando mal por horas... isso me causava muita ansiedade. Eu tava sentada na salinha, fazendo aquele cardiotoco... sabe? Aquele exame que fica... sabe? aí o médico... ele entrou na sala, eu pensei: “graças a deus! Que bom que ele tá aqui já vai nascer”... eu só pensava em “vai nascer!”. Aí entrou, provavelmente devia ser o residente, e falou: “ah, doutor, vai fazer o exame nela?”—acho que era o exame de toque pra ver se eu tava com dilatação – o médico falou: “não. **Nem precisa porque essa daí já arregou**”³⁰. (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifo meu).

É importante que se nomeie e que haja um reconhecimento social da violência que é infligida às parturientes (ainda mais grave quando falamos de *corpos abjetos*, no caso de homens trans) e a seus bebês, e sobre as quais os movimentos do parto humanizado tem vocalizado. É, afinal, da medicalização de corpos, em especial do corpo de mulheres, que se

²⁸ Em linha com Juarez, *et al* (2012), considero, para fins deste trabalho, como violência obstétrica todas as formas de violência e danos originados no cuidado obstétrico profissional, incluindo os psicológicos e os atos exercidos por profissionais da saúde no que cerne ao corpo e aos processos reprodutivos das mulheres, expresso através de uma atenção desumanizada, abuso de ações intervencionistas, medicalização e a transformação patológica dos processos de parturição fisiológicos.

²⁹ O estudo “Nascer no Brasil: Inquérito Nacional” sobre o parto e nascimento, com coordenação da Escola Nacional de Saúde Pública e Fiocruz, acompanhou exames de pré-natal de 23.894 mulheres de 191 municípios de todos os estados brasileiros em 266 hospitais. A violência obstétrica atinge uma em cada quatro mulheres no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde. E dessas, alvos da violência obstétrica, 65,9% são negras. Além disso, a mesma pesquisa mostra que somente 27% das negras gestantes obtiveram acompanhamento durante a gestação. Um dado ainda mais alarmante dessa apuração: 62,8% das mortes maternas são das negras.

³⁰ Refere-se, de forma pejorativa, a “desistir”, “ser covarde” para encarar o parto normal. Segundo o Dicionário informal: Pedir arrego; desistir ou se render diante de um adversário: na última luta, arregou e fugiu.

está falando. Medicalização esta que se dá engendrada em mecanismos de biopoder que visam o controle populacional, a disciplinarização da força de trabalho e a higienização dos espaços e das relações sociais (ROHDEN, 2003; TORNQUIST, 2004).

Não é um dado desprezível que todas as mulheres que entrevistei se aproximaram da criação com apego ao buscarem informações e conhecimento sobre o parto e/ou amamentação. Seja nos casos em que tiveram suas expectativas quanto a estes processos frustradas, seja quando quiseram antecipar possíveis frustrações “empoderando-se”, a criação com apego parece ser “um caminho sem volta” (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos) quando se trata de parto humanizado e amamentação.

De outro lado, a defesa a um acolhimento humanizado não pode andar descolada da defesa das múltiplas agências e da autonomia de mulheres.

Apesar de se dizerem a favor de uma escolha informada, na prática, a mulher que não escolhe o parto natural – e depois amamentar, carregar no *sling* e praticar a criação com apego – é constantemente julgada como egoísta, fraca, preguiçosa; é, ainda, tomada como alguém que não coloca o filho em primeiro lugar e só quer uma “desculpa” (de preferência médica) para não agir como se esperaria de uma “boa mãe”. A defesa da medicina baseada em evidências em prol do parto natural e da amamentação e da ciência do desenvolvimento infantil é acionada a partir de uma retórica que, no fundo, continua senda moral – e moralista.

Em outras palavras, as práticas maternas, mais ou menos autônomas, por vezes violentas, continuam sendo associadas e vinculadas ao bom desempenho de uma mulher como mãe, em uma hierarquia de corpos, que se relaciona também com a normatização da divisão sexual do trabalho em que a maternidade, o aleitamento, e o cuidado como um todo, seguem estando subjetivamente imbricados como funções inerentes à natureza da mulher e necessários para o bem-estar das crianças, e com isto, da sociedade como um todo (ROHDEN, 2003).

Explorei de forma mais detalhada no Capítulo 3, ao analisar as categorias que o campo me apresentou, como essa perspectiva funcionalista dos corpos, em que a mulher é um meio para um fim maior (a criança e, em última instância a sociedade e as estruturas de poder vigentes), fundamenta práticas desumanizadoras que servem de base a discursos conservadores em que “a criança”, abstrata, idealizada, seletivamente elegida como pilar de prioridade para a solução de problemas sociais, sejam eles econômicos ou de saúde pública, é na verdade uma ficção, até mesmo um espantalho.

Após o nascimento do meu filho, assim como a maioria das mães que faziam parte do grupo Parto Humanizado, migrei para o grupo Mama Neném, para onde as recém-mães se dirigiam após os primeiros dias esperando encontrar apoio em seu processo de amamentação.

Encontrei ali a mesma lógica discursiva e, mais fortemente, surgiu o debate sobre criação com apego e suas várias ferramentas: *sling*, cama compartilhada, amamentação em livre demanda, ausência de bicos artificiais (chupeta e mamadeira), telas (televisão e eletrônicos), o recurso da disciplina positiva e da comunicação sem violência, etc.

Em comum a esses grupos – Parto Humanizado e Mama Neném – estava a forte crítica à “medicalização da vida”, à “intervenção masculina nos saberes ancestrais femininos” e a defesa de um retorno a algo mais “natural”, mais “saúdável” e com menos interferência da “sociedade”. A essa altura, é importante destacar: todas as mães ali se consideram feministas.

A identificação dessas mães com o feminismo³¹ é um fenômeno que precisa ser olhado com atenção se queremos uma ação política verdadeiramente transformadora e que fuja de uma narrativa que apenas *parece* emancipadora, mas está baseada e costurada em argumentos essencialistas e antifeministas. A meu ver, o debate e a teoria feminista (assim como qualquer outro movimento de transformação social) só fazem sentido quando são propositivos e servem como instrumento de luta e prática inclusivas. A teoria não pode ser um fim em si mesma, descolada da ação. “A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega”³².

Neste sentido, o feminismo é uma chave de leitura do mundo que não deveria se aliar ao moralismo, conservadorismo ou a argumentos reacionários. Ainda assim, cada vez mais, o feminismo radical tem colado sua militância (especialmente virtual) às pautas maternas, com uma agenda propagandista bem estruturada e que se serve a uma dinâmica sedutora manipulando temas que tocam muitas mulheres, como, por exemplo, relações abusivas e a

³¹ As mães da criação com apego se identificam em geral com 3 tipos de feminismo: feminismo liberal, feminismo radical, mais conhecido nos espaços de militância como radfem, termo que usarei aqui para diferenciá-lo do feminismo radical dos anos 60/70 e o feminismo materno ligado ao sagrado feminino. Ao passo que o radfem defende uma visão totalmente biologizante da mulher “fêmea”, sendo transexcludente e tendo como pautas principais a maternidade compulsória, a abolição da prostituição e da pornografia, o feminismo materno e os movimentos ligados ao sagrado feminino, defendem uma visão sagrada da mulher, ligado a arquétipos de ancestralidade, rodas de mulheres, resgate de práticas “naturais” e do “feminino”, como explorarei extensivamente neste trabalho. Cabe destacar ainda, brevemente, o surgimento de um feminismo chamado de Feminismo Matricêntrico, termo cunhado pela pesquisadora Andrea O’Reily, que defende a criação de um ativismo e de uma teoria sobre maternidade colocando-a ao centro. Para ela, o feminismo invisibiliza as pautas das mães, mas apesar de o feminismo matricêntrico ter uma perspectiva matrifocal e insistir que a maternagem importa, seu objetivo não é o de promover “um argumento ou agenda maternalista”. Ao contrário, para ela, “o feminismo matricêntrico enfoca a experiência generificada da maternagem (e aquelas relacionadas com gravidez, parto e amamentação) e nos obriga a abordar a espinhosa questão da diferença de gênero. A teoria feminista, com a notável exceção da diferença cultural do feminismo, posiciona a diferença de gênero como central, se não a causa da opressão das mulheres” (LEMES, 2018, p. 187 *apud* O’REILLY, 2016). Alguns trabalhos têm sido produzidos neste sentido, dentre os quais destaco a Dissertação de Mestrado de Lemes (2018), apresentada no curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina em que ela aborda os discursos e narrativas da plataforma Cientista que Virou Mãe. Ainda que o feminismo matricêntrico não seja a proposta teórica e prática que defendo neste trabalho, ele se torna cada vez mais relevante para a disputa teórica e política do Feminismo Radical e dos movimentos feministas que se aproximam do Sagrado Feminino, mas que não poderão ser explorados neste trabalho.

³² Expressão popularmente atribuída a Vladimir Lenin.

maternidade, além de usarem de uma retórica fácil de ser mastigada e compreendida (pois falha).

De outro lado, crescem práticas relacionadas ao sagrado feminino, valorização do útero e do aparelho reprodutivo feminino, baseadas na ideia da gestação e processos fisiológicos a ela atrelados como um portal de potência e resistência política de valorização do “feminino”.

Nenhum desses movimentos é novo, são apenas versões repaginadas de um debate que parece não ter se esgotado, desde quando surgiu, nos anos 60, mas que tem seu berço justamente no apagamento e invisibilidade a que as questões relacionadas à maternidade são relegadas nos coletivos feministas (também desde então!).

As pautas maternas, especialmente quando vistas pela perspectiva das crianças, são consideradas questões menores e reiteradamente negligenciadas. Além disso, assim como na política partidária, na militância dos movimentos sociais, e na própria Academia, as mães são deixadas de lado nas questões mais práticas, como, por exemplo, na organização de eventos que não pensam em como acomodar as crianças, além de serem em geral realizados em horários totalmente inacessíveis para mães levarem seus bebês.

Uma boa parte das questões que originaram as perguntas deste trabalho surgiram justamente no período em que convivi com o grupo de mães e com as mulheres que por ele passaram, seja como participante, ativista das práticas de criação com apego, feminista e a partir do meu incômodo com discursos que considerava opressivos e culpabilizadores com as mães. As interações e atravessamentos foram múltiplos, no processo de estranhamento que descrevo mais adiante ao abordar minhas posicionalidades.

O problema sociológico da criação com apego, apresenta-se justamente nas lacunas, que a criação com apego não apenas não resolve como, constantemente, aprofunda. A feminização do cuidado e a sobrecarga materna não são devidamente endereçadas quando se coloca o foco apenas na atenção e olhar respeitoso à primeira infância, especialmente se este olhar se fundamenta em alicerces essencialistas, biologizantes e em um *ethos* individualista do cuidar.

A pergunta que surge quando olhamos para a questão do cuidado e do poder a partir da evidência empírica de que são as mulheres quem mais realizam o(s) trabalho(s) de cuidado é: qual é a estrutura de poder que criou esse desequilíbrio?

Por sua vez, como grande parte do cuidado ocorre dentro do ambiente doméstico, tem sido argumentado por alguns setores que aqueles que ocupam cargos públicos não devem ver de perto a esfera privada, que as desigualdades que aí existem são naturais e devem estar fora do alcance do Estado. Uma forma importante pela qual isso acontece e se expressa hoje

encontra-se na construção da política neoliberal de atendimento ao cuidado, que leva o debate sobre cuidado (e a maternidade não é exceção, mas absolutamente regra para isto) para o campo da responsabilidade pessoal. Nesta lógica, se uma pessoa precisa de cuidados, ela própria ou sua família devem provê-lo e, se não puderem, a sociedade não tem o compromisso ou a responsabilidade de prover algo que ajude a resolver sua necessidade.

O bom cuidado, para Tronto (2013) deveria atender às necessidades da pessoa cuidada, sem prejudicar ou sobrecarregar os cuidadores ou qualquer outra pessoa. O mau cuidado, por sua vez, tem características específicas: vem da ignorância e do desconhecimento das condições alheiras. Nesse modelo, quem cuida assume que é quem melhor conhece as necessidades de quem é cuidado.

O cuidado neoliberal de que trata Tronto (2019), tenta negar a existência da responsabilidade pública e coletiva com o cuidado e devolve tudo às famílias, repetindo os ciclos viciosos de um cuidado desigual. Se dissermos que seria realmente útil para as pessoas começarem a cuidar democraticamente, teríamos que responder à pergunta do que as pessoas precisam para cuidar bem. Para que as pessoas possam prestar um bom atendimento em termos democráticos, elas precisam de:

1. Tempo suficiente para realizar os cuidados que deseja em sua vida.
2. Recursos materiais
3. Vontade coletiva: para que surja a confiança e a solidariedade.
4. Igualdade: temos que nos considerar cidadãos iguais se quisermos viver democraticamente.

É a partir desta perspectiva epistemologicamente comprometida com o cuidado que analiso se a criação com apego contribui – ou não – para criar sociedades em um quadro de democracia do cuidado (TRONTO, 2019).

1.3 CRIAÇÃO COM APEGO E AS REDES SOCIAIS: NOVAS AUTORIDADES PARA VELHOS SABERES

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE (2011), o percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade que acessavam a internet passou de 20,9% (31,9 milhões) em 2005, para 46,5% (77,7 milhões) em 2011, chegando a 78,3% em 2019 (183,3%). Sendo o equipamento mais utilizado para acessar a Internet no domicílio, o uso do telefone móvel celular e já próximo de alcançar a totalidade dos domicílios que acessavam a Internet (99,5%). A pandemia de COVID-19, certamente, acentuou ainda mais a mediação da

vida pela internet³³. A inserção da tecnologia tem se tornado tanto um objeto de estudo em potencial, como uma ferramenta poderosa de pesquisa, cujas vantagens e possibilidades de uso merecem ser investigadas de forma que possam ser mais difundidas. Também se faz importante a percepção de suas limitações, a fim de atenuar e/ou evitar vieses em seu uso.

Um indivíduo em interação com outro, invariavelmente procura controlar a impressão que os outros tem dele e da situação, através do que Goffman (1985) chama de máscaras e artifícios de atuação, para se projetar ao outro, executando “um padrão de atos verbais e não verbais através dos quais (a pessoa) expressa sua visão da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes e especialmente de si mesma” (GOFFMAN, 1985, p. 76).

Muita informação é lida e internalizada nas interações humanas, pelos códigos culturais e uma linguagem silenciosa em que comunicamos sentimentos, humores e posições, através da estética, da semiótica e da linguagem corporal. Para Mendes (2011), nas interações virtuais, onde grande parte dos elementos de caráter não verbal se perdem, as coações do olhar do outro se alteram e ressignificam. Isto porque, na internet, além de revelar aspectos e sentimentos contidos socialmente, há a possibilidade de forjar traços identitários, pois os indivíduos têm múltiplas possibilidades quanto aos atributos e características que desejem valorizar ou esconder, atributos estes que não dependem e não precisam estar intrinsecamente conectados ou ter vínculos profundos com a identidade apresentada no mundo *offline*.

Na rede, a identidade e o mundo são constituídos em janelas, dado que a prática lá vivenciada remete a um eu descentrado que existe em muitos mundos e desempenha muitos papéis ao mesmo tempo, em diferentes pontos desse espaço virtual. (MENDES, 2011, p.7).

É a modernidade que traz a identidade múltipla, pessoal, reflexiva e até fluida e, na Internet, essas características se exacerbam e se alargam permitindo às pessoas jogar com diferentes aspectos do eu, em função das práticas de representação específicas de cada meio.

Na modernidade, a pergunta como hei de viver tem de ser respondida através de decisões diárias acerca de como comportar-se, o que vestir e o que comer, e muitas outras coisas, bem como interpretada no desenrolar temporal da autoidentidade. (GIDDENS, 2002, p. 256).

Com as identidades e vivências maternas, não é diferente, sendo elas também mediadas de forma peculiar e distinta nos espaços virtuais maternos que, precisa ser dito, tornam-se uma

³³ Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (LAVADO, 2020) apontam que o uso da internet no Brasil durante a quarentena aumentou entre 40% e 50%.

verdadeira “janela para o mundo” para puérperas e mães de crianças pequenas no geral que, frequentemente fica(va)m restritas ao ambiente doméstico na fase em que o cuidado com as crianças as isola de muitas de suas costumeiras interações sociais.

Neste sentido, as redes sociais, os grupos de mães, seja para desabafar, trocar dicas e, como veremos nas falas das entrevistadas, para obter parte significativa das informações a que elas fazem referência e que pautam seu materno, tornam-se espaço de absoluta relevância para o nosso campo.

Para ser ter uma ideia da dimensão do universo que estamos adentrando, quando pesquisei a *hashtag* #maternidadereal, apareceram 7.053.165 publicações, apenas no Instagram. O quadro abaixo ilustra a proliferação da temática na principal rede social mencionada pelas mães entrevistadas para este trabalho. Claro que os números não podem ser lidos de maneira cumulativa, visto que uma mesma publicação, possivelmente terá várias, ou todas as *hashtags* marcadas, assim como, por outro lado, tantas outras não terão marcação de *hashtag*, bem como não estão postadas em perfis abertos.

QUADRO 1 – HASHTAGS RELACIONADAS À CRIAÇÃO COM APEGO

Hashtag	Publicações
#maternidade	13.558.144
#maternidadereal e #maternidadereal<3	7.270.304
#maternidadecomapego	316.866
#criaocomapego	314.680
#criaçãocomapego	93.208
#criarcomapego	14.136
#disciplinapositiva	634.848
#educarcomamor	111.347
#educarcomrespeito	27.613
#partohumanizado	589.148
#partonatural	317.159
#amamentação	813.813
#amamentacao	855.075
#amamentaçãoexclusiva	50.244
#amamentaçãoprolongada	31.853
Total	24.998.438

FONTE: Instagram, 2021

Para fins de comparação, para a *hashtag* feminismo, na mesma data, apareciam 3.049.024 menções.

É também à luz do contexto acima que penso ser necessário fundamentar a mediação que ocorre no âmbito do exercício da criação com apego e dos debates sobre maternidade nas redes sociais. Isto também, mas não apenas, porque, dadas as condições da Pandemia de COVID-19, esta pesquisa está sendo desenvolvida primordialmente no universo virtual, com

todas as vantagens e desvantagens que isto representa para o trabalho. Bom ou ruim, foi a única forma de torná-la viável. Ainda assim é preciso levar em consideração o que essa mediação representa para as posicionalidades deste trabalho.

As entrevistadas já recorriam à internet para fundamentar e compartilhar sobre sua maternidade, sendo este um espaço altamente relevante para mulheres mães há algum tempo (SOUZA, 2017). Assim que o contexto *online*, como *a priori*, gera uma troca intensa entre as pessoas que dele participam, fazendo com que as mulheres que aceitaram participar desta pesquisa se reconhecem mães e refletem sobre suas práticas de maternagem também a partir de suas experiências e interações virtuais. É nas redes sociais, principalmente, que elas se questionam e se reafirmam em suas escolhas e agências. É também nas redes sociais que esta pesquisa precisa-se apoiar-se metodologicamente, em uma espécie específica de netnografia³⁴: a autonetnografia, como a define Amaral (2009):

A autonetnografia é aqui compreendida como uma ferramenta reflexiva que possibilita discutir os múltiplos papéis do pesquisador e de suas proximidades, subjetividades e sensibilidades na medida em que se constitui como fator de interferência nos resultados e no próprio objeto pesquisado. (AMARAL, 2009, p. 15).

A abordagem netnográfica permite estudar “não apenas fóruns, chats e grupos de discussão, mas também *blogs*, audiovisuais, fotografias, comunidades de *podcasting*, mundos virtuais, jogadores de videogames em rede e **sites de redes sociais**” (KOZINETTS, 2014, p. 11, grifo meu), fazendo-o a partir de uma perspectiva íntima com o objeto e o campo.

A netnografia, assim como a etnografia, segue seis etapas principais: (i) planejamento; (ii) entrada; (iii) coleta de dados; (iv) interpretação; (v) garantia de padrões éticos; e (vi) representação da pesquisa que não ocorrem necessariamente nessa ordem (à exceção do planejamento e a entrada, mas se fundem e se sobrepõem (KOZINETTS, 2014).

Idealmente, a experiência que se tem como um netnógrafo procurará equilibrar o modo reflexivo, autobiográfico e subjetivo do participante cultural, engajado com o objetivo de precisão do observador científico. Inerente à natureza da etnografia e da netnografia, o pesquisador deve constantemente manter uma tensão, alternando-se entre o envolvimento experiencialmente próximo com os membros de cultura *online* e os mundos mais abstratos e distanciados da teoria, palavra, generalidade e foco de pesquisa. (KOZINETTS, 2015, p. 94).

³⁴ O termo netnografia tem sido mais amplamente utilizado por pesquisadores da área do marketing e da administração, enquanto o termo etnografia virtual é mais utilizado pelos pesquisadores da área da antropologia e das ciências sociais.

Apresento, neste primeiro capítulo, tanto o planejamento, a entrada no campo, quanto a coleta de dados e garantia de padrões éticos para, então, no Capítulo 3, destrinchar os processos de interpretação e representação da pesquisa.

Antes, faz-se necessário, porém, situar o lugar das redes sociais nas dinâmicas dessas fontes e para o lugar desta pesquisa, assim como *as performances* maternas que se apresentam diante de nós.

Se, para Miskolci (2016, p. 284), as relações sociais são hoje mediadas “em um contínuo *on-offline*”, isso é ainda mais verdadeiro para este universo em que, praticamente, todo o conhecimento que essas mulheres usam para fundamentar seu processo reflexivo de escolha é obtido através das redes sociais. De fato, poucas leem na fonte os livros relacionados ao tema, e as que o fazem obtêm as indicações bibliográficas a partir das redes sociais, como elas mesmas relatam:

às vezes nem é científico... as vezes é científico de instagram, sabe? É só o print mesmo ((risos)) (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses).

Então, no início, o instagram ... não, no início não... um pouco mais pra frente, porque antes eu já lia algumas coisas, principalmente na internet... e eu acho que o instagram foi o que mais me ajudou nessa questão de referências e, conforme ia chegando informações, eu ia comprando livros, por exemplo... eu ia baixando coisas no kindle. Então, eu consumo bastante textos curtos de instagram e... ah... alguns livros também. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses).

As relações mediadas pelos debates sobre maternidade nas redes sociais trazem componentes e agregam complexidades inéditos às referências que fundamentam os processos reflexivos das entrevistadas. Também podemos compreender, por meio desta discussão, uma série de novos símbolos e códigos que permitem a inteligibilidade desse fazer-se mãe que aprofundaremos adiante.

Por ora, interessa pontuar que não podemos negar, ou mesmo separar, essa existência “virtual” da materialidade de uma vida analógica, uma vez que, como diz Fedatto (2015, p. 90), “as redes sociais parecem reproduzir todas as formas-sujeito, todos os lugares sociais, todas as posições discursivas”.

Por mais que alguns queiram argumentar que a persona que toma vida no ambiente digital seja uma certa forma de falsificação, a sociologia digital nos dá embasamento para apreender a dimensão complexa e unitária que viver na era da revolução tecnológica nos impõe:

As relações sociais têm passado a se dar crescentemente de forma mediada pelo uso das tecnologias comunicacionais em rede e suas plataformas conectivas, **o que não as transfere para outro espaço, tampouco as torna menos diretas**, nos termos da

socióloga Christine Hine (2009:7); o que se passa é que **nossas relações se dão em um novo contexto cultural que precisamos investigar e compreender em seus próprios termos**. (MISKOLCI, 2016, p. 284, grifos meus).

O sociólogo espanhol Manuel Castells (2003), um dos principais estudiosos da *internet*, argumenta que as redes sociais reforçam e validam uma forma de sociabilidade individualista, ainda que em rede, substituindo as tradicionais comunidades, pautadas no espaço físico, por redes muito mais fluidas e instáveis em seus laços. Segundo o autor, essas redes podem “estar redefinindo as fronteiras e o significado de instituições tradicionais de sociabilidade, como a família” tornando-se “formas de “comunidades especializadas”, isto é, formas de sociabilidade construídas em torno de interesses específicos (CASTELLS, 2003, p. 91).

Cada vez mais, as pessoas estão organizadas não simplesmente em redes sociais, mas em redes sociais mediadas por computador. Assim, não é a Internet que cria um padrão de individualismo em rede, mas seu desenvolvimento que fornece um suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como a forma dominante de sociabilidade. [...] **O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados. O que ocorre é antes que indivíduos montam suas redes, on-line e off-line, com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos**. (CASTELLS, 2003, p. 90, grifos meus).

Isso impõe, pois, pensar a internet não apenas como um espaço de trocas ou fonte de informação, mas como ferramenta de constituição da própria subjetividade, ainda mais depois da Pandemia de COVID-19, e que permite complexificar e atualizar o debate sobre as maternidades e o modelo de criação vivido e imaginado pelas entrevistadas.

A noção de “comunidades virtuais”, proposta pelos pioneiros da interação social na Internet, tinha uma grande virtude: chamava a atenção para o surgimento de novos suportes tecnológicos para a sociabilidade, diferentes de formas anteriores de interação, mas não necessariamente inferiores a elas. [...] Talvez o passo analítico necessário para se compreender as novas formas de interação social na era da Internet seja tomar por base **uma redefinição de comunidade, dando menos ênfase a seu componente cultural, dando mais ênfase a seu papel de apoio a indivíduos e famílias, e desvinculando sua existência social de um tipo único de suporte material**. [...] Naturalmente, a questão decisiva aqui é o deslocamento da comunidade para a rede como a forma central de organizar a interação. As comunidades, ao menos na tradição da pesquisa sociológica, baseavam-se no compartilhamento de valores e organização social. **As redes são montadas pelas escolhas e estratégias de atores sociais, sejam indivíduos, famílias ou grupos sociais**. Dessa forma, a grande transformação da sociabilidade em sociedades complexas ocorreu com a substituição de comunidades espaciais por redes como formas fundamentais de sociabilidade. (CASTELLS, 2003, pp. 86-88. Grifos meus).

Essas mães consomem conteúdo *online*, todos os dias e legitimam suas escolhas indicando “autoridades da internet”, perfis de Instagram e especialistas que elas não sabem – nem sentem necessidade de – bem explicar por que seriam autoridades.

como eu te falei... eu leio bastante. Acho que... a minha fonte maior de leitura tem sido o instagram, assim – mas de fontes legais... eu procuro pessoas legais que produzam conteúdo legal. (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos).

Em uma das passagens sobre sua relação com o conteúdo da sua principal referência sobre criação com apego nas redes (e fora delas), Helena, mãe de um menino de 3 anos, afirma:

olha, eu acho que primeiro que a gente tem que respeitar pessoas que tão estudando isso há anos, né? Pessoas que fazem curso em relação a isso, estudam isso, leem sobre isso... eu acho que a gente não precisa absorver tudo por osmose, mas a gente precisa ter alguns autocríticos, mas tem que respeitar aquela pessoa ali que tá há vinte e cinco anos, tá há vinte anos estudando esse tema... pra gente que chegou agora e tenta aplicar de alguma forma.

Lua Barros é a principal referência e a estudiosa a que Helena se refere. Em seu perfil no Instagram se apresenta como “Educadora Parental e Especialista Emocional”. Em outubro de 2020 Lua contava com 92,6 mil seguidores. Não há referência à sua formação acadêmica que a valide como especialista ou educadora, ainda assim, não há questionamento por parte de suas seguidoras de seu lugar de “autoridade” no tema.

No site da Rede Amparo, para o qual seu perfil no Instagram direciona quem quiser saber mais sobre o seu trabalho, e onde ela oferece seus cursos junto a outras mulheres, consta a seguinte descrição (AMPARO, 2020, s/p):

Educadora Parental e Especialista em Equilíbrio Emocional, Lua criou a Amparo para ser uma rede de acolhimento e afeto. Além dos cursos e jornadas que desenvolve, também faz atendimentos individuais, palestras e workshops em empresas, cria conteúdo *online* para marcas.

No *site*, assim como Lua, todas as profissionais são apresentadas como especialistas, ainda que não incluam indicação expressa ao que as referenciaria como tal. Não há menção a títulos e formações acadêmicas, mesmo que, em alguns casos a formação acadêmica de fato exista. De acordo com o que pude encontrar no Lattes, Julieta Jacob, por exemplo, é Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco.

Explorando um pouco mais o *site* podemos observar os cursos (que são chamados de jornada) oferecidos:

QUADRO 2 – PROFISSIONAIS REDE AMPARO

Mês	Nome do curso	Profissionais	Valor
Maio	Autocuidado, autoconhecimento, sexualidade e carreira	Lua Barros, Tati Sabadini, Julieta Jacob e Manu Costa	R\$ 40
Junho	Sexualidade e Finanças	Dani Carvalho e Julieta Jacob	R\$ 80
Julho	Uma jornada para dentro	Lua Barros (falando sobre culpa), Livia Polichiso (falando sobre amamentação além da teta), Flávia Corregio (falando sobre ciclos femininos) e Malu Paes Leme (falando sobre a Mãe Desnecessária).	R\$ 50
Agosto	Cadê o pai dessa criança?	Pedrinho Fonseca media uma série de quatro encontros junta pais, mães, cuidadoras e cuidadores, futuros pais e futuras mães, quem nem pensa em ser mãe ou pai para um diálogo honesto sobre a responsabilidade de assumirmos nossos papéis.	R\$ 50
Setembro	O feminino e suas essências mais profundas	Renata Magliocca e a Teoria Sistêmica. Dri Reigado com O Corpo e a Ancestralidade. Silvia Vieira com o Prazer Feminino	R\$ 50
Outubro	As maternidades	Marcela Tiboni, Renata Samper, Thaiz Leão e Mariana Camardelli abrem suas histórias e suas vidas para dialogar sobre as tantas maternidades possíveis.	R\$ 60

FONTE: Amparo, 2020

Mais do que a presença, ou ausência, de titulação acadêmica das profissionais aqui citadas, merece destaque o fato de mesmo sem evidências de que de fato sejam “especialistas” ou “educadoras”, elas sejam vistas assim imagetivamente como tais pelas entrevistadas. Nas palavras de Foucault (1995) elas representam um arquivo de estratégias discursivas e de práticas.

O mesmo acontece com a especialista mais citada pelas entrevistadas, a psicóloga Marcia Regina Tosin Claudino, responsável pelo perfil Criação Neurocompatível e que, embora em seu *site* se apresente como “um dos mais importantes nomes da área de Parentalidade no Brasil. Fundadora do maior movimento de educação baseado em Psicologia Evolutiva do país:

Criação Neurocompatível”, não possui cadastro na Plataforma Lattes e sua titulação mais alta é uma especialização em universidade particular³⁵ (NEUROCOMPATÍVEL, 2015).

Os discursos reproduzidos pela psicóloga, suas apreensões e intersecções na narrativa das entrevistadas, serão mais bem explorados no Capítulo 3, quando analisaremos as categorias da essencialização. De antemão, cabe destacar a ruptura com um certo tipo de produção de conhecimento formal, ao mesmo tempo em que se percebe a necessidade de justificar suas escolhas e práticas maternas em um certo conteúdo “acadêmico” que não necessariamente encontra lastro na Academia.

Na sua descrição sobre si mesma, Marcia se apresenta como alguém que “acredita que não é preciso cursos e livros para educar e que os pais são os maiores especialistas dos seus filhos. Defende um estilo de educação baseada na saúde mental” (NEUROCOMPATÍVEL, 2015), porém sua página é recheada de *posts* que buscam justamente a validação da ciência e dos “maiores especialistas” tradicionais, como pode ser visto nos exemplos das 3 figuras abaixo.

FIGURA 1 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM SOBRE NUTRIÇÃO DE BEBÊS E AMAMENTAÇÃO PROLONGADA



FONTE: Instagram NEUROCOMPATÍVEL, 2020a.

³⁵ Psicóloga pela PUCPR. Especialista em Psicoterapia Comportamental e Cognitiva pela Universidade Positivo. Título de Psicóloga Especialista chancelado pelo Conselho Federal de Psicologia Brasileiro. Mais de 23 mil atendimentos clínicos em quase duas décadas de profissão. Longo trabalho de intervenção e pesquisa com crianças vítimas de traumas e problemas de ansiedade.

FIGURA 2—CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM SOBRE TOQUE E ESTÍMULO CORPORAL E ESTAR PERTO DO CORPO DOS PAIS



FONTE: Instagram NEUROCOMPATÍVEL, 2020b.

FIGURA 3—CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM SOBRE POR QUE O CASTIGO NÃO FUNCIONA



FONTE: Instagram NEUROCOMPATÍVEL, 2020c.

Há, recorrentemente, na fala das entrevistadas e nas referências em que elas se pautam uma relação ambígua com o saber científico. A rejeição aos modelos considerados “tradicionais” e que, na verdade seriam, para elas, distorções, desvios do modo “natural” de se fazer as coisas, quando se trata de maternidade, cuidados e educar crianças. Um desejo de ruptura com a “autoria/autoridade transcendente da interpretação e com ela a ontologia que fundamentava a epistemologia “ocidental” (HARAWAY, 2009b, p. 42).

Em *O Manifesto Ciborgue*, Haraway (2009b) aponta caminhos para esta nova possibilidade de apreender não apenas a “experiência vivida”, mas para compreender como o próprio estar nas redes sociais molda e muda a experiência em si, “mapeia a realidade social e corporal” e transforma aquilo que conta como experiência materna no século XXI (HARAWAY, 2009b, p. 36 -37). Esta nova ontologia materna que é a “imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica” (HARAWAY, 2009b, p. 37), uma ontologia materna que dialoga e coexiste com “múltiplas semioses (como imagens, textos escritos, sons, movimentos), além de maior interação entre oralidade e escrita, da qual emergem novas formas de discurso” (MENDES, 2009, p. 3).

FIGURA 4 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM QUESTIONANDO QUE NÃO BASTA TER DOUTORADO OU PÓS-DOUTORADO PARA ENTENDER DE CRIANÇAS



FONTE: Instagram NEUROCOMPATÍVEL, 2020d.

Nos debruçaremos mais profundamente nas analogias discursivas entre esses modelos apropriados pelas mães com quem conversei, bem como nas sinergias e distanciamentos práticos que encontrei na pesquisa empírica, mas por ora gostaria de sinalizar a importância de uma leitura feminista a este tipo de discurso, destacando como os embates entre natureza e cultura e a repaginação deles constituem uma importante chave de leitura para as narrativas encontradas no campo.

Esta relação complexa entre diversas áreas do saber é pano de fundo para todas as reflexões deste trabalho e, para além dele, de minhas próprias inquietações acadêmicas e pessoais.

São múltiplas as experiências de maternidade na vida das diferentes mulheres e elas se interseccionam de modo diferente por classe, raça, geração, contextos sociais, históricos e políticos, mais recentemente nos grupos virtuais. Portanto, também poderiam ser múltiplas as chaves de leitura destas experiências e as formas como se pode atuar em pesquisa para classificá-las. Ainda que não seja possível aprofundar cada uma delas quanto a isso neste trabalho, tanto por não ser o objeto dele como por não ser necessário para o entendimento do que analiso nesta pesquisa, cito alguns estudos que tiveram como alvo de observação esta classificação.

Em sua dissertação de mestrado, Violeta Sarai Salazar (2020), toca em algumas possibilidades de leitura das maternidades contemporâneas a partir de sua etnografia com mães manauaras e venezuelanas e apresenta algumas possíveis categorias como “as mulheres-mães hiper informadas”, o “modelo tribo” e as análises políticas e acadêmicas da maternidade.

Já César, Oliveira e Fontaine (2018), fazem uma análise dos modelos sociais de maternidade difundidos em páginas e grupos de *Facebook* em Portugal, mas que muito se assemelham ao que encontramos também no Brasil e apresentam as seguintes categorias para serem analisadas:

FIGURA 5 – CAPTURA DE TELA TABELA 1 CÉSAR, OLIVERIA E FONTAINE

Tabela 1

Operacionalização dos modelos intensivo e extensivo de maternidade

Dimensões	Modelo <i>intensivo</i>	Modelo <i>extensivo</i>
Objetivos	Centrados na criança	Partilhados entre a criança e a mãe
Atitudes	Prevalência da vinculação mãe-criança	Presença de outras figuras de vinculação
	Dedicação à criança	Valorização simultânea de outros papéis da mulher
	Desenvolvimento e estimulação da criança	Práticas de terciarização Partilha de responsabilidades com outros adultos cuidadores
Sentimentos	Amor maternal	Amor maternal e amor de si próprio
	Realização pessoal pela maternidade	Realização pessoal em diversos papéis
Práticas	Afetação de recursos exclusivamente à criança	Afetação de recursos ao bem-estar da criança e da mãe

FONTE: CÉSAR, OLIVEIRA; FONTAINE (2018)

As autoras concluem que

Os resultados parecem indicar claramente uma prevalência do modelo de maternidade intensivo e a sua promoção nas páginas e grupos do Facebook dedicadas ao tema, o que espelha expectativas sociais quanto ao papel materno e pode ter efeitos nas expectativas das próprias mulheres que querem ser ou são mães, ou mesmo sobre as suas decisões de maternidade. Trata-se de um modelo que está associado a uma visão tradicional do papel da mulher, de um modelo que prioriza a criança e a infância face às necessidades e interesses das mães enquanto mulheres e que pode ser difícil de cumprir por mães que não se dediquem aos seus filhos a tempo inteiro, como é o caso da maioria das mães portuguesas, que exercem uma atividade profissional. Mães que, por contingências diversas, não adotem no quotidiano as Práticas e Atitudes ou não

sintam os Sentimentos prescritos por este modelo (nomeadamente o amor maternal a que Badinter (1986) se refere) podem ver comprometido o seu bem-estar, o seu sentimento de autoeficácia e a sua autoestima. Alguns dos Sentimentos negativos detectados podem ser dessa expressão. O modelo de maternidade extensivo ou negociado, também identificado nestes sítios, mas claramente minoritário, sendo mais igualitário em termos de género já que considera que a mãe não tem que ser a única cuidadora da criança, apresenta-se como mais conciliável com a vida profissional das mães portuguesas. (CESAR; OLIVEIRA; FONTAINE, 2018, p. 57).

Quero destacar que, por aqui, a diferença de uma maternidade intensiva ou extensiva está muito menos focada no fato de a mãe trabalhar fora e ter uma carreira e, sim, muito mais focada no conjunto de práticas relacionadas ao tripé gestação, parto e amamentação e ao modelo disciplinar adotado em relação aos filhos e filhas: criação com apego e disciplina positiva *versus* o que as próprias autoras chamam de “modelo tradicional”. É interessante notar que estes últimos, não necessariamente assim se reconhecem e, por sua vez, consideram estes modelos “novos” como práticas “alternativas” e coisa de “hippie” ou “bicho grilo” (rótulo que os próprios também rejeitam).

Em uma postagem no *Facebook* intitulada *Mais amor, menos preconceito*, uma defensora da criação com apego traz um excelente exemplo de como a narrativa normativa e moralizante está muito mais no não dito do que no dito:

Postagem coletiva sobre o attachment parenting (AP) ou criação com apego. Tomara que essa iniciativa ajude a ideia ser difundida, mas mais que isso, espero que mtos preconceitos e informações equivocadas possam ser postas em xeque.

Vamos pensar no que norteia esse tipo de mater/paternagem, pra ver que não é um bicho de sete cabeças **nem coisa de bicho grilo**.

1- Preparação para a gravidez, o nascimento

Gente, até qdo as pessoas acharão que **uma cirurgia de extração de feto é um nascimento?** Dar a luz deveria ser sagrado, um ritual de mãe e filho, não um evento social com hora marcada. Só o bebe tem condições de dizer qdo está pronto. Pra não entrar em detalhes, só vou citar que hj no sistema priva-lo 80% das mulheres são cortadas, violadas e a gde maioria acha isso normal, qdo esse índice deveria ser de 15%.

2- Alimentação com amor e respeito.

Leite de peito, meu povo... leite de peito! **Nada no mundo é melhor alimento que leite materno**. Não deu? Poxa, isso deveria acontecer com uma parcela mínima de mulheres, já que não existe leite fraco e ele não seca num passe de magia, mas ok, num deu? LA – leite artificial é a melhor saída.

Amamentar até qdo? Até qdo o bebe e mãe assim o quiserem além dos 2 anos. Digo além, pq **ates disso é direito e necessário para o pleno desenvolvimento do bebe**. Não há prazo limite.

Outra: criança não sabe o que é chocolate, salgadinho, Danoninho e um monte de INHOS se um adulto não mostrar, mas isso só prejudica o bebe, não acrescenta em nada, não é legal ou bonitinho. É passível de dó um bebe envenenado pelos próprios pais.

3- Responder sempre com sensibilidade.

Bebes aprendem com tempo e exemplo. **Não precisam ser domados e adestrados.** O tempo é aliado do ensinamento. Um bebe não manipula, não faz manha, não pplaneja. Ele simplesmente sente e necessita. Atende-lo é sinal de respeito, em primeiro lugar. Uma criança só é menor, mas é um individuo que merece todo nosso respeito.

4- Praticar a Criação baseada no Apego.

Um dia, faticamente nossos filhos irão crescer, respeitar esse tempo e proporcionar uma infância tenra de pai e mãe não “atrasa” criança, não desajusta nem nada do tipo. Pelo contrario, hj sofremos da patologia da precocidade.

5- Incluir essa criação também durante as noites.

Como um serzinho pode ter respostas positivas durante o dia e ser esquecido a noite? O pobre mal sabe que está vivo, quem dera distinguir períodos e entender que há horas convenientes pra ser amado, se nem eu entendo?

Se eu gosto de aconchego e companhia pra dormir, pq um bebe que tem um entendimento infinitamente menor, deveria se contentar com a solidão?

6- Fornecer carinho constante.

Amor é de graça, não faz mal e é tudo o que o mundo precisa. Não faz sentido dá-lo em doses homeopáticas por receio, por medo. Deixe-o transbordar, fluir pra alguém e quer alguém melhor do que metade da sua alma?

7- Praticar a disciplina positiva.

Não é necessária nem uma palmada pra educar uma criança. Repito: exemplo e tempo. É preciso tempo cronológico e disponibilidade pra ensinar algo. Exaltemos o que for bom, o ruim, trabalhemos para melhorar. Não é justo que um filho tema os pais, que as pessoas designadas para cuidá-lo lhe imputem dor.

8- Esforçar-se para o equilíbrio na vida pessoal e familiar.

Óbvio, não?! Somos frutos do meio.

Não seria pertinente perguntar o pq de estarmos beirando o caos social?

A família dá sim a base, não adianta fugir e delegar responsabilidades, somos exemplos o tempo todo

Mto simples! E estão vendo como num panorama geral o AP é simplesmente pautado no RESPEITO e isso não seria item fundamental à qualquer relação?

São apenas crianças/bebes, não os subjuguemos por isso.

Tornar o amor real é expulsa-lo de vc, para que ele possa ser de alguém.

Não guarde amor! (GOMES, 2021, s/p. grifos meus).

É interessante observar como as linhas discursivas, o intuído, caracterizam, na defesa da criação com apego, um marco civilizatório moral e ético, em *oposição* a um modelo desinformado e automatizado.

Em sua coluna na *Folha de São Paulo*, Giovanna Balogh³⁶, ela mesma autora do conhecido *blog* Mães de Peito, apresenta o modelo, ainda não tão conhecido em 2014, quando a coluna foi escrita, com a seguinte manchete: *Entenda a criação com apego e como colocá-la em prática.*

³⁶ Jornalista e autora do O Mamá é da Mamãe, Giovanna é doula, instrutora Gentlebirth, consultora de amamentação e produz conteúdo na página @mãesdepeito, onde tem 43,9 mil seguidores (em fevereiro de 2021).

Na criação com apego e também na chamada disciplina positiva as **crianças são educadas com limites, mas de maneira respeitosa, consciente e empática**. “A maior diferença da criação mais tradicional nesse aspecto é que **ensinamos os nossos filhos os limites deles e os nossos próprios sem o uso de abusos, punições, recompensas ou subornos**”, explica o engenheiro Thiago Queiroz, 32, pai de Dante, 1. (BALOGH, 2014, s/p, grifos meus).

Fica demarcada, então, a posição de uma educação respeitosa (em oposição a outra desrespeitosa), consciente (em oposição à desinformação) e empática (em oposição à egoísta). Com efeito, esta visão permeia a fala de todas as entrevistadas e influenciadoras do tema referenciadas por elas.

De um lado, há na criação tradicional a marcação hierárquica entre adultos (educadores) e criança (receptora); nesse arranjo compreensivo, há uma missão civilizatória em relação à criança. De outro lado, na criação com apego a criança é considerada receptáculo de toda a influência como se aquilo que fazemos no parto, na amamentação e nos demais processos envolvidos nesta relação, fosse absolutamente definidor do tudo que a criança virá a ser, sendo, portanto, em muitos aspectos também uma visão colonizadora.

quero imaginar como pensar sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial. Quando penso em intimidade aqui, não estou pensando exclusivamente nem principalmente sobre relações sexuais. Estou pensando **na vida social entretecida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades**. (LUGONES, 2014, p. 936, grifo meu).

A essa altura, o que me interessa são as teias discursivas que sustentam cada um dos modelos. Considero, então, a criação com apego em *oposição* ao que chamo de *criação tradicional* em que a cesárea é aceita, até encorajada, assim como a substituição ou complementação do aleitamento com fórmulas e substitutos lácteos, bem como o uso de chupeta e mamadeira. O modelo mais comum de carregar é o carrinho e é desejável e incentivado que a criança durma desde sempre (ou o quanto antes) em seu próprio quarto, no berço. Além disso, o uso de ferramentas disciplinares tradicionais como a palmada ou o castigo (em suas variáveis de intensidade) são aceitas e defendidas.

Por fim, a característica mais marcante da dita *criação tradicional*, na visão das defensoras da criação com apego é a desinformação, a automatização e desempoderamento da maternidade.

Ao opor *estilos* de maternar, argumento que, em uma perspectiva *butleriana*, a sujeita mãe é múltipla, complexa e, que a *performance* que cada sujeita exercerá em seus horizontes sociais é determinante para coletivizar um indivíduo que será, ao mesmo tempo, único e ainda assim plural (VIEIRA, 2015).

Tais identidades devem ser compreendidas como resultado de múltiplas agências mediadas por relações estabelecidas no meio social no qual tais agentes se inserem. Exatamente por isso cabe esclarecer, desde já, que não pretendo argumentar que os estilos de maternar encontrados nas redes sociais e no campo empírico, sejam “um jogo livre nem uma forma teatral de apresentação de si” (BUTLER, 2019, p. 172) e sim, práticas através das quais o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia (BUTLER, 2019).

Cada uma dessas mulheres acessa “códigos de significação e estruturas reguladoras informadas por esses códigos que significam (i.e. materializam) o corpo. Não se pode ter acesso ao corpo sem os processos culturais (heteronormativos) que o significam” (BORBA, 2014, p. 450).

1.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apoia-se metodologicamente nos pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa, a qual permite “descrever um sistema de relações, mostrar como as coisas interagem dentro de uma rede de influência múltipla e suportam uma relação de interdependência” (BECKER, 2014, p. 188), já que seu principal objetivo é o de interpretar narrativas e seus significados dentro de determinados contextos sociais, econômicos e políticos.

A pesquisa qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas me permitiu (i) verificar as tarefas e atividades que as participantes relataram desempenhar no dia a dia (especificamente, no que se refere aos pilares da criação com apego); e (ii) ouvir as *narrativas* das entrevistadas a respeito deste modelo de criação, na tentativa de reconstituir os significados conferidos, e também apreendidos, através dos discursos objeto desta pesquisa, para entender como suas histórias se cruzam com seus contextos sócio-históricos-culturais (MANZINI, 2004). Mais, exercitar o que Monticelli (2017) descreve como “um processo criativo, que sustenta suas variadas formas de chegar e se aproximar dos sujeitos e objetos, dos processos de coleta de dados e das análises resultantes destes” (MONTICELLI, 2017, p. 36) que inicia com a própria definição do tema, passa pela elaboração de roteiro, diário de campo e desemboca nas análises à luz da teoria aportada.

Desenvolvida 100% de forma *online*, desde o campo, mas também a pesquisa bibliográfica, as reflexões, análises e as interações de orientação, bebo da sociologia digital tanto metodologicamente, como na delimitação do próprio objeto: as mães que praticam a criação com apego à qual se conectaram pela internet e a própria teoria que se espalha pelas redes através de influenciadoras e influenciadores digitais, muito mais do que acadêmicos.

Em um artigo de 2020 em que analisa as origens da sociologia digital, a pesquisadora australiana Deborah Lupton apresentou quatro principais aspectos da sociologia digital:

- 1) Prática digital profissional: uso de ferramentas de mídia digital como parte da prática sociológica;
- 2) Análises sociológicas do uso da mídia digital: pesquisar as maneiras pelas quais o uso das tecnologias de mídia digital pelas pessoas configura seu senso de identidade, sua incorporação e suas relações sociais e o papel da mídia digital na criação ou reprodução de instituições sociais e estruturas sociais;
- 3) Análise de dados digitais: usar dados digitais para pesquisas sociais, sejam quantitativas ou qualitativas; e
- 4) Sociologia digital crítica: realização de análises reflexivas e críticas das tecnologias de mídia digital informadas pela teoria social e cultural.

Sociologists have warned that both digital data and the tools used to collect and analyse them are specific ways of shaping research, among many others, and caution must be exercised against uncritically accepting them (Beer 2012; Savage 2013). Some sociologists have also interrogated the ways in which sociologists' use of new media affect their sociologists' position as empirical social research experts. (LUPTON, 2020, p. 9).

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada pela técnica de etnografia virtual (HINE, 2004) ou Netnografia, conforme Kozinets (2014), no glossário de seu clássico “Netnografia: realizando pesquisa etnográfica *online*”:

Netnografia: um tipo de etnografia *online*, ou na internet; a netnografia fornece diretrizes para a adaptação dos procedimentos de observação participante – planejamento para o trabalho de campo, fazer uma entrada cultural, reunir dados culturais, garantir uma interpretação etnográfica de alta qualidade e assegurar a estrita adesão aos padrões éticos – às contingências da comunidade e cultura *online* que se manifestam por meio de comunicações mediadas por computador. (KOZINETTS, 2014, p. 178).

A netnografia poderá ser ferramental de utilidade tanto para o estudo de comunidades exclusivamente virtuais, quanto como instrumento metodológico em estudos de comunidades virtuais/presenciais (KOZINETTS, 2014), mas também enquanto ferramenta exploratória para estudar tópicos gerais, que é o caso deste trabalho.

Assim como minhas entrevistadas, eu mesma descobri o universo da maternidade e construí minha própria reflexividade enquanto sujeita que se vê desejante de gestar no mundo *online*. Também, assim como elas, recorri a grupos virtuais para saber mais sobre o processo

de tentativas, depois o de gestar e parir, mas também para aliviar minhas dores de recém mãe e angústias puerperas.

Eu, aliás, diferentemente delas, mergulhei tão fundo neste universo que, como diz Amaral (2009, p. 15), tornei-me uma pesquisadora-*insider*.

Para a coleta, a entrada ao campo se deu por meio de entrevistas *semi-estruturadas*, realizadas virtualmente, por meio da plataforma *Zoom* e também de coleta em sites, redes sociais, blogs, vídeos e conversas em grupos virtuais. Além destes materiais, realizei a coleta de dados em institutos de pesquisa nacional e internacional a fim de obter dados demográficos e indicadores sobre as atividades de cuidado. Conforme Kozinets (2014), a netnografia de *site* público apresenta um problema ético e é aceitável citar mensagens realizadas em páginas públicas, desde que as citações não sejam identificadas. No caso deste trabalho, entendemos que deve ser preservado o anonimato tanto das citações de indivíduos que consomem o conteúdo destas redes como das entrevistadas. De outro lado, os conteúdos de pessoas e influenciadoras que se projetam nas redes sociais a partir do lugar de autoridade, a análise do conteúdo deve ser referenciada e citada.

Sobre a entrevista, cabe uma breve consideração. Para refletir sobre as intersecções através das quais ela me possibilitou um entendimento crítico para a elaboração da minha própria experiência subjetiva e que envolve, além de minha experiência como mãe e pesquisadora, o lugar que ocupei ali, diante daquelas mães e dos regimes de normas envolvidos no processo de visibilidade e interpelação de um relato sobre o “eu”, assim como o das minhas entrevistadas que ali narravam-se para mim, no “jogo de leituras” a Donna Haraway (2009b, p. 90) se refere.

As complexidades na relação entre entrevistadora e entrevistada nem sempre são reconhecidas ou devidamente exploradas.

A entrevista é um espaço de coprodução da subjetividade, realizada através da interpelação que demanda um agenciamento retrospectivo da experiência. Conhecer se torna um ato relacional e a autoria de um “eu”, captada pelo registro da entrevista, está longe de ser um procedimento radicalmente autossuficiente ou individualmente fechado sobre si. (...) Enquanto registro do relato biográfico de si, a entrevista é uma constante restauração de um momento narrativo original – que é, ela mesma, indício da incompletude do sujeito e da impossibilidade de fechamento de uma única história para a vida. O “eu” se torna um personagem para a narração de si – narração que só é possível a partir de determinadas convenções linguísticas, mas também da figura do interlocutor (QUAGLIATO, 2021, p. 9, 18).

Em uma rápida busca pelo meu nome na internet, as minhas entrevistadas poderiam encontrar meu posicionamento político sobre boa parte dos temas que estávamos ali abordando. Será que elas o fizeram? Não me pareceu oportuno perguntar. Ainda assim, uma delas relatou

me seguir nas redes sociais e ter sido influenciada pelas minhas postagens. Além disso, todas pareciam partir da premissa de que meu trabalho sobre a criação com apego seria para dar visibilidade a este tema, ou, nas palavras de Helena, por ser “um tema muito novo assim, né? Acho que tá todo mundo muito se esforçando pra aprender, né? E na expectativa de que isso vai ter um efeito positivo lá na frente, né? Porque... tomara”.

Como será, então, que aquelas mulheres estavam se colocando diante de mim, de alguém sobre quem elas tinham suas próprias premissas e que imaginavam ser alguém com uma visão similar a elas sobre a criação com apego? De outro lado, eu, como uma jovem pesquisadora e diante de minha primeira experiência de campo, me coloquei inicialmente o mais silente e ativamente escutando possível. Fosse-me dada a oportunidade de entrevistá-las novamente, será que eu faria outras ou mais perguntas? Será que eu exploraria questões que a inexperiência e a busca por uma escuta atenta não me permitiram ousar?

Seja lá qual for a resposta, trata-se, evidentemente, de um exercício especulativo, importando, porém, destacar que a entrevista mais do que produzir e registrar as trocas com minhas entrevistadas, se apresentou como instrumento privilegiado para explorar as estruturas discursivas que possibilitam aquele relato.

A análise promovida foi realizada em diálogo com uma teoria feminista que se propõe não a neutralizar o discurso senão, ao contrário, a lançar luz sobre a complexidade das relações de poder constitutivas da produção de saberes (RAGO, 1998). E é somente por isso que eu mesma posso ser sujeita pesquisadora em um tema que se imbrica com tantas de minhas próprias inquietações e vivências. Em um exercício simultâneo de reconhecimento, identidade e estranhamento às narrativas ouvidas é que transformei essas percepções e sensações também em material de análise. É isso que apenas uma epistemologia feminista torna possível.

Viver a experiência de realizar este trabalho em meio à Pandemia de COVID-19 com uma criança de 4 anos em casa, pesquisando justamente aquilo que mais me desafia no meu dia a dia foi um exercício para o qual não encontro outro adjetivo que não *surreal*.

Peço, então, licença acadêmica para explorar aqui um pouco mais dessa posicionalidade que marcou os rumos do trabalho.

Não houve um dia desde março de 2020 em que eu não acordasse querendo desistir. Um dia em que eu não tenha me perguntado se a pesquisa era a escolha certa. Produzir conhecimento, mas a que custo? A cada livro lido e não fichado, a cada *post-it* incluído em um rabisco no livro, que me abria para mil outras possibilidades e que eu mal conseguia lembrar o que queria dizer com aquela anotação, dada a exaustão mental do trabalho de cuidado cotidiano. A cada conceito não compreendido, a cada texto que eu sentia que precisaria de mais outros

dois para ser apreendido, mais eu tinha certeza de que a Academia não é lugar para mães. Ao menos não para mães trabalhadoras, que precisam ler e fichar de madrugada, enquanto suas filhas dormem, ou desenvolver o dom do *nirvana* que permite ir para um lugar distante e pleno enquanto alguém chora e grita ao seu lado demandando atenção.

Foram cerca de 60 semanas (quase duas outras gestações) sem ter um único final de semana de folga, contando com minha rede de apoio enquanto eu trabalhava e sem qualquer tipo de descanso para mim mesma, quando por fim eu parava de trabalhar. E nessas 60 semanas, ao mesmo tempo em que as ideias iam tomando forma, elas também foram gerando inseguranças profundas sobre o rumo a seguir daqui em diante. Um filho com sintomas de depressão infantil e ansiedade aos 4 anos me fez questionar se tudo que eu estava produzindo de crítica à teoria do vínculo não seria, na verdade, uma forma de isentar a mim mesma dessa culpa. De trabalhar tanto, de estar “distante” e deixar marcas indeléveis na criança pela qual sou responsável.

Em paralelo, foi a pesquisa também que me resgatou do pânico, da minha própria ansiedade generalizada e depressão. Quanto mais lia sobre as falhas metodológicas dessas teorias que nos colocam, a nós mães, na posição de culpadas absolutas, mais me redimia deste lugar para me dedicar, com alguma clareza, ao que efetivamente eu estou tentando produzir aqui: conhecimento sociológico.

Há uma Pandemia de COVID-19 em curso. Há outros responsáveis pela criança além de mim. Há meus desejos e sonhos. Há também, sim, uma criança que mal entende o que está acontecendo e porque ela passou quase um ano sem poder ver outra criança, ou sem ir à escola, mas que também está cada vez mais ciente de que, assim como ela, a mãe também sonha em ser cientista.

Tudo isso em uma sociedade que, como diria uma matéria que saiu no *New York Times* em fevereiro de 2021 ao analisar o efeito catastrófico da Pandemia de COVID-19 nas mães: não apenas abandonou, mas traiu as mães. O peso esmagador na saúde mental das mães, especialmente as de crianças pequenas, reflete o nível do sentimento de traição. Não é apenas *burnout*, é uma opção feita pela sociedade. Enquanto o *burnout* coloca a culpa e a responsabilidade no indivíduo e diz às mães que elas não são resilientes o suficiente, a traição aponta diretamente para as estruturas quebradas ao redor delas (LAKSHMIN, 2021).

Questionar as premissas de objetividade, neutralidade e universalidade que sustentam o discurso é o que permite estabelecer uma nova relação entre teoria e prática, isto é, nos permite incorporar a subjetividade como forma de conhecimento (RAGO, 1998). É também por isso que, antes ainda de se pensar maternidade, infância ou família, é preciso questionar os próprios

pressupostos que sustentam as posições desiguais e assimétricas das obrigações de cuidado, o que farei no Capítulo 2, ao abordar o conjunto de símbolos e significados, normativos ou não, que definem a(s) maternidade(s) no imaginário coletivo e para as mães entrevistadas neste trabalho.

1.4.1 Localizando o saber e o fazer: diálogos epistemológicos e o processo de estranhamento

O principal desafio para realizar este trabalho é possivelmente também a sua maior potência: meu posicionamento no universo da criação com apego, ora de pertencimento, ora crítico, ora apenas de observadora. “Estranhar o familiar” nas palavras de Tornquist (2004) que, em sua pesquisa de doutorado viu-se em uma posição que considero bastante similar à minha, é um processo necessário e desconfortável. Afinal, como conciliar o tempo necessário à reflexão acadêmica com as urgências políticas e as práticas do meu próprio maternar cotidiano? Mais: como lidar com a minha própria militância (que durante boa parte desta pesquisa tem sido também meu objeto de trabalho remunerado) após ter passado pelo processo indelével da reflexão e da crítica sociológica?

Desde muito antes da apresentação do projeto de pesquisa que culminou neste trabalho, a análise dos discursos e narrativas relacionadas à criação com apego me levaram a um não-lugar. Isto porque as leituras feministas acadêmicas não pareciam apreender plenamente um universo ao qual eu também pertenço, da mesma forma em que este universo parecia levar para caminhos e fundamentos teóricos perigosos em um debate que para mim era caro demais.

Tomo as palavras de Tornquist (2004) emprestadas para descrever o percurso em que ainda me debato cotidianamente enquanto escrevo estas mesmas linhas:

a um só tempo um projeto acadêmico e um processo existencial. Como estranhar o que me era tão familiar? Ou melhor, como perceber o que, neste familiar, estava relacionado a esta escolha, a esta arbitrariedade que representa um estilo de vida – seja por tendência sociológica, seja por opção? (TORNQUIST, 2004, p. 23).

É bem verdade que a teoria feminista sobre a produção do conhecimento há bastante tempo superou o mito irracional da objetividade científica, reconhecendo, por sua vez, que não há fotografia que não seja mediada, no discurso e na ciência: o que há são apenas “possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos” (HARAWAY, 2009a, p. 22).

Para que sejam analisados os discursos imbricados no cuidado com apego é necessário, antes de mais nada, assumir uma posição epistêmica que seja sensível ao poder e a suas tecnologias, um posicionamento que, longe de ser isento, pretendendo-se pertencer ao universal ou relativista, incapaz de posicionamento crítico, é localizado e responsável com o que vê/lê e com o que fala/escreve (HARAWAY, 2009a).

É também o lugar privilegiado da parcialidade que permite o que Haraway (2009a, p. 36) chama de “conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece”. Não se trata de um lugar de objetividade, e sim de um lugar de construção e reconstrução de símbolos, significados e interpretações.

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. (HARAWAY, 2009a, p. 15).

Para pensar não apenas os lugares, mas também os não-lugares, os vácuos e os suspiros que o meu posicionamento (des)ocupa, recorro às análises de Costa (2002) a respeito dos interstícios nos quais me coloco não ontologicamente, mas material e simbolicamente, em uma construção contínua de historicidade:

[...] ao invés de dispormos uma categoria paralelamente às outras ao projetar cartografias do indivíduo, seria melhor se considerássemos uma intersecção muito movimentada, na qual vários vetores de diferença estão em constante sobreposição, deslocando uns aos outros, abrindo espaços intermediários (*in-between spaces*) ou interstícios nos quais o sujeito se posiciona, não importando quão provisoriamente. Contudo, em termos dos discursos da diferença, faz-se necessário enfatizar que esses interstícios não devem continuar sendo percebidos apenas como espaços ontológicos, abstrações desconstrucionistas ou sinais da diferença pura. Sem dúvida, eles também são o produto, o material e os efeitos simbólicos de desequilíbrios históricos. (COSTA, 2002, p.81).

O que significava, então, eu ser uma mãe que cria seu filho seguindo algumas das práticas preconizadas pela criação com apego? Que faz cama compartilhada, que amamentou até os 3 anos e educa – ou tenta – seu filho sem violência? O que significava ser uma mãe feminista? Uma produtora de conteúdo e ativista digital, que escreve sobre suas experiências com a maternidade e o feminismo desde 2016, em uma revista feminista e que acabou lançando um livro sobre? O que todos esses lugares e tantos outros que eu percorro e que me atravessam, representam para este trabalho? Como essas insígnias permeiam a escuta do meu campo e a apreensão da teoria que me cercou durante estes quase três anos – e mesmo antes?

Se é verdade que “não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas” (HARAWAY, 2009^a, p. 22), é igualmente necessário fugir de narrativas totalizantes que assumem romanticamente a perspectiva dos subalternizados como inocente ou desprovida de viés.

Com efeito, foi a minha experiência que me trouxe ao tema desta pesquisa. Ao mesmo tempo, a experiência de narrar a mim mesma nas análises que faço das narrativas das minhas entrevistadas, foi o que me permitiu, por exemplo, questionar autores que descreviam práticas que eu sabia não serem experienciadas desta forma por muitas das mulheres, eu inclusa, que as abraçavam e defendiam.

Desde o início da pesquisa, nas leituras da disciplina de Trabalho, Reprodução e Cuidado e, depois nas mais específicas antes de iniciar o campo, a minha própria maternidade e o meu lugar de pesquisadora pareciam tomar lugares separados na minha consciência. Ser mãe de uma criança que vive momentos extremamente definidores e desafiadores à luz dos princípios da criação com apego, enquanto me preparava para o processo seletivo e, depois, enquanto cursava este programa de pós-graduação, me trouxe constantes questionamentos sobre minhas próprias motivações e indagações.

Quando da preparação para o processo seletivo, em 2018, meu filho estava com 2 anos e, na entrega deste texto ele terá quase 5. Eu o amamentei até os 3 anos e, ainda hoje, temos um arranjo de cama compartilhada parcial, que se intensificou com a Pandemia de COVID-19 e o consequente isolamento social. O período de 1 a 3 anos, especialmente, é considerado nas teorias de desenvolvimento infantil como dos mais desafiadores em relação especialmente às questões disciplinares. Nomeado por alguns pediatras e psicólogos infantis como a adolescência da infância, é a fase em que a criança passa a se perceber como indivíduo, com desejos e opiniões próprias, o que gera neles a necessidade de tomar decisões e fazer escolhas por si, resistindo, portanto, aos pedidos dos pais. Não é exatamente uma ação consciente da criança, mas uma tentativa de atender a esse desejo interior, a essa descoberta de si como um ser independente dos pais. Claro que, compreender o que há por trás disso ajuda a lidar melhor com as birras e o pequeno do contra que está à nossa frente, mas nada disso minimiza o cansaço das negociações, a culpa das explosões e gritos e até mesmo da ausência, como foi no meu caso.

Depois, realizar o campo e a parte mais substancial da escrita do trabalho em meio a uma pandemia inédita para a maior parte das pessoas vivas no planeta, e a primeira em um mundo verdadeiramente conectado e interdependente de formas que, dificilmente, ficariam mais óbvias do que diante da crise causada pelo Novo Coronavírus que vivemos (estamos vivendo) desde março de 2020. Uma crise sanitária, mas que foi essencialmente uma crise do

cuidado e que escancarou grosseiramente as desigualdades fundantes da nossa sociedade, especialmente as de gênero. Especialmente para mães. Mais ainda para mães de crianças pequenas e/ou mais dependentes de assistência.

Pessoalmente, a Pandemia de COVID-19 me pegou no contrapé quando me preparava para o início do campo e iniciava um novo trabalho remunerado na ONU Mulheres³⁷ que me permitiria ter uma remuneração razoável em meio período, finalizar com tranquilidade a minha pesquisa e processo de escrita. Eu não contava com uma pandemia que deixaria meu filho 24 horas por dia dentro de casa em um misto de tédio e energia acumulada. Não esperava, ainda, que teria que dobrar as horas de trabalho remunerado para compensar a perda de renda familiar que a pandemia trouxe.

Manter a sanidade tornou-se um desafio por si só: me vi afogando na experiência mais visceral de debate sobre o cuidado que eu poderia viver enquanto procurava apreender o que o meu campo dizia sobre a teoria que eu ainda estava tentando conectar. Não foram poucas as vezes em que pensei em desistir e o “apenas mais um dia” se tornou meu mantra pandêmico.

Ao mesmo tempo, vi-me a cada dia mais aprofundando o meu “processo de estranhamento” do lugar onde saí quando comecei a refletir sobre as questões que me trouxeram a este objeto (TORNQUIST, 2007). Estranhamento este que, como diz Carmen Tornquist (2007) ao refletir sobre seu próprio campo, simbolicamente muito próximo do meu, não ocorreu sem dor ou desconforto ao constatar que o que por tanto tempo me foi familiar agora começava a tornar-se incômodo:

Estranhar o familiar é um processo doloroso, pois, sabemos que o descentramento do olhar traz mudanças irreversíveis à forma de ver, ou seja, o deslocamento que o processo de relativização permite e provoca é uma viagem, se bem-sucedida enquanto tal, da qual não se retorna, jamais, a ponto de partida. (TORNQUIST, 2007, p. 36).

Foi também meu posicionamento de mãe e de alguém que interage há bastante tempo com a comunidade da criação com apego que facilitou a aproximação e entrada no campo, mesmo em circunstâncias tão peculiares como as experienciadas na Pandemia de COVID-19.

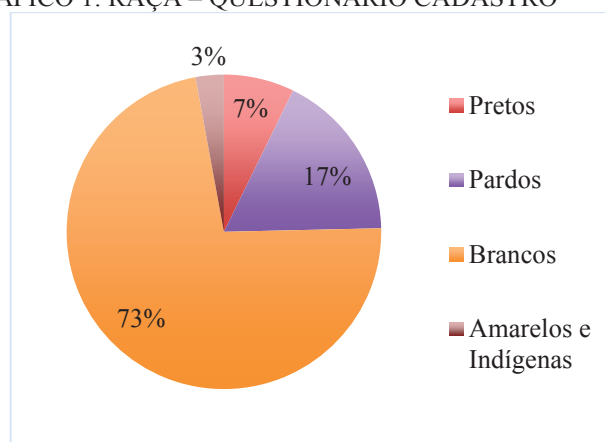
37 Agência da ONU (Organização das Nações Unidas) dedicada a garantir os direitos humanos das mulheres no Brasil e no Mundo. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais, através de seis áreas prioritárias de atuação: (i) liderança e participação política das mulheres; (ii) empoderamento econômico; (iii) fim da violência contra mulheres e meninas; (iv) paz e segurança e emergências humanitárias; (v) governança e planejamento; (vi) normas globais e regionais.

1.5 A ENTRADA NO CAMPO

Quando, em 15 de janeiro de 2020, lancei no grupo do *Facebook* Criação com Apego³⁸ um questionário de cadastro (APÊNDICE 1), buscando pessoas interessadas em participar desta pesquisa, minha intenção era a de obter número suficiente de respostas para entrevistar pais e mães, o maior número possível presencialmente e alguns *online*, se necessário. O recorte de número de filhas, raça, renda, cidade, ainda não estava definido e dependeria, como de fato dependeu, do que eu encontraria nas respostas espontâneas.

Naquele momento 69 pessoas responderam, sendo 67 mulheres e dois homens. Dez pessoas se declararam bissexuais, 57 heterossexuais e duas deixaram a resposta a esta pergunta em branco. Apenas quatro respondentes tinham três filhas, 19 tinham dois, e todas as demais apenas um filho. Em termos de perfil étnico/racial 17 respondentes eram negras (pretas e pardas), duas amarelas e 50 brancas.

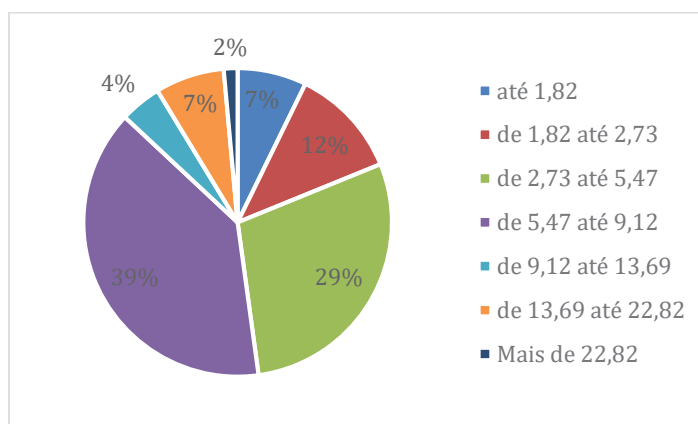
GRÁFICO 1: RAÇA – QUESTIONÁRIO CADASTRO



FONTE: Cadastro e Entrevistadas – Acervo pessoal (2021)

Assim como o perfil étnico racial majoritariamente branco não me surpreendeu, não houve, neste momento, surpresas quanto à composição do grupo no que se refere à renda familiar:

³⁸ Grupo fechado com cerca de 32 mil membros, criado em 2013 pelo influenciador Thiago Queiroz (Paizinho, Vírgula) que tem mais de 90 mil seguidores no *Facebook* e se dedica a discutir a Criação com Apego. O objetivo principal do grupo, de acordo com a sua descrição é: “compartilhar e construir conhecimento em conjunto, e também ser um grupo de apoio virtual para acolhimento de pais e mães para a Criação com Apego”. Nas regras, de leitura obrigatória para os membros serem aceitos, consta que o grupo incentiva: “parto normal, o respeito às decisões da mulher sobre o parto; amamentação; sono compartilhado ou cama compartilhada; disciplina positiva e respeito à infância” e que “não acreditamos na palmada educativa, nem apoiamos qualquer prática de educação que inclua humilhação (como castigos ou “cantinho da disciplina”), nem métodos que deixem o bebê chorar para dormir”.

GRÁFICO 2: RENDA FAMILIAR³⁹ – QUESTIONÁRIO CADASTRO

FONTE: Cadastro e Entrevistadas – Acervo pessoal (2021)

Ainda, penso que seja pertinente apontar no que diz respeito aos debates que traremos sobre família e sua construção heteronormativa: as 57 respondentes declararam estar casadas ou em uma união estável, ao passo que oito se declaram solteiras e apenas quatro divorciadas.

É então deste ponto circunstancial que parte o campo: de um lugar predominantemente branco, de classe média, heterossexual e orientado por uma narrativa predominantemente feminina. Se a intenção inicial era entrevistar pais e mães, o baixo engajamento de respostas masculinas ao questionário de cadastro deu uma pista da dificuldade que esta proposta apresentava.

O início da Pandemia de COVID-19, quando me preparava para a condução das entrevistas, deixou tudo embaralhado, tanto por questões práticas – como a delimitação e o recorte – quanto por questões de ordem emocional. Vi-me desafiada pela realidade de muitas mães trabalhadoras brasileiras, confinadas ao trabalho em casa sem apoio da escola ou das tradicionais redes de apoio. Ao mesmo tempo, foi a limitação pandêmica que sedimentou a ideia, até então latente, de delimitar as entrevistas às mães.

A primeira decisão foi, então, tomada rapidamente: seguir com o campo de forma virtual, o que de certa forma não deixa de ser um (quase) poético *plot twist*⁴⁰ para esta consumidora assídua de redes sociais e para este campo (o da criação com apego), que encontrou no mundo virtual muitos dos adubos mais potentes para sua propagação. Afinal, já vivíamos há muito uma sociedade *digital* (MISKOLCI 2016).

³⁹ Os valores estão expressos em salários-mínimos. O salário-mínimo em 2020 era de R\$ 1.045 conforme Medida Provisória 919/20 publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 31/01/2020.

⁴⁰ No jargão virtual: grande virada, algo inesperado em uma obra literária, audiovisual, etc. Uso aqui como alusão ao campo virtual inesperado mesmo que todo o meu interesse pelo tema e minhas interações orgânicas com ele tenham se dado quase que exclusivamente a partir de e no mundo virtual.

Não foi de fato tão difícil definir quem seriam as entrevistadas e, com isso, delimitar meu objeto às narrativas apenas de mães (e não mais de mães e pais), visto que das 31 pessoas que responderam afirmativamente à pergunta: “você tem interesse em participar da entrevista presencial?”, todas eram mulheres. Excluídas as duas que responderam não ter certeza quanto a se considerarem adeptas da criação com apego, restaram 29 possíveis entrevistadas. Descartei mais duas com quem havia uma intimidade pessoal e com as quais não me sentiria confortável em analisar suas respostas. Diante desse quadro, enviei e-mail às 27 restantes. Destas, nove me responderam.

1.6 AS MÃES

Uma vez selecionadas as nove entrevistadas e agendadas as conversas no horário de melhor conveniência delas, elaborei um roteiro com 19 possíveis perguntas que me permitiriam responder o que, há época, eram os objetivos desta pesquisa. A conversa se iniciava sempre pedindo à entrevistada que falasse de maneira livre sobre sua experiência com a maternidade, como forma de apreender através das respostas iniciais, a constituição do olhar daquela mãe para o tema.

No geral, as entrevistas transcorreram como um bate-papo, sem a necessidade de se seguir o roteiro rigidamente. Pude perguntar especificamente alguma coisa apenas no caso em que me parecesse não estivesse abarcando este ou aquele ponto. Na maioria das vezes, no entanto, os assuntos e as questões postas surgiram espontaneamente na conversa pela própria iniciativa delas.

Logo após a entrevista, elas preencheram novamente uma versão atualizada do questionário de cadastro contendo as seguintes informações: nome completo, telefone, cidade de residência, idade, gênero, orientação sexual, estado civil, raça/etnia, se a renda da respondente é a principal renda da família, renda familiar, escolaridade, quem mais mora na mesma casa, profissão, se trabalha fora ou não e, se sim quantas horas, número de filhas e idade de cada; com que idade teve o primeiro filho, se tem empregada doméstica ou diarista, qual o arranjo familiar com as crianças (escola, babá, misto, etc.) e, por fim, se se considera adepta da criação com apego ou da disciplina positiva.

As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e as conversas transcritas em sua forma literal, procurando respeitar silêncios, risos, expressões, pausas e intervenções. A intenção foi a de preservar ao máximo os significados e sentidos das ações através da narrativa e análise dos dados, como aponta Deslauriers (2008). A única modificação realizada foi a troca

dos nomes das mães por nomes fictícios, preservando a confidencialidade e identidade delas. As idades, delas e de suas filhas, permaneceram inalteradas nos relatos, eis que relevantes para apreensão de seus conteúdos e a interpretação dos dados.

A percepção, observação e compreensão dos significados e sentidos que essas mulheres atribuíam às suas experiências maternas foram analisadas, no dito e no não dito, no escancarado e nas entrelinhas, à luz do relatar a si mesma que, como Butler sugere, “adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência com transições plausíveis, mas também recorre à voz e à autoridade narrativas, direcionadas a um público com o objetivo de persuadir” (BUTLER, 2015, p. 16) em relação aos objetivos propostos.

Procurei encontrar nas narrativas dessas mães não apenas sua relação atual com a criação com apego, mas, também, os caminhos percorridos para chegar até ela e às formas, sentidos e arranjos específicos que estas lhe atribuem hoje. É que:

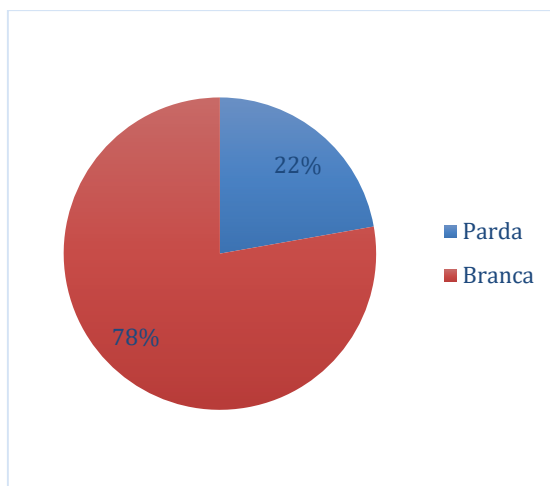
se [...] o sujeito é sempre um interdiscurso, o produto dos efeitos das práticas discursivas que o atravessam no curso de sua história, então se torna imperativo nos referirmos às especificidades da história desse sujeito – suas *ligne d’erreur* – na elucidação do complexo dialogismo entre o sujeito e seus múltiplos lugares de enunciação. (COSTA, 2002, p. 85).

Todas as respondentes têm apenas uma filha, com idades entre um e cinco anos.

Apenas uma não mora em uma capital, sua região metropolitana ou em uma cidade com mais de um milhão de habitantes (Campinas/SP). Mais da metade delas (cinco) declararam trabalhar em tempo integral fora de casa e, destas, quase metade, ou quatro delas, são a principal renda da família. Somente três fazem uso de serviço de diarista e nenhuma tem uma funcionária empregada mensalista. Contrariamente ao que o senso comum sobre a criação apego poderia indicar, e ao que a própria crítica feminista aponta, somente uma delas dedica-se ao filho em tempo integral, o que empresta nuances ainda mais interessantes sobre como o discurso da nova domesticidade, repaginado na criação com apego, se torna ainda mais pesado para ser carregado individualmente, como será mais explorado no Capítulo 3.

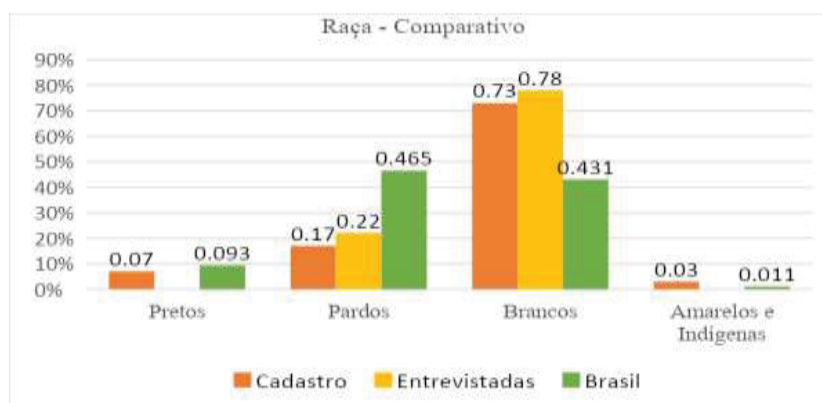
Quando olhamos para o perfil étnico/racial e de renda dessas mulheres, especialmente comparando-o ao dos respondentes do questionário de cadastro e à população brasileira temos um perfil predominantemente branco e distante da realidade brasileira, como pode ser visto no Gráfico 3 abaixo:

GRÁFICO 3: RAÇA DAS MÃES ENTREVISTADAS



FONTE: Cadastro e Entrevistadas – Acervo pessoal (2021)

GRÁFICO 4: RAÇA COMPARATIVO

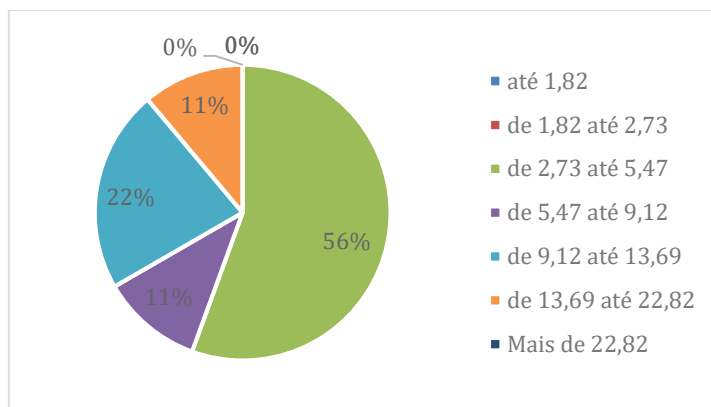


FONTE: Cadastro e Entrevistadas e Brasil – Acervo pessoal (2021) / IBGE (2019)

Olhando para a renda familiar nos damos conta de que não estamos tratando de famílias necessariamente elitizadas, ao contrário: a renda familiar da maioria das respondentes está localizada entre 2,7 e 5,4 salários-mínimos, o que reforça, conforme apontado por Sorj (2013), que o gênero não é categoria de análise suficiente para explicar as lógicas que permeiam as relações de trabalho de cuidado.

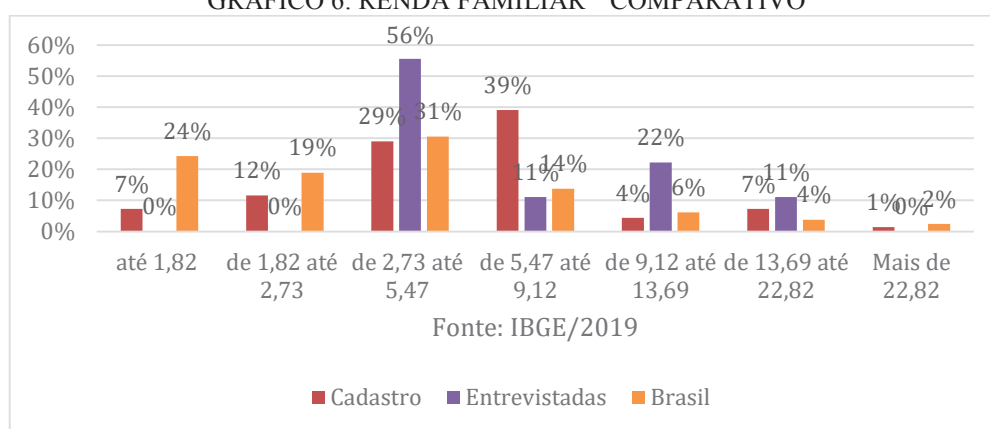
GRÁFICO 5: RENDA FAMILIAR⁴¹ – MÃES ENTREVISTADAS

⁴¹ Os valores estão expressos em salários-mínimos. O salário-mínimo em 2020 era de R\$ 1.045 conforme Medida Provisória 919/20 publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 31/01/2020.



FONTE: Cadastro e Entrevistadas – Acervo pessoal (2021)

GRÁFICO 6: RENDA FAMILIAR⁴² COMPARATIVO



FONTE: Cadastro e Entrevistadas e Brasil – Acervo pessoal (2021) / IBGE (2019)

A partir destes dados, sigo então para a breve apresentação de cada uma das mães entrevistadas e seus universos particulares, para, então, argumentar brevemente como elas se posicionam enquanto grupo e indivíduos na economia do cuidado.

No universo da criação com apego, cada uma dessas mulheres é uma atmosfera específica, em um universo próprio de desejos, agências e significações de suas práticas maternas. Aproprio-me aqui, da ideia de *pesquisadora-insider* “enquanto um conceito não-absoluto intencionado para designar aquelas situações caracterizadas por um grau significativo de proximidade inicial entre as locações socioculturais do pesquisador e do pesquisado” (Hodkinson, 2005, p. 134) visto que, como já deixei demarcado, sou parte destes universos, seja enquanto mãe, militante pela humanização do parir e do nascer, como enquanto feminista. Por ser uma participante ativa dos espaços que me permitiram acesso e entrada ao campo, sendo também identificada como mãe e adepta das práticas da criação com apego (como a amamentação prolongada e a cama compartilhada, por exemplo), minhas entrevistadas

⁴² Os valores estão expressos em salários-mínimos. O salário-mínimo em 2020 era de R\$ 1.045 conforme Medida Provisória 919/20 publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 31/01/2020.

sentiram-se à vontade comigo e, em diversos momentos da entrevista, assumiam que eu “as entenderia”, com frases como “bem, você é mãe, você sabe do que eu estou falando.” Uma delas, Ana, teve até o mesmo obstetra que eu.

Minhas entrevistadas, não são, em muitos aspectos, diferentes das mães com quem convivo em meu dia a dia e com as quais interajo nas redes sociais. Nem são muito diferentes entre si, à primeira vista. A análise mais atenta, no entanto, nos informa destacadas subjetividades e *performances* distintas em seu reconhecimento enquanto *mãe*.

Vamos a elas.

Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, mora em Araucária, na região metropolitana de Curitiba/PR, é professora e, à época da entrevista, bolsista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, onde cursava seu doutorado. Tornou-se mãe aos 26 anos em uma gravidez desejada e planejada, assim que terminou o mestrado. Então, mesmo antes de engravidar, começou a se informar sobre maternidade e o que esperar desta transformação em sua vida, tanto do ponto de vista físico, do parto, amamentação, humanização do atendimento à mãe e bebê, quanto das possíveis formas de criação não violentas que, segundo ela, foram um caminho reto, entre si.

Como todas, a fonte primária de suas descobertas, informações e validação “científica” é a internet, em especial influenciadoras sobre o tema que compartilham seu conhecimento e experiências em perfis pessoais no Instagram e páginas e grupos no Facebook. Outro ponto em comum com as demais entrevistadas que residem com os pais de suas filhas, é que Ana também é quem toma a liderança quando o assunto é o modelo de criação e educação do filho. O marido “segue o fluxo”.

Nossa conversa fluiu com muita naturalidade. A todo momento, em suas falas, Ana trouxe uma visão de maternidade não biologizante, pautada na construção e pressão social de a mulher ser a cuidadora primária e o homem não transparecer as emoções, o que também impactava nas críticas ao seu próprio estilo de criar e cuidar das emoções de seu filho. Em comum com as demais entrevistadas, demonstrou um desejo muito forte de criar seu menino de maneira mais livre das amarras que costumam aprisionar os garotos. Livre para chorar, amar e ser vulnerável. Bem diferente da forma como viu seus irmãos, primos e até o marido serem criados. A não violência, o escutar a criança e considerá-la sujeita nesta relação e nesta família é, também para Ana, o maior motivador para seguir firme com a criação com apego – mesmo que seja difícil neste novo contexto de estar 24h por dia com a criança, tentando escrever uma tese, cuidar da casa e dar atenção ao pequeno. Ela se emociona quando pensa nas vezes em que

gritou, em que perdeu a paciência e diz: “sabia que isso ia acontecer”, enxugando as lágrimas que não são de culpa, mas de frustração.

Me emocionei também, sem deixar transparecer, pensando que minha jornada com a dissertação durante a Pandemia de COVID-19 estava apenas começando quando entrevistei Ana e eu também já havia gritado algumas vezes. Me emociono agora escrevendo sobre ela e pensando em como será que anda a tese, um ano após nossa conversa, um ano de escolas fechadas. Um ano e meio e bem mais de 500 mil vidas brasileiras perdidas depois, como será que Ana se sente quanto à criação com apego?

Ana é heterossexual, mora com o marido e o filho e é uma das duas entrevistadas que se declarou parda. A renda familiar fica entre 5,4 e 9,1 salários-mínimos e, em termos de arranjos para os cuidados de seu filho declarou que, antes da Pandemia de COVID-19, seu filho frequentava a escola em período integral.

Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos e meio, como eu, mora em Curitiba/PR. Terminam aí minhas identificações com esta, que foi minha primeira entrevistada. Nossa entrevista aconteceu às nove da noite, único horário possível para uma mãe-solo, que trabalha em período integral, em meio (ou início, mas isso ainda não sabíamos) à pandemia.

É jornalista, solteira e engravidou “sem querer querendo” do pai de seu filho, cerca de um mês após começarem a ficar juntos, aos 32 anos, quando o desejo de ser mãe tornou-se muito maior do que qualquer outra coisa, inclusive o de ter uma relação estável para tanto. Chegou a conviver por um período com o pai de seu filho, mas descobriu uma traição, ainda no puerpério, quase no resguardo, quando seu filho tinha 45 dias e, entre idas e vindas com ele, que ela mesma atribui à sua fragilidade emocional da época, no momento da entrevista vivia somente com o filho.

Bruna é leve, conversa docemente com o filho e parece não ter dificuldades para aplicar as ferramentas que, para ela são “uma coisa natural” e sobre a qual ela não pensou muito. Seu desejo de ter uma relação distinta da que ela própria tinha com os pais, sem violência e na qual a criança é vista e ouvida, a levou a adotar as práticas que, depois, ela nomeou como criação com apego, também em contato direto com o universo do parto e amamentação. Ela inclusive mencionou como quando estão apenas ela e o filho, tudo flui de forma muito natural e é somente quando está na presença de terceiros, incluindo sua própria família, que as ferramentas da criação com apego e, principalmente, a validação “científica”, se tornam efetivamente um suporte.

Antes da Pandemia de COVID-19 seu filho frequentava a escola em período integral. À época, a escola era basicamente toda a sua rede de apoio. O pai da criança morava no litoral

e interagia esporadicamente com ele, ainda que eles tenham, pelo que ela relata, uma relação leve e tranquila, muito embora ele não se responsabilize financeiramente pelo filho e seja bastante ausente fisicamente. É heterossexual. Conta apenas com a sua própria renda que fica entre 2,7 e 5,4 salários-mínimos.

Ao longo da nossa conversa, o pequeno interagiu algumas vezes conosco e foi muito bonito e simbólico de ver como a relação entre eles, de fato, parecia fluir com uma certa tranquilidade, mesmo diante da sobrecarga e do cansaço. As estatísticas do impacto da Pandemia de COVID-19 sobre as mães-solo não são nada animadoras (BERTHO; SILVA; MARIA; SANTOS; FERREIRA; SILVA, 2020). As mães, em geral, estão mais desempregadas, enfrentando mais sobrecarga, menos compartilhamento de tarefas de cuidado e perda de saúde mental e física. Como será que estão Bruna e seu doce menino?

Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses vive com o marido em Campinas e são ambos publicitários. Na época da entrevista, contudo, estavam fazendo a “quarentena” na cidade de Barretos, no interior de São Paulo para poder contar com o apoio da família durante a pandemia. Sua gravidez foi planejada e incluiu uma mudança profissional para mais autonomia de horários e a mudança para uma casa maior que no final se revelou uma tarefa extra de cuidados e tarefas domésticas muito pesadas e que precisou ser repensada.

A aproximação da criação com apego veio pela proximidade com uma prima com dois filhos, mais velhos que o seu, e que adotava o método em sua criação com as crianças. Camila achou tudo aquilo muito natural e mais prático de se adotar do que a criação mais “tradicional” parecia lhe impor. Produzir textos para uma psicóloga pré-natal lhe permitiu pesquisar mais sobre o tema, mesmo antes de engravidar, e, principalmente, encontrar validação científica para o método que lhe parecia mais adequado à sua realidade.

Como as demais, ela se convenceu primeiro e “impôs” ao marido suas visões que, apesar de ter “se encantado” pela perspectiva de uma criação não violenta, nunca tomou a dianteira quando se tratava de pesquisar, ler, trazer novas perspectivas. Camila me pareceu logo, uma mulher decidida e de pulso firme. Consciente de suas escolhas e das razões pelas quais as tomou. Se considera feminista e não enxerga que haja reforço dos estereótipos de gênero na criação com apego. Decidida, ela diz que “teria percebido”, visto que na casa dela tudo é muito dividido, menos amamentar, porque “é fisiológico”, tudo é muito dividido ainda que “homens executam, mas a gente tem que mandar”.

Apesar disso, ela reforça a diferença de criação a que seu marido – e os homens da sua geração em geral – foram sujeitos e que faz com que, para eles, seja um pouco mais difícil

aplicar os princípios da criação com apego. É a esta construção e criação machista que ela atribui o fato de ela ainda ser a responsável por 80% das tarefas relacionadas ao filho.

Antes da Pandemia de COVID-19 seu filho frequentava a escolinha durante meio período, o mesmo em que ela trabalhava fora de casa. Sua renda é a principal da casa e além do período fora de casa, complementava o trabalho em *homeoffice*. Contava com o apoio nos serviços domésticos de uma diarista e foi uma das 3 entrevistadas a declarar renda familiar entre 9,1 e 13,6 salários-mínimos.

Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 1 ano é a única das entrevistadas que está em um relacionamento com outra mulher, é uma das três mulheres que se declararam bissexuais, e mora com sua esposa e a filha na capital do estado de São Paulo. Coincidência ou não, é a única que declara ter compartilhado 100% a responsabilidade pelas pesquisas e busca de informações sobre parto, amamentação e educação da sua filha, ainda que tenha sido ela a parir e exclusivamente responsável pela amamentação no seio.

Dafne sempre sonhou em ser mãe: “desde adolescente”, ela diz. Ainda assim, não defende uma maternidade “instintiva”, ao contrário, se choca com o quanto as pessoas não consideram relevante estudar e pesquisar muito para aquela que é “a coisa mais difícil que a gente vai fazer na vida”.

Ela também encontra no desejo de uma criação respeitosa, acolhedora e sem violência, de qualquer tipo, a motivação de que precisa, para seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. É a principal renda para a composição da renda familiar que ela declarou ser entre 9,1 e 13,6 salários-mínimos. Trabalha mais de 12 horas fora de casa e sua filha, antes da Pandemia de COVID-19, frequentava a escola em período integral. Não contava com nenhum tipo de serviço doméstico terceirizado.

Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 1 ano é a mais jovens das mães entrevistadas e a única que mora em uma cidade pequena, no interior de Santa Catarina. É casada e vive com o marido e a filha, trabalhando algumas horas por semana como advogada e possui renda familiar entre 2,7 e 5,4 salários-mínimos. Engravidou durante a faculdade e concluiu recentemente o curso de Direito, contando com o apoio do marido e dos familiares. Não faz uso de serviços de diarista e, antes da pandemia, a filha frequentava a escola em meio período.

A trajetória de Estela é curiosa e fascinante. Se viu grávida na faculdade e celebrou, pois, no seu íntimo, sempre desejou ser uma mãe jovem. Tem uma relação bastante igualitária com o marido, que por muitos anos morou na Alemanha em uma comunidade “alternativa” em que as crianças eram criadas livres e foi ele, de certa forma, que apresentou o tema a ela. Apesar disso, a família do marido é seu principal ponto de incomodo, quando se trata de validar suas

escolhas como mãe. Um pouco por ser uma jovem mãe, um pouco por ser uma família grande, tradicional, de origem italiana, onde todos convivem muito e interferem muito também.

A criação com apego vem, “naturalmente”, como ela mesma diz, pelo contato com o universo do parto humanizado. Além disso, vem do desejo de uma criação respeitosa, sem violência, como foi a sua própria, mas com mais autonomia. Ela conta que foi criada de uma maneira “mimada” em que “sempre tinha alguém para fazer as coisas” para ela e que não queria isso para a filha, mesmo valorizando muito a relação afetiva e a liberdade que sua mãe sempre lhe proporcionou.

Em uma viagem com o marido e a filha pequena à Alemanha, convenceu-se ainda mais do modelo de criação que desejava para sua família, ao conviver com as famílias sobre as quais o marido lhe havia sempre falado. Viu, na prática, pela perspectiva dela, o poder que a educação respeitosa e não violenta, tem sobre a autoestima das crianças e, principalmente, sobre a autonomia, que é o seu principal desejo para a filha.

Ela me contou que se enxerga feminista, mas que precisou buscar “um feminismo para chamar de seu” e que o feminismo que estudou na faculdade, parecia “não querer que sua filha existisse”. Quando conta sobre suas interações com a família do marido ela constantemente reflete sobre as dicotomias entre “lugares opostos” que ficam mais “no verbal do que na prática”, no caso dos parentes do marido, que tem uma visão de mundo “patriarcal e machista”.

Ela quer ter mais filhas e, possivelmente, já esteja grávida novamente. Quem sabe?

Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos é divorciada, mora em São Paulo capital e trabalha em tempo integral como jornalista, depois de, durante alguns anos, incluindo os primeiros de sua filha, ter tido uma carreira autônoma e mais independente como maquiadora.

A mais velha entre as minhas entrevistadas, foi mãe aos 40 e diferentemente das demais, não faz parte do grupo que idealizou um parto mais natural ou começou a pesquisar sobre maternidade e desenvolvimento infantil antes mesmo de a criança nascer. Diz que morria de medo de ter um parto normal e sempre preferiu a cesárea. Isto não impediu que sofresse violência obstétrica, o que só conseguiu processar e ressignificar bastante tempo depois, quando entrou em contato com este novo universo. Mergulhou mesmo nas leituras sobre criação com apego, quando a menina foi ficando mais velha, e as questões sobre disciplina e limites começaram a aparecer em seu dia a dia.

Compartilha a guarda da filha com o ex-marido de maneira bastante equilibrada, e, ainda que não estejam exatamente de acordo com os termos da aplicação da criação com apego, tem uma relação amigável e cordial. Durante a entrevista ela se questionou algumas vezes sobre

como deve ser para a filha processar estilos e métodos de criação diferentes seguidamente e demonstrou uma certa, mas não pesada, insegurança em relação a como isso impactaria na constituição da subjetividade da pequena. Inclusive, ela acha inclusive que essas diferenças entre ele, podem ter sido aprofundadas pelas visões diferentes quanto às ferramentas da criação com apego como, por exemplo, a cama compartilhada, que incomodava bastante o, então, marido.

Antes da Pandemia de COVID-19 contava com a escola em período integral. Sua renda fica entre 2,7 e 5,4 salários-mínimos. No período pré-pandemia valia-se de uma diarista para apoiar nos serviços domésticos.

Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos, é advogada, casada e mora em Ponta Grossa, no Paraná. Nos conhecemos em uma palestra sobre feminismo e advocacia na OAB/PR em Ponta Grossa quando eu estava grávida de 4 meses e ela recém tinha descoberto sua própria gravidez. Desde então, passou a me “seguir” nas redes sociais e foi quando fiz um post sobre minha própria experiência com a amamentação que me enviou uma mensagem pedindo algumas dicas. Eu a direcionei para o grupo de apoio Mama Neném. Após um determinado período eu saí e ela ficou. Giulia continuou me seguindo nas redes sociais, leu meu livro, lia minhas colunas e, certamente é a entrevistada que mais me trouxe o “estranhamento” a que me refiro na apresentação de minhas posicionalidades. Optei por inclui-la mesmo assim no rol de entrevistadas, pois, apesar disso, não somos amigas e nem temos uma proximidade ou relação para além das redes sociais (diferentemente de algumas outras possíveis entrevistadas com as quais não me sentia confortável em coletar dados para análise).

Minha “relação” com ela (ou a relação dela com o meu conteúdo nas redes sociais, melhor dizendo) é relevante, pois de todas elas, certamente é a que vem com a maior mediação, ao mesmo tempo, em que a confiança estabelecida na intimidade específica que as redes sociais proporcionam entre quem produz e quem consome o conteúdo, permitiu uma troca franca e potente entre nós.

Giulia se posiciona como feminista e questiona a forma como as perspectivas machistas das pessoas ao seu redor impactam no seu materno. Ela também é estatística: foi demitida da empresa em que trabalhava, logo após o período de estabilidade pela gestação chegar ao fim. Resolveu então aproveitar a oportunidade para lançar-se de vez na advocacia, visto que havia recém obtido sua carteira profissional.

Ela me contou sobre a romantização e a idealização e os processos de desconstrução que viveu quando se tornou mãe. E do quanto a jornada ainda era cheia de desafios e frustrações.

Quando grita ou perde a paciência. Ela é muito honesta e franca na sua fala, assim como parece estar mergulhada nesta jornada da maternidade.

Antes da Pandemia de COVID-19, contava com o apoio da mãe e da escolinha para trabalhar meio período. O marido trabalha à noite em uma fábrica, saindo para o trabalho em regra antes das cinco da tarde o que a deixa bastante sobrecarregada com as funções da filha e do trabalho. A renda familiar dos três membros, segundo Giulia, é de 2,7 a 5,4 salários-mínimos.

Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, é bissexual e casada com o pai de seu filho, com quem mora em Brasília, Helena é advogada e trabalha em período integral. Antes da pandemia seu filho frequentava a escola em período integral e contava com apoio de uma diarista para os serviços domésticos. Também foi mãe “mais tarde”, aos 35, e não teve uma gravidez romantizada ou, até mesmo, prazerosa. Se sentia cansada, com uma rotina de trabalho muito intensa e, ter que diminuir o ritmo já a atingiu um pouco, “a mudança de vida, a mudança de rotina”.

Helena deu muita ênfase às diferenças de criação entre meninos e meninas que, possivelmente, expliquem a dificuldades que, “mesmo o mais feminista dos homens”, encontram na hora de colocar em prática um modelo de educação não violento. Ela mesma descreve o marido como alguém “feminino”, brinca que no relacionamento deles “os polos são invertidos”, aludindo ao fato de ele ser mais “emotivo” e ela “mais racional” e, mesmo assim, ele ainda fazer uso de frases como “engole o choro” e ter mais dificuldade em aceitar “as manhas” do menino.

Foi da conversa com Helena também que surgiu uma das reflexões mais relevantes para minhas próprias indagações. Através desta entrevista pude refletir sobre um certo elitismo condescendente do universo da criação com apego. Ela me contou sobre como, no seu trabalho, ela lida diariamente com populações financeiramente mais vulneráveis em que, segundo ela, os debates sobre criação não violenta, apego, respeito à criança e demais temas deste universo, ainda não chegaram. Ela fala da criação com apego e do acesso à informação como um “privilegio” de classe e de raça, colocando na minha cabeça uma indagação profunda sobre o afeto como privilégio e o paternalismo de um certo “saber” como instrumento colonizador.

Foi Helena também, quem talvez tenha verbalizado de forma mais clara a necessidade da validação e do respeito a quem já trabalha com esses temas “de forma profissional, há décadas”, mesmo que as pessoas a que ela se refira não tenham qualquer titulação acadêmica.

Helena trabalha como consultora na ONU e é a entrevistada com a maior renda familiar: entre 13,6 e 22,8.

Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos e 2 meses, é doula, mora em Salvador com o companheiro e o pai e trabalha esporadicamente. É a única, entre as mulheres entrevistadas, que fica com o filho em período integral, que nunca frequentou a escolinha. Não é necessariamente de um grupo social privilegiado, sua renda familiar está entre 2,7 e 5,4 salários-mínimos, mas reconhece algumas facilidades que lhe permitiram “mergulhar de cabeça no puerpério e dedicar-se exclusivamente ao bem-estar de seu filho”: não ter um emprego CLT, morar com o pai, um companheiro que divide a responsabilidade pelos cuidados, inclusive das tarefas domésticas.

Em sua fala e na narrativa de suas vivências, Ilana talvez seja a que melhor representa o “estereótipo” da mãe da criação com apego: parto natural em casa, *sling*, cama compartilhada, amamentação até quando for desejo da criança, são algumas das características que marcam a sua experiência. De fala suave, coloca suas opiniões de maneira clara e assertiva. A meu ver, suas falas poderiam ter sido tiradas de um *site* de militância materna: capitalismo que quer a mãe logo produtiva, patriarcado que nos quer submissas, instinto, natural, ancestralidade. Os códigos e símbolos deste universo estão todos presentes na fala dela. Talvez venha daí meu desconforto sutil durante a nossa conversa. Ao mesmo tempo, deu-me material riquíssimo de reflexão, sendo a única, por exemplo, a não entender a criação com apego como um meio para um fim: criar crianças (cidadãs) melhores. Por outro lado, nem a sua relação igualitária e respeitosa, parece ser suficiente para escapar da feminização do cuidado na hora de refletir sobre o melhor método de criação na família. É ela, também, assim como as demais que “educa” seu companheiro.

Se olharmos para estas mães, enquanto grupo, temos a representação de uma fatia bem específica de mulheres: brancas, de classe média, com ensino superior e inseridas no mercado de trabalho remunerado (formal e informal), sendo quase a metade delas responsáveis pela principal renda da casa. São mulheres que fazem uso e contam com o acesso a creches para dar conta do trabalho produtivo e reprodutivo e apoiam-se em uma visão de divisão do trabalho sexual mais igualitária, mas ainda majoritariamente feminina.

Uma tendência bastante característica das transformações das famílias brasileiras que continuam sendo a base e o ponto de partida para as articulações cotidianas de conciliação e estratégias de arranjo de “compartilhamento” das atividades do cuidado.

A família, por sua vez, sedimentada no domicílio, mesmo que articulada em rede de afeto e troca com membros de outras famílias e domicílios ou instituições (privadas ou públicas), permanece como locus de base do trabalho reprodutivo (remunerado ou não). Com isso queremos dizer que mesmo quando os adultos saem do domicílio para trabalhar e deixam seus filhos ou idosos sob os cuidados de outros adultos em outro

domicílio ou em instituições, a unidade de análise para se pensar como aqueles adultos articulam trabalho e família está no domicílio dos mesmos. (PICANÇO; ARAÚJO, 2020, p. 722).

Um grupo diverso em histórias de vida, de relacionamento e de como se constituíram mães, mas que, em comum, partilha uma prática de cuidado feminizada, pautada em um processo reflexivo específico, e em uma ideia moral do cuidado bastante característica da classe média brasileira e que sustenta, em grande parte, uma lógica social e econômica que estrutura o cuidado sobre as costas de mulheres, em especial negras e pobres.

Essas transformações na estrutura das famílias e na composição por sexo no mercado de trabalho mostram que o Brasil aproxima-se, em muitos aspectos, dos países desenvolvidos. No entanto, no que diz respeito às provisões de serviços públicos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família, a distância entre o Brasil e aqueles países (em especial, os do Norte da Europa) é notável (Sorj, Fontes e Machado, 2007). Como bem afirmam Sorj, Fontes e Machado (2007), a ausência de uma prática que atribua uma dimensão coletiva aos cuidados da família reforça um forte viés de gênero na divisão do trabalho, na medida em que essas atividades permanecem, em grande parte, como tarefas realizadas apenas pelas mulheres. (BARBOSA; COSTA, 2017, p. 24).

São mulheres que exercem sua maternagem sobre a tríade da delegação: creches, trabalho doméstico remunerado (neste caso através de diaristas), rede familiar (SORJ, 2007), mas que não questionam o que elas consideram uma parte fisiológica da divisão sexual do trabalho, em especial a amamentação. Mulheres que se veem como responsáveis não apenas pela criação de suas filhas, mas pela transformação da sociedade, ainda que contem basicamente com si mesmas e uma frágil e cada vez mais precária rede pública de apoio, além de, quando muito, com seus companheiros e companheiras, para tal empreitada.

2 CRIAÇÃO COM APEGO: GESTAR, PARIR, AMAR OU CUIDAR?

Mulher, como você se chama? – Não sei.
 Quando você nasceu, de onde você vem? – Não sei.
 Para que cavou uma toca na terra? – Não sei.
 Desde quanto está aqui escondida? – Não sei.
 Por que mordeu o meu dedo anelar? – Não sei.
 Não sabe que não vamos te fazer nenhum mal? – Não sei.
 De que lado você está? – Não sei.
 É a guerra, você tem que escolher. – Não sei.
 Esses são teus filhos? – São.
 Vietnã / Wislawa Szymborska

Neste capítulo, resgato as camadas de discursos sobre maternidade, infância e família na sociedade ocidental, a fim de historicizar os discursos sobre o corpo que levam a uma seletividade ativa e passiva das sujeitas merecedoras de cuidados a fim de interpretar a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e cuidado, o que permitirá entender como as concepções discursivas deste modelo se relacionam com as ideias de uma natureza do cuidado essencializada, comum aos processos de feminilização configuradores deste campo. Para isso, recorro à vasta produção teórica feminista sobre a maternidade, permitindo, assim, avaliar como estas categorias aparecem nas narrativas relativas a si e às crianças das entrevistadas e as diversas maternidades em disputa.

É face a este prisma que buscarei analisar como as reflexões teóricas feministas que passaram os últimos 60 anos argumentando contra determinismos biológicos e desfazendo a ordem das relações binárias, encontram-se hoje diante de um novo desafio que parece poder ser criticado à luz de velhos argumentos.

É que não há como analisar os discursos sobre criação com apego de forma comprometida com uma perspectiva feminista, ignorando a vasta e farta literatura sobre maternidade que nos trouxe até aqui, especialmente em um contexto em que essas práticas se autoproclamam *feministas*, rogando-se emancipadoras e comprometidas com o cuidado.

2.1 MATERNIDADE(S) EM DISPUTA: UMA REVISÃO FEMINISTA DA LITERATURA

Foram muitas as forças e influências que atuaram (e ainda atuam) sobre a naturalização de conceitos e práticas relacionadas à maternidade e ao cuidado de crianças. Do discurso religioso ao médico, às preocupações políticas com a mortalidade infantil e a manutenção de mão de obra trabalhadora e consumidora, mas também com os valores culturais liberais do ideário burguês que se consolidava, passando à demografia higienista e eugênica do século

XIX, as mais diversas narrativas sobre os laços naturais que ligariam mães e filhas convergem e divergem até se tornarem um fato dado que informa *a priori* o lugar da maternidade.

Para Scavone (2004), os estudos feministas sobre as transformações da maternidade, tomadas como construto biopsicossocial, contribuíram grandemente para os estudos sobre maternidade, tendo sido uma de suas principais bandeiras ao final dos anos 1970, ainda que não livre de tensões e disputas tanto no campo teórico quanto no próprio movimento e na militância feminista.

Enquanto o feminismo radical reivindicava a recusa da maternidade como principal ferramenta de luta contra o que seria o “eixo central da opressão das mulheres” (SCAVONE, 2004 *apud* IRIGARAY, 1981), reavivou-se um debate sobre a relação natureza e cultura, com base no feminismo de inspiração ecológica que retorna sob diversos mantos na atualidade, sendo, um deles, o debate acerca do protagonismo da mulher nos processos de gestar, parir e amamentar, e o da própria criação com apego que é o objeto desta pesquisa.

Não é nada nova a discussão sobre o papel central da maternidade na opressão feminina. A maternidade tem muitas entradas nas Ciências Sociais: tecnologias, história, mitos, políticas e, claro, a opressão. Não há linearidade temporal ou analítica, mas é sim necessário, conforme aponta Donath (2017, p. 200):

Mudar a percepção social da maternidade, de forma que, por um lado, ela não seja mais marginalizada e, por outro, seu esplendor mítico se desvaneça para que as mães sejam tratadas como seres humanos, e não como objetos ou divindades sobre a terra – percepções que as impedem de conseguir aquilo de que precisam para cuidar de si mesmas e de seus filhos.

A extensa literatura feminista que discute e analisa a experiência das mulheres com a maternidade reporta a contextos e temporalidades diversas. Esta, por muito tempo, seguiu vinculada à gestação e ao parto e, por longos séculos, fundou-se na ideia de que a mãe é inquestionável, sempre certa e conhecida: aquela que dá à luz. Assim que a maternidade seguiu sendo (e eu diria que segue sendo) a representação mais forte, mais incontestável, mais insondável nas representações e nas práticas sociais e, sobretudo, a mais importante e mais fundante qualificação de uma mulher: ser mãe.

A teoria feminista contribuiu para verbalizar a tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade, politizando as relações da vida privada, valendo-se da reflexão sobre questões ligadas à esfera da vida íntima, para colocar sob os holofotes a discussão do significado da maternidade, inclusive para explicar a situação de desigualdade das mulheres em relação aos homens.

Um sem-fim de trabalhos aprofundaram a genealogia dos discursos sobre maternidade nas mais variadas perspectivas, sendo o clássico “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, da filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter, um dos mais representativos para os estudos feministas. Certamente é o mais citado!

Bem antes, quando Simone de Beauvoir publicou o Segundo Sexo em 1949⁴³, de certa forma lançou as matrizes teóricas do feminismo contemporâneo, marcando a passagem de um feminismo pautado nos direitos políticos, para um feminismo igualitário, centrado na politização das questões privadas e na mulher-sujeito.

Um dos elementos radicais desta politização relacionava-se à maternidade, isto é, refutar o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães. A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. (SCAVONE, 2001, p. 138).

Considerada, então, um *handicap* (defeito natural), desde os anos setenta a recusa da maternidade é considerada, especialmente pelas feministas radicais, o principal caminho para subverter a dominação masculina e abrir caminhos para que as mulheres possam reconhecer todas as suas outras potencialidades em direção à realização mais ampla, mais completa. Enquanto “instrumento do patriarcado”, o eixo central da “opressão das mulheres”, já que sua realização determinava o lugar das mulheres na família e na sociedade, não há espaço para a maternidade enquanto desejo, muito menos como *locus* de agência, sendo a mesma, segundo as feministas radicais, incompatível com a perspectiva feminista, cuja tarefa deve consistir em negar e romper com o determinismo biológico, o mais forte argumento usado para justificar as desigualdades entre os sexos.

Esta visão, em muitos sentidos resgatada por Badinter (2011), não deu conta, porém, de abarcar as múltiplas formas de experienciar a maternidade. Seja por ignorar vivências de classe, raça, origem e sexualidade, seja por desconsiderar as complexas camadas discursivas e reflexivas envolvidas nas agências que movem mães.

O ‘Feminismo da Diferença’, nos anos 80, se propôs, então, a resgatar as tensões entre igualdade e diferença e as interseccionalidades que permitissem pensar a relacionalidade, os

⁴³ Simone de Beauvoir contesta o determinismo biológico ou destino divino retomando a perspectiva hegeliana afirmando que ‘ser é tornar-se’, resultando em sua célebre ideia “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” (SCAVONE, 2001 *apud* BEAUVOIR), e questionando a função da maternidade em um momento em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes (qualquer semelhança com o momento atual não é mera coincidência!),

contextos e a historicidade dos corpos e os discursos que sobre eles se inscrevem (DE LAURETIS, 1994; SCOTT, 1995).

Valorizar as qualidades e experiências, sobretudo, tidas como femininas e historicamente consideradas como inferiores, tais quais a demonstração de emoções, empatia, colaboração e primazia do relacionamento, passa para um campo positivo do fazer ciência. Para construir a igualdade não bastava incluir as mulheres em espaços ‘masculinos’, antes, era preciso alterar a configuração e a lógica de acordo com a qual estes espaços eram pensados e vividos.

Em alguns campos, como o do cuidado, a superação da binarização será um desafio, porque ao mesmo tempo em que se está produzindo uma crítica ao sujeito universal e abstrato do conhecimento, por vezes, a díade homem e mulher se mantêm, não apenas pela marca da oposição, mas também da essencialização.

O exemplo clássico para as teorias do cuidado pode ser encontrado nos estudos a respeito das teorias do desenvolvimento humano de Gilligan (1982), no que tange ao seu debate sobre ética, pautado justamente na percepção de que havia uma contraposição marcada pela diferença de pensamento e de ações nas decisões morais que envolviam homens e mulheres. Desta perspectiva resulta uma contraposição entre a ética ‘masculina’ da justiça, à ética ‘feminina’ do cuidado, fundada nas relações e na preocupação com o outro, em oposição à primeira que tem como premissas a universalidade e a razão como princípio abstrato. A posição de Gilligan assim se faz em contraposição às teorias que fundavam as discussões a respeito do desenvolvimento moral, e que se baseavam em perspectivas universalistas e kantianas. Nesse sentido, ao trazer as questões da diferença, ela abriu importante caminho ao debate.

No contexto de valorização das diferenças,

A maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam. Neste momento, a reflexão feminista também dialoga com as ciências humanas e sociais: em teses lacanianas, que valorizam o lugar das mulheres na gestação, lembrando que o cordão umbilical, unindo o feto à mãe, é fonte de vida e poder; em teses históricas que resgatam a experiência da maternidade como parte da identidade e poder femininos; em teses antropológicas que, analisando as manifestações culturais da maternidade, recuperam o saber feminino que lhe está associado. (SCAVONE, 2001, p. 140).

Podemos localizar a maternidade, e a própria criança, em suas configurações atuais no ocidente, enquanto parte do fenômeno do que Giddens (1991) trata como pertencente à alta modernidade. Este processo precisa ser pensado dentro de um contexto específico: urbano,

industrializado e globalizado, capaz de ser profundamente alterado de acordo com o gênero, raça, classe, cultura e subjetividades (SCAVONE, 2004).

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. (SCAVONE, 2014, p. 935).

Para falar sobre as narrativas do maternar, do cuidado e dos processos de vínculo das mulheres que entrevistei, julgo imprescindível olhar também para os discursos sobre o corpo que estão “dados” nas falas dessas mulheres, mas que precisam sim ser contextualizados.

É a partir do século XVIII que o discurso biomédico começa a considerar o corpo feminino como essencialmente diferente do masculino, visto que, até então, o considerava apenas uma versão menos evoluída, mas ainda assim única (TAMANINI, 2003, 2019; LAQUEUR, 2001). A Medicina passa a produzir discursos que colocam o corpo feminino, em termos de corpo oposto, transformando-o também, em objeto de uma tecnologia sexual, no sentido que Foucault (1988) define como um conjunto de técnicas que surgem para assegurar a sobrevivência da classe e a manutenção da hegemonia.

Kehl (2016) argumenta que o crescimento e a propagação de afirmações nos mais variados campos de saber, da Filosofia à Medicina, a respeito do que seria a “verdadeira” natureza das mulheres, supostamente fundamentada na ciência iluminista enquanto mediadora das determinações biológicas da feminilidade, contribui para a transformação de corpos femininos (e também infantis) em objeto de controle social e constante vigilância.

Discursos biomédicos sobre Anatomia, Endocrinologia, Neurociência, Psicologia e, até Primatologia, serão essenciais na construção das teorias que sustentam a criação com apego e o lugar essencializado e funcionalista em que o corpo feminino e sua suposta “natureza” são colocados nestes contextos.

Ao analisar os discursos biomédicos sobre os corpos femininos, nos últimos dois séculos, destaca-se a insistente “naturalização das diferenças através de uma lógica de ‘substancialização’ ou ‘materialização’”, que insiste em “promover modelos explicativos da economia corporal feminina centrados ora em órgãos como útero e ovários, ora na mecânica dos hormônios e, mais recentemente, também nas distinções genéticas e neurológicas” (RHODEN, 2008, p. 133).

Esta naturalização não é desinteressada, conforme inúmeras teóricas feministas que pesquisam os discursos científicos sobre os corpos têm apontado (MARTIN, 2001; OUDSHOORN, 1994; 2000 SCHIEBINGER, 2001). Ao contrário,

há uma resistente tentativa de encobrir o gênero a partir de uma lógica da substancialização da diferença. O objeto dessa substancialização pode variar, passando por exemplo dos ovários aos hormônios sexuais. Mas **a referência a algum tipo de materialização do gênero permanece intacta, ou melhor, parece ir se aprimorando a cada descoberta científica**. Percebe-se a pregnância de uma necessidade de ‘essencialização’ das diferenças entre homens e mulheres ao longo do último século, que remete necessariamente à tradição dualista que tem caracterizado a cultura ocidental moderna. (ROHDEN, 2008, p. 148, grifos meus).

Olhar para o corpo enquanto um agente da cultura e, também, um lugar prático de controle social (BORDO, 1997, p. 19), passa pela compreensão de que o discurso sobre o corpo, visto como prática, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados (FOUCAULT, 2017). É através da busca de um ideal de feminilidade, sempre em mutação, que há a transformação dos corpos femininos em “corpos dóceis”, isto é, “aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao ‘aperfeiçoamento’” (BORDO, 1997, p. 20).

O que hoje é considerado natural e bom, já foi considerado sinônimo de incivilização. A mesma natureza é a apresentada em diferentes culturas e momentos históricos, de acordo com as necessidades e estruturas que operam naquele contexto.

Assim, se no século XVII, a natureza surge como benevolente e dotada de intenção, o que configurava um caráter fluido e móvel à fronteira entre o natural e o artificial, no século XIX, passa a ser identificada com uma realidade exterior e imutável que deve ser estudada por métodos científicos e domada. Da mesma forma em que em algumas culturas a natureza sequer é um conceito, um algo externo, fora do ser humano. Espelho disso, o estilo de vida do Bem-Viver⁴⁴, operante inclusive em algumas democracias da América Latina, como Equador e Bolívia, é um exemplo deste último caso.

⁴⁴ Conforme Alcântara e Sampaio (2017, pp. 233-234): O conceito do Bem Viver, “*Bien Vivir/Vivier Bien*” surge na região andina na América do Sul – desde o sul da Venezuela ao norte da Argentina – e deriva por um lado, do *Quechua* (*runa simi*) e, por outro, do *Aimara* (*aymará jaya mara aru*), que são idiomas pré-hispânicos da região andina. Outras línguas indígenas, como os tupí-guaranis, também mencionam esse termo (Estermann, 2011). um compromisso com a mudança [...] que permite a aplicação de um novo paradigma econômico, cujo final não se concentra no material, na acumulação mecanicista e interminável de bens, mas em vez disso promove uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática. [...] Além disso, **Bem Viver**’ é construído [...] sobre a transição do atual antropocentrismo para o biopluralismo [...]. Finalmente, **‘Bem Viver’** também se baseia nas demandas por igualdade e justiça social, e no reconhecimento, avaliação e do diálogo dos povos e suas culturas, formas de conhecimento e modos de vida (SENPLADES, 2009, p. 10 – grifo dos autores).

Sexo e corpo não são realidades biológicas dadas, ao contrário, o corpo e o sexo se inscrevem em experiências corporais de sujeitas socializadas em estatutos discursivos que não são a-históricas ou pré-discursivas. Inexiste uma realidade fisiológica universal, ligada a uma base biológica não histórica da identidade feminina e suas relações com as diferenças de sexo (OUDSHOORN, 2000).

A Antropologia destaca-se no processo de construção do conceito de gênero a partir

da problemática da desigualdade da opressão e da subordinação, associada ao patriarcado e focada na determinação biológica das condições do que é ser homem e ser mulher, e, em alguma medida, à ideia de que há etapas evolutivas da situação da mulher na sociedade. (TAMANINI, 2003, p. 125).

Desde os anos 30, Margareth Mead (1967), antropóloga americana, estudou os papéis sexuais a partir de etnografias realizadas na Nova Guiné, (como Bateson) comparando três culturas: os Arapesh, os Mundugomor, os Tchambuli demonstrando em seus estudos que as diferenciações de papéis eram pautadas nas formas específicas de condicionamento social. Mead deslocou a atenção da diferença entre os sexos biológicos para as determinações culturais que se impõem ao comportamento (MEAD, 1967).

Por sua vez, já em 1979, no clássico *Está a Mulher Para o Homem Assim Como a Natureza para a Cultura?*, Sherry Ortner (1979), afirmou:

Cada cultura, ou genericamente, “cultura”, está engajada no processo de gerar e sustentar sistemas de formas de significados (símbolos, artefatos e etc.) por meio dos quais a humanidade transcende os atributos da existência natural, ligando-as a seus propósitos, controlando-os de acordo com seus interesses. (ORTNER, 1979, p. 100).

Não há, então, como pensar a mãe e a maternidade discursivamente construídas sem pensar o gênero. É justamente *a partir* do gênero que os debates sobre maternidade se estabelecem e é *sobre corpos lidos como femininos* que as práticas maternas se inscrevem. É, sobretudo, para a análise que aqui proponho, dentro de uma releitura que se pretende emancipadora, mas ainda biologizante, do gênero que essas mulheres relatam a si mesmas:

eu acho que é simplesmente a gente ter a consciência do que **biologicamente, neurologicamente a gente foi feito, né, para fazer e para ser**. Eu acho que esse vínculo da mãe com o bebê é uma coisa, não só da mãe, né... **eu digo a mãe porque biologicamente a mãe gestou e pariu, amamenta**, mas eu acho que a gente pode, deve acrescentar o pai também, mas acho que esse vínculo do bebê com os pais ou com os cuidadores principais, ele tem que existir. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifo meu).

Quando surgiu, nos anos 1960 e 1970 como distintivo de sexo dentro do discurso sobre as mulheres, o conceito de gênero fazia alusão às características socialmente atribuídas, psicológicas, comportamentais, os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho, enquanto sexo passa a caracterizar o sexo biológico, implícita ou explicitamente compreendido em termos de caracteres anatômicos ou cromossômico o que acaba por reforçar a tradicional divisão do trabalho entre Ciências Sociais e Ciências Biomédicas.

Inúmeros ritos sociais instauram, marcam e reforçam a diferença biológica e social dos sexos e sua complementariedade, para reforçarem um imaginário biologizante da vida e uma separação artificial entre natureza e cultura que os estudos feministas há muito superaram (MATHIEU, 2002).

Scott (1995) apontou que o gênero, enquanto categoria de análise, surgiu, em um primeiro momento, para enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo, embora correndo o risco de incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas. Em um segundo momento, despontou como relacional, contextualizada, e não como uma realidade natural substancializada do que é a mulher e do que é o homem. Considerar a questão da diferença dentro da diferença, trouxe um debate sobre como e se seria conveniente articular o gênero como uma categoria de análise. Face a esse entendimento, Scott propôs duas divisões e diversas subpartes: “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86) “É um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89).

Para Scott (1995), o gênero é resultante de quatro elementos: 1) símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; 2) conceitos normativos, que evidenciam as interpretações do sentido dos símbolos; 3) uma noção de política, bem como a referência às instituições e à organização social incluídas nas análises da noção de fixidez para fazê-la explodir, eliminando também a repressão que dela deriva; 4) a identidade subjetiva, que deve ser analisada pelos historiadores e relacionada com toda uma série de atividades, de organizações e de representações historicamente situadas (TAMANINI, 2003, p. 131 *apud* Scott, 1994).

Já para Rubin (1998), as concepções culturais de masculino e feminino como complementares, e mutualmente excludentes entre si, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam, dentro de cada cultura, um sistema de significações que relaciona o sexo a seu conteúdo cultural, de acordo com valores e hierarquias sociais localizados. Para a autora, todo sistema sexo-gênero está íntima e sistematicamente ligado a fatores políticos, econômicos

e à desigualdade de cada sociedade. O sistema SEXO-GÊNERO, categoria lançada por ela em 1975, também assume o biológico como base sobre a qual os significados culturais são constituídos. “Assim ao mesmo tempo em que a influência do biológico está sendo minada, está também sendo invocada” (NICHOLSON 2000, p. 11).

Butler (1987), por sua vez, questiona a naturalização do sexo, argumentando que gênero é uma construção que assume modos específicos de corpo e suas vivências. Neste sentido, conforme aponta Tamanini, em leitura da autora, (2003, p. 132): “O devir gênero ocorre, por um lado, no corpo culturalmente construído, em um contexto de sanções, tabus e prescrições, e, por outro, na possibilidade de interação a partir do que é recebido”.

É a partir dos anos noventa, principalmente das críticas de feministas pós-estruturalistas como Scott, Rubin e Butler, e com a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais que, então, a maternidade passou a ter uma compreensão relacional, respondendo pela construção social das diferenças entre os sexos e não sendo determinada por estas. “Não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 141).

A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pôde ser abordada tanto como **símbolo** de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da *opressão* das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as *inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo*. Além disso, ela pôde ser compreendida como constituinte de um tipo de **organização institucional** familiar, cujo núcleo central articulador é a família. E, mais ainda, foi possível compreendê-la como um **símbolo construído histórico, cultural e politicamente** resultado das **relações de poder e dominação** de um sexo sobre o outro. Esta abordagem contribuiu para a compreensão da maternidade no contexto cada vez mais complexo das sociedades contemporâneas. (SCAVONE, 2001, p. 142, grifos meus).

É a partir do gênero enquanto categoria analítica, mas também empírica, que me proponho a vasculhar a dimensão historicamente construída da maternidade, da criança, das relações de parentesco e da família e suas consequências para a forma como são construídas as desigualdades nessas relações sociais. Ora, estas são, pois, produto de um caráter particular de categorias dominantes que se apresentam como universais, mas que não deveriam ser pensadas como biologicamente pré-determinadas, a-históricas e sim “como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes” (RAGO, 1998, p. 4).

As possibilidades abertas para os estudos históricos pelas teorias feministas são inúmeras e profundamente instigantes: da desconstrução dos temas e interpretações masculinos às novas propostas de se falar femininamente das experiências do cotidiano, da micro-história, dos detalhes, do mundo privado, rompendo com as antigas oposições binárias e de dentro, buscando respaldo na Antropologia e na Psicanálise, incorporando a dimensão subjetiva do narrador. (RAGO, 1998, p. 17).

Para Butler (2014), a materialidade do sexo, longe de ser um simples fato biológico, é efeito e produtor do poder de uma matriz sexual heteronormativa que fundamenta as relações de parentesco (BUTLER, 2003). A materialidade *butleriana* é produto de um processo pelo qual essas normas seguem reiterando-se por meio de uma construção discursiva sobre as diferenças materiais entre homens e mulheres: uma vez marcada pela materialização do sexo, a sexuação da matéria é sincrônica (COLLING; ARRUDA; NONATO, 2019).

Antes de continuar, é importante destacar que Butler não está alegando que o discurso causa a diferença sexual e sim que estas são indissociáveis das demarcações discursivas e isto, definitivamente, não é a mesma coisa:

Consideremos primeiramente que a diferença sexual é muitas vezes invocada como uma questão de diferenças materiais. Entretanto, a diferença sexual é sempre uma função de diferenças materiais que são, de alguma forma, marcadas e formadas por práticas discursivas. (BUTLER, 2019, p. 15).

É que a feminilidade, como a masculinidade, é relacional, historicizada e não uma “entidade em si” (MEDRADO, 2008, p. 819). São construções que partem de um ideal representado na cultura coletiva através de representações que variam de uma cultura para outra e se inscrevem posicionalmente dentro das relações sociais de gênero em posições de poder que não são absolutas e sim relacionais (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013). É através de práticas que homens e mulheres assumem determinadas posições sociais, produzindo, a partir destas práticas, efeitos na construção de suas subjetividades, em suas experiências corporais, e na cultura.

Assim, o suposto destino biológico da mulher à maternidade tem sido construído por meio de símbolos, de prescrições religiosas, jurídicas, educacionais, das organizações sociais e das identidades subjetivas. Em contrapartida, o masculino, ao ser associado ‘à produção e administração da riqueza’, é afastado do ‘reino’ da reprodução a não ser pelo sêmen fecundante. Intersubjetividades de mulheres e de homens escapam às prescrições, bem como sua organização social em movimentos políticos. [...] não existe uma única masculinidade e que tampouco é possível falar em formas binárias que supõem a ‘divisão’ entre formas hegemônicas e subordinadas. Tais formas dicotômicas baseiam-se nas posições de poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens particulares, que também desenvolvem relações diversas com outras masculinidades. (MEDRADO, 2008, pp. 823-824).

Inicialmente ainda de forma binária e complementar, o estudo da maternidade passou, então, a englobar necessariamente a paternidade. Não faz mais sentido olhar para a mãe sem olhar para o pai, no sentido biológico e social do termo (SCAVONE, 2001). A criança ainda não está englobada nesta análise e este é um passo necessário para o feminismo que este trabalho procura encampar.

Em suma, a definição teórica destes três momentos é reveladora de uma prática social — a maternidade — com todas suas contradições, mudanças e permanências. **A recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas e não estão, necessariamente, ancoradas na ideia do handicap.** Apesar da crítica feminista ter partido da constatação da diferença biológica entre os sexos, considerando-a um defeito, ela acaba mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente. (SCAVONE, 2001, p. 141, grifo meu).

É importante destacar que estes movimentos de análise e fazer político não são lineares e nem se esgotam em si mesmos, ao contrário, coexistem ainda hoje, ressignificando-se com novas roupagens.

Desde o início do movimento feminista eles disputam narrativas tanto no campo progressista, quanto no conservador, além de serem bastante questionados por feministas “à margem” cujas vivências são reiteradamente invisibilizadas, diminuídas, ignoradas ou apenas tomadas como “exceção” (COLLINS, 2019; hooks, 2019a; LUGONES, 2014).

Negar a centralidade da reprodução e das atividades de cuidado na existência feminina, além de suas múltiplas imbricações de raça, classe, origem, sexualidade, bem como as contradições afetivas e reflexivas envolvidas nestes processos, costuma desembocar em um feminismo – seja teórico, seja militante – que exclui crianças e, consequentemente mulheres e as necessidades político-sociais de importantes grupos sociais.

De outro lado, a apropriação da maternidade e dos processos fisiológicos envolvidos, como um atributo de potência que precisa ser “sacralizado” e reverenciado, costuma desaguar em práticas cis-heteronormativas, transfóbicas e que apenas reforçam um lugar do feminino limitante e pré-determinado. Nesse arranjo, é constituída uma nova domesticidade que reitera e serve ao argumento da mulher cuidadora e da responsabilização individual e familiar pelas mais variadas mazelas sociais.

Reside nesses discursos a ideia de que existe uma identidade materna “autêntica” que, para vir à tona precisa que liberemos a mãe dos “fardos” sociais que recaem sobre ela, assim como a suposição de que as mulheres são

naturalmente equipadas com um conjunto de características que garante sua serenidade na maternidade e tudo que a sociedade precisa fazer é se certificar de em que seu processo elas não sejam interrompidas por condições inapropriadas ou injustas. Dessa maneira, reafirma-se que a adaptação à maternidade é *apenas* uma questão de condições. (DONATH, 2017, p. 203).

De Maria, a mãe perfeita, abnegada e passiva – que sequer faz sexo para ser mãe –, a Eva, a culpada dos males e dores da humanidade, o ideal materno foi paulatinamente moldado por práticas discursivas e tecnologias diversas, em especial, a medicina e a religião.

É quase como um pêndulo discursivo contínuo em que a maternidade é ora renegada, ora amaldiçoada para, logo após, voltar a ser exaltada, mas que invariavelmente segue sendo vinculada à essência do destino feminino, seja pela negação, seja pela sua (re)afirmação.

No documentário *De Peito Aberto* (2019), a escritora Laura Gutman afirma que “acreditar que negar a profundidade da função materna, é ser feminista é um equívoco”, logo depois de ter argumentado que a chave para a mudança social está em cada mãe que cria um filho ou uma filha em um fluxo de amor e vínculo que lhe permitirá ser alguém que não mais tolerará guerras, desigualdades sociais e qualquer tipo de violência.

A noção de que a criação com apego é a chave para uma sociedade mais justa e menos violenta é o pano de fundo da sobrecarga materna e de uma noção individualista e, na minha visão equivocada, de que problemas sociais estruturais podem ser resolvidos individualmente. Não é nenhuma coincidência que uma parcela importante das matérias e defesas da criação com apego e das teorias do vínculo se encontrem em blogs e revistas cristãs em defesa da “família, da moral e dos bons costumes”.

O século XXI apresenta, de forma aparentemente paradoxal, o resgate da “boa mãe”, que deveria encarnar a Virgem Maria, uma persona assexuada e integralmente dedicada aos filhos e à família, ao mesmo tempo em que introduz a figura da mulher que não deve – e nem pode – ser “apenas mãe”.

Agregam-se cada vez mais exigências ao conjunto imagético da mãe,

este modelo não apenas regula a aparência e o comportamento que as mães deveriam ter, mas também busca regular seu mundo emocional de acordo com normas afetivas – ou seja, normas sobre que sentimentos são ou não adequados a um determinado entorno social, que com frequência oferecem recompensas sociais como honra, respeito e aceitação –, o que as classificará como “boas mulheres” e “boas mães”, tanto como pessoas, quanto como seres emocionais. (DONATH, 2017, p. 55).

2.2 MATERNIDADE, REFLEXIVIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: O MITO DO AMOR MATERNO

Vinte anos após a publicação de sua mais famosa obra, “Um amor conquistado: o mito do amor materno”⁴⁵, em 2011, em *O conflito: a mulher e a mãe*, Elisabeth Badinter apresenta o que ela chama de revolução silenciosa. Uma verdadeira contrarrevolução diante de tudo que o movimento feminista foi capaz de conquistar a partir dos anos 60, chegando a comparar o “domínio do rei-bebê” ao “domínio do patriarcado” ou, como ela chama: o “império do bebê”.

A partir do conjunto de regras, marcado pela diferença, através das quais o corpo é “treinado, moldado, obedece, responde, tornando-se, em resumo, um ‘corpo útil’”, (FOUCAULT, 1979; p.136), obtém-se a institucionalização histórica de uma maternidade desejada pela Biomedicina. Nessa chave de compreensão, a maternidade é considerada um fato comum, “transcultural” e universal desde o princípio da história humana, colocando as mulheres na posição não apenas de serem as principais cuidadoras das crianças na sociedade, mas também “mães em si mesmas” (DONATH, 2017, p. 25).

Nesse sentido, a maternidade estaria a serviço, principalmente, mas não apenas, dos interesses da burguesia, de suas visões eugênicas e higienistas a respeito das práticas sociais necessárias a uma sociedade próspera e forte (ROHDEN, 2003).

Pensando com a biopolítica de Michel Foucault, este processo de instituição da mãe – por meio de políticas, estratégias, saberes e discursos – está no conjunto das tecnologias discursivas e das práticas mediadas, agenciadas e constituídas por saberes e jogos de verdade relacionados a produção, ao sistema de signos, as tecnologias de poder e as tecnologias de ser, os indivíduos e os saberes são instituídos e se instituem a respeito da amamentação e dos cuidados ideais. (BRECAILO, 2017, p. 19).

O discurso biomédico organiza-se e funciona pelo acionamento de práticas discursivas que consagram saberes e enunciados, a respeito da irrupção repentina de sujeitas inéditas, como o são as mães e as crianças nos novos argumentos relativos à maternidade e à primeira infância (BRECAILO, 2017).

Há um longo, e nada linear, processo histórico e social até se chegar ao lugar que a maternidade ocupa atualmente no imaginário que permeia o senso comum de que ela está para a mulher como uma das “tantas outras coisas que nos assemelhariam” aos demais mamíferos: nascer, crescer, reproduzir-se e, para as mulheres, amar instintivamente os seres humanos que por ela são paridos biológica ou simbolicamente.

⁴⁵ Nesta icônica obra, Badinter (1985) reconstruiu a condição de maternagem na Europa, especificamente na França, argumentando como a maternidade passa de um status de desvalorização na Antiguidade e na Idade Média, para a um construto ideológico que “naturaliza” o vínculo entre mães e seus bebês e cria o que ela chama de “mito do amor materno”. Badinter analisa como o foco ideológico desloca-se progressivamente da autoridade paterna ao amor materno, pois a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia enquanto classe social impunha como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças” (MOURA; ARAUJO, 2004, p. 46).

No meu caso, pelo menos, que eu tive essa experiência. Todo esse.. também... né. **Eu não sei se é natural, biológico ou se é social. Mas, pra mulher, é mais fácil, sim.** (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifo meu).

Ao mesmo tempo em que prevalece o ideário da maternidade como determinação da biologia sobre os corpos e da primazia da natureza, “a ideia de que toda mulher se torna mãe como resultado de sua própria vontade foi em parte formulada pela modernidade, pelo capitalismo e pelas políticas neoliberais” (DONATH, 2017, p. 27), reforçando o impossível lugar do “quem pariu Mateus, que o embale”, que ainda sustenta boa parte das narrativas sobre cuidados infantis, inclusive na perspectiva das próprias mulheres que se tornam mães.

A possibilidade de escolher ou não ser mãe, assim como o processo reflexivo envolvido na mesma, é um fenômeno moderno que emergiu a partir das significativas mudanças que ocorreram na forma como sujeitos se relacionavam sexual e afetivamente (GIDDENS, 1993). Estes processos, chamados por Giddens (1993, p. 53) de “a invenção da maternidade”, estão conectados ao surgimento do amor romântico e da família nuclear heteronormativa. Nesse novo modelo de relação entre pais e filhos, a autoridade patriarcal é deslocada para a afeição maternal (GIDDENS, 1993). Esse novo arranjo é constituído especialmente a partir de discursos sobre a mulher mãe da classe burguesa, mas que se estenderam também às mulheres trabalhadoras, ainda que suas condições materiais de exercer a maternidade fossem bastante distintas das mulheres às quais tal ideologia se direcionava.

O pai, a mãe e seu bebê biológico serviriam como gabarito da situação ideal, e as demais situações, como arremedos para as quais o psicanalista é chamado a diagnosticar e tratar. O modelo estrutural edípico – lido equivocadamente na chave imaginária pai-mãe-bebê reais – acabou por cancelar a família burguesa enquanto estrutura que garantiria a saúde mental da prole. Se a psicanálise foi usada como munição para um modelo claramente ideológico de parentalidade, isso se deve a uma combinação complexa de condições oferecidas pelo capitalismo, pela necessidade de reproduzir normas sociais hegemônicas, mas também pela ferida narcísica que o romance familiar busca tamponar na forma do mito parental. (IACONELLI; GARRAFA; TEPERMAN, 2020, p. 9).

Os processos reflexivos destas mulheres frequentemente são construídos sobre a ideia da “escolha” e “informação” sobre qual a melhor forma de trazer suas filhas ao mundo e criá-las, em contraposição ao “sistema que está posto e que quer que a mulher siga tutelada”, como argumenta Ilana, uma das minhas entrevistadas.

As mães entrevistadas para este trabalho, assim como todo o universo da criação com apego, se enxergam rompendo com uma lógica da indiferença e da despreocupação (MEYERS,

2001). Elas pesquisam sobre todas as etapas do processo – da gestação à educação – e se munem de informação oriundas de “autoridades” no tema para justificar cada uma de suas escolhas. Em grande medida, elas se veem como informadas e antissistêmicas, em oposição às decisões irrefletidas que são deixadas nas mãos do obstetra, do pediatra e dos conselhos familiares. Elas reconhecem que a maternidade precisa ser debatida de forma mais realista e que as dificuldades das mães merecem ser visibilizadas e valorizadas, mas elas ainda partem da mesma premissa biologizante e essencializadora que as mães que apenas “seguem o fluxo”. Além disso, acabam agregando, para si mesmas e as outras, camadas extras de cobrança que as mães tradicionais de certa forma “delegam” aos profissionais, mães e sogras.

A essa altura, o que estou argumentando é que a possibilidade de escolha pela maternidade e o processo reflexivo envolvido na mesma, é um fenômeno que, também na criação com apego, emerge a partir de uma narrativa essencializadora e de ideias de uma natureza de cuidado biologizante. Nessa perspectiva, não basta ser mãe, tem que ser mãe de uma maneira “correta”, termo que, no ambiente da criação com apego é substituído por “informada”.

Essa essencialização é pautada em uma visão dicotômica e binária do biológico envolvido nos processos de gestar, parir, amamentar e da primazia do cuidado feminino, enquanto consequência destes processos, como será melhor explorado no Capítulo 3.

A diferença sexual é colocada aprioristicamente como imutável, tornando-se instrumento de poder sobre as mulheres para que se tornem reféns de suas características corporais. O discurso biomédico, religioso, social e político que produz os corpos disciplinados de que trata Foucault (1987) é construído e propagado de tal forma que fortaleça a ideia de que indivíduos sejam reduzidos às categorias opostas e complementares “macho e fêmea”, “masculino e feminino”, “homem e mulher” cuja consequência é a maternidade esvaziada do seu caráter cultural, profundamente pautada em seu aspecto biológico com premissas heteronormativas fundantes do casamento e da família nuclear.

A teoria feminista nos lembra que, na modernidade, os fenômenos da maternidade e do trabalho de cuidado a ele atrelado sempre fizeram parte de técnicas, estratégias e enunciados construídos a partir de uma biopolítica dos corpos e de indivíduos. É apenas a mesma velha estratégia, com roupagem nova: a regulação social de mulheres e crianças (FOUCAULT, 1988; 1979).

Trata-se de ‘biopolítica’, eis que “designa o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p. 134).

E se estes aspectos continuam sendo discutidos pela teoria feminista a fim de desnaturalizar ideias sobre a natureza da maternidade, dos sentimentos da mãe, e do seu vínculo com o bebê, é importante lembrar que “a questão da maternidade em todas as suas nuances sempre esteve presente na luta libertária das mulheres e, portanto, foi objeto constante da reflexão teórica feminista” (SCAVONE, 2004, p. 172).

As mulheres entrevistadas reconhecem e questionam os limites de uma perspectiva biologizante. Ao mesmo tempo que naturalizam certas experiências como fisiológicas e “naturais da mulher”, chamam a atenção para possibilidades que rompam com este padrão e incluam os homens no lugar do cuidado: o lugar do pai. Elas reconhecem a importância – e as dificuldades – do pai de suas filhas criarem vínculo com as crianças para que se possam pensar novas formas de construção de subjetividades para as gerações futuras. Em boa medida, argumentam que uma grande parte das dificuldades que os parceiros encontram na adoção das práticas da criação com apego reside justamente na violência (física e simbólica) de sua própria criação⁴⁶, conforme veremos nas falas que analiso no terceiro capítulo a respeito das novas e possíveis masculinidades que emergem das falas das entrevistadas.

Como vimos, a partir dos anos 1980 e 90 os estudos sobre maternidade passaram a analisar a questão sob o ponto de vista relacional e a trabalharem com o conceito de parentalidade, o qual ocupa-se em “estudar o posicionamento dos atores sociais dos dois sexos no processo de construção do laço parental e não mais de partir de uma especificação *a priori* deste laço segundo o sexo” (SCAVONE, 2004, p. 180). O conceito de parentalidade facilita uma perspectiva não biologizante e permite nomear laços familiares que independem do sexo, da identidade de gênero ou da relação sanguínea de quem se ocupa das funções parentais de uma criança (TEPERMAN, 2019).

Um marco importante para o desenvolvimento do conceito de parentalidade, foi o Pacto Civil de Solidariedade (PACS) — em vigor na França desde 1999 — que legaliza a união

⁴⁶ Ainda que, paradoxalmente, quando relatam a violência de suas próprias criações isso sirva de razão para que elas adotem este modelo ao passo que, no caso de parceiros que tiveram uma criação “mais livre e não violenta” isso também não seja visto como nexos para que os parceiros tomem à frente ou a liderança no estudo e implementação deste modelo. É o caso de Giulia, que relata ter tido uma educação bastante violenta, ao contrário do marido que “não teve uma educação tão violenta e eu vejo que pra ele é um pouco mais fácil. E eu já tive uma educação totalmente violenta e... grito, castigo, cinta, vara, tudo que... rider, chinelo, tudo que, enfim... e eu vejo que pra mim é mais difícil assim...” ao mesmo tempo em que, em vários outros momentos da entrevista, desabafa sobre como ele tem menos paciência do que ela com a filha, mesmo convivendo menos: “e eu percebo, apesar dele ser mais calmo, acho que ele tem menos paciência do que eu, porque as vezes... como ele convive pouco com a Sara, entre aspas, por causa do trabalho, tipo chega sábado, sábado ele passa a tarde com a Sara sozinho, eu vou fazer alguma coisa, eu percebo que ele tá assim, sabe? O que é normal pra gente, não que a gente também às vezes não esteja, né... apesar dele ser mais calmo, acho que ele tem um pouco menos de paciência...”

entre pessoas do mesmo sexo, mas não supunha o direito à adoção de crianças ou à procriação medicamente assistida.

Na medida que o PACS reconhece as uniões homossexuais, mas restringe o reconhecimento legal à conjugalidade, separa definitivamente a sexualidade do exercício da parentalidade. Se a educação das crianças é um fato público, se o estado deve zelar pelos direitos da criança, bem, neste caso, que se restrinja ao privado o que é da ordem do sexo e que se justifique desta maneira o não-reconhecimento do direito à parentalidade nos casais homossexuais. Interessante pensar que a outra cara desta moeda seria a concepção de uma parentalidade sem sexualidade – e para tal a ciência se apresenta em toda sua onipotência. Pois a pós-modernidade permitiu o prazer sem procriação (com o surgimento da pílula, com a legalização do aborto nos países desenvolvidos) e agora a procriação sem prazer, ou melhor, a procriação sem sexo, por meio da procriação medicamente assistida (TEPERMAN, 2018, p. 9).

Em sua crítica ao efeito negativo de reforçar a normalização pelo Estado das relações de parentesco reconhecíveis, Butler (2003) problematiza o casamento homoafetivo (especialmente a demanda de casais homossexuais ao casamento, como condição necessária à adoção futura de uma criança) que, se por um lado permite estender direitos, não rompe com as suposições patrilineares do parentesco, reforçando a separação entre casais “legítimos”, que têm direito ao casamento, e os “ilegítimos”, sejam as pessoas que fazem parte dele heterossexuais ou homossexuais.

O conceito de parentalidade se refere ao exercício de uma função (parental) do adulto, mãe ou pai, em relação ao filho—diferentemente dos debates sobre parentesco que dizem respeito à relação entre o filho e a mãe ou o pai que se estabelece a partir do reconhecimento legal da maternidade ou da paternidade desse filho, seja ele biológico ou adotado.

A parentalidade, portanto é um processo de construção relacional, no qual as funções maternas, paternas e de cuidados, em uma perspectiva mais ampla, não estão dadas *a priori*, pois são construídas ao longo das práticas parentais que atualizam os vínculos psíquicos e afetivos entre pais e filhos(as). Ela implica, pois, em uma ideologia de paternidades e maternidades exercidas de maneira mais flexível, levando em conta, principalmente, as relações de pertencimento e a afetividade (SANTOS; CAMPANA; GOMES, 2019). “Repensar a amamentação, a gestação e o parto a partir dessa chave “des-naturalizante” e “des-biologizante” nos permite também atacar centralmente os alicerces da parentalidade como conhecemos” (MOSCHKOWICH, 2020, 106).

É importante acionar a parentalidade para pensar o cuidado visto que, embora cada vez mais distanciada do antigo determinismo biológico, “a maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade femininas pela sua ligação com o corpo e com a natureza” (SCAVONE, 2004, p. 184), ainda que novos modelos, mais igualitários e

reflexivos de maternidade tenham emergido (SCAVONE, 2004, p. 185). É o que Donath (2017) chama de “*vontade institucionalizada* – uma vontade que é resultado de uma mistura dos próprios desejos da mulher e das expectativas da sociedade”. Ela arremata:

Esta vontade institucionalizada, portanto, pode ser um sentimento concreto – tanto física quanto mentalmente – de querer verdadeiramente ser mãe, mas que não raro é despertado pela internalização por parte das mulheres das mesmas imagens que a sociedade designa exclusivamente à maternidade. Essas imagens fecham portas que poderiam estar abertas para as mulheres, ao mesmo tempo que obstruem quaisquer outros caminhos que discutam, questionem ou desafiem a ideia de que a maternidade é a única forma de mudar o estado das coisas, tanto no passado quanto no presente. (DONATH, 2017, p. 43).

Um novo modelo, cujo ideal é a busca pela igualdade na responsabilidade parental, se esboça em suas diversas facetas e define-se com mais ou menos força de acordo com a classe social e o país a que se refere (SCAVONE, 2004).

A escolha reflexiva para aceitação ou não da maternidade – da paternidade, ou da parentalidade – compõe em um elemento deste período de transição, possibilitando às mulheres e aos homens que a decisão pela reprodução seja feita com base na experiência adquirida, sem medo, culpa, ou qualquer sentimento de não realização individual e/ou social. Evidentemente, esta escolha será tanto mais reflexiva quanto maior a possibilidade de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento especializado. (SCAVONE, 2004, p. 185).

Scavone (2004) e Badinter (1985) nos mostram que a realização pela maternidade ocorreu na história, em épocas distintas e por motivos diversos, diante de padrões de natalidade dominantes. Para Scavone (2004, p. 175), embora “as condições materiais não determinem, via de regra, a escolha da maternidade”, são definidoras de quais virão a ser suas características e possibilidades”.

A escolha da maternidade liga-se às mais diversas causas que,

isoladas ou conjuntamente, se explicam no ponto de intersecção do biológico, do subjetivo e do social: o desejo atávico pela reprodução da espécie ou pela continuidade da própria existência; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de valorização e de reconhecimento social – como no caso de algumas mães adolescentes, ansiosas por ocupar um espaço de maior respeitabilidade na sociedade –; o amor pelas crianças; a reprodução tradicional do modelo de família de origem, entre outros. (SCAVONE, 2004, p. 175).

Partindo destes pressupostos e, sobretudo, considerando o estatuto do amor materno, observamos que as diferentes práticas de maternagem estão invariavelmente vinculadas ao bom desempenho de sua função como esposa e mãe. A própria percepção da mulher mãe e da criança

como um binômio (mãe-filho) produz uma perspectiva em que nenhum dos dois é tratado em sua individualidade. Esta construção simbólica está expressa também, por exemplo, na fala das entrevistadas que relataram dificuldades para amamentar.

Um exemplo paradigmático das incoerências discursivas do maternar enquanto destino materno, mas que na verdade nada mais são do que definidoras de lugares sociais é a análise de mães em situação de vulnerabilidade social como, por exemplo, moradoras de rua, mulheres em privação de liberdade ou dependentes químicas de classes sociais baixas que, durante a gestação, são chamadas e encorajadas pelos agentes sociais a criarem laços com seus bebês. No Brasil, essa orientação é, inclusive, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É assim que, logo após o parto, frequentemente sem o seu conhecimento, são consideradas inaptas a cuidar de suas filhas e tem seu direito ao exercício da maternidade e ao contato com o filho questionado e até mesmo negado.

A ideologia moralizante do maternar, da essência feminina de uma natureza maternal determinista servem, hoje como ontem, para a implementação de políticas higienistas e racistas ainda que não mais expressamente declaradas⁴⁷. Inclusive, segundo Kehdy (2019, p. 32), “o risco de serem separadas dos filhos faz com que muitas moradoras de rua não busquem acompanhamento pré e pós-natal”.

Nota-se como a maternidade e as diversas práticas a ela atreladas seja por mulheres ou instituições, constituem, ao mesmo tempo, algo extremamente valioso (a capacidade de “criar a vida”), mas também fonte de múltiplas coerções, culpas e oposições em termos de direitos, acessos, condições de trabalho, atividades de cuidado e relação com a sexualidade feminina. Neste sentido, o controle do corpo feminino e de sua sexualidade, da moralidade da mulher que é mãe é característica marcante do que Foucault nomeia na História da Sexualidade, segundo Kehl (2016, p. 40-41):

Ele analisa como os poderes disciplinares modernos (em contraste com o que denomina o poder “soberano”, eficaz em sociedades tradicionais) funcionam no microcosmos a vida privada. Foucault detecta, a partir do século XVIII, o surgimento de quatro grandes dispositivos de saber e poder sobre o sexo. O primeiro deles foi a “histerização do corpo da mulher”, conjunto de estratégias produtoras da sexualidade feminina – uma sexualidade adequada ao lugar que deve ser ocupado pela mulher na família burguesa.

⁴⁷ Outro exemplo bastante ilustrativo deste fenômeno são as esterilizações forçadas a que milhares de mulheres pobres e negras brasileiras foram submetidas e que resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito nos anos 1990 conhecida como CPMI da laqueadura involuntária (BRASIL, 1993).

A maternidade de forma ampla, isto é, o parto, o aleitamento, a educação e as demais práticas relativas ao cuidado infantil estão subjetivamente imbricadas como funções da mulher, referente à sua natureza e necessários para o bem-estar das crianças, e com isto, da sociedade como um todo. Com efeito, essa imbricação confunde-se com o discurso sanitarista higienista e eugênico que marcou a fundação da República brasileira no final do século XIX. Essa imbricação coincide também com o fortalecimento discursivo do que chamamos de medicina moderna (ROHDEN, 2003), cabendo invariavelmente às mulheres fazerem arranjos com seus corpos, entre elas ou com sistemas de outras instituições.

No final da Idade Média, a vida da criança e a própria experiência da maternidade sustentavam-se em valores muito distintos dos atuais, permeadas de muitas contradições que, segundo Scavone (2004, p. 174) são “inerentes ao processo de industrialização e à forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais”.

Temos, então, a partir do século XVIII, especialmente na Europa ocidental, uma crescente normatização das práticas maternas, estabelecendo-se a instituição da mãe quando se começou a associar e mesmo definir a feminilidade pela maternidade, pressupondo-se esta como meta da vida da mulher por meio de normatizações que associam feminilidade e maternidade. Por sua vez, estas limitam sobremaneira as condições de escolha, bem como do lugar da mulher fora da representação da mãe (BRECAILO, 2017).

Em *Deslocamentos do Feminino*, Kehl (2016), apresenta argumentos contundentes sobre como o ideal de feminilidade que hoje consideramos tradicional é, na verdade, um ideal burguês bastante recente, construído a partir do próprio indivíduo objeto da psicanálise e produto (e produtor) da reflexividade moderna:

podemos arriscar a hipótese de que o sujeito moderno coincide com o neurótico ou, melhor, de que a neurose é a resposta possível para os impasses e as demandas conflitantes que incidem sobre o sujeito moderno (KEHL, 2016, p. 31).

Este modelo consolidou-se em uma ideologia que passou a exaltar o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e as obrigações na criação do(as) filhos(as) e limitando a função social feminina à realização da maternidade. Entretanto, conforme alertam Knbiehler e Fouquet (SCAVONE, 2004 p. 171 *apud* Knbiehler, Fouquet, 1977), a realização desse ideal de maternidade era impossível para as mulheres pobres. Isto porque

As classes dominantes que reinventam a maternidade como vocação feminina exclusiva estão em contradição absoluta com a realidade concreta: muitas mulheres

trabalham no século XIX e devem assumir sua maternidade nas condições mais difíceis. A distância é imensa entre o ideal descrito e sonhado da mãe educadora, consagrada em tempo integral e suas crianças, e a vida cotidiana das mães de origem modesta. (SCAVONE, 2004 p. 210 apud Knibiehler & Fouquet, 1977).

Collins (2019), ao discorrer sobre as imagens de controle social atreladas às diversas mães afro-americanas, ora como dóceis serviçais (*mummys*), ora como mães agressivas e castradoras (matriarcas) ou dependentes do Estado sobre quem recai a culpa pela pobreza negra nos Estados Unidos, ilustra como essas práticas discursivas operam no imaginário social transformando facilmente sintomas em causa, vítimas de políticas liberais em culpados pela própria pobreza e, de quebra, invisibilizando narrativas de agência de todo um povo.

Ao elaborar suas reflexões sobre parentalidade, bell hooks (2019b) evidencia como os debates feministas dos anos 60 e 70 que advogavam contra a maternidade, apresentando-a como o principal obstáculo à libertação das mulheres referiam-se, especificamente, à realidade de mulheres brancas de classe média e média alta.

Se as mulheres negras tivessem expressado sua visão sobre a maternidade, esta certamente não teria sido definida como um sério obstáculo à nossa liberdade como mulheres. Racismo, falta de emprego, falta de habilidades ou de formação e várias outras questões estariam no topo da lista – menos a maternidade. As mulheres negras não diriam que a maternidade nos impede de ingressar no mercado de trabalho, porque sempre trabalhamos. (hooks, 2019b, p. 195).

Se a maternidade não era, para as mulheres negras, causa de opressão direta como parecia ser para as brancas de uma determinada classe, sua negação – ao terem suas crianças vendidas ou mesmo escravizadas—e a impossibilidade de vivenciá-la de maneira livre – dependendo de trabalhos precários, muitas vezes desumanos, ainda hoje –limitava suas possibilidades de desenvolvimento de uma relação humanizada, ou que as humanizasse, o que servia muito bem aos interesses supremacistas (hooks, 2019b).

Em outras palavras, se para as feministas que lutavam pelo fim da idealização da maternidade e da relação mãe-filho, argumentando que a maternidade, ou a responsabilidade quase sempre exclusiva pelos cuidados da família, as impedia de ocupar os espaços do público, para as mulheres negras o trabalho no contexto familiar as humanizava e lhes permitia afirmar suas identidades femininas e criar laços e vínculos de amor e carinho com suas crianças e familiares (hooks, 2019b).

Assim como a maternidade, a própria infância, longe de ser um lugar homogêneo, estanque e universal como se quer fazer crer, é perpassada e impregnada de questões de raça, classe e região. O que Del Priore (1994, p. 49) afirma a respeito da maternidade e da infância

do Brasil Colônia, poderia facilmente ser afirmado sobre o Brasil de 2021: “a situação de crianças de todas as idades é a de dividir com suas mães a fome, a pobreza e a dificuldade”.

Essas histórias e perspectivas estão entrelaçadas na medida em que as mulheres que reivindicaram a libertação da maternidade, que argumentaram pelo fim da maternidade compulsória e pela entrada da mulher no mercado de trabalho, acabaram por obter seus êxitos justamente às custas daquelas a quem foram negadas as experiências subjetivas da maternidade. Elas se tornaram responsáveis pela criação e cuidados das filhas alheias, em detrimento de suas próprias.

A discussão acerca da maternidade é totalmente diferente em um contexto em que mulheres negras tem sistematicamente enterrado seus filhos, vitimados pela violência, principalmente estatal, e pelo racismo estrutural⁴⁸, sem que possam sequer vivenciar relações de afeto livres da violência que se abate sobre corpos negros. Nas palavras de Silvio de Almeida (2018, p. 108): “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” e isto não pode ser ignorado no exercício da parentalidade, mais especificamente da maternidade, já que encontramos também entre a população negra, índices ainda mais altos de abandono paterno do que na população geral.

E então que, se nos últimos 40 anos o número de mulheres que adentrou o mercado de trabalho passou de menos de 14%, nos anos 1950, para quase 50%, de acordo com o último censo do IBGE, isto não ocorreu necessariamente de forma emancipadora para a maioria das mulheres. Isto porque especialmente em um contexto de trabalho que se manteve sexista e, na maioria das vezes, ainda distante de se tornar fonte de realização, tornando-se até mesmo uma ulterior fonte de estresse e frustração para elas – em vez de um trabalho libertador, como havia sido idealizado pelas feministas.

As mulheres seguem sendo a mão de obra em geral mais precarizada, mais facilmente dispensadas e continuam a sofrer todo tipo de abuso no mercado de trabalho, além de continuarem sendo as principais responsáveis pelos cuidados domésticos, seja diretamente, seja pela sua gestão, no caso das classes privilegiadas.

Neste contexto, muitas das filhas dessas mulheres que abriram seus caminhos no mercado de trabalho, na Academia e nos espaços públicos em geral, passaram a questionar se

⁴⁸ O Atlas da Violência de 2019 confirma a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios eram negras, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (BRASIL, 2019, p. 49).

esta troca valeu a pena (hooks, 2019b). De um lado, as que ocupam posições precarizadas no mercado idealizam um trabalho mais humanizante e realizador dentro de casa, cuidando das crianças e da família; de outro lado as que se sentem realizadas no emprego, podem ressentir-se da falta de tempo para realizar-se em outras esferas da vida, dentre elas, a maternidade (hooks, 2019b). Para hooks, o ataque à maternidade foi um grande erro estratégico das feministas das décadas de 60 e 70 já que “alienou uma grande massa de mulheres do movimento, especialmente as mulheres pobres e/ou não brancas, para quem a parentalidade era uma das poucas relações em que se sentiam afirmadas e apreciadas” (hooks, 2019b, p. 197).

Na época em que hooks (2019b) escreveu, estavam florescendo debates feministas com uma nova perspectiva da maternidade. Essas discussões foram apoiadas nas mesmas bases sexistas estereotipadas que hoje podemos observar em muitos dos debates que Badinter (2011, p. 45) chama de “novo feminismo essencialista”, exaltando e romantizando esta experiência para “sugerir mulheres como nutrizes naturais a favor da vida” (hooks, 2019b, p. 198) o que acaba por reforçar a ideia essencialista e funcionalista da mulher e a maternidade como a mais importante “vocação feminina”.

Para hooks (2019b, p. 199) esta perspectiva, muito vocalizada por mulheres brancas que atingiram posições de poder em suas carreiras, pode ser uma tentativa de “reparar os danos causados pela crítica feminista do passado e dar às mulheres que se tornam mães o respeito que merecem”. Todavia, esse processo não significa que isso deva ser feito sob bases universalizantes e, menos ainda, que a maternidade seja vista de forma essencialista. Ao contrário,

A parentalidade feminina é um trabalho relevante e valioso e precisa ser reconhecido como tal por qualquer pessoa, e celebrada **dentro de um contexto feminista** em que se conta com o renovado esforço para repensar a natureza da maternidade; para fazer com que a maternidade não seja para as mulheres nem uma experiência compulsória, nem uma fonte de exploração e opressão; para tornar a parentalidade feminina algo bom e efetivo, quer seja realizada em conjunto com um parceiro, quer seja feita exclusivamente pela mulher. (hooks, 2019b, p. 199).

Assim como “A” história não é universal e sim localizada, a história das mulheres e a da maternidade, nela inserida, também depende do contexto e das tecnologias sobre os corpos envolvidos nesta relação. É justamente esta heterogeneidade que permite assegurar que os sentimentos maternos e os cuidados com o filho estão longe de serem instintivos – como geralmente se afirma na sociedade ocidental moderna.

Foi o feminismo que expôs, a partir da década de 1960, a contradição entre os desejos femininos e os valores dominantes, questionando a “anormalidade” das mulheres que não

seguiram nem se sentiam bem com o que lhes era imposto, inclusive a maternidade enquanto destino do feminino. Com o surgimento de novas formas de conflito, originadas no plano da subjetividade, as mulheres passam a aspirar mais, a desejar uma maior autonomia, para a qual a maternidade é um importante obstáculo material, ao mesmo tempo em que “dimensões materiais, num cenário marcado por crises estruturais de emprego e redução de políticas públicas, se conflitam à permanência do trabalho reprodutivo como algo fundamentalmente da esfera doméstica e da responsabilidade feminina” (BRECAILO, 2017, p. 57).

Neste cenário, a regulação estatal sobre os processos de filiação, maternidade e paternidade, na América Latina, chave para uma análise comprometida epistemologicamente com o cuidado, continua sendo pautada em um contexto de ausência de um papel ativo da paternidade tanto em termos de provisão de renda quanto de cuidado. As inter-relações entre o Direito e as políticas públicas para a família são essenciais para entender como se organizam os cuidados e a provisão de renda, tanto para o exercício da parentalidade quanto para o bem-estar das filhas (FRANZONI, 2020). O que está em jogo em torno de como o Estado define a paternidade é a alocação de tempo (educação e cuidados) e dinheiro (pensões e provimento físico).

Na América Latina, em geral, o papel que o Estado exerce sobre o bem-estar econômico e o cuidado de crianças e adolescentes é subsidiário ao papel da família, operando dois tipos de regulação da paternidade: a paternidade como complementar à maternidade e a paternidade como corresponsável com a maternidade.

Na paternidade complementar à maternidade, há uma alta especialização de papéis: são as mães que cuidam e os pais que sustentam financeiramente. Já no caso da paternidade corresponsável, pais e mães tornam-se simultaneamente sujeitas da política, como provedoras e cuidadoras.

Alguns exemplos de como podemos observar qual tipo de regulação opera estão relacionados à: (i) existência, cobertura e duração da licença-paternidade remunerada (a inexistência ou licença para auxiliar as mães está associada à paternidade complementar, enquanto a licença para promoção do papel de pai cuidador à paternidade corresponsável); (ii) como se dá a guarda física de meninos e meninas (preferência materna vs guarda compartilhada); (iii) qual o ônus da prova da paternidade, se a mãe tiver de provar que o pai é o pai, ou se o suposto pai tiver que provar que não o é, funciona segundo o critério da complementaridade ou corresponsabilidade; entretanto, a eficácia com a qual a paternidade é estabelecida é completamente diferente. Franzoni (2020), analisa que o que é identificado na

nossa região, é uma versão forte e uma versão fraca tanto da parentalidade complementar quanto da parentalidade corresponsável.

No caso da paternidade complementar, a versão forte apenas especializa os papéis em torno dos pais provedores e cuidadores (Costa Rica e Nicarágua). Na débil expressão da complementaridade, a regulamentação da paternidade passou a dividir a responsabilidade econômica entre pais e mães, mas não a responsabilidade de cuidar. É o caso de Brasil, Bolívia, República Dominicana, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru (FRANZONI, 2020).

Já, quando se trata da paternidade corresponsável, a expressão forte tem promovido o cuidado como responsabilidade compartilhada, tanto no Direito de Família quanto no marco de concepção e implementação de políticas públicas familiares (Uruguai e Venezuela). Por outro lado, a expressão fraca da corresponsabilidade tem dado passos para promover a responsabilidade compartilhada na parentalidade exclusivamente a partir do Direito de Família, com muito pouco esforço do Estado para promover mudanças nas práticas parentais. A regulação corresponsável da paternidade em sua expressão fraca pode ser encontrada na Argentina, Chile, Colômbia e Cuba (FRANZONI, 2020).

Em suma, estamos em uma região onde é um desafio para os pais exercerem seu papel de provedor e mais ainda de cuidador.

2.2.2 Nova domesticidade ou maternidade feminista?

Em *Homeward Bound: why women are embracing the new domesticity* (2013), Emily Matchar, refere-se ao que ela chama de “nova domesticidade” como um fenômeno cultural que apela a novos parâmetros de domesticidade pautados na rejeição ao que elas consideram um estilo de vida “masculino” e predatório para, então, abraçarem uma “nova” forma de viver, desacelerada, mais “equilibrada” ou, nas palavras de algumas das entrevistadas deste trabalho, um modo de vida mais “natural”.

Se, para as mulheres de que Matchar trata em sua pesquisa, o artesanato, a jardinagem, a cozinha natural e a maternidade intensiva são vistas como bandeira da desaceleração e insígnia da rejeição de uma cultura de consumo extremo, para as mães observadas neste trabalho, a criação com vínculo é o antídoto para uma sociedade violenta e fadada à autodestruição.

porque realmente eu acho que faz muita diferença na vida das crianças e na vida da própria sociedade no futuro... entendeu... a gente tá criando a sociedade do futuro e a gente tá cometendo os mesmos erros que nossos pais cometeram... isso não dá, né...

não dá, não dá pra gente ter vivido aquilo e enaltecer o sofrimento... achar engraçado, achar divertido, achar que tava certo, que era isso mesmo... e não dá mais pra admitir esse tipo de coisa (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses).

Assim como as mães de Matchar, também as mulheres entrevistadas para este trabalho, são mulheres com alto nível de educação formal que desejam transformar radicalmente a maneira de criar da geração anterior que, na perspectiva delas, falhou em atribuir à maternidade a principal opressão às mulheres. Elas se enquadram no que Badinter (2011) chama de “a revolução silenciosa” na concepção da maternidade, recolocando-a “no cerne do destino feminino” e valorizando práticas que colocam a criança em primeiro lugar, à frente da mulher. Esta prática seria, para Badinter (2011, p. 9), a responsável por desmontar as lutas das feministas que dessacralizavam a maternidade e retiravam a culpa das mulheres que não se enquadravam em ideais de maternidade esperados. Com efeito, para Badinter, “os deveres crescentes em relação ao bebê e à criança pequena revelam-se tão coercitivos, se não mais, do que a perpétua guerra dos machos na casa, ou no lugar de trabalho” (BADINTER, 2011, p. 121).

E se, por um lado, encontramos nas falas de minhas entrevistadas, uma tentativa de resgate do que elas nomeiam como instinto, é também verdade que há um profundo processo reflexivo imbricado neste modelo de criação que acrescenta a criança não apenas como sujeito, mas como lugar de interpelação desta mulher que se vê mãe.

Ainda que divirjam sutilmente quanto à importância da biologia sobre os processos de criação de vínculo e a importância da naturalização de certas práticas com bebês e crianças, todas as entrevistadas reconhecem o impacto de uma construção social machista e patriarcal⁴⁹ sobre seu próprio maternar.

não, não acredito que seja intrínseco à mulher. Muitas vezes antes, antes de ter o feminismo na minha vida, eu acreditava que a mulher era aquela coisa, nossa, aquele ser celestial, a mãe, né... mãe é mãe, né, pai é pai, aquela coisa assim. Agora não acredito mais. Acredito numa construção numa sociedade totalmente machista e patriarcal. (Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos).

eu não (acho) que as pessoas nascem com instinto de ser mãe. Eu acho que isso tem que ser realmente estudado, lido. Você tem que se dedicar a isso, entendeu. A gente se dedica a aprender tanta coisa e quando chega a coisa mais difícil que a gente vai fazer na vida, que é criar um ser humano, a pessoa acha que simplesmente “ah... nasceu. Vou ver aqui o que eu faço. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses).

⁴⁹ Este termo é utilizado pelas entrevistadas.

A saber, a criação com apego surge para elas como uma possibilidade de ressignificar a lógica do cuidado feminizado, apresentando às crianças – meninas e meninos – um novo modelo de participação nas atividades do cuidado familiar.

É curioso como a nova domesticidade, de fato, integra a fundamentação das práticas de grupos bastante distintos. Ultraprogressistas se aproximam de ultraconservadores e, assim, mães cristãs e casais homossexuais se encontram em grupos e comunidades virtuais, trocando informações sobre parto natural, amamentação prolongada, educação em casa e o uso de carregadores de pano no lugar dos caros e poluentes carrinhos. Mulheres de posicionamento político ligados à direita resgatam os valores da família tradicional, enquanto as de esquerda usam a criação apegada e não violenta como bandeira “feminista” de uma “sociedade não patriarcal”. Tudo isso ocorre enquanto trocam receitas de doces sem açúcar e defendem o uso de fraldas de pano.

Ainda que as balizas dos discursos que fundamentam a criação com apego sirvam também ao conservadorismo antifeminista que “devolve” as mulheres ao lar e à consequente dependência financeira é preciso resistir às análises engessadas, nas quais facilmente escorregamos quando ignoramos as agências e processos reflexivos que fundamentam estes fazeres e as condições que estas mulheres têm para estes tipos de engajamento.

As camadas discursivas que envolvem a criação com apego estão diretamente vinculadas à importância dada à família nuclear heteronormativa pelas teorias evolucionistas, pautadas inclusive na etologia, que embasam muito do discurso deste universo.

É justamente a partir destas críticas que analisarei, adiante, a primeira categoria que o campo empírico deste trabalho trouxe: a essencialização da relação mãe e bebê, pautada em uma visão biologicista e limitante dos desejos e subjetividades, ainda que não totalmente ausente de agência e reflexividade.

Do ponto de vista foucaultiano todo saber tem sua gênese em relações de poder, isto significa que, ao resgatar o saber feminino associado à maternidade, esta segunda etapa da reflexão feminista dá visibilidade ao poder que as mulheres exercem na sociedade mediante este fenômeno bio-psíquico-social que é a maternidade. Esta abordagem situa-se na corrente do feminismo diferencialista, refletindo suas lutas pela afirmação das diferenças e da identidade feminina. (SCAVONE, 2001, p. 141)

Debruçar-me sobre os processos reflexivos constituintes deste modelo de maternagem me permitiu, também, fugir de análises rasas que ignoram que a maternidade, longe de ser um lugar homogêneo, estanque e universal como se quer fazer crer, é perpassada e impregnada de questões de raça, classe, região e subjetivas.

É importante destacar que este ideário não operou da mesma forma sobre todas as mulheres e crianças. Com efeito, uma perspectiva feminista crítica é essencial para evitar cair na armadilha em que muitas feministas, especialmente brancas, caem ao desconsiderarem as diferentes camadas de opressão que marcam corpos de mulheres negras, indígenas, pobres, da classe trabalhadora, lésbicas, assim como também homens e mulheres trans e pessoas não binárias. Demarco também que as próprias críticas feministas feitas à construção da ideia materna, precisam ser lidas à luz de perspectivas decoloniais e interseccionais para não sucumbirem à tentação de referirem-se apenas a um diminuto número de mulheres, esvaziando a potência política a que os estudos feministas se propõem.

Não se faz mais possível conceber a maternidade, unicamente como um trabalho, na concepção das feministas materialistas que, como Delphy (2015), Hirata (2009) e Kergoat (2009), consideram as mulheres enquanto uma classe social construída em referência exclusiva aos homens (HIRATA, 2018). Ignorar o aspecto relacional, os desejos e subjetividades envolvidos nas ambiguidades próprias desta relação que estão imbricados nas condições socioeconômicas específicas de quem se vê (por escolha ou não) mãe.

Certamente, essas angústias descritas a nível teórico aparecem com frequência nas falas das entrevistadas que ora julgam, ora se sentem julgadas em suas práticas, em uma constante inquietação moral. Estela, uma das mulheres entrevistadas, relata como sofreu no primeiro ano de seu puerpério com julgamentos da família do marido sobre suas escolhas em relação ao parto, amamentação e criação da filha.

Hoje eu simplesmente ignoro, hoje eu finalmente aprendi a lidar com a pessoa (risos)... assim, aprendi a lidar só que no início ali, principalmente naquele primeiro ano que eu comentei que eu tava vivendo o puerpério assim de uma maneira muito forte e tal é... nossa,... eu não tinha nem vontade de tá no mesmo ambiente que a pessoa sabe, não queria que a A. convivesse com os filhos da pessoa... olha, foi difícil assim no início, foi difícil porque eu não queria sabe, eu não queria ta lá, eu tava lá por respeito, tava lá porque eu gosto, sempre gostei muito de outras pessoas da família, mas era difícil, era difícil. (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos).

Ao mesmo tempo, ela relata como se vê julgando as escolhas diferentes das dela. Quando lhe perguntei sobre isso a resposta foi efusiva:

Com certeza! E muitas vezes a gente se pegou julgando as crianças e depois de um tempo a gente processava e depois falava, não mas, eles não tem... o que ta acontecendo não depende deles, sabe. (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos).

Chama a atenção, não apenas nesta fala, mas em outras, uma ideia condescendente sobre quem “ainda não tem possibilidade” de optar por este modelo. A escolha moralmente mais aceitável e ética e que coloca as necessidades da criança à frente.

É... eu vou usar o exemplo da família... o que eu sinto muito tá... conquistou o espaço que ela queria no trabalho, por exemplo, é... só que aí em casa ela não... eu não sinto que ela conquistou um espaço com os filhos, sabe. Não sinto isso. Mas isso, aí meu deus, isso é muito pessoal, porque... nossa, isso é muito pessoal, mas eu sinto isso, sabe, eu sinto que com os filhos, não cria, não estabeleceu um vínculo de respeito, não estabeleceu um vínculo de amor, não é uma coisa assim que chega e pula no meu colo, sabe, é... e eu acho que optar por estar em casa, ou optar por tá fazendo a criação com apego, ela cria um vínculo maior com a criança. (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos).

A ideia de um modelo reflexivo, imbricado em um relato de si mesmas, de uma interpelação a suas próprias subjetividades e de autocontrole, como diz Helena:

eu acho que a criação com apego é um modelo mais difícil de se aplicar. Você tem que ter mais autocontrole. Eu acho que não é só a questão da criação, eu acho que é todo o processo de ter mais autocontrole seu, entendeu? Então é um processo pra mãe também. Não é um processo só de educação pro filho, eu acho que é um processo pra mãe. (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos).

Na sequência de sua fala, Helena reconhece que o autocontrole em relação à violência física, fazem parte do que ela chama de “privilégio branco de classe média”:

Agora, Tayná, importante falar o seguinte: tem nosso meio, branco, privilegiado, classe média... tem uma coisa também do meio que você tá. Então assim, eu to num meio branco, super hiper mega privilegiado, que as vezes uma realidade de um meio social diferente, a questão da palmada ainda é levado a sério. Principalmente pelos pais, entendeu? Você quer uma coisa interessante, assim, o A. faz xixi no piniquinho. Aí meu pai veio falar comigo, Helena, ele tá fazendo xixi sentado no pinico. Sim, pai, ele tem três – tinha menos, dois anos – tá aprendendo a fazer xixi agora, é isso. Tem que ensinar ele a fazer xixi em pé. Então assim, né, e eu trabalho num programa de desenvolvimento infantil, que é um programa... eu sou consultora da ONU, num programa de desenvolvimento infantil. E é tudo voltado a estímulo da criança, né, estímulo de brincadeira, de vínculo com os pais, vínculo com a mãe em uma população vulnerável, são os beneficiários do bolsa família. E o que você vê nesse meio, nesse meio que eu digo é mais vulneráveis, é completamente diferente do que você vê no seu meio.

Esse tipo de fala me fez pensar da análise de Collins (2019) sobre as imagens de controle social sobre mulheres afro-americanas e sobre como a imagem da matriarca negra, normalmente uma mãe solo excessivamente agressiva e castradora, justificava uma ideia reproduzida até hoje em políticas públicas oficiais de que a pobreza negra seria reproduzida intergeracionalmente já que “as crianças negras não receberiam de seus pais a mesma atenção

e o mesmo cuidado que supostamente são dedicados às crianças brancas de classe média” (COLLINS, 2019, p. 147).

São afirmações que ignoram a seletividade dos controles do Estado que de forma racista e elitista tutela de maneiras diferentes as violências que ocorrem nos lares brancos/burgueses e as que ocorrem nos lares negros e pobres. Isto é, essa perspectiva parece apreender a violência como uma exclusividade das famílias mais pobres.

Elas enxergam seus processos como uma escolha informada, privilegiada e, portanto, moralmente superior (ainda que isso não seja verbalizado diretamente), em oposição aos modelos tradicionais de criação (que seriam fruto de alienação, ignorância ou, no pior dos casos, eticamente questionáveis), apesar de este ser um modelo de criação que, ao mesmo tempo, se fundamenta no natural e no retorno ao ancestral, nas “mais modernas” evidências científicas, desconsiderando que a própria maternidade, enquanto escolha, é, na verdade, um fenômeno moderno que só se consolida no decorrer do século XX (SCAVONE, 2004).

Neste contexto, tanto a possibilidade de realizar uma escolha mais reflexiva da maternidade, como a valorização da criança variam em intensidade, de acordo com as condições socioeconômicas culturais de cada mulher, sugerindo as múltiplas influências nesse processo de mudança. (SCAVONE, 2004, p. 183).

A semelhança e afinidade de discursos do resgate de um “sagrado feminino” associa-se frequentemente aos fundamentos da criação com apego, ancorados em modelos de cuidar que não atendem a pressupostos de autonomia, liberdade e escolha das mães (e até dos pais), no sentido proposto por uma visão feminista.

Em sua obra mais recente, *Mulheres visíveis, mães invisíveis*, Laura Gutman (2013) é um pouco mais explícita quanto ao caráter antifeminista de seu posicionamento:

Para dar de mamar, a mãe precisa estar disposta a perder toda a autonomia, liberdade e tempo para ela própria. Essa é uma decisão. Na medida em que optam por uma modalidade, perdem as vantagens da outra. Falando de outra maneira: se a mãe for muito apegada à sua liberdade pessoal, provavelmente a criança terá de se conformar com outros alimentos, porque mãe e filho não encontrarão conforto ou paz na lactância. No entanto, se decidir dar prioridade à lactância, perderá a liberdade e a vida própria. As duas situações, lactância e liberdade, não são compatíveis. (GUTMAN, 2015, p. 31).

Esses fundamentos estão inseridos em conteúdos midiáticos e voltados a ideais de vida e cuidado e relações de parentesco heteronormativos e que se dirigem a condições reais de grupos específicos. Tal performatividade impacta no conteúdo do cuidado, na construção da imagem de homens e mulheres, como pais e mães e nas imbricações dessa imagem nas práticas

cotidianas do cuidar feminino e masculino, em especial, no seu reconhecimento como da esfera do social e como desafio teórico e heurístico à democracia.

É interessante – e até paradoxal – que em boa parte dos textos que advogam pela criação com apego surja a necessidade de se fazer uma defesa da mesma, reforçando que ela não é um conjunto de regras e que, na realidade, é mais leve do que parece.

Se a centralidade das filhas na vida da família nuclear é um componente social bastante moderno, criando novas configurações de afeto e intimidade, ela também fundamenta toda uma série de novas demandas aos progenitores, em especial, às mães.

2.3 A INVENÇÃO DA CRIANÇA E A FAMÍLIA NUCLEAR HETERONORMATIVA COMO *LOCUS* DA REGULAÇÃO DO AFETO

Margareth Thatcher, primeira-ministra britânica nos anos 70 e 80, uma vez disse que “a sociedade não existe”⁵⁰, referindo-se ao fato de que o berço de tudo volta ao indivíduo e às famílias. Há, de fato, muito mais similaridade com esta fala de um dos símbolos mais icônicos do neoliberalismo conservador implacável, com o conhecido *slogan* do movimento da criação com apego e do movimento pela humanização do parto de que “para mudar o mundo, é preciso mudar a maneira de nascer” ou, em sua variante, “se mudarmos o começo da história, mudamos a história toda” (O COMEÇO DA VIDA, 2016), do que se gostaria de admitir nestes últimos.

E isto se dá, também e em boa parte, porque as concepções discursivas que permeiam a criação com apego e suas práticas e vivências são fruto também das normatividades que permeiam nossos modelos e pré-concepções de parentesco e família fundados na matriz heterossexual e da família nuclear individualista. Ou, nas palavras de Marília Moschkowich (2020, p. 96): “a parentalidade, afinal, é uma atividade essencial do sistema de parentesco e só pode existir contida nele”.

É também por isso que parto, neste trabalho, da própria construção do gênero, enquanto categoria, para argumentar que, assim como ocorre com os diversos sistemas de parentesco, “sendo sistemas simbólicos e dispositivos de poder, suas categorias – mãe, pai, filho – são igualmente evidenciadas como naturais, a-históricas, biológicas, imutáveis” (MOSCHKOWICH, 2020, p. 98).

⁵⁰ "They are casting their problems at society. And, you know, there's no such thing as society. There are individual men and women and there are families. And no government can do anything except through people, and people must look after themselves first. It is our duty to look after ourselves and then, also, to look after our neighbours." Entrevista para o Women's Own em 1987

As significativas mudanças que ocorrem na forma como sujeitos se relacionam sexual e afetivamente e em como se constituem as relações de parentesco implicam, portanto, entrar na ordem simbólica dos valores que ainda definem o lugar social e cultural da mulher, o que

nem sempre faz parte da agência autônoma da construção da identidade; mesmo se muitas mulheres encontrem no caminho da maternidade um espaço de criatividade e imaginação para sua vida. Isto ocorre, sobretudo, quando se trata de poder escolher e ter as condições para fazer escolhas. (BRECAILO, 2017, p. 49).

A ideia da família enquanto *locus* de afetividade, harmonia e proteção de seus membros, permanece, ainda hoje, fortemente arraigada no imaginário coletivo, ainda que os dados não corroborem esta percepção. Bem ao contrário, a família parece ser, especialmente para mulheres e crianças, o espaço mais provável para se sofrerem as mais variadas formas de violência. Com bem pontuam Gomes et al (2007, p. 505), “a família vivida, diferentemente da família idealizada, vem se constituindo em cenários de relações violentas”.

O conceito de família, como o conhecemos hoje, parte de um substrato biológico ligado à sexualidade e à procriação. A família é a instituição social que regula, canaliza e confere sentido social e cultural a essas duas necessidades. Ela inclui também a convivência cotidiana, expressa na ideia de casa e teto: uma economia compartilhada, uma domesticidade coletiva, um sustento cotidiano, vinculado à sexualidade legítima e à procriação (JELIN, 2020).

Ainda para Jelin (2020, s/p),

Distintas sociedades, con organizaciones sociopolíticas y estructuras productivas diversas, han ido conformando organizaciones familiares y de parentesco muy variadas. La literatura antropológica clásica se ha dedicado extensa e intensamente a la heterogeneidad de las estructuras de parentesco, desarrollando una compleja taxonomía: matri y patrilinealidad, matri y patrilocalidad, linajes y clanes, reglas de exogamia y endogamia, monogamia y poligamias/poligenias de diversas formas, etc. Sin embargo, toda esta heterogeneidad cultural tiene algo en común: se trata siempre de cómo se organiza la convivencia, la sexualidad y la procreación. Comparada con la diversidad de organizaciones que nos refiere la antropología, la realidad social contemporánea parece más simple. Vivimos en un mundo donde se ha ido imponiendo un modelo de familia “ideal” o idealizado: la familia nuclear y neolocal (es decir, caracterizada por la convivencia de una pareja heterosexual monogámica y sus descendientes), donde la sexualidad, la procreación y la convivencia coinciden en el espacio privado de un hogar conformado en el momento de la unión matrimonial. Este modelo es parte de una imagen que se ha ido construyendo en la historia social de Occidente durante los últimos dos siglos. En esta imagen, la familia nuclear es sinónimo de la familia, y se la concibe como si estuviera anclada en la “naturaleza humana” inmutable, lo cual conlleva una concepción particular de la moralidad (cristiana) y la normalidad.

As relações familiares são, em primeira e em última instância, relações desiguais de poder marcadas por relações interpessoais assimétricas e hierárquicas em que a violência é legitimada enquanto um processo de disciplinamento e, até mesmo, uma manifestação de amor.

A família se instituiu como o palco de relações históricas, políticas e libidinais, simbolicamente articuladas, que melhor permitiria a proteção e a educação da criança. Como modalidade de mediação da relação entre sujeito e sociedade, o foco na família obscurece a presença da cena social na base da cena familiar. A idealização, ainda bastante presente no imaginário social atual, mantém o modelo patriarcal, formado pela família nuclear heterossexual com as funções parentais atadas aos papéis de pai e mãe, e ofusca os seus conflitos, as relações de poder, as violências. Apesar disso, novas concepções, configurações e perspectivas de laços familiares têm sido possíveis, uma vez questionados: o lugar social da mulher/mãe, as novas tecnologias de reprodução, a problematização das famílias monoparentais, a parentalidade nas famílias marginalizadas econômica, social e culturalmente, e ainda a violência intrafamiliar. (ROSA, 2020, p. 19).

Embora a incumbência dos cuidados com as crianças, ao longo da história tenha sido majoritariamente das pessoas que as gestaram, um olhar mais atento aos costumes é suficiente para aferir como as variações de funções e modelos familiares são enormes, no tempo e espaço.

Os papéis de pai/mãe de hoje respondem ao período histórico no qual estamos inseridos e reproduzem o modelo burguês, cis, patriarcal e heterossexual. É facilmente constatável como a precarização das condições de trabalho e das condições sociais têm efeito direto sobre uma parentalidade pensada em termos privados e neoliberais. Os cuidados com as crianças alcançaram a situação insustentável atual, na qual são tidos como de inteira e solitária responsabilidade das mães, exemplificado pelas mães chefes de família no Brasil. Em nenhum período histórico anterior, exceto em situações extremas de guerras e calamidades, a maternidade foi imaginada como tarefa individual, ainda que fosse prioritariamente feminina. (IACONELLI; GARRAFA; TEPERMAN, 2020, p. 12).

Embora na vida cotidiana (e nas práticas discursivas e reiterativas biopolíticas) a família seja percebida como o reino do amor, há realmente apenas um vínculo que é idealmente baseado no amor (ainda que não por muito tempo ou para todos): a escolha do parceiro(a). Outros vínculos de parentesco são atribuídos, independentemente dos sentimentos ou da vontade de cada pessoa, como, por exemplo, no caso de pais e mães, irmãos e avós.

De fato, o predomínio recente de uma imagem de família nuclear, heterossexual romantizada obstrui e oculta dois fenômenos muito significativos: (i) a existência de formas alternativas de organização dos vínculos familiares, outras formas de convivência, outras sexualidades e outras maneiras de engajar nas tarefas de procriação e reprodução; e (ii) a evidência cada vez maior, através de estudos em todos os campos das Ciências Sociais, de que a família arquetípica nuclear está muito longe de qualquer ideal democrático ou do

reconhecimento da igualdade de direitos: é uma organização social patriarcal, onde o "chefe da família" concentra o poder; nesse arranjo, tanto os filhos quanto as filhas e a esposa-mãe desempenham papéis ancorados na subordinação ao chefe. Esses traços são constitutivos desta forma familiar, embora nem sempre se manifestem com a mesma intensidade (JELIN, 2020).

Assim como ocorre com a história das mulheres e da própria maternidade, a história da infância e dos cuidados com as crianças também vem sendo construído, remodelado e tem se transformado de acordo com os discursos e estruturas de poder de sua época, sua localização étnico-racial e socioeconômica.

A biopolítica da infância é um movimento de institucionalização desta fase da vida que, por muito tempo embora existisse biologicamente, não possuía particular relevância ou especificidade que a diferenciasse significativamente de outros grupos subalternizados como mulheres e escravos. Quero dizer, este é, pois, um fenômeno estritamente moderno.

A institucionalização da infância é fortemente impulsionada pela criação das escolas, isto é, pela separação formal e protegida pelo Estado das crianças, ao menos durante uma parte do dia. Este processo acarreta também em uma série de exigências e deveres de aprendizagem, “que são também modos de inculcação de uma epistemologia (a inerente à cultura escolar), de um saber homogeneizado (o da ciência normal), o de uma ética (a do esforço) e a de uma disciplina mental e corporal” (SARMENTO, 2004, p. 4).

As crianças, até então relegadas ao estatuto subalterno e aos cuidados de criadas, passam a ocupar o centro da família, cada vez mais nuclear, tornando-se assim também um núcleo de convergência das relações afetivas no seio familiar, das classes médias e destinatárias dos projetos de mobilidade social através do investimento na formação escolar. Ao mesmo tempo, é dado lugar à formação de um conjunto de saberes sobre a criança que se torna concomitantemente sujeito de direitos, objeto de conhecimento e alvo de um conjunto de prescrições atinentes ao desenvolvimento dentro do que se convencionou como os padrões da “normalidade”.

Os saberes periciais sobre as crianças constituem-se como balizadores da inclusão e da exclusão na “normalidade” e exprimem-se em procedimentos de inculcação comportamental, disciplinar e normativa. Esses saberes originaram novas disciplinas constitutivas do campo da reflexividade social sobre a criança, com influência poderosa nos cuidados familiares e nas práticas técnicas nas instituições e organizações onde estão crianças. Destacam-se nesses saberes a pediatria, a psicologia do desenvolvimento e a pedagogia. (SARMENTO, 2004, p. 4 *apud* ROCHA *et al* 1997).

Ariès (1986) nos apresenta como surge, na França iluminista, o que ele chama de “sentimento de infância”: uma perspectiva que ainda hoje podemos perceber de maneira muito diferenciada a depender da criança de que estamos tratando. As ideias e representações sociais sobre as crianças, assim como suas condições de existência passaram por significativas transformações com as mudanças introduzidas pela modernidade na “estruturação do espaço-tempo das vidas quotidianas, na estrutura familiar, na escola, nos *mass-media*, e no espaço público” (SARMENTO, 2004, p. 1).

O esforço normalizador e homogeneizador da infância, porém, não anula – ao contrário potencializa – desigualdades inerentes à condição social, ao gênero, à etnia, ao local de nascimento e residência e ao subgrupo etário a que cada criança pertence. Há várias infâncias dentro da infância global, e a desigualdade é o outro lado da condição social da infância contemporânea. (SARMENTO, 2004, p. 6).

A complexidade dos paradoxos da condição social da infância é também apreendida na fala das entrevistadas ao reconhecerem o que tomam por seus privilégios e, conseqüentemente, o que elas imaginam ser os de suas filhas, como ficou evidenciado na fala de Helena sobre o processo de desfralde de seu filho A., quando comparado com o de uma criança de periferia cujo caso ela tomou conhecimento. Ainda enquanto conversávamos sobre as dificuldades materiais de se implementar a criação com apego e porque ela a considera um modelo mais difícil de ser aplicado, ela seguiu afirmando:

E eu to falando isso porque teve uma criança que apanhou fisicamente com um ano e meio porque foi fazer xixi sentado.... e o pai não aceitou e bateu, tiveram que ir numa UPA... como é que se descobriu isso? Porque a criança foi parar numa UPA porque tava fazendo xixi sentado e o pai não aceitava, tinha que fazer xixi em pé. **Você tá vendo, isso nas duas classes isso se reflete de maneira, o mesmo problema... aí o meu pai veio falar comigo assustado, ele não pode fazer xixi sentado... e a outra criança numa classe mais vulnerável foi parar numa UPA com três ossos quebrados.** (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

O “Caso Marie Anne” (SARAIVA, 2016) foi um grande marco para os direitos da criança na modernidade: os pais da menina de 9 anos, julgando-se donos dela, a espancavam tão brutalmente que chocaram a sociedade e o caso chegou à Corte de Nova Iorque. Quem pleiteou e ganhou a ação em nome de Marie Anne foi a Sociedade Protetora dos Animais. Em 1898 foi criado o 1º Tribunal de Menores dos Estados Unidos. No Brasil, o Código de Menores surgiu em 1927 permeado de preocupação com a natalidade e a “educação”, em um projeto eugênico e higienista de povoar o Brasil com uma “raça de qualidade”.

Na infância e no que ela representa, residem conflitos e representações complexas. De adulto em miniatura, há menos de dois séculos (ARIÈS, 1986), a etapa que merece proteção especial do Estado e valorização por toda a sociedade, ainda hoje crianças e adolescentes são vistos por uma parcela expressiva da sociedade como propriedade de seus pais a quem cabe decidir livremente e sem particulares censuras sociais sobre como educá-las, incluindo castigos físicos e verbais (MALACARNE, 2020). Talvez em menor grau, mais ainda hoje é muito raro que se meta a colher⁵¹ em pais “disciplinando” suas crianças nas camadas economicamente mais altas da sociedade, quase que consideradas fora da alçada do Conselho Tutelar. E talvez seja, justamente, essa seletividade a que é refletida nas falas como as de Helena acima, não porque *necessariamente* a classe defina a violência, mas define, isso sim, o olhar que a instituição dará à violência que ali ocorre. Violência que, com frequência, vem em forma de negligência.

Entre a criança desejada, que se quer livre, amada, espontânea, sonhadora e depositária do futuro e da esperança e a criança rejeitada, abandonada ou enviada para as instituições de custódia, perturbadora do cotidiano dos adultos, comprada e seduzida, mas, ao mesmo tempo, temida na turbulência que leva à escola ou à família; entre a criança romântica e a criança da crise social; entre a criança protegida e a criança violentada; entre a criança vítima e a criança vitimadora; entre as crianças de Birmingham e as crianças de Liverpool; entre uns e os outros, afinal, há um universo inteiro de diferenças, sem que, todavia, não se dissipe nessa diferença uma marca distintiva essencial: é sempre de crianças que estamos a falar e é irredutível ao mundo dos adultos a sua identidade. (SARMENTO, 2004, p. 11).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes⁵², é um fenômeno de alta complexidade, com suas práticas enraizadas na cultura e sociedade brasileiras, em todos os segmentos sociais. Assim como ocorre com a violência doméstica contra mulheres, para que se analise de forma responsável este tipo de violência, é preciso levar em conta que as pessoas envolvidas (pais, mães, irmãos, etc.) são pessoas significativas do ponto de vista afetivo para as crianças e as adolescentes e que, ao agirem de forma violenta, provocam nas crianças e adolescentes sequelas emocionais distintas daquelas deixadas por uma violência “comum” (MOREIRA; SOUSA, 2012).

⁵¹ Faço referência à campanha de sensibilização ao tema da violência doméstica contra mulheres, em que o famoso – e abusivo – ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, foi ressignificado para conclamar a sociedade a interferir neste tipo de violência, desmistificando a ideia de que a violência doméstica seria um assunto privado. Cartazes e campanhas publicitárias exortavam toda cidadã e cidadão a “meter a colher” e denunciar a violência contra a mulher, divulgando os números de apoio como o próprio 180 e demais políticas públicas pertinentes.

⁵² Assim definida “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” e que ocorre “dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra” (BRASIL, 2001).

A violência contra crianças e adolescentes, tanto a intra quanto a extrafamiliar, são também expressão de uma estrutura adultocentrada⁵³ e que reifica crianças e adolescentes, consideradas não apenas incapazes, como também como necessitando de constantes “ajustes e correções” para tornarem-se “adultos desejáveis”, sendo então submetidas, muitas vezes pelo uso da força física e da coerção psicológica, às determinações de seus pais, professores e responsáveis (MOREIRA; SOUSA, 2012). “Bater para que as crianças aprendam” ou para “corrigi-las” são práticas toleradas – e até encorajadas – socialmente, desde que não causem danos físicos visíveis às crianças.

O debate popular que se instaurou quando da aprovação da “Lei da palmada”, também conhecida como “Lei menino Bernardo”, em 2016, mesmo ano em que o Brasil registrou 5 casos de violência contra crianças por hora (AMARANTE, 2016), ilustra bem como xingamentos, empurrões, tapas, puxões de orelha, palmadas e ameaças fazem parte da história de criação da maioria de nossas crianças. Certamente, o quadro evidencia como a violência física ou psicológica é aceita pela sociedade como uma maneira admissível de educar as crianças.

Depois de ficar quase dois anos estacionado nas casas legislativas, por conta da resistência de setores que consideravam a lei uma interferência indevida do Estado na criação das filhas, a Lei proibiu o emprego de castigo físico e de tratamento cruel ou degradante contra meninos e meninas, alterando o ECA para coibir qualquer ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física, que resulte em sofrimento físico ou lesão, além de proibir também condutas que humilhem, ameacem gravemente ou ridicularizem crianças e adolescentes. Assim, como a Lei Maria da Penha, trata-se de uma Lei que orienta, muito mais do que pune, um marco afirmativo de direitos humanos que estabelece políticas públicas de orientação e apoio às famílias e educadores na mudança de comportamento (BRASIL, 2014).

Ainda assim, mesmo hoje, 5 anos após a aprovação da lei e, mais ainda, com o aumento do conservadorismo religioso no Brasil, é frequente encontrarmos opiniões no sentido de que a palmada não causa danos, é leve, necessária, enfim, um ato educativo. Bastante ilustrativo do momento que vivemos, neste sentido, é o fato de o Ministro da Educação em exercício, no momento em que escrevo este texto, em setembro de 2020, Milton Ribeiro, ser um pastor presbiteriano que defende publicamente que as mães eduquem as crianças através da dor física e que o pai deve “impor” a direção que a família deve tomar. Em uma das gravações divulgadas por ocasião de sua nomeação, feita durante uma pregação em abril de 2016, com o título “A

⁵³ O adultocentrismo é a prática social que coloca os adultos, seus desejos, perspectivas e práticas sociais ao centro do espectro social, excluindo crianças e adolescentes da significação de escolhas políticas.

Vara da Disciplina", Ribeiro ensina as mães a manter suas filhas e filhos em bom caminho. "Essa ideia que muitos têm de que a criança é inocente é relativa" (ALVES, 2020).

Trata-se, então, de mais uma expressão de relações assimétricas de poder intergeracional e de gênero.

A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. Nessas relações, pais e filhos, de diferentes gerações, estão em posições opostas e assimétricas. No campo das relações familiares geradoras da violência, é preciso também considerar a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Usualmente, são as mulheres que ocupam a posição subalterna nessas relações. (MOREIRA; SOUSA, 2012, p. 17).

Importa destacar que a violência contra crianças e adolescentes também é atravessada pelas relações de gênero, raça, classe e orientações sexuais, estando sujeitas a formas de violência distinta, mormente relacionada aos sentidos atribuídos à diferença sexual e à posição de gênero que ocupam.

Para Saffiotti (1997), a violência física intrafamiliar cometida contra crianças ocorre majoritariamente por parte das mães, fenômeno que ela atribui ao que chama de “síndrome do pequeno poder”, que consiste na reprodução da violência. Nesse caso, mulheres que sofrem a violência praticada pelos homens reproduzem-na em suas crianças, visto que, apesar de elas ocuparem uma posição subalterna, em relação aos seus parceiros, em relação às crianças elas tem uma posição de dominação e mando. Na mesma obra, Saffiotti explora como a incidência da violência contra crianças atinge meninos e meninas de forma distintas, reafirmando as representações estereotipadas dos papéis de gênero. Ainda que a violência física e sexual atinja meninas e meninos, os dados apontam que meninos, estão mais sujeitos à violência física, ao passo que a maioria esmagadora das vítimas de violência sexual parecem ser meninas⁵⁴, em um efeito perverso da socialização que prepara os meninos para que no futuro resolvam seus conflitos por meio da força física: eles apanham para aprender a bater enquanto elas são objetificadas e abusadas sexualmente desde cedo e culpabilizadas por isso (MOREIRA; SOUSA, 2012).

Em março de 2020, mais um caso de violência fatal contra criança scandalizou o Brasil quando Henry Borel foi morto, possível e aparentemente por seu padrasto, o vereador Dr. Jairinho com a suposta convivência de sua mãe. Segundo a polícia, a mãe do garoto sabia disso pelo menos desde fevereiro. Áudios e mensagens de *whatsapp* vieram à tona mostrando

⁵⁴ Cabe destacar que os casos de violência e abuso sexual contra meninos são, ainda mais subnotificados que os de meninas, também por conta das normas de gênero.

que Henry sinalizou de diversas formas as violências que sofria. A escola não viu. A psicóloga dele também não viu e ainda foi além: chamou de “frescura” os comportamentos que comunicavam os abusos a que ele era submetido. A babá silenciou por medo de represálias e, assim, em um acúmulo de silêncios e conivências com a violência intrafamiliar, Henry morreu, aos 4 anos.

Acontece que Henry, infelizmente, está bem longe de ser um caso isolado. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2021), a cada quase dois dias, uma criança de até quatro anos foi agredida até morrer no Brasil nos últimos dez anos.

Ao todo, 2.083 crianças morreram espancadas na última década e se forem contabilizadas crianças de até nove anos, o morticínio atinge 3.099 meninos e meninas. Praticamente uma vítima por dia, sendo que 83% dos casos de agressão contra as crianças no país são praticados pelo pai ou pela mãe, com a omissão de toda a sociedade (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021). Um verdadeiro massacre.

De acordo com a UNICEF: 64,1% das crianças e adolescentes em trabalho infantil em 2016 eram negros, assim como 82,9% das vítimas de homicídios entre 10 e 19 anos e 75% das meninas que engravidam entre 10 e 14 anos. Além disso, ainda segundo a UNICEF, uma criança negra tem três vezes mais possibilidades de abandonar a escola que crianças não negras. Ao contrário da maioria dos indicadores, a taxa de homicídios de adolescentes teve uma alta preocupante nos últimos 30 anos: o número de adolescentes assassinados mais que dobrou entre 1990 e 2017, ano em que 32 brasileiros de 10 a 19 anos foram mortos por dia. Somente entre 1996 e 2017, o número de vítimas chega a 191 mil, segundo a UNICEF (LISBOA, 2020).

Com a Pandemia de Covid-19, os registros de violência contra crianças caíram 18% em março de 2020, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Considerando que 90% das violências contra crianças acontecem no ambiente doméstico, a explicação mais provável, conforme especialistas da UNICEF, é a de que os atores sociais que fazem a denúncia não estão fazendo, porque são justamente os professores, educadores e profissionais de saúde.

Sobre o fechamento das escolas e creches, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estima que, em abril de 2020, havia cerca de 1,5 bilhão de crianças e adolescentes em todo o mundo fora da escola devido ao fechamento das instituições de ensino como medida de contenção do novo coronavírus. No Brasil também houve a interrupção das atividades nas creches, escolas e universidades, ocasionando uma erosão de suporte social (especialmente o escolar) da defesa dos direitos de crianças e adolescentes (MARQUES *et al*, 2020).

A Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) e o ECA (BRASIL, 1990) mantêm a tendência de se formalizar a valorização e proteção crescentes da infância, ou ao menos de um certo tipo de infância o que, para Sarmento (2004) justamente caracteriza, na segunda modernidade, o que define as condições estruturais da infância: “a afirmação radicalizada dos paradoxos instituintes da infância” (SARMENTO, 2004, p. 18).

Pensar a parentalidade nos obriga a reconhecer que os sujeitos estão submetidos a experiências distintas no cuidado com a prole e que nascer negro ou indígena, por exemplo, nas periferias do mundo implica estar submetido a um campo de fenômenos diferente da criança branca nascida fora de situações de vulnerabilidade social. (IACONELLI; GARRAFA; TEPERMAN, 2020, p. 9).

A proteção será às crianças índigo/cristal⁵⁵, futuros líderes do país e do mundo (na cabeça de uns grandes empresários e executivos, na de outros líderes da revolução do amor). O mesmo não pode ser dito sobre Agatha, Marcos Vinicius, João Pedro, Miguel ou os três meninos de Belford Roxo que seguem desaparecidos há 6 meses quase sem serem mencionados pela mídia⁵⁶ e tantas outras crianças e adolescentes nas comunidades brasileiras mais pobres que estão sendo assassinadas e violentadas cotidianamente, não necessariamente pela família

⁵⁵ Criança índigo, cristal ou diamante, são termos utilizados para descrever crianças que a parapsicologia, uma pseudociência, acredita serem especiais. Os defensores desta crença afirmam que os "índigos" constituem uma nova geração de crianças, com habilidades especiais, e que têm por objetivo a implantação de uma "nova era" na Humanidade. Consideradas possuidoras de diversas habilidades sociais e características como maior sensibilidade, desenvolvimento profundo de questões ético-morais e personalidades peculiares são objeto de farta literatura, além de blogs, canais e grupos de discussão. Este sistema de classificação é rejeitado pela comunidade científica, principalmente por conselhos de pediatria e especialistas em educação infantil, justamente por inexistir qualquer demonstração científica sobre a ocorrência do fenômeno. Críticos apontam que o sistema é tão vago que pode aplicar-se a praticamente qualquer um, levando ao que se conhece como Efeito Forer. (CRIANÇA ÍNDIGO, 2019).

⁵⁶ Agatha Félix (8) e Marcos Vinicius da Silva (14), crianças moradoras de favelas cariocas (ela do Complexo do Alemão, ele da Maré) foram mortos pela polícia em circunstâncias similares de despreparo e abuso de autoridade dos responsáveis pela segurança pública brasileira. No dia 20 de setembro de 2019 uma bala perdida atingiu Ágatha pelas costas, quando voltava com a mãe de um passeio ao shopping dentro de uma Kombi, já com poucos passageiros naquela hora. Ágatha acabou sendo colocada dentro de um carro, com a cabeça no colo da mãe, em direção ao Hospital Getúlio Vargas, a 5 quilômetros de distância, passou por cerca de três horas de cirurgia, mas não resistiu ao ferimento e faleceu na madrugada do dia 21. Já a bala que matou Marcos Vinicius da Silva, em junho de 2018, foi disparada por policiais civis que realizavam uma operação para cumprir mandados de prisão na Maré durante a manhã. No dia do tiroteio, Marcos Vinicius acordou atrasado e foi se encontrar com um amigo para irem juntos à escola --como faziam rotineiramente. Ao saírem de casa ouviram o tiroteio e decidiram voltar para a residência para se proteger e, após pensarem que a troca de tiros havia cessado, decidiram sair novamente e ir juntos à casa de Marcos Vinicius. Quando estavam em uma das ruas principais da favela, o estudante levou um tiro nas costas e acabou morrendo horas depois no hospital. João Pedro (14) foi morto em junho de 2020 após a polícia invadir sua casa em São Gonçalo (RJ), enquanto ele brincava com seus primos, alvejá-lo com 70 tiros e sumir com o corpo em um helicóptero quando percebeu o “engano”. Igualmente chocante, o caso Miguel, refere-se ao menino de 5 anos que morreu após cair do 5º andar de um prédio em Tamandaré (PE) quando estava sob supervisão da patroa (Sari Corte Real) de sua mãe (que havia sido obrigada a trabalhar em plena pandemia e com as escolas fechadas teve que levar o filho para o trabalho) que deixou o menino pegar o elevador sozinho para ir procurar a mãe. Sari Corte Real é primeira-dama da prefeitura de Tamandaré, pagou R\$ 20 mil reais de fiança e responde ao processo de homicídio culposo em liberdade.

desinformada dos benefícios de uma educação não violenta, mas principalmente pela violência infligida pelo próprio Estado. Criança inocente e que merece proteção é a do colégio particular que faz brigadeiro para vender na aula de empreendedorismo e “ganha seu dinheiro desde cedo”. Se for preta e pobre, não adianta estar de uniforme e seguir o *script*, continuará sendo alvo⁵⁷.

Os sacrifícios atrelados ao discurso sobre maternidade e feminilidade que surgiram com a supervalorização deste tipo específico de infância que, como veremos mais adiante, serve mais para colocar sobre as mulheres, a responsabilidade pela concretização de uma nova ordem social e política no Brasil (ROHDEN, 2003) escancaram sua seletividade nos casos mencionados acima que são cotidianos. Da mãe de Miguel não se exige que não trabalhe e proteja seu filho, ao contrário, aceita-se que ela leve o menino ao trabalho em meio a uma Pandemia de COVID-19, para satisfazer a necessidade alheia de servidão.

Constantemente categorizada como “a melhor fase da vida”, são na verdade poucas as crianças que podem realmente viver nesta infância imaginada de forma idealizada. Para as quase 50% de crianças brasileiras⁵⁸ a infância livre de trabalho e preocupações, inocente e sem responsabilidades é uma fantasia com a qual podem apenas sonhar. As lojas de brinquedos, as propagandas na televisão, as famílias consumindo em shoppings com crianças “mandonas” e que causam horror aos olhos julgadores de quem as vê exigirem algo, são um reflexo bastante distorcido, uma miragem, da realidade da maioria dos cidadãos nesta fase da vida. De um lado, o mercado de produtos e serviços infantis cresce⁵⁹ a olhos vistos, potencializando o poder de influência de compra das crianças dentro das famílias brasileiras de classe média e média alta⁶⁰, de outro, a desigualdade entre uma criança privilegiada e a que vive em uma comunidade periférica é abismal (CINTRA, 2019) será provavelmente carregada e aprofundada ao longo da vida⁶¹.

Some-se a isso as consequências trazidas pela Pandemia de COVID-19 e fica fácil compreender por que a UNICEF, declarou que a infância é o grupo geracional que, nas

⁵⁷ Marcos Vinicius ainda estava vivo quando sua mãe Bruna chegou ao hospital. Ela relata que, instantes antes de sua morte, ele olhou para ela e disse: "mãe, o blindado atirou em mim. Eles não viram que eu estava de uniforme?"

⁵⁸ Pesquisa da Fundação Abrinq aponta que 9,4 milhões de crianças e adolescentes vivem em situação de extrema pobreza e 10,6 milhões em situação de pobreza. Este número corresponde a 47,8% das crianças brasileiras. (RIBEIRO, 2019)

⁵⁹ Segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e uma análise do Sebrae, produtos e serviços para crianças movimentaram R\$ 50 bilhões em 2013. De 2012 para 2013, o crescimento foi de 14%, o que representa o dobro do índice registrado nos segmentos destinados aos adultos. (ANCHIETA, 2013)

⁶⁰ Em 2013 as crianças participavam 80% das decisões de compra de uma família

⁶¹ Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado em 2018, apontou que uma criança brasileira pobre levaria nove gerações para atingir renda média.

condições atuais de globalização, é mais (e mais progressivamente) afetado pelas condições de desigualdade, pela pobreza, pela fome, pelas guerras, pelos desastres ambientais e epidemias.

Para que se avance no debate sobre as relações imbricadas nos discursos relacionados à criação com apego, as teorias psicoevolutivas e desenvolvimentistas que se pretendem colocar a criança como sujeito vulnerável e passivo receptor de cuidados, é preciso primeiramente que nos questionemos de que criança estamos falando: as crianças-*bibelot*. São essas as que habitam o imaginário coletivo e chegam rodeadas dos paparicos descritos por Aries (1986) ou as nascidas e paridas na violência obstétrica, as “ranhentas”, as “de menor”, às quais própria infância é negada, assim como o direito ao livre brincar, à imaturidade e aos laços de afetos com seus cuidadores, incluindo suas mães.

Diferentes concepções de crianças e de adolescentes que se fazem distintas a partir de diferentes pontos de vista teóricos e que acabam por contribuir para formar múltiplos conceitos desses grupos referidos. Assim, é necessário que pensemos melhor sobre quais são e como se construíram as diferentes concepções de infância e de adolescência na nossa sociedade ocidental. (FROTA, 2007, p. 148).

Essas considerações sobre a epidemia de violência que assola crianças e adolescentes são essenciais e não podem ser feitas de maneira descontextualizada e despolitizada aos estudos feministas do cuidado. Estes consideram um quadro mais amplo e sistêmico do que a democratização do cuidado representa para todos e todas que ainda são vítimas de uma sociedade tão assimétrica e desigual em suas estruturas de poder.

O adoecimento físico, emocional e mental de mães, além do adoecimento social, decorre também da desastrosa obstinação de se reduzirem as responsabilidades dos cuidados das novas gerações às mulheres, já tão sobrecarregadas. As mudanças demográficas da sociedade brasileira e a forma como o debate sobre a volta às aulas estão sendo conduzidas enquanto escrevo este trabalho, demonstram como a perspectiva que foca em uma responsabilidade parental individual se equivoca em sua busca por uma democracia verdadeiramente inclusiva, mesmo em setores mais progressistas da sociedade.

Hoje, assim como em outras crises econômicas históricas, as mulheres pagam um preço muito mais alto do que a população em geral, especialmente – mas não apenas – aquelas que já lidavam com múltiplas formas de vulnerabilidade social antes da pandemia.

As mulheres foram as que mais perderam emprego e renda por conta da pandemia e, segundo dados da Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios (PNAD) contínua do terceiro trimestre de 2020, a pandemia deixou mais da metade das mulheres fora

do mercado de trabalho⁶² em 2020, e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostra que, de abril a dezembro de 2020 o saldo de vagas ocupadas ficou positivo em 168 mil para os homens e negativo em 94,9 mil colocações para as mulheres.

Uma pesquisa realizada pelo Data Favela aponta que das 5,2 milhões de mães que vivem em favelas no Brasil, 72% afirmaram que a alimentação de sua família ficará prejudicada pela ausência de renda durante o isolamento social, 73% dizem que não têm nenhuma poupança que permita manter os gastos sem trabalhar por um dia que seja, e 92% dizem que terão dificuldade para comprar comida após um mês sem renda (DATA FAVELA, 2020).

Provavelmente associado a múltiplos fatores e desigualdades na distribuição da força de trabalho anteriores à pandemia, enquanto o comércio, priorizado pelas políticas federais, estaduais e municipais, terminou o ano com saldo positivo de 8.130 vagas formais criadas, o setor de serviços eliminou 132,5 mil colocações com carteira assinada.

Em sua coluna na Folha de São Paulo, a economista Cecília Machado, professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV, chegou a classificar a crise econômica atual de “*she-cession*”⁶³ (MACHADO, 2021), o que faz com que ações e políticas de enfrentamento à crise precisassem considerar, por exemplo, que a reabertura das escolas tem implicações econômicas até maiores do que a de comércio e restaurante.

A reabertura das escolas, além de ter benefícios diretos no enfrentamento da violência contra crianças, como já apresentado, libera a mão de obra feminina, além de contribuir com a redução do adoecimento físico e psíquico de mães que ou não tinham com quem deixar suas filhas, expondo-as a situações de ainda mais precariedade e vulnerabilidade social, ou, tiveram que enfrentar o acúmulo de trabalho e afazeres domésticos.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha (2020) revelou, por exemplo, que 57% das mulheres que passaram a trabalhar em regime de home office haviam acumulado a maior parte dos cuidados com a casa. Entre os homens, este percentual é de 21%. Outra pesquisa (FERREIRA; LEÃO; FERRARI, 2020), realizada pela Gênero e Número em parceria com a Sempreviva Organização Feminista (SOF) a partir de dados coletados com 2.641 mulheres de todo o país, apontou para uma maioria absoluta que teve aumento da demanda de preparar ou servir alimentos (80,5%), lavar louça (81%) e limpar a casa (81%).

⁶² Mais da metade da população feminina com 14 anos ou mais estava fora do mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2020. A taxa de participação feminina na força de trabalho ficou em 45,8%, uma queda de 14% em relação a 2019.

⁶³ Trocadilho com a palavra recessão e o pronome she –ela, em inglês

Conforme apontado pelo coletivo de mães feministas Política é a Mãe, em coluna no UOL, “o fechamento da escola por mais de 8 meses aprofundou desigualdades, gerou insegurança alimentar, tornou crianças e adolescentes ainda mais vulneráveis a violências diversas e negligência” (POEMA, 2021), mas nada disso foi tratado como uma questão de saúde ou de forma prioritária.

Manter as escolas fisicamente fechadas desde o início da Pandemia de COVID-19, por mais de um ano, aprofundou ainda mais as desigualdades de acesso à educação no Brasil, visto que 80% dos estudantes brasileiros estão matriculados em escolas públicas que, apesar de, em geral, terem uma estrutura física bastante precária, são, ainda assim, um importante ponto de acesso e socialização, visto que quase 6 milhões de crianças brasileiras em fase de escolarização obrigatória não dispõem de acesso domiciliar à internet, segundo o IPEA e mesmo aqueles que têm acesso à internet, muitas vezes não possuem celular, computador para que possam acessar ao conteúdo, assistir às aulas ou realizar as atividades. Isto sem mencionar que, mesmo nos casos de acesso à internet e a um equipamento adequado no qual possa realizar as atividades escolares, o ensino remoto não é recomendado na etapa inicial para educação infantil, não estando inclusive previsto na legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por ser inadequado nesta fase.

Ainda assim o tema tem sido tratado no debate público como uma mera discussão entre o espectro político direita e esquerda. Mães e coletivos de mães que se propuseram a lançar o debate responsável sobre a reabertura, assim como profissionais da saúde infantil, incluindo pediatras, psicólogos e educadores, se viram sendo acusados de “assassinos”, “negacionistas” e “bolsominion⁶⁴”.

Considerando que as orientações da OMS, da Unicef e das melhores evidências científicas apontam que o custo para a saúde de crianças e adolescentes é maior do que os benefícios de se manterem as escolas fechadas e que, portanto, desde que cumpridos protocolos e medidas específicas, o retorno presencial é recomendado, o que explica o debate de uma parcela significativa dos movimentos sindicais, de esquerda e influenciadores progressistas

⁶⁴ Assim chamados os apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, em referência aos minions, personagens do filme de animação *Meu Malvado Favorito* (2010) da Universal Studios e da Illumination Entertainment, em que o protagonista, Gru, um supervilão que tenta roubar a Lua acaba por adotar três meninas órfãs. Grande sucesso do filme, são os minions, seres multicelulares amarelos que têm apenas um propósito: servir aos vilões mais malvados da história. Em artigo do site Extra de abril de 2016, o jornalista Felipe Pena comparou os fãs de Bolsonaro aos Minions, dizendo que “seguem o líder, a quem chamam de mito, e dão vazão aos recalques narcísicos atacando as diferenças de grupos que elegem como rivais”.

ignorar completamente necessidades de crianças, adolescentes e mães está, a meu ver, muito mais ligado ao lugar que estas sujeitas ocupam nas estruturas de poder.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a ONU Mulheres, no documento “Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de Covid-19: Rumo a Sistemas Integrais para Fortalecer a Resposta e a Recuperação”, exortaram os governos da região a colocar o cuidado no centro de suas respostas à COVID-19. Segundo o documento, a prioridade deve ser dada a criação de pacotes de incentivo e recuperação e a promoção de sistemas integrais que assegurem o acesso aos cuidados com as pessoas que deles necessitam garantindo os direitos das pessoas que os fornecem. Para a CEPAL e a ONU Mulheres, “a pandemia tem reafirmado a centralidade dos cuidados, colocando em evidência a insustentabilidade de sua atual distribuição” (ONU MUJERES, 2020).

Estas premissas conceituais a respeito da seletividade quanto ao que se considera uma infância a ser protegida, assim como as perspectivas adultocentradas e o componente fundamentalmente heteronormativo dos discursos que permeiam a criação com apego, são pano de fundo essencial para a crítica que pretendo construir, a seguir, às teorias do apego e suas práticas discursivas sobre um devir do sujeito que poderíamos ser e da infância que gostaríamos de proporcionar.

La desfamiliarización del cuidado se presenta, así, como un proceso complejo, en el cual intervienen actores e instituciones que lidian cotidianamente con sus propias ideologías y valores, y para quienes no siempre resulta sencillo salir del esquema maternalista, que tiene a las madres como “las mejores cuidadoras posibles”. El modo en que esto se expresa y reconstruye a través del enfoque analítico propuesto nos ilumina para reponer las dimensiones del “modelo para armar”. Un modelo en el que los derechos de los niños no penalicen la maternidad, sino que más bien refuercen y abran nuevas perspectivas para la protección de los derechos de madres y padres trabajadores/as, y ¿por qué no? – de las mujeres en su conjunto. (FAUR, 2017, p. 112).

A família, seja qual for sua conformação ou conceituação teórica, não pode ser vista como uma instituição isolada, mas como parte de uma rede de instituições e práticas sociais, onde o Estado, a legislação, crenças e práticas religiosas, comportamentos econômicos e outras formações sociais atuam simultaneamente para configurá-la.

Há, na criação com apego, uma percepção de que os vínculos de parentesco são fatos naturais e relações biológicas são processos evolutivos necessários, em uma lógica que explícita ou implicitamente reproduz a ideia de que o modelo nuclear familiar heterossexual é o “natural”. Nessa chave de apreensão, todos os outros modelos familiares, ainda que possíveis, seriam reproduções, adaptações possíveis de uma necessidade da criança e da parturiente: a de

permanecerem focados um no outro enquanto o pai cuida da mãe para que esta possa cuidar do bebê (GUTMAN, 2015).

O capítulo 6 do livro de Laura Gutman (2015) é um excelente exemplo de como esse discurso reforça não apenas uma lógica heteronormativa, como também conservadora e que, ainda que inconscientemente, acaba sendo muito reproduzida nos espaços da criação com apego:

Aqui entra em jogo uma das articulações imprescindíveis a um funcionamento familiar harmônico (e pouco frequente): precisamos compreender que **a função primordial masculina na constituição da família é a de sustentar emocionalmente a mulher. E a função feminina é de sustentar emocionalmente os filhos, sobretudo nos primeiros anos** (que são muitos, e mais ainda se há várias crianças). É assim que se equilibra o circuito familiar. (GUTMAN, 2015, p. 152, grifos da autora).

Aliás, já no prefácio daquela que talvez seja a obra mais citada pelas adeptas da criação com apego, incluindo as entrevistadas para este trabalho, Gutman trata as experiências das mulheres de forma biologizante e universal ao descrever o que ela chama de “**afinidade essencial comum a toda mãe**” (GUTMAN, 2015, p. 11, grifo meu).

Em um contundente artigo publicado na revista *Nature*, em 1994, a psicóloga Diane E. Eyer, esmiuçou uma série de problemas metodológicos nas pesquisas sobre *bonding* (vínculo) e sua importância para a construção da relação mãe e filho e a saúde psíquica e física das crianças. Assim como a cientista política Courtney Jung faz em seu livro *Lactivism* (2015), Eyer (1994) destrincha a construção ideológica de um discurso – o da importância do vínculo mãe-bebê – que toma um estudo com falhas metodológicas importantes que, nas palavras do senso comum, de tanto se repetir, acaba se tornando uma premissa sobre a qual tantos outros se apoiam.

an analysis of the processes by which one body of scientific research was transformed into a myth. It is a story in which there are no true villains except delusion, no true heroics except the zeal to reform. Research on mother-infant bonding in the 1970s claimed to find instinctual behavior in women which required that they maintain proximity to their infants right after birth. This "discovery" was actually a conservative fiction, rooted in the institutional needs of medicine and in popular beliefs about the true nature of womanhood. Yet parents, doctors, nurses, and social workers saw bonding as a scientific discovery and a means to reform, which would enhance women's power and the well-being of the family. The consequences for women of this psychomedical construction are at best disappointing; at the worst, they amount to the continuation of a long tradition of blaming women for problems that are not of their own making. (EYER, 1994, p. 69).

A palavra vínculo e seus derivados, como conexão, por exemplo, aparecem 43 vezes nas entrevistas. A rigor, todas elas partem da importância do vínculo como uma verdade incontestável. A frase de Estela, uma das entrevistadas, é bastante ilustrativa dessa ideia:

e eu acho que optar por estar em casa, ou **optar por tá fazendo a criação com apego, ela cria um vínculo maior com a criança**. Só que eu acho que a sobrecarga ela pode ser um pouco, um pouco mais alta sim quando não tem a rede de apoio, quando o marido não faz a função dele, sabe... então, que não é o meu caso porque eu tenho uma rede de apoio muito boa. Eu sempre tive uma rede de apoio muito boa e eu pude escolher saber, eu pude escolher. Eu consegui terminar minha faculdade, tranquilamente, eu não cheguei a trancar meu curso, só eu optei por estudar aos poucos assim, fazer menos matérias, é... demorar um ano a mais pra me formar... então assim, **eu penso no vínculo mesmo, sabe... eu acho que... o que eu pesei foi o vínculo...** né por estar em casa por um tempo assim... mas eu acho que com certeza a sobrecarga é maior... é maior... é maior pra quem... aí não sei, não sei... é muito pessoal... é porque daí eu falo... eu penso no exemplo e daí me vem outro exemplo sabe... (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

De acordo com Eyer (1994), apesar de os estudos que pretendiam mostrar os efeitos positivos de longa duração sobre a qualidade do relacionamento da mãe com a criança e no próprio desenvolvimento saudável desta com apenas algumas horas de contato pós-parto, terem sofrido uma avalanche de críticas por conta de suas falhas metodológicas, o vínculo manteve-se extremamente popular, principalmente por causa de sua utilidade para o movimento de luta pelo parto natural. O imperativo de vínculo parecia dar às mulheres mais controle sobre seus corpos e a experiência de nascimento de suas filhas que, até então, poderia ser bastante solitária e, muitas vezes, humilhante e violenta. Assim, o conceito continuou a florescer como parte do que a autora chama de a “ideologia em que a proximidade constante das mulheres com seus bebês (quer estas desejem ou não) é vista como uma fórmula para prevenir problemas posteriores da criança” (EYER, 1994, p. 70). Como os resultados de uma pesquisa que são tão claramente falhos podem se tornar tão profundamente estabelecidos e permanecerem uma regra para governar o comportamento de mães é o objeto de estudo de Eyer (1994).

Eyer (1994) aponta problemas com a metodologia como, por exemplo, diferenças relevantes e preexistentes entre os grupos analisados, inclusive em relação a características maternas, que fazem com que seja bastante temerário estabelecer qualquer tipo de causalidade entre a formação do vínculo e o desenvolvimento mais saudável da criança. Tais diferenças vão desde se o bebê foi planejado ou desejado, à experiência de apoio social destinado à mãe, até características distintas de personalidade dos bebês.

The central feature of bonding's appeal was that it was "natural," **a term that had acquired the** connotation of being inherently good, even moral. Nature was seen as

an innocent in need of rescue---suffering from humanity's treatment of it through pollution, indiscriminate development, chemical agriculture, and so forth. Nature represented an existence free of commercialism and materialism (Idem, p. 78).

Além disso, ela apresenta de maneira bastante didática como toda a produção científica relacionada à relação mãe-filho, incluindo as pesquisas sobre vínculo pautavam-se pelos paradigmas da "privação materna" e do "apego" preconizada por Bowlby (1982), apresentada acima. O vínculo nada mais é do que uma “encarnação desse modelo, que estabelece que mães e bebês têm uma necessidade biológica um do outro e que a interrupção dessa ligação causará danos permanentes à criança” (EYER, 1994, p. 80).

A teoria feminista nos permite compreender como a relação entre teoria e prática possibilita também enxergar os limites de uma racionalidade científica incontestada que se apoia sob paradigmas enviesados.

The research on bonding, then, was not simply the product of purely objective work, proceeding by strict rules of evidence. Rather, it was constructed by researchers whose prevailing assumptions provided a number of distorting lenses through which the work was seen. (EYER, 1994, p. 83).

A influência mais profunda de todas na construção e aceitação do conceito de vínculo era a ideologia profundamente enraizada em relação ao papel adequado às mulheres: o materno. Dessa forma, a necessidade política de reter pelo menos algo dessa ideologia em face das demandas feministas da década de 1970 (igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, controle sobre sua sexualidade e direitos reprodutivos, por exemplo), resulta de uma nova construção argumentativa: a de que a criança precisa da mãe para desenvolver-se adequadamente (EYER, 1994).

Vejo aqui uma releitura do problema que Scott (1994) apresentou em “A Mulher Trabalhadora”. Afinal de contas lá, como agora, a noção de que existe algo como uma “cola inerente que une mãe e filho, simplifica, despolitiza e remove da revisão histórica as condições de exploração e opressão sob as quais a maioria das mulheres reproduz e materna” (FRANZBLAU, 1999, p. 29).

O apego pretende explicar o social o desenvolvimento como um fenômeno evolutivo e biologicamente determinado, e como tal, representa **a tradição de predeterminar e controlar as tarefas reprodutivas femininas** e a necessidades de educação dos filhos. Está imbricado em uma história de discurso misógino; e emergiu historicamente desse discurso. (FRANZBLAU, 1999, p. 29, grifo meu).

Ao mesmo tempo em que a biopolítica do vínculo ou das teorias do apego falharam em dar às parturientes mais controle sobre seus partos, como demonstram as pesquisas que analisam os dados relacionados ao alto e persistente número de mulheres que são levadas a uma cesárea desnecessária, ela tem sido bastante eficiente para fazer com que as mulheres se sintam mais culpadas quando não atendem as expectativas a respeito do que é considerado “o melhor para seus filhos”.

São mulheres que sentem culpa, a pressão do olhar externo e as tensões latentes entre a sua reflexividade e a visão cultural a partir da qual suas famílias construíram uma socialização esperada e desejada.

Giulia, nos aponta a tensão contínua entre o seu desejo de respeitar a filha, de tratá-la como sujeito pleno e o medo do julgamento alheio – especialmente de sua mãe – sobre suas escolhas enquanto mãe. Mais, ela aponta um “despertar”, um “sair do automático”, que a criação com apego representa.

Eu, no início, fazia as coisas no automático, meio que sem pensar assim, e ali eu vi aquilo que eu queria, comecei a ter os primeiros contatos com a criação com a apego e depois daquilo eu comecei a pesquisar, seguir perfis na internet... e, pra mim, **até hoje é muito difícil quebrar esse ciclo**, porque já aconteceu, duas vezes que eu lembro, de perder a cabeça com a S e dar um, não um tapa, mas um tapinha e **depois eu fico muito mal... muito mal...** e pra mim esse ainda é o extremo do extremo e pra mim ainda é muito difícil essa questão do gritar, porque a S tá numa fase, é coisa de criança, né, fica te testando, tipo ah, filha, não faça x coisa porque x coisa te machuca ou tento também aquela questão de evitar o não, mas **as vezes é difícil assim, no automático, né, acaba...** e daí foi na verdade assim que comecei com essa questão da criação com apego e pra mim é difícil até hoje que por eu tentar respeitar ao máximo a vontade da S e dela como um ser humano, né, enfim, eu escuto muito da minha mãe e das pessoas que eu sou muito permissiva, que eu deixo ela fazer tudo que ela quer, que as coisas não são assim, que quem manda sou eu, enfim... **é, escuto direto isso.** Direto, direto, direto. Por eu fazer amamentação, é, prolongada, digamos assim, né, também escutei muito que ela é, que não precisava disso, que não sei que... (Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

Como será melhor explorado no Capítulo 3, os ideais maternos perseguidos por estas mulheres, a partir da criação com apego, não rompem com as ideias de uma natureza do cuidado essencializada, comum aos processos de feminilização configuradores deste campo, ao contrário, lhes acrescentam camadas de complexidade e obrigações, em uma espécie de “nova domesticidade”. Também não questionam ou historicizam a maternidade, a infância ou as relações construídas a partir destes dois lugares, enquanto reflexo de uma matriz heterossexual “em parte alguma explicada, mas em toda parte presumida” (BUTLER, 2014, p. 73) e que pressupõe a necessidade de uma família nuclear, preferencialmente com pai e mãe, para o bom desenvolvimento da criança e sua transformação em um adulto saudável, produtivo e

socialmente responsável. Neste processo, atravessado por uma suposta universalidade, apriorística do natural, do corpo, da diferença sexual e da própria família, inscreve-se a colonialidade deste modelo de criação, através da seletividade da infância protegida (branca, de classes sociais específicas) e do modelo de família que permite tal proteção (nuclear, monogâmica, privilegiada, “informada” e com *ethos* heterossexual).

Daqui em diante, e é isso que pretendo aprofundar a partir de agora, me atento a como as construções discursivas da maternidade, da família e da própria infância operam enquanto “ficções fundacionistas” que reproduzem as mesmas instituições de poder que as mulheres entrevistadas para este trabalho procuram questionar (BUTLER, 2014, p. 28). Simultaneamente, volto-me aos tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e cuidado para, então, responder se a criação com apego pode ser lida como uma prática feminista como assim propõe algumas das entrevistadas e uma parte de suas referências no tema.

3 ESSENCIALIZAÇÃO, NÃO VIOLÊNCIA, MASCULINIDADES, FEMINISMO E CUIDADO: DIMENSÕES DE ANÁLISE E REDES DE TENSIONAMENTO DA CRIAÇÃO COM APEGO

Ninguém resiste à colonialidade dos gêneros sozinho. Somente é possível resistir a ela com o entendimento do mundo e com uma vivência que é compartilhada e consegue entender as próprias ações – garantindo certo reconhecimento. As comunidades, e não os indivíduos, possibilitam o fazer; as pessoas produzem junto de outras, nunca em isolamento. (Maria Lugones)

Neste terceiro capítulo, examino as balizas construídas pelas mães entrevistadas para este trabalho ao produzir este processo de cuidar, para então destrinchar como as concepções discursivas deste modelo se relacionam com as ideias de uma natureza do cuidado essencializada, comum aos processos de feminilização configuradores deste campo, incluindo uma análise dos discursos sobre masculinidade que o campo me trouxe. Também me proponho a interpretar a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, e os feminismos, a partir das análises realizadas no capítulo anterior, para então pavimentar as bases da resposta quanto à possibilidade ou não de a criação com apego ser lida como uma prática feminista, por uma perspectiva epistemológica comprometida com o cuidado.

Para tal, realizo uma análise de conteúdo das entrevistas em uma perspectiva epistemologicamente comprometida com a teoria do cuidado. Refiro-me, pois, à tradição desde a construção de Gilligan, de Joan Tronto (1997; 2013; 2015; 2017; 2019) até as teóricas latino-americanas como Faur (2017); Jelin (2020) e Martinez (2020), recorrendo também aos principais dados sociodemográficos sobre cuidado no Brasil e às autoras que os analisam sob as lentes dos estudos de gênero como Picanço e Araujo (2020); Araújo; Gama; Picanço; Cano (2018); Sorj (2007; 2008; 2013; 2018). Faço isso a partir de 4 categorias de análise: (i) essencialização do cuidado; (ii) a não violência como prática individual e a criança como *devir*; (iii) novas – possíveis–masculinidades; e (iv) tensões entre criação com apego e feminismo.

3.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: O MOMENTO ESTOMACAL

As categorias vão sendo criadas, à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas e eu, assim como Tornquist (2007, p. 32), precisei de um “exercício radical de relativização de um universo do qual já fiz parte, desconstruindo subjetividades” até pouco tempo compartilhadas por mim e, depois, de certa forma também

rejeitadas, escorregando inclusive no julgamento *a priori* que não cabe no fazer sociológico. “O conhecimento só se objetiva em pessoas de carne e osso” (TORNQUIST, 2007, p. 37), sendo a materialização deste conhecimento, produzida a partir do encontro da teoria com o campo e para o qual é necessária uma escuta atenta do que este campo pretende dizer.

Esse foi, certamente, um processo nada simples para quem ainda não se desfez plenamente de vícios metodológicos e hábitos dialéticos de outros campos do saber e do fazer em especial, no meu caso, das Ciências Jurídicas. A ideia de apresentar “lados” de um debate e colocá-los em oposição para, então, levar o leitor (normalmente um julgador) a concluir, de preferencial favoravelmente ao nosso posicionamento, é um dos pilares da argumentação na prática jurídica e que, sem que eu sequer percebesse, me acompanhou para a análise inicial do meu campo.

Ruth Cardoso (1986, p. 103 *apud* TORNQUIST, 2007, p. 38), esclarece:

Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação. **Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise do seu próprio olhar.** Para conseguir esta façanha sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, **é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos.** Do entrevistador e do entrevistado. (grifos meus).

Em uma primeira análise, me vi empurrando “goela abaixo”, categorias pré-concebidas sobre as quais usei os argumentos teóricos desenvolvidos após farta leitura bibliográfica, para “fundamentar” minha própria leitura sobre os temas abordados.

Com apoio e direcionamento de minha orientadora, foi preciso retornar ao campo, desfazer-me das ideias pré-concebidas, silenciar tudo (ou, no caso, jogar fora os *post-its* e fichas catalogadas com as categorias anteriores) e recomeçar a ouvir o que o meu campo estava me dizendo. Quero dizer, atentei-me ao que aquelas mulheres de fato disseram e não o que eu queria ouvir.

Me desfiz dos papéis grifados com cores diferentes para o que eu havia considerado inicialmente minhas categorias, assisti novamente as entrevistas (as vantagens da netnografia!), reimprimi tudo e, antes de grifar e escolher cores, comecei a me perguntar o que, de fato, mais aparecia nas falas e como aparecia.

Cada entrevistada possui uma história única, um universo próprio ou, como diria um colega com quem seguidamente trocava angústias teóricas e práticas, “uma atmosfera particular”.

Foi preciso me distanciar do texto em um momento em que a exaustão mental e física de um ano de isolamento social e a absurda sobrecarga nas tarefas reprodutivas e produtivas já não me permitiam mais analisar, para, aí sim, “deixar o campo falar” e, principalmente, saber ouvi-lo.

Não foi, porém, um processo sem incômodos. Ao contrário. A raiva por ter que “recomeçar”, a frustração por precisar usar mais prazo e a constatação de que o “fim” estava mais distante do que eu desejaria, despertaram sentimentos conflitantes e, por vezes, até paradoxais.

Através dos escritos de Tornquist (2007), me deparei com um texto do antropólogo brasileiro Roberto da Matta (1974) que, apesar de se referir à Antropologia e os processos vividos por um etnólogo na aldeia, pareceram encaixar como uma luva para retomar o fôlego que faltava para finalizar o trabalho, após experienciar minha própria versão de *anthropological blues*, um desligamento emocional que “veio do estômago para cabeça”.

Aqui, não temos mais divisões nítidas entre as etapas da nossa formação científica ou acadêmica, mas por uma espécie de prolongamento de tudo isso, uma certa visão de conjunto que certamente deve coroar todo o nosso esforço e trabalho. Deste modo, enquanto o plano teórico-intelectual é medido pela competência acadêmica e o plano prático pela perturbação de uma realidade que vai se tornando cada vez mais imediata, o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. É por causa disso que eu a considero como essencialmente globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício (DA MATTA, 1974, p. 2).

Eu já havia lido tudo o que precisava (e talvez muito mais!), mas ainda faltava encaixar as análises, colocar a minha *pena* no texto. Era a hora de transformar a apreensão teórica em ferramenta de interpretação e não de exposição e explicação.

Tocou-me embaralhar as cartas e tirá-las e novo, não para descrever, mas para analisar: atribuir sentido e significado aos dados coletados, apreendê-los de forma consciente. Coube-me tomar decisões analíticas a partir dos dados coletados para traçar a relação da teoria adotada com os aspectos observados e apreendidos nas falas das minhas entrevistadas e as imbricações com suas referências, para, enfim e só então, produzir conhecimento sociológico (SILVA; PERES; BOSCARIOLI, 2016, p. 6).

A partir desta reentrada no campo, me dei conta de que, de fato, os elos principais entre as mulheres entrevistadas é um desejo genuíno de “ouvir a criança” e de adotar um modelo de criação não violento. Percebi também que a porta de entrada para este universo foi, sem exceção, algum processo fisiológico: ou o parto ou a amamentação – além de terem sido predominantes as influências de páginas e perfis de redes sociais, ainda que necessariamente

lancem mão de um discurso de “validação científica” ou “baseada em evidências” sobre suas reflexões sobre maternidade.

Por fim, a meu ver, a construção de novas masculinidades e o diálogo entre a criação com apego e suas percepções sobre feminismo, estão imbricadas com a categoria que atravessa todas as outras: a essencialização do cuidar e a colonização da maternidade. Estes operam, pois, como instrumentos de reiteração da matriz heteronormativa que funda a maternidade e que se apresenta materialmente nos discursos relacionados ao gestar, parir e amamentar. As tensões desta categoria com o posicionamento delas contra a sobrecarga materna e as práticas de controle sobre corpos lidos como femininos.

A partir dessas leituras, surgiram, então, as seguintes categorias: (i) essencialização do cuidado; (ii) a não violência como prática individual e a criança como *devir*; (iii) novas – possíveis – masculinidades; e (iv) tensões entre criação com apego e feminismo.

3.2 A ESSENCIALIZAÇÃO DO CUIDADO

“Mãe é mãe...”, “mãe é tudo igual, só muda de endereço”, “amor de mãe”, “colo de mãe”, “o maior amor do mundo”, são algumas das expressões já naturalizadas no cotidiano e que remetem à ideia predominante de que haveria algo intrínseco e apriorístico na *identidade* mãe e nas atividades de cuidado que uma mãe executa.

E se é bem verdade que há toda uma paleta de cores entre o discurso conservador e romântico da maternidade enquanto destino biológico—não apenas desejável, como de fato necessário à plena realização de uma mulher—e a crítica feminista à maternidade compulsória e o trabalho reprodutivo a ela atrelado, invisibilizado, quase sempre não remunerado, pretendo analisar, neste momento como *a essencialização do cuidado*, inclusive e principalmente na criação com apego, pode levar a uma prática de cuidar antifeminista e despolitizada.

Das mulheres que entrevistei, sete chegaram à criação com apego ou por questões relacionadas ao parto ou à amamentação; as outras duas já conheciam o método antes mesmo de engravidarem, como ilustro na tabela abaixo:

QUADRO 3: COMO ENTROU EM CONTATO COM A CRIAÇÃO COM APEGO

Entrevistada	Como descobriu a criação com apego?	Fala
Ana	Parto	E aí que eu comecei a pesquisar bastante assim e aí eu comecei a ler muito blog e muito relato de parto assim, Facebook... e comecei a ler, li um monte e, nossa, não sei quanto. E daí fui me aproximando mais dessa questão de parto, natural, gestação, a ideia mais natural possível. Tanto que a gente conseguiu, graças a deus,

		um parto bem natural, foi hospitalar, mas... não foi em casa porque eu não tinha grana assim, era muito caro, um absurdo, não tinha condição. Mas o parto no hospital foi possível e bem tranquilo assim, na medida do possível, (porque a dor que é, tranquilo um parto)... e daí assim, de parto natural pra maternidade assim, na tentativa de não violência, na tentativa de mais com apego, foi quase um caminho reto assim pros dois, entre os dois. Então a gente, foi mais ou menos esse o caminho assim, que a gente fez.
Bruna	Amamentação	Eu acho que eu... é uma coisa natural. Eu nem pensava sobre isso. Acho que eu nem pensava. Pra mim era uma coisa natural mesmo. Tanto que eu não sabia que tinha... não sabia que existia essa expressão “criação com apego”. Eu cheguei até isso porque nos primeiros meses eu participava muito de grupos sobre amamentação. E eu tirava muitas dúvidas sobre amamentação. E eu tirava essas dúvidas... como a minha mãe é dos anos oitenta e era tudo muito diferente... esse negócio de amamentar de três em três horas... então eu comecei a ler muito e perceber que as coisas tinham mudado. O direcionamento tinha mudado. Então eu participava muito de grupos de amamentação pra me educar mesmo, fazer mais certinho. E a partir dos grupos de alimentação que eu cheguei na criação com apego. Mas eu não conhecia antes.
Camila	<i>Waldorf</i>	Na verdade, eu sempre, eu estudava um pouco... acho que tudo começou na verdade quando eu comecei a ler mais sobre Waldorf. Eu tenho uma prima que ela tem duas filhas mais velhas que o Vicente... uma tem sete e a outra tem cinco... e esse mundo da nova maternidade, da criação com apego, de cama compartilhada veio muito dela, assim. Embora quando ela teve as meninas eu ainda não tivesse planos de ter filho, eu participei muito. Então eu ia pra lá, eu ajudava... ela mora em São José dos Campos, então a gente acabou sendo uma rede de apoio assim. Então esse mundo veio muito dela, assim. E aí eu comecei a pesquisar, a ler as coisas.
Dafne	Parto	eu acho que começou, principalmente, na questão de parto humanizado. Eu comecei a pesquisar muito sobre parto humanizado e acaba que uma questão vai levando à outra, né... são assuntos muito próximos e acabou que, conforme eu ia pesquisando sobre parto, vinha chegando outras questões.
Estela	Parto	E aí ele chegou com a ideia do parto humanizado. Foi aí que surgiu. Então a gente começou a buscar inicialmente o parto humanizado, o parto em si ne. E a gente entrou num grupo de gestantes ne, pais gestantes e.... e no grupo o que menos se falava era em parto ne, porque, no fim é o que menos importa o parto ne, eu pós ele é muito mais importante, ele precisa muito mais de uma rede de apoio, enfim, e o grupo encaixou muito bem, sabe? eram 7 mulheres... 7 casais, encaixou muito bem o grupo, é... eu tenho contato com 3 ainda hoje assim, muito contato próximo de amizade. E a gente começou a estudar juntas daí porque todas, todos os bebês nasceram na mesma época e a gente, é.. da fase do parto, a gente passou pra fase do puerpério juntas, da fase do puerpério, veio as dificuldades da amamentação, e sempre, tudo sempre caminhou muito junto, sabe, tudo sempre.... fazia muito sentido pra mim, o parto humanizado com amamentação e com a criação com apego... foi onde eu comecei a estudar.
Fabiana	Amamentação	Eu achei na... futricando na internet mesmo... eu acabei... descobri uma vez que eu tava procurando... porque foi quando eu descobri que existiam saltos de desenvolvimento. Foi um dia que eu acordei... a Laura mamou da hora que eu acordei até a hora que eu fui dormir... quer dizer... que eu fui dormir... porque eu não dormia, mas... mas que ela mamou o dia inteiro de um jeito anormal [...] assim, ela não fala especificamente de criação com apego porque ela é pediatra. Mas muito do discurso dela, muito do que ela

		fala, tem a ver com criação com apego. Ela não usa muito esse termo, assim, sabe... mas ela fala muito sobre colo, sobre amamentação, sobre vínculo... coisas bem relacionadas com a criação com apego, né. Aí eu comecei... quando a Laura era pequeninha, eu lia mais sobre isso. Durante os primeiros quatro meses foi muito difícil porque eu tive muito problema pra amamentar, sabe?... então eu ainda não lia muito sobre criação, sabe.. eu tava muito enfurnada no meu mundo tentando resolver isso.
Giulia	Amamentação	então, foi assim... com as minhas dificuldades com a amamentação, eu via que você compartilhava muito do que eu pensava assim, e aí foi quando eu entrei naquele grupo “mama neném”, que, pra mim, aquele grupo mudou a minha maternidade, mudou meu jeito de matinar. O que que aconteceu? Eu, no início, fazia as coisas no automático, meio que sem pensar assim, e ali eu vi aquilo que eu queria, comecei a ter os primeiros contatos com a criação com a apego e depois daquilo eu comecei a pesquisar, seguir perfis na internet...
Helena	Amigas que já praticavam	Eu acho que a questão da criação com apego vai muito do meio um pouco que você tá. Eu tava no meio de amigas que já praticavam uma criação com apego, uma criação não violenta e... vão te indicando livros, vão te indicando pessoas pra seguir, vamos dizer assim, da parentalidade positiva, e aí você vai conhecendo aos poucos aquele meio da criação com apego.
Ilana	Parto e Amamentação	Eu sou doula, então eu já trabalhava com isso, já trabalhava com a maternidade... é, sou doula, consultora em amamentação e eu trabalhava com mulheres mesmo sem nunca ter estado grávida, mesmo sem ser mãe, né? Eu também sou revisora, então na época eu tinha uma carreira dentro da revisão, morava no Rio de Janeiro. Daí eu saí do Rio, voltei pra Salvador – que é a cidade que eu moro, minha família mora – e aí eu fiquei grávida... e aí eu decidi realmente não trabalhar mais como revisora e ficar só na dolagem... agora o meu mundo ficou só girando em torno da maternidade mesmo. Então eu já tinha contato com os temas que tangenciam, né, a maternidade, mesmo sem ser mãe, por causa do meu trabalho. E é isso.

FONTE: A autora (2021)

A vinculação entre os processos fisiológicos (parto e amamentação) e a criação com apego aparece com muita clareza no campo:

Eu comecei a pesquisar muito sobre parto humanizado e acaba que **uma questão vai levando à outra, né... são assuntos muito próximos**. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

de parto natural pra maternidade assim, na tentativa de não violência, na tentativa de mais com apego, **foi quase um caminho reto** assim pros dois, entre os dois. (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifos meus).

E aí, a partir disso eu tive contato com criação com apego... é, com questões como uso de sling, teoria da exterogestação... eu acho que **acaba sendo um caminho sem volta, né?** (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Boa parte das falas das minhas entrevistadas e mesmo de uma parte das influenciadoras a que elas se referem, atesta, em alguma medida, o caráter social e cultural do que hoje se chama

de maternidade. O fazem, no entanto, mantendo as bases de um discurso essencializador e que apenas “toma o cuidado” para que aqui e ali se substitua “a mãe” por “ou outro cuidador primário”, tecendo uma frágil teia argumentativa que persiste na associação histórica entre maternidade e feminilidade.

É por isso que precisamos analisar as camadas essencializadoras dos discursos da criação com apego que, ao mesmo tempo em que se anunciam feministas nas falas das entrevistadas e de boa parte de suas referências, se fundam na mesma base que há séculos sustenta a opressão feminina: a essencialização do cuidado, especialmente vinculada às tarefas de gestar, parir e amamentar.

Elas enxergam prática libertária e emancipadora em uma fundação que essencializa o cuidado e feminiza a desigualdade e a pobreza, não porque ela seja desprovida de reflexividade, mas porque se organiza a partir de uma falácia: a da categoria mãe, como uma identidade essencial (HARAWAY, 2009b). A essencialização destes processos, em uma tentativa de resgate ao natural, se faz presente tanto nas falas das entrevistadas, como – e principalmente – na de suas referências de informação. Com efeito, as influenciadoras da área acionam teóricas do campo da psicologia materna o tempo todo, além, é claro, de discursos biomédicos sobre o corpo.

FIGURA 6 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM ALEGANDO QUE AMAMENTAR É UM ATO ECOLÓGICO, UMA SALVAÇÃO E O PONTO DE PARTIDA E DE ENCONTRO COM O SEU EU. É NOS DESPOJARMOS DE CULTURA E NOS SACIARMOS COM A NATUREZA

"Amamentar nossos bebês
é ecológico, no sentido mais amplo da
palavra. É voltar a ser o que somos.
É nossa salvação.
É um ponto de partida e de encontro
com seu eu. É nos despojarmos de
cultura e nos saciarmos com a natureza."
(Laura Gutman)



Maternidade Selvagem por @mariahambika

FONTE: Instagram–AMBIKA, 2020



Posts como estes são comuns nas redes sociais e em perfis relacionados à criação com apego acionados pelas entrevistadas e é por isso que, esta categoria, não pode ser descolada de

uma análise dos discursos que são feitos sobre o corpo da mulher e os processos fisiológicos relacionados à reprodução e ao cuidado.

Laura Gutman é, ao lado do Dr. Carlos González, a principal referência quando se trata de criação com apego nos grupos de parentalidade que defendem este modelo. Ainda que ela não se identifique especificamente com esta terminologia ou nomeie a criação com apego em sua obra, é citada por parte considerável das influenciadoras sobre o tema e foi citada diretamente por três das nove entrevistadas para esta pesquisa. O que desperta uma certa curiosidade, considerando que ela é mencionada como autoridade intelectual e sua obra é tomada como “referência científica” pelas influenciadoras sobre o tema, é que ela não cita uma referência bibliográfica sequer para afirmar coisas como:

Este período de fusão emocional entre o bebê e a mãe se estende quase sem alterações pelos primeiros nove meses, quando o bebê consegue se deslocar de maneira autônoma. [...], podemos nos comparar com as fêmeas dos cangurus, que carregam suas crias durante um tempo dentro do útero e depois ao longo de um período semelhante fora dele, completando o desenvolvimento de que o bebê precisa para começar a manifestar sinais de autonomia (GUTMAN, 2015, p. 19).

Por sua vez, as ideias e teorias de Gutman são amplamente divulgadas e tomadas como uma premissa para a formulação de tantas outras:

De fato, o bebê e sua mãe **continuam fundidos** no mundo emocional. Este recém-nascido, saído das entranhas físicas e espirituais da mãe, ainda faz parte do entorno emocional no qual está submerso. (...) Dito de outro modo, o bebê vive como se fosse dele tudo aquilo que a mãe sente e recorda, aquilo que a preocupa ou que rejeita. Porque, neste sentido, **são dois seres em um**. Assim, de agora em diante, em vez de falarmos “bebê”, faremos referência a “**bebê-mãe**”. Quero dizer que o bebê é na medida em que está fundido com a mãe. E, para falar de “mãe”, também será mais correto nos referirmos à “**mãe-bebê**”, porque **a mãe é na medida em que permanece fundida com seu bebê**. No campo emocional, a mãe atravessa esse período “desdobrada”, pois sua alma se manifesta tanto em seu próprio corpo como no corpo do bebê. E o mais incrível é que o bebê sente como próprio tudo o que sua mãe sente, sobretudo o que ela não consegue reconhecer, aquilo que não reside em sua consciência, o que relegou à sombra (REZENDE, 2012, s/p grifos meus).

De fato, Gutman e boa parte das influenciadoras no tema partem do pressuposto de que haveria uma natureza, um momento anterior e sobre o qual a cultura se insere que está *dado*. E esta é uma ideia não apenas equivocada, em uma perspectiva comprometida com os estudos feministas, mas também perigosa.

O Gênero, enquanto sistema simbólico e dispositivo de poder – talvez num sentido próximo àquele proposto por Foucault, para quem o poder não é algo que se detém, mas um lugar a partir do qual ele pode ser exercido sobre outrem –, faz com que suas categorias, situadas historicamente e bastante relativas, apareçam como universais, a-

históricas e naturais, como é o caso do “sexo biológico”. Esse é um dos mecanismos pelos quais o gênero, enquanto, sistema, se mantém operando (MOSCHKOWICH, 2020, p. 98).

Segunda influenciadora mais citada pelas entrevistadas (4 de 9), a psicóloga Marcia Tosin, responsável pela página conhecida como Criação Neurocompatível, com 502.000 seguidores no Instagram⁶⁵ e cerca de 100.000 no Facebook se autodenomina a criadora do “movimento neurocompatível”, afirma que existiriam “condições ideais pelas quais os cérebros humanos se desenvolvem e funcionam”, condições estas que estariam fundamentadas nas ciências da Psicologia Evolutiva, Antropologia e Neurobiologia (NEUROCOMPATÍVEL, 2015, s/p).

Segundo essa apreensão, a criação neurocompatível tem 7 princípios norteadores, dentre os quais destaco, para o desenvolvimento do argumento desta análise (i) o da “confiança nos processos de desenvolvimento maturacional e biológico da infância sem pressões e padrões sociais escravizantes”; (ii) o de que “os ritmos naturais nos marcos desenvolvimentais” devem ser acompanhados e não ensinados; (iii) “foco na saúde mental sintonizada com as normas biológicas da nossa espécie; e (iv) a educação deve ser centrada nas necessidades da criança que é o ser mais vulnerável em todas as comunidades humanas Neurobiologia (NEUROCOMPATÍVEL, 2015, s/p).

FIGURA 7 – CAPTURA DE TELA POST DO INSTAGRAM AFIRMANDO QUE BEBÊS DEVEM DORMIR ATÉ OS 3 ANOS COM A MÃE, SEGUNDO ESPECIALISTA



FONTE: Instagram–NEUROCOMPATÍVEL, 2020e.

⁶⁵ Em 12 de Outubro de 2020.

Apesar de não estar ligada oficialmente à criação com apego, a premissa da criação neurocompatível também é a de que

o organismo de uma criança é altamente influenciado pelas experiências iniciais de vida e que um ambiente com baixo stress é o percussor de um bom desenvolvimento não apenas mental, mas físico também (reconhecidos na saúde por mais de uma década de pesquisas no conceito “Adverse Childhood Experiences”). (NEUROCOMPATÍVEL, 2015, s/p.).

Nessa chave de entendimento, a criação neurocompatível defende que a infância seja “fundamentada nas forças evolutivas”, e afirma que

a ciência antropológica mostra que os nossos ancestrais, ao contrário do que se acredita, não eram violentos com sua prole, praticavam muito contato físico, eram disponíveis e viviam em ambientes cooperativos. Em 99% da nossa existência evoluímos sob essas normas biológicas. Quando deixamos de ser caçadores-coletores e passamos a ser agricultores, lentamente construímos uma cultura de submissão, controle e busca de obediência da infância (NEUROCOMPATÍVEL, 2015, s/p).

A primazia do biológico sobre o cultural, como algo “óbvio”, “natural”, tanto para Gutman, quanto para Tosin, se reitera a todo momento neste universo. Neste sentido, o trecho abaixo é emblemático:

Como o ninho biológico, o comportamento ritmico de espécie, a natureza de alguém seria "o controverso"? É como falar: "parece controverso, mas sucos e refrigerantes não têm potencial de hidratação como a água." Por que negamos quem somos? É óbvio que uma criança está muito melhor dormindo próximo do corpo de seus pais. **Mudemos a cultura, porque a biologia não muda.** (NEUROCOMPATÍVEL, 2020e, s/p).

As balizas acionadas pelas mulheres entrevistadas para este trabalho passam por lugares de reflexividade e de reconhecimento que serão explorados no Capítulo 4, mas que também reproduzem exatamente esta ideia de que a criação apegada permite um “retorno ao instinto” ao que seria o mais “natural” para nós – humanas – , se não tivéssemos sido corrompidas por um “saber patriarcal”.

Aí meu parto foi um parto domiciliar, com enfermeiras obstetras, não teve médico... é, foi um distanciamento desde o início – **de todo poder médico, de todo poder patriarcal** – eu quis ter uma trajetória mais focada em mim e no instinto e tudo isso. E aí eu acho que a criação com apego ela vem muito de você se abrir pra esse instinto também, né? De esquecer um pouco como é que tinha que ser, da autoridade, se abrir pro instinto, pra conexão e... é isso, desde a gravidez eu já sabia. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos. Grifos meus).

Com efeito, o movimento em direção à criação com apego como uma “crítica ao sistema” aparece com frequência na fala das entrevistadas. Essas enunciações proporcionam uma reflexão interessante sobre a maneira como o feminismo e suas discussões sobre o corpo da mulher, o trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho são continuamente acionadas.

Então é uma coisa natural... é... então ter que existir uma série de métodos e técnicas e comprovações científicas para que a gente possa realizar o natural com tranquilidade é muito estranho, né? Mas assim, **eu acho que a gente perdeu um pouco esses conhecimentos, essas conexões e por isso agora a gente precisa retomar.** Mas pra mim seria o ideal, né, que toda mãe pudesse ser deixada em paz para poder **performar esse apego, né, esse vínculo...** mas acho que a gente, as pessoas acreditam muito que **o bebê tem que ser independente o mais rápido possível, por que? Porque serve ao patriarcado e ao capitalismo que a mulher esteja livre o mais rápido possível, né? Pra voltar a ser produtiva,** pra voltar a vida normal, né, entre aspas... então interessa que o bebê esteja independente, entre aspas, o mais rápido possível pra que a mãe volte o mais rápido possível... (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

As interdependências entre os conteúdos normativos da maternidade e da vida pessoal, profissional e social dessas mães são sustentadas ora em um discurso médico que essencializa e funda relações sociais familiares e de parentesco na biologia e na ciência evolutiva, ora em um resgate a um saber “ancestral”, um resgate ao natural, ora em um posicionamento de contracultura que desafia as chamadas indústria da cesárea⁶⁶ e do desmame⁶⁷.

Sobre essa sobreposição de camadas, em *O Conflito: a Mulher e a Mãe* (2011), Elisabeth Badinter faz uma crítica contundente a este tipo de discurso:

⁶⁶ Entende-se por indústria da cesárea o fenômeno, particularmente presente na América Latina e que tem o Brasil em seu ranking com cerca de 57% de nascimentos se dando pela via cirúrgica, chegando a 84% na rede privada. A OMS estima que entre 10% e 15% das cesárias se justificam por motivos médicos. O restante faz parte de um fenômeno que se transformou em pandemia e, no Brasil já foi objeto de inúmeros estudos. A região da América Latina e do Caribe é a de maior taxa de cesáreas do mundo, segundo um estudo da revista científica *Plos One*. Entre 1990 e 2014 a taxa de cesáreas na América Latina e Caribe aumentou de 23% para 42%. Embora não haja um fator único para este fenômeno, para Bremen De Mucio, assessor regional em Saúde Sexual e Reprodutiva da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a mais recorrente é aumentar a rentabilidade do parto. Além de a maioria dos hospitais privados cobrar mais por uma cesárea, os médicos podem atender a mais nascimentos se eles forem programados e rápidos. (LARRAZ, 2017)

⁶⁷ Já sobre a indústria do desmame (considerado o *lobby* realizado pelas bilionárias marcas de composto lácteo substitutivo ao leite humano e que envolve desde bonificações e incentivos financeiros a pediatras, até *advocacy* legislativo em países pobres) há um intenso debate inclusive sobre os discursos fundantes do que é chamado de Lactivismo. Não teremos tempo de nos aprofundar sobre isto neste trabalho, mas algumas interessantes perspectivas são apresentadas no trabalho de Courtney Jung (2015) sobre como o feminismo se aliou a alguns grupos forjados em valores religiosos dos mais conservadores em defesa do aleitamento, além de apresentar uma crítica aos principais estudos sobre os benefícios do aleitamento para lactantes e lactentes. É importante ressaltar que o trabalho de Jung não é um trabalho acadêmico e carece, na minha opinião, de mais fontes, além de ter uma perspectiva que faz sentido para o Norte não pode ser aplicado *ipsis literis* para a realidade brasileira. Ainda assim, traz alguns gatilhos interessantes de serem pensados em uma perspectiva crítica à biopolítica que se insere sobre os corpos femininos.

Uma nova geração de mulheres que tinham contas a ajustar com suas mães feministas, foram as primeiras a escutar as sereias do naturalismo. Afinal, se o mundo do trabalho é decepcionante, se não lhe concede o justo lugar que você merece, nem a situação social nem a independência financeira que você espera, de que adianta transformá-lo em prioridade? [...] Simultaneamente, ouviu-se cada vez mais falar das leis da natureza e da biologia, da “essência” e do “instinto” maternos, os quais impõem deveres cada vez mais sérios em relação à criança. (BADINTER, 2011, p. 42).

A amamentação prolongada, por dois anos ou mais é um dos principais pilares da criação com apego. Esta ideia está tão incutida na subjetividade das mulheres que optam por esta prática que, mesmo que elas sejam capazes de dizer “não há problema uma mulher não amamentar”, esta mesma régua não se aplica a elas. A amamentação é invariavelmente vista como a escolha mais difícil e, também por isso, moralmente superior, mesmo que isto muitas vezes seja perceptível apenas nas entrelinhas.

eu vejo assim, a mulher as vezes até quer amamentar, mas tem toda aquela também, não vou repetir, né, mas a questão do capitalismo que daí você tem que voltar a trabalhar, que tem, enfim, tudo... e daí eu vejo assim muitas vezes o marido, ao invés de tentar achar informação, coisa que possa apoiar essa decisão da mulher, e pensando no filho... o que que ele vai fazer? Não, ele vai meio que desencorajar, mas não, eu não acho que isso seja consciente, entendeu? Uma coisa que a sociedade já tá... não, **pra que ficar se matando? Dá mamadeira... tipo, eu acho que não seja nem consciente, sabe? Eu acho que eu só tive essa consciência, esse despertar, essa coisa...** (Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos).

Este caminho argumentativo, além de reforçar um estereótipo opressor sobre as mulheres, ao mesmo tempo invisibiliza e diminui outras formas de cuidar de um bebê.⁶⁸ A amamentação é, então, um dos atos mais representativos deste cuidado feminizado e, ao mesmo tempo em que o coloca especificamente localizado no campo da análise de sujeitas e relações de poder (FOUCAULT, 1979), também está constantemente sob o risco de ser invisibilizado e naturalizado por sua associação à bondade e abnegação intrínsecas a ele (MARTINS, 2013). Em uma sociedade que tem a maternidade como destino feminino, o amor é o dispositivo que

⁶⁸ Para citar algumas: a adotiva, a da mãe que, seja lá por qual razão, não amamenta seu filho e até mesmo a de pais que amamentam. Aliás, uma interessante abordagem para pensar a biopolítica da amamentação é o olhar pela perspectiva da paternidade trans ou de mães lésbicas. Mesmo para defensores da amamentação enquanto direito do bebê, não há um esforço concreto para que pais trans possam fazê-lo. Também não se fala muito sobre a dupla amamentação (quando a criança tem duas mães) e pessoas adotantes que desejam amamentar seus bebês, são ironizadas quando se dedicam a estimular a lactação: “para quê todo esse esforço?”. Parece que nessas horas a amamentação não é “tão importante” ou “tão direito” assim. Da mesma forma, não vemos uma grande mobilização dos defensores da amamentação a todo custo para que os bebês possam continuar sendo amamentados por quem está em situação de privação de liberdade (ou melhor ainda, para que quem amamenta possa sair e amamentar em casa?).

exerce o papel de nos conduzir e nos guiar por ela: nunca aleatório e sempre inserido em uma relação de poder (RAGO, 1998).

Deslocar as tarefas do cuidado (incluindo a de nutrir uma criança) da esfera exclusiva da intimidade e diminuir o papel central da afetividade para incluir a importância da competência, do caráter técnico e da qualidade do cuidado, como argumentarei na sessão final deste Capítulo, abre as portas para ressignificar a visão vertical e hierarquizada do cuidar e incluir a receptividade e a responsabilidade, como qualidades morais do dar e receber cuidado, necessária ao objetivo final do mesmo.

Argumentos científicos (da melhor e da pior qualidade metodológica) quanto aos benefícios do leite humano não faltam. Também não faltam incentivos – ao menos em tese – para que as mulheres amamentem suas filhas. Em tese, porque na prática esse incentivo esbarra nos pediatras e nos hospitais que empurram fórmula para bebês que não precisam e para lactantes que não a desejam (MELO; IWASAWA, 2020). Em última instância a regulação de corpos e desejos das mulheres continua sendo a regra: “tem que amamentar, mas não muito, que a criança fica dependente”; tem que amamentar, mas não pode tomar café, nem vinho, nem comer chocolate!”; “tem que amamentar, mas não pode querer demais, porque aí é obsessão!”

A mesma tecnologia que permite que um bebê sobreviva caso morra a pessoa que o alimenta e amamenta prioritariamente – a vida em sociedade – também permite, como mencionado anteriormente, a variação no vínculo social e afetivo da alimentação. Observar o caso por essa perspectiva nos permite avaliar algumas formas de ampliar corporal e concretamente as possibilidades para relações parentais e de cuidado, potencialmente implodindo o modelo sufocante de maternidade, paternidade, parentalidade e família que massacra tantas de nós todos os dias. (MOSCHKOWICH, 2020, 106).

A história da regulação dos corpos de mulheres em prol de políticas públicas é longa e a fundamentação moralizadora dos discursos sobre a amamentação, tão presentes na criação com apego, acaba fazendo justamente com que muitas pessoas que não querem ser mães o sejam, com que muitas mães que não querem amamentar, amamentem ou sintam que precisam fingir (para os outros ou para si mesmas) que algo não deu certo, na necessidade de justificar suas escolhas, além de, na outra ponta, fazer com que lactentes desesperadas não se “permitam desistir” apesar da dor envolvida no processo.

Os dados sobre amamentação e outras políticas públicas direcionadas à primeira infância demonstram que a moralização não garante um melhor cuidado, muito ao contrário.

De fato, no Brasil é difícil amamentar e é difícil não amamentar justamente porque não cabe a quem amamenta decidir o que é melhor para si visto que todo o discurso que permeia o aleitamento está focado na afetividade e na moral da “boa mãe”.

Ao preconizar a amamentação enquanto o "melhor para a criança", o "mais natural", "um ato de amor", o que encontramos é o retorno de um conjunto de discursos e dispositivos que representam a maternidade e os processos a ela atrelados (gestar, parir, amamentar, etc.) como naturais. Esse discurso rechaça o emprego de ferramentas “artificiais” para os processos biológicos considerados femininos como a fórmula infantil, em oposição à amamentação, fazendo com que, gradativamente, a mulher retome sua posição como principal – ou muitas vezes única – responsável pelo cuidado à criança (BADINTER, 2011), posição da qual jamais saiu totalmente, apesar de todo o esforço da teoria e militância feministas.

Sabemos que a maternidade e o aleitamento materno estão historicamente relacionados com a forma como se estruturam as relações com o cuidado das crianças, e com o reconhecimento social e cultural sobre o ser boa mãe. **Esta ordem simbólica é compartilhada e frequentemente reproduzida pelas mulheres. Por vezes, as mulheres participam desta invenção da natureza, na qual, além de se instituírem como referentes da cultura que as toma como parte da natureza, consideram que assim produzem o bem-estar das crianças.** Isto reflete um entendimento tanto de ordem subjetiva quanto de questões socioculturais e políticas mais amplas envolvidas no ordenamento da invenção desta natureza.⁴ Trata-se dos processos de objetivação como expressão de engajamento da parte das mulheres-mães. A maternidade, em suas representações e percepções compartilhadas em diferentes contextos, e em grande parte de nossas relações sociais, aparece como um fato incontornável. Nada a partir desta posição estrutural será tomado como mais desnatural do que uma mãe que se desfaça de sua cria (criança), ainda que muitas mulheres, em nossa história cultural e social, tenham se desobrigado de seus filhos nascidos, ou abdicado da maternidade ao longo da vida. (BRECAILO, TAMANINI, 2016, p. 827-828, grifo meu).

A moralização de qualquer questão feminista coloca em outra categoria mulheres que fazem escolhas diferentes, presumindo que, tendo as mesmas oportunidades, qualquer mulher faria a mesma escolha. Isto vem à tona em uma rápida análise de comentários a qualquer post sobre amamentação nas redes sociais, assim como nas falas das minhas entrevistadas.

Elas também ecoam nas redes sociais especialmente por ocasião de publicações feitas durante a Semana Mundial do Aleitamento Materno⁶⁹ (SMAM) e que parecem estar em campos

⁶⁹ A Semana Mundial do Aleitamento Materno, oficialmente estabelecida pelas Nações Unidas em uma plataforma conjunta entre Unicef e OMS, em 1992, é comemorada em mais de 120 países, de 1 a 7 de agosto, aniversário da Declaração de Innocenti, assinada em agosto de 1990 para a proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno. Todo ano a SMAM tem um tema como fio condutor dos debates, eventos, atos e produção de conteúdo. Nos últimos 5 anos os temas da SMAM foram: 2015, Amamentação é Trabalho: para dar certo, o compromisso é de todos; 2016, Amamentação & o Desenvolvimento Sustentável; 2017, Junt@s pela amamentação; 2018, Amamentação é a base da vida; 2019, Empoderar mães e pais, favorecer a amamentação. Hoje e para o futuro!; 2020, Apoiar a Amamentação para um planeta mais saudável. Em 2021 o tema será: Proteger a amamentação: uma responsabilidade compartilhada

discursivos opostos, mas estão, na verdade, coladas na mesma base essencializadora e moralista que permeia o debate sobre o aleitamento: (i) não quero julgar, mas moralizo: “Não julgue quem não amamenta” e na sequência “amamentar é cuidar da vida”; “Amamentar não me fez mais mãe” e, logo na sequência “amamentar é sobre vínculo e um melhor desenvolvimento da criança”; e (ii) não quero ser julgada, me justifico e também moralizo: “Eu não pude amamentar” e aí vem uma história imensa de dor e sacrifício para justificar ter “desistido”, “Eu dei o máximo que eu podia, mas ele estava morrendo de fome”, “Só eu sei o que passei e depois eu vi que dar a mamadeira foi a melhor escolha”⁷⁰.

Em todos esses casos a amamentação continua sendo pautada em um discurso moral sobre a melhor forma de ser mãe (por vezes disfarçada de “a melhor forma de alimentar seu filho”) e em uma lógica individual que coloca a responsabilidade do bem-estar sobre a família e o indivíduo (especificamente a mulher), em oposição ao Estado (TRONTO, 2019).

A noção de normalidade imposta tenta dissimular as diferenças e exigir homogeneização e padronização, enquanto não há, obviamente, iguais condições na busca pelo ideal para as diferentes mulheres que se tornam mães. A partir do estabelecimento do ideal médico e da consequente imposição da prática, os conhecimentos médicos, científicos e normativos só reforçaram o papel materno nos cuidados à criança, incluindo-se a alimentação. Munidos de pesquisas científicas, conduzidas no sentido de comprovar os benefícios do aleitamento materno, médicos, nutricionistas, enfermeiros, psicólogos e fonoaudiólogos não se furtam de explanar sobre tais benefícios, em um discurso que permeia a maternidade como fonte de realização para a mulher, e do “amor materno” como natural. Não se buscam os contextos socioculturais, econômicos, políticos e as experiências com os diversos arranjos familiares por trás destes sentimentos tomados como naturalmente das mulheres. [...] Esta posição desconsidera a maternidade na qualidade de uma experiência repleta de significados e de atribuições sociais, com muitos fatores – pessoais, simbólicos, históricos, culturais – imbricados desde o momento da fecundação e/ou do projeto imaginado por mulheres, antes mesmo de uma gravidez. Na análise da experiência social, é preciso saber de antemão que o ator não é totalmente cego nem totalmente clarividente, embora tenda a se explicar e se justificar, sejam suas condutas automáticas ou tradicionais. Faz-se fundamental considerar o sentimento de liberdade manifestado como expressão da sua experiência, resultado da necessidade de gerir várias lógicas diferentes ao mesmo tempo. (BRECAILO, TAMANINI, 2016, p. 830-831).

Na mesma linha, aparentando fazer uma defesa pelos direitos das mulheres, há o discurso de que amamentar é um privilégio, uma questão de sorte ou de resistência, mas ainda mantendo o aleitamento como a melhor escolha, em um julgamento moral que facilmente solapa para uma fala condescendente e paternalista que, ainda que venha de um desejo de quem

⁷⁰ A fim de ilustrar os comentários a que me refiro aqui, incluo, no Apêndice 2 alguns prints de comentários postados no *Instagram*, nos perfis @politicaeamae e @revistaazmina por ocasião da SMAM 2020.

escreve ou fala de ser empática e tomar consciência de seus privilégios, é problemática já que moraliza um debate que deveria ser sobre emancipação e direitos.

Não há *disclaimer* de empatia suficiente para uma prática alicerçada em um construto discursivo que parte da premissa de que aquela é a *melhor forma* de criar uma criança *para o seu desenvolvimento*.

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1971, p. 2). O amor materno, assim como qualquer outro, é construído discursiva e localmente. Quer dizer, o amor muda de acordo com os interesses dominantes da época e reconstrói os passos do discurso médico a respeito da amamentação enquanto uma necessidade de saúde pública, visto que as mulheres em praticamente todas as classes terceirizavam esta tarefa a outras mulheres, especialmente as de classe inferior (BADINTER, 1985).

Na França pós-industrial, associar a amamentação ao amor materno, e este ao conjunto de qualidades de uma "boa mulher", era parte essencial da estratégia do Estado auxiliada também pela Igreja e a ciência racionalista, cada vez mais fortalecida, da época. Em Emílio, ou da Educação, um marco determinante do pensamento moderno europeu, Rousseau (1973) lançou as bases do que viria ser considerada – ainda hoje e de muitas formas – a “responsabilidade social” das mulheres pela educação das crianças, fixando-as no corpo biológico de mulher-mãe, destacando a amamentação como parte deste dever "cívico".

No Brasil republicano, a situação e a estratégia discursiva não foram muito diferentes, com a agravante da responsabilidade que o estado eugenista e racista do final do século XIX e início do século XX colocou sobre as mulheres, especialmente as da pequena burguesia, a responsabilidade por branquear, educar e ensinar os princípios de higiene que permitiriam ao povo brasileiro atingir os níveis de superioridade racial e, conseqüentemente, de desenvolvimento econômico desejados (ROHDEN, 2003). Ao mesmo tempo, a medicina passou a demonizar a figura "insalubre e incivilizada" da ama-de-leite (cativa, propriedade ou locada), que continuou bastante popular na Corte carioca como brilhantemente abordou a historiadora Maria Elisabeth Ribeiro Carneiro (2006) em sua tese de doutorado.

Assim como a amamentação já foi considerada um ato desnecessário, destinado a mulheres escravizadas e não às virtuosas, o serviço doméstico já foi romantizado e considerado o destino biológico feminino em períodos como a década de 1950 em que era essencial que as mulheres retornassem aos lares no pós-guerra (MATCHAR, 2013). Amamentação, e a própria maternidade, não têm o mesmo significado e não produzem os mesmos discursos ao longo do tempo/espço e, ainda que prevaleça uma ideia de diferença intrínseca entre amamentação,

limpeza e manutenção de uma casa limpa para quem ali habita, quando saímos do campo moral do debate percebemos que ambas são atividades de reprodução e cuidado. E, enquanto tais, são feminizadas, precarizadas e invisibilizadas, inclusive pelo discurso que associa o cuidado ao amor e à doação, como veremos um pouco mais adiante.

A aparente impossibilidade de muitos de analisar a amamentação enquanto um ato desvinculado de sentimentos coincide profundamente com os achados nesta pesquisa e nas falas das minhas entrevistadas.

Quando Dafne, já mencionada anteriormente em sua fala sobre o esforço pela amamentação, diz que “foi muita dor. Foi muito sofrimento, mas seguimos amamentando. Eu não coloquei leite artificial em momento nenhum e seguimos até hoje com quinze meses” (grifos meus), ela apresenta não apenas um desejo, a busca pelo modelo ideal de se alimentar uma criança, mas o ideal de sacrifício intrínseco à maternidade mais informada.

Sofro, logo, amo parece ser a metáfora da maternidade que normaliza o sacrifício e a dor como símbolos de amor seja no parto, na amamentação ou em qualquer outra atividade de cuidado, contribuindo com uma espécie de moral materna aprisionante, biologizante e determinista que reforça ideais de abnegação que insistem em perpetuar um lugar subalterno às mulheres, em especial às mães.

foram quatro meses amamentando dia e noite. **Eu chorava. Chorava amamentando, mas eu não queria desistir.** Eu dei um pouco de fórmula porque alguns dias eu não aguentava, mas **eu também dava fórmula chorando porque eu queria muito amamentar.** Eu não liguei muito pro parto, pra isso. **Mas eu queria muito amamentar. Muito mesmo, assim. Então eu não desisti.** (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifos meus).

O esforço pela amamentação, mesmo diante de tantos problemas e sofrimento, está pautado em alguns paradigmas que vão desde uma crença absoluta na “ciência” e no que seria “o melhor para a criança”, sem levar em consideração o melhor para quem amamenta. O desejo está pautado na lógica da resistência e do sacrifício que, por sua vez, está fundada em uma suposta verdade natural de que a biologia esteja alijada do campo discursivo, a partir de pressupostos biológicos – fixos e binários – que sustentam posições desiguais e assimétricas de obrigações de cuidado que pautam esta discussão: o sexo e o corpo natural.

desde 1970 muitos estudos adotaram o binômio sexo/gênero. Sexo sempre atribuído à categoria biológica (natureza), enquanto gênero (cultura) representaria as forças sociais, políticas e institucionais que moldam comportamentos e as constelações simbólicas do masculino e do feminino. O problema dessa posição é que, a partir da ideia inicial de que sexo se refere à anatomia e fisiologia dos corpos, construíram-se muitas interpretações explicativas para as desigualdades sociais e para as diferenças,

tanto cognitivas como comportamentais, entre homens e mulheres. Muitos afirmavam que essas diferenças estavam dadas no cérebro, nos genes, ou eram provocadas por hormônios. (TAMANINI, 2003, p. 107).

Destaco, mais uma vez, a importância de olharmos para as significações do sexo e do corpo dentro do discurso médico ao longo dos séculos. A diversidade de modos pela qual os cientistas analisaram corpos masculinos e femininos deixa claro que a ideia de corpo natural como premissa empírica é um fenômeno que não pode ser compreendido fora das práticas em que este conhecimento se dá. Sexo e corpo têm história e cultura e não foram sempre lidos e entendidos da mesma forma. Assim, “não existe uma verdade natural sobre o corpo que seja dada diretamente e sem intermediários, e as ciências biomédicas funcionam no interior de uma sociedade que constrói determinadas concepções de corpo, traduzidas pela linguagem e pela prática” (TAMANINI, 2003, p. 114).

O corpo, enquanto agente da cultura é também lugar de controle social (BORDO, 1997) em que se constroem discursos de um ideal de feminilidade homogeneizante que transforma corpos femininos em “corpos dóceis”. Foucault os apresenta como “aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao ‘aperfeiçoamento’” (BORDO, 1997, p. 20). É também disso que Margareth Rago (1998) está falando quando afirma que “a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que a fundam e a legitimam” (RAGO, 1998, p. 5).

Uma das coisas mais difíceis em qualquer debate político é separar – e ao mesmo tempo integrar – o que é estrutural, o que é individual e o que está por trás dos discursos que permeiam aquele problema social. Fugir das lógicas binárias para realizar conexões e tecer caminhos, ao invés de apenas ligar pontos. Amamentar não é apenas uma questão individual. A amamentação é uma questão de política pública e é exatamente isso que torna ainda mais importante estarmos atentas ao que fundamenta essas políticas públicas para escapar de bases conservadoras que colocam os corpos de mulheres como meio para um fim: a reprodução.

Escolher entre diversas formas de maternar, oriundas de criatividade individual e “empoderamento”, é uma característica da reflexividade moderna em que o estilo de vida se torna relevante na constituição de uma autoidentidade. O planejamento de vida passa a ser reflexivamente organizado (GIDDENS, 1993) e, no caso do objeto de pesquisa deste trabalho, o conhecimento especializado sobre as práticas do maternar se torna eixo central nos processos de reorganização do eu de ao menos parte das mães.

Certamente, estas mulheres, estas mães, não são efeito “necessário” de uma norma tanto quanto não são livres para simplesmente “desprezar a norma que inaugura sua

reflexividade” já que, para ela, “o sujeito luta invariavelmente com condições de vida que não poderia ter escolhido” (BUTLER, 2015, p. 23).

Tomando novamente a amamentação como exemplo, poderíamos dizer que a “norma”, no sentido *foucaultiano*, seria a amamentação exclusiva e em livre demanda até pelo menos 6 meses da criança e até os 2 anos pelo menos de maneira complementar (à alimentação sólida) preconizada pela OMS. Porém, olhando um pouco mais atentamente para os dados da realidade brasileira, pode-se perceber que a licença-maternidade sequer cobre o período preconizado pela OMS. No Brasil, a média de amamentação exclusiva até pouco tempo não chegava a dois meses e a complementar frequentemente não passa de 12 meses. Pensando nisso, será que de fato a norma que se impõe é “pró amamentação”? Em um país como a França, que é o modelo que Badinter (2011) defende e onde as mulheres praticamente não amamentam, será que há como se falar de uma “ditadura da amamentação e do bebê”?

A questão que nos cabe refletir aqui é que as balizas acionadas por estas mulheres para a amamentação – e tantas outras práticas relacionadas ao vínculo que formam com suas filhas – estão imbricadas em vivências diversas e reflexões múltiplas que são atravessadas pela própria constituição de suas subjetividades e os discursos que operam sobre o que elas chamam de *natural* ou *cultural*.

A despeito disso, Gutman (2013), aponta que

Somos considerados mamíferos porque temos mamas. E **as fêmeas foram desenhadas para amamentar** a cria. Portanto, todas são capazes de nutrir o recém-chegado com o leite que brota do corpo de maneira natural. É verdade que **o conceito “natural” é completamente influenciado pela cultura; portanto, diferenciar o que é ou não é “natural” costuma ser bastante complexo.** [...] É estranho que, **em apenas cinquenta anos, tenhamos conseguido esquecer a natureza, a simplicidade e o silêncio com o qual as mulheres amamentaram seus filhos desde o início da humanidade.** [...] A lactância falha quando a colocamos dentro dos parâmetros do “melhor alimento”, ela falha quando calculamos, meditamos, pesamos ou estamos atentas às quantidades e aos tempos em que o bebê mamou ou deixou de mamar. **Não se trata de pensar no que ele come. Trata-se de estar junto. E essa é uma coisa tão “natural” que a esquecemos** (GUTMAN, 2013, pp. 28-29, grifos meus).

Gutman não está sozinha nesta visão. Odent (TORNQUIST, 2004, *apud* ODENT, 1976), assim como autoras autointituladas feministas, como Kitzinger (TORNQUIST, 2004, *apud* Kitzinger, 1978) e Balaskas (1989) defendem o prejuízo e desserviço da cultura sobre a natureza, no que se refere aos processos “naturais”, como o parto. O trabalho de doutorado de Tornquist (2004) é extremamente valioso nesta análise.

De todos os elementos, o que mais chama atenção neste vasto conjunto de obras, manuais e mídias, é a forma como suas autoras e autores trabalham a questão da preparação para o parto. Embora distantes dos métodos pavlovianos, compartilhados por Lamaze, muitos deles estão muito próximos daquele modo, sobretudo **a partir da noção de que é possível, durante a gestação, fazer as mulheres desaprenderem os maus ensinamentos ocidentais e recuperarem seus instintos perdidos**. Creio ser este um ponto crucial do movimento, que aponta para **a presença do eco-feminismo ou de um tipo de feminismo essencialista**, na medida em que se sustenta na noção de instinto feminino, como se vê a seguir: **“Em nenhum momento, o instinto profundo de fêmea fala tão alto, ela se transforma.(...) Algumas mulheres, deixadas a mercê, vão instintivamente saber o que fazer durante o trabalho de parto, mas muitas de nós, que não temos exemplos a seguir precisam ser conscientizadas sobre a possibilidade de uso de várias posições verticais a fim de descobrir nossos instintos.”** A autora, de um lado, acentua que precisamos compreender a necessidade de técnicas corporais, ou seja, que é preciso educar o corpo para o parto ou, nos termos nativos, reeducar o corpo da mulher ocidental para o parto natural/fisiológico. **A idéia de deseducação supõe haver um instinto ou uma essência, natural, que teria sido perdida com o processo civilizatório ou seus equivalentes**; um processo que, para esta autora, uma ativista do Movimento, teria sido retirado das mulheres: **A habilidade natural de dar à luz e a maternidade não são mais transmitidas de mulher para mulher, de geração para geração**. (Mas) podemos retomar nossa ligação com nossa herança feminista primitiva ao reeducar nossos corpos com os hábitos, movimentos e as posturas instintivas para a mulher que gera um bebê (TORNQUIST, 2004, p. 131, grifos meus).

Gutman, suas seguidoras, seguidores e os demais autores e autoras defensores da criação com apego, falham em suas análises por desconsiderarem algo que as teóricas feministas afirmam, pelo menos, desde os anos 1970: as contingências das significações do sexo e do corpo no interior do discurso da medicina, ao longo dos séculos não existem fora da linguagem e da tecnologia que constrói aquele corpo. Ao contrário, o sexo e o corpo, mesmo em um universo como o da racionalidade científica, que reivindica a objetividade e a universalidade dos corpos, têm história e cultura.

Não existe natureza antes da cultura eis que o próprio conceito de natureza será *atravessado* pela cultura em que este é *nomeado*. Da mesma maneira que não existe uma verdade natural sobre o corpo, que seja dada diretamente e sem intermediários ou exteriores à sociedade que as constrói e traduz pela linguagem e pela prática. Criticar o próprio dualismo natureza e cultura, significa reconhecer a própria natureza como inscrita em um sistema de significantes que nos obriga a questionar a constituição de nossa própria natureza e a reconhecer as palavras, os mitos, as leis e os discursos que nos fizeram.

Mesmo que muitas das propostas das práticas relacionadas à criação com apego façam eco a outras práticas e saberes de certos sistemas de saúde, é interessante como seus adeptos procuram reportar-se às, assim chamadas, evidências científicas como forma de disputar – no campo biomédico – lugares de poder e de prestígio (TORNQUIST, 2004).

Se, por um lado, há no discurso da criação com apego que se contrapõe à medicalização da vida, um movimento que busca devolver à mulher a autoridade sobre seus corpos, seja da tomada de decisões sobre o parto, amamentação e outras práticas de cuidado, como, por exemplo, a cama compartilhada, é comum que o caminho e o produto deste discurso seja também essencializador do feminino.

Nossas percepções sobre o corpo são traduzidas pela linguagem e as palavras também constituem realidade, ou como aponta Rago

(...) a desconstrução das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização das multiplicidades. E, fundamentalmente, postula a noção de que o discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor e instituinte de “reais. (RAGO, 1995, p.5-6).

As relações de poder constitutivas da produção dos saberes das ciências biomédicas influenciam a maneira como estruturamos e construímos nosso mundo social e material fazendo com que os enunciados descritivos sejam também performativos, funcionando como um importante recurso da linguagem. Os fatos científicos mais constroem ativamente a realidade do que a descobrem. A ideia de um limite biológico resistente à construção social persiste como referente material do termo sexo e mantém a ideia de que as diferenças materiais entre os sexos, precedem o ato social e escapa à marca social já foi superada pelos debates feministas que apresentam contundentes argumentos no sentido de que as ciências biomédicas, como técnicas discursivas, constroem e refletem nossa compreensão de gênero e de corpo (TAMANINI, 2003).

Para Heritier (1996), a permanência do binômio masculino/feminino como categorias sociais fixas e a dominação do masculino na construção do saber científico, entendido sempre como objetivo e universal tem como consequência uma visão distorcida “não apenas da natureza humana, mas de toda a natureza” (TAMANINI, 2003, p. 109).

A transformação de um conceito científico, inclusive aquele sobre o corpo e o sexo, em um dado natural se dá sempre de forma local e universal e, como já abordei no Capítulo 2, faz parte de um processo específico do fazer a ciência e os corpos.

A materialidade do sexo, longe de ser um simples fato biológico, é efeito do poder e do que Butler (1998) chama de heteronormatividade. Butler enxerga na materialidade do sexo o produto de um processo pelo qual essas normas performam a si mesmas, reiterando-se por meio de uma construção discursiva sobre as diferenças materiais entre os sexos.

A partir de uma necessidade do discurso biomédico, a medicina passa então a produzir discursos que colocam o corpo feminino, em termos de corpo oposto, transformando-o também, em objeto de uma tecnologia sexual. É exatamente neste sentido que Foucault (1988) define a ideia de conjunto de técnicas que surgem para assegurar a sobrevivência da classe e a manutenção da hegemonia, transformando corpos femininos (assim como a sexualização das crianças, o controle da procriação e a psiquiatrização do comportamento sexual anômalo) em objeto de controle social que deve ser colocado sob constante vigilância. Kehl (2016) argumenta que o crescimento e propagação de afirmações nos mais variados campos de saber, da filosofia à medicina, a respeito do que seria a “verdadeira” natureza das mulheres supostamente fundamentado, a partir do Iluminismo, na ciência enquanto mediador das determinações biológicas da feminilidade (KEHL, 2016, p. 41).

Assim como ocorre nas teorias que fundamentam a criação com apego, segundo Mathieu (2002), os variados ritos sociais que instauraram, marcaram e reforçaram a diferença biológica e social dos sexos e sua complementariedade (i.e. a menstruação, gestar, parir, amamentar, liberação de hormônios considerados responsáveis pelo vínculo com a criança, etc.), podem até terem sido concebidos discursivamente como igualitários, mas permanecem fundamentando sua assimetria.

A questão que se nos apresenta, desde o início dos debates feministas e, parece continuar a nos assombrar de tempos e tempos é a de

Como nos livrarmos da definição dualista natureza ou cultura, e da eterna ladainha: não somos só biologia, somos biologia e história, biologia e cultura, biologia e espiritualidade, biologia e vontade, biologia e desejo. Como romper com a matriz individualista que veio se firmando desde muito longe, quando surgiu no pensamento a ruptura entre corpo e alma, mente e corpo, sujeito e objeto, natureza e cultura. (TAMANINI, 2003, P. 122-123).

Esta é, afinal, uma narrativa que parte de premissas que parecem não precisarem ser explicadas.

Eu acho que as mães fazem mais porque... eu falo uma coisa meio dura, mas acho que, assim: **o B.O. é da mãe.** Eu sempre acho que o B.O. é da mãe... de ter filhos. E até nessa parte, assim, também... porque, **bem ou mal, a criança convive mais com a mãe,** quer mais a mãe, encontra, talvez, mais colo da mãe... assim, no geral. (...) **acho que é um pouco da natureza, mesmo, um pouco de construção social,** porque acho que as mães acabam ficando mais tempo com seus filhos – seja mãe que trabalha fora o dia inteiro, seja mãe que fica o dia inteiro com seus filhos. (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifos meus).

É com surpresa, estranhamento ou abjeção que as pessoas reagem quando alguém fala que não há nada de instintivo na maternidade e que a infância é, também, uma construção social⁷¹.

Uma construção universal da maternidade que, além de não ter lastro empírico, invisibiliza e renega narrativas não hegemônicas. Como efeito, essa construção deslegitima a potência de muitos afetos possíveis é uma armadilha social e política que as entrevistadas desta pesquisa parecem perceber ainda que sutilmente.

Os interesses e as forças que agem sobre a construção de maternidade que encontramos na criação com apego são diversos e não necessariamente convergentes. Muitas vezes é perceptível o modo como essas mulheres que se veem interpeladas enquanto se relatam a si e aos bebês com quem desenvolvem a construção deste vínculo. Este tipo de pensamento fica claro ao longo de toda a fala de Ilana que, um pouco antes de afirmar que somos neurológica e biologicamente programadas para a função de cuidar (não apenas mulheres, como pais também), ao contar sobre seu parto, destaca a importância de se romper com a lógica “autoritária” da Medicina e seus dispositivos de *biopoder* e o que ela chama de “todo poder patriarcal”, como já foi citado acima.

A fala de Ilana é emblemática e coincide com a crítica de importantes trabalhos feministas à biopolítica. Refiro-me, pois, aos trabalhos que tomaram como objeto as tensões entre corpos das mulheres, discurso médico e valores liberais (MOURA; ARAUJO, 2004). Se nos livros e pesquisas sobre o apego, assim como nas redes sociais, as influenciadoras deste universo fazem parecer que se trata de um “resgate”, um “retorno ao que nunca deveria deixar de ter sido”, algo que “desaprendemos”, esta visão não aparece de forma homogênea entre as entrevistadas que, ao contrário, entendem o campo da maternidade e do cuidado como um campo que precisa ser estudado, isto é, fundamentado “cientificamente”.

a gente começou a estudar juntas daí porque todas, todos os bebês nasceram na mesma época e a gente, é.. da fase do parto, a gente passou pra fase do puerpério juntas, da fase do puerpério, veio as dificuldades da amamentação, e sempre, tudo sempre caminhou muito junto, sabe, tudo sempre.... **fazia muito sentido pra mim, o parto humanizado com amamentação e com a criação com apego... foi onde eu comecei a estudar.** (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

E assim, **são pessoas que estudaram sobre o assunto...** ah, também o blog cientista que virou mãe, bastante, né? Também **a pessoa que tem conhecimento sobre o assunto**, que também fala algumas coisas que eu também não acho absurdo, que eu

⁷¹ Certos conceitos estão tão introjetados em nosso imaginário e conjunto de símbolos disponíveis para decodificar as mais variadas mensagens que precisamos apreender no processo de construirmos a nós mesmas, que são muito poucas as que se põe a pensar sobre o que, quando de fato olhamos, parece tão óbvio: que maternidade, infância e parentalidade nem sempre foram como são hoje e que sequer sejam a mesma coisa em todos os lugares.

acho que tem sentido, então. As coisas confluem, né? As pessoas que sabem sobre o assunto, falando sobre isso, então tem que ter algum fundo de verdade, tem que ter algum sentido isso... (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifos meus).

Tem pessoas falando sobre isso. Tem estudos, né... se você fizer assim vai acontecer assado. O cérebro do seu filho vai responder de uma certa maneira”. Então, **pra mim é muito importante ter a definição. Ter uma base científica por trás**, pra mim, é muito importante. (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos, grifos meus).

eu fui usando da literatura e desses conceitos pra me apoiar e justificar as escolhas, porque a maternidade é julgamento o tempo todo, de outras mães principalmente... e essa nova maternidade, eu sinto que a gente tem que tá preparada academicamente, sabe? Ó, você tá fazendo errado, você vai deixar seu filho mimado... ó, tá aqui. Então eu fico meio assim, eu sinto que às vezes eu tenho que ter uma (corte no áudio 07:39) salva pra cada palpite. (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses, grifo meu).

Para as referências mencionadas pelas entrevistadas é quase como se a história da maternidade e da relação entre mulheres e suas filhas fosse uma grande linha reta de absoluta intimidade que, chegando na modernidade, com o advento do iluminismo e da revolução científica tomou um desvio de rota. Nessa apreensão, agora essas mulheres (e homens) estariam retomando esta relação, ao passo que povos originários nunca teriam “abandonado”. É como se não houvesse classe, raça, centenas de milhares de povos que já pisaram na Terra, deixando ou não rastros.

As apreensões deste natural não são contínuas ou límpidas, e nota-se uma dissonância, entre os livros e *posts* das influenciadoras da área, indicadas pelas próprias entrevistadas, e seus próprios entendimentos e rearranjos formulados para produzir este processo de cuidado. Esse ponto de vista ora é visto como mais natural, ora como algo que pode ser aprendido e, portanto, transformado e, mais importante, transformador. Do presente e do futuro. De suas famílias e crianças e da sociedade como um todo.

A criação com apego facilita e intermedia o retorno de um conjunto de discursos e dispositivos que representam a maternidade e os processos a ela atrelados como naturais, fazendo com que gradativamente a mulher retome sua posição como principal – ou muitas vezes única – responsável pelo cuidado à criança (BRECAILO, 2017), posição esta da qual jamais saiu totalmente, apesar de todo o esforço da teoria e militância feministas.

Considerar a maternidade e a vida profissional as duas únicas opções existentes, ao mesmo tempo que se supõe que não há nenhuma razão para não querer ser mãe de ninguém, desconsidera a diversidade de identidades femininas; identidades que vão muito além de “ser a fêmea perfeita” ou “desejar ser como um homem”. Supor que ou bem uma mulher quer parir filhos ou quer competir na “esfera pública” oprime outros desejos verdadeiros de um número indeterminado de mulheres que não querem nem uma coisa nem outra. Mas não apenas isso. Também sufoca os desejos de mães que querem e podem ficar em casa criando os filhos sem serem vistas como “mulheres que renunciaram a si mesmas”, como se a única maneira de se considerar que tem uma

vida produtiva fosse demonstrando “verdadeiras conquistas” (DONATH, 2017, pp. 214-215).

Neste sentido, alinho-me teoricamente à Tronto (2019) na desconfiança de qualquer teoria do cuidado que trate o cuidado como algo *natural*. Identifico-me, igualmente, com as ideias de Haraway (2009b) a respeito da inexistência de uma identidade essencial. Ao contrário, a meu ver, precisamos defender a desconstrução política da categoria mãe, desestabilizando as identidades, inclusive as diferenças, para reescrever uma história feminista em que as categorias não precisem nem ser coerentes, muito menos contínuas.

A ideia da maternidade como etapa “natural” na vida de toda mulher e a carga moral que pesa sobre os discursos que permeiam o cuidar, deslocando para o campo do afeto, do amor instintivo, são substratos que se acoplam ao discurso médico para normatizar e docilizar os corpos femininos regulando seu comportamento, hábitos alimentares, de trabalho, de exercícios e até emocionais, sob o manto de uma suposta preocupação com a criança que, ademais, como argumentarei mais adiante, me parece ineficaz.

Sacralizada ou subjugada, a mãe continua sendo tratada como uma categoria universal e essencializada, como tendo em comum um conjunto de experiências que, nas palavras de Haraway (2009b), são apenas uma ilusão ótica. “Amor de mãe” e o próprio “ser mãe” são conceitos construídos, fluidos, mutáveis e nada universais. Nesse ponto de vista, a essencialização, além de reducionista, acaba reforçando a normatividade da maternidade.

Tratar a mãe como uma categoria universal invisibiliza e silencia incontáveis formas de cuidar e maternar. Mães tem raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero diversas. Mães tem sonhos, desejos, aspirações, medos, dores e traumas os mais variados possíveis e que não se resumem a suas filhas. Mães são sujeitas desejantes, não são todas iguais, não querem todas as mesmas coisas e não sofrem todas as mesmas dores. Tem mãe que luta por acesso ao mercado de forma mais justa e tem mãe que sonha em cuidar de suas próprias filhas e não dá das outras. Tem mãe exausta em sua carga mental e mãe que só quer que seu filho chegue em casa seguro e vivo. Antes ainda: nem todo mundo que gestou ou pariu é mãe.

Não é possível reduzir, no entanto, as entradas, atravessamentos e processos reflexivos imbricados na criação com apego e que vieram à tona no campo, a questões biológicas essencializadoras. Todas as mulheres entrevistadas relatam um desejo profundo de conectar-se a seus filhos e filhas através de uma comunicação não violenta, colocando-se em um lugar de escuta e olhar atento às necessidades da criança como parte ativa na relação. Sem exceção, todas tomam seus filhos e suas filhas como sujeitas em construção, sendo as práticas e sentimentos delas essenciais, no resultado e produto finais deste *devir*.

3.3 A NÃO VIOLÊNCIA COMO PRÁTICA INDIVIDUAL E A CRIANÇA COMO *DEVIR*

O desejo de uma criação livre de violência, partindo de suas próprias dores e experiências em uma construção reflexiva sobre si próprias e suas vivências, para colocar a criança como sujeita de direitos é uma baliza importante na opção pela criação com apego. Esse desejo foi expresso em muitos momentos nas conversas, ainda que a partir de substratos distintos.

Ana, por exemplo, o expressa vinculado ao próprio momento em que se depara com o desejo de tornar-se mãe. A constatação do desejo pela maternidade coincide com uma revisão das práticas de sua própria mãe e as marcas de sua própria criação.

olha, na verdade eu comecei a pensar disso depois de uns vinte e três, depois de um vinte e poucos anos que eu comecei a pensar nisso seriamente assim. Antes eu nem pensava, então não... eu... **a única coisa que eu pensava era poxa, preciso fazer alguma coisa diferente. Porque a minha não foi a mais legal do mundo, a minha criação pelo menos. E preciso fazer alguma coisa diferente, mas daí que eu fui procurar o porque, né? O que fazer diferente.** Mas aí pensei a partir disso mesmo, a partir dos vinte e poucos anos aí. (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifos meus).

Ela também demarca, a importância da Universidade neste processo reflexivo que se imbrica à sua própria construção enquanto pesquisadora (da área de educação).

E daí acho que a universidade também ajudou muito nessa questão do fazer pensar e procurar saber as coisas e entender. Então acho que pelo menos pra mim, me ajudou assim. Me instigou a ir atrás das coisas precisando. (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifo meu).

Bruna, por outro lado, se coloca a questão quando presencia a sobrinha apanhando e se coloca em seu lugar. Ela rememora suas próprias dores, mas ao passo que isto a faz questionar sua própria criação, seus argumentos não são suficientes para convencer os irmãos, que consideram terem se tornado pessoas honestas e trabalhadoras *justamente* por terem apanhado:

então, quando eu vejo as outras criações... por exemplo, as crianças que são mais próximas a mim, que são os meus sobrinhos, eu sinto... pra mim é gatilho, sabe? É gatilho de tristeza. Porque **quando eu vejo a minha sobrinha apanhar por qualquer coisinha, eu não a vejo. Eu vejo a mim apanhando por qualquer coisinha.** Eu sinto pena. Eu sinto revolta e eu sinto dor. E é dor real assim. E eu falo com os meus irmãos mas eles super... eles acreditam... os meus irmãos, eles acreditam que são boas pessoas porque eles apanharam. Então é uma coisa muito difícil de você desconstruir né. Eles acha que eles apanharam e são honestos e trabalhadores e úteis pra sociedade. Então, quando eu vejo uma educação tradicional, eu sinto muita pena. (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos, grifos meus).

Assim também Dafne não quer repetir sua própria experiência com a mãe.

Eu tive uma mãe muito violenta, eu tive toda essa educação, enfim, de que... tudo é resolvido no tapa, na surra, falta de respeito, humilhação. E isso que ela era uma mãe normal, né. Não era uma mãe que alguma pessoa de fora consideraria negligente... era uma pessoa normal – que sociedade normaliza esse tipo de coisa – **mas que tem um impacto muito grave no nosso... na nossa estrutura emocional quando a gente se torna um adulto, né?! (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).**

Estela e Helena também vão ao próprio passado (e marginalmente ao dos pais de suas filhas também) para legitimarem suas escolhas pela criação com apego, buscando em suas próprias experiências, os elementos para fundamentar a teoria com apego.

o que que eu sempre tento fazer ne, eu sempre pego meu pai e a minha mãe. O meu pai ele teve uma criação extremamente autoritária, violenta, é... ele, não existe uma comunicação entre ele e meu avô até hoje... e a minha mãe não, a minha mãe ela sempre, a minha mãe foi criada pela mãe dela de forma autoritária, de forma violenta, só que ela sempre falou assim: 'nossa isso é muito ruim pra mim, eu não quero ser assim como a minha mãe, não quero ser assim com a minha filha'. Então eu sempre pude chegar pra minha mãe e contar as coisas e ela só... simplesmente me ouvia sabe? [...] Até que um dia eu sentei e eu falei tudo que eu tinha pra falar assim pra ele. E... e aí parece que deu... ele deu um estalo assim, sabe? ele viu, ele conseguiu admitir onde errou e tal e hoje eu tenho, hoje eu tenho assim, uma convivência muito mais fácil com ele do que com a minha mãe, por exemplo. E... ele viu que ele errou, ele viu que não precisava ter sido violento comigo algumas vezes que ele foi violento, viu que autoridade as vezes é só pro ego ne, as vezes não... é pra pessoa mesmo autoridade ne, ele não vai... ou, na verdade, **o que ele vê hoje é que ele me ensinou a às vezes ser um pouco autoritária...** (risos) de uma forma geral assim, no trabalho ou, com ele... ou com meu marido. [...] eu acho que **o resumo ne, de como eu cheguei até a criação com apego é isso. Eu peguei um pouco da criação que eu tive em casa, coisas que eu queria e coisas que eu não queria** e também ali a questão do parto que também influenciou ne... (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

eu e o meu marido, a gente já tinha algumas ideias de algumas coisas que a gente não queria que acontecesse, né? Palmada jamais. Então **a gente já tinha ideia de que qualquer tipo de violência física, a gente não ia utilizar.** [...] E eu vim de uma criação que teve muito chinelo havaianas, eu era filha mais velha, então vinha... meu pai nunca me bateu, sempre foi contra. Mas **a minha mãe, acho que na verdade, ela perdia muito a paciência. E naquela coisa de perder a paciência, é chinelo, é chinelada, é havaianas. Eu lembro de ter apanhado de cinto, entendeu?** [...] E eu lembro de estudar com o chinelo do lado, se eu errasse uma questão... hoje eu tenho uma relação ótima com a minha mãe, **não sei os efeitos que isso causou, se nossa relação poderia ser mais próxima ainda se não tivesse essa violência no meio, mas.. mas eu associo a isso, com certeza deve ter trazido algum arranhão na nossa relação.** Embora nós não tenhamos uma relação ruim, **poderia ser melhor, quem sabe? Ou poderia não ser, ou poderia ser a mesma coisa, eu ainda não fiz essa análise.** E o meu marido tem mais ou menos uma mesma história, do pai não bater, muito parecido... (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

E eu tive uma infância muito tranquila, muito gostosa em vários aspectos, mas **minha mãe era adepta de uma criação tradicional, tinha palmada, e tudo isso era uma**

coisa que eu já sabia que não era uma coisa que eu queria cumprir. Não ia acontecer... então eu já tinha essa certeza que eu queria uma educação sem violência, é, tudo isso... e aí esses temas você vai estudando e não para mais (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Em primeiro lugar há uma reflexividade voltada ao próprio passado, que aciona as próprias dores, mas também as experiências positivas de suas infâncias. Em segundo, ela aparece como vinculada à escolha por um modelo de criação “mais natural”, “embasada em evidências” e “informada”, direcionada a uma biopolítica que se propõe a criar seres humanos melhores, investindo no capital humano, as crianças, que tem diante de si, como sendo um investimento na sociedade como um todo e, portanto, um modelo que, segundo elas, todo mundo deveria adotar.

As coisas são mais fáceis, **as informações são mais fáceis**. Então eu acho que a **gente tem essa sorte de poder descobrir e estudar assuntos** que talvez nossos pais não tivessem acesso. Então é um momento interessante pra parentalidade positiva, pra criação não violenta porque **você tem acesso a maneiras de como fazer isso**. Pode ser que eles quisessem fazer isso, mas não tinham como, porque não sabiam como, entende? (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Dafne reforça esta visão de que esse tipo de conhecimento deveria ser exigido dos pais, antes de terem filhas. Como ela mesma diz “**um cursinho obrigatório**” para que mais e mais pessoas possam ter acesso a esta informação que, uma vez conhecida, não poderá mais ser ignorada. Em suas palavras,

a mãe dela (companheira de Dafne) ela **não tinha nenhum conhecimento** sobre esse tipo é... de educação, de pedagogia, formas de lidar com crianças e a gente começou a, primeiro conversar muito com ela sobre porque a, a gente começou a discutir muito com ela sobre essas questões... e também **a gente deu o curso pra ela fazer, de muitas muitas horas, e ela realmente tá fazendo, tá anotando, tá discutindo... toda vez que ela vê uma aula, ela vem, conversa e é muito legal ver essa transformação tão rápida de alguém que sendo exposta a todos esses... essas reflexões, mudou completamente a forma de ver a criança, de ver é, todo o universo infantil... sabe?** [...] Pra mim, eu falei várias vezes sobre esse assunto com a minha sogra, inclusive... **eu acho que esse tipo de coisa deveria ser obrigatório, um cursinho antes dos pais... é, antes das crianças nascerem, sabe?** Porque é muito difícil depois de você ler sobre isso, você não desenvolver essa empatia com a criança... é muito difícil você ver alguém te falando sobre a perspectiva do teu filho e você simplesmente ignorar aquilo e... continuar a sua vida olhando pro seu próprio umbigo, sabendo que seu filho tá precisando de você, precisando da sua ajuda... então, assim, **eu acho que isso tem que ser cada vez mais divulgado**. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

Refiro-me à biopolítica do vínculo, enquanto o mecanismo de novos objetos de saber, que se criam

a serviço” do novo poder, destinam-se **ao controle da própria espécie**. [...]. E, para compreender e conhecer melhor esse corpo, **é preciso não apenas descrevê-lo e quantificá-lo** – por exemplo, em termos de nascimento e de mortes, de fecundidade, de morbididade, de longevidade, de migração, de criminalidade, etc. –, mas também **jogar com tais descrições e quantidades, combinado-as, comparando-as e, sempre que possível, prevendo seu futuro por meio do passado**. E há aí a produção de múltiplos saberes, como a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária (DANNER, 2010, p. 154, grifos meus).

A biopolítica está assentada na criação com apego através de processos biológicos relacionados a toda a espécie humana, que estabelecem sobre esta uma espécie de regulamentação, exercida pelas “pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si” (FOUCAULT, 1988 p. 134), tendo como consequência prática a normatização visto que, como alerta Foucault (1988, p. 135): “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”.

Foi a norma que conseguiu estabelecer um elo entre o elemento disciplinar do corpo individual (disciplinas) e o elemento regulamentador de uma multiplicidade biológica (biopoder). A norma é tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar como a uma população que se deseja regulamentar. **Um poder como esse, que tem como tarefa principal a garantia da vida, terá sempre a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. E esse mecanismo é a norma**. (DANNER, 2010, p. 155, grifos meus).

Ilana até se propõe a defender as mulheres que tem práticas distintas das suas, mas sua fala evidencia, ao mesmo tempo, a imposição de uma forma de se enxergar o cuidado, a partir de uma biopolítica relativa a qual seria a escolha mais “informada”, “consciente”, “normalizadora”–ainda que se enxergue como “antissistêmica”–e mais benéfica tanto individualmente, quanto coletivamente.

Mas quanto às escolhas da mãe, eu acho, primeiro, eu acho que **a gente só pode falar em escolha quando existe informação**. Então escolha informada, ela vem de você realmente ter todos os dados disponíveis e você ter todas as informações disponíveis. Então **muitas vezes uma mulher vai dizer que a escolha dela fazer uma cesárea eletiva, mas não necessariamente essa escolha vem com ela tendo realmente acesso a toda informação sobre a cesárea, sobre parto normal, sobre os benefícios e malefícios para o bebê, as consequências, enfim**. Muitas mulheres não recebem a informação toda, não tem acesso a informação... então **elas escolhem, mas não é uma escolha informada (porque não tem acesso a essa informação)**. [...] **Eu acredito que muitas mulheres fazem escolhas, né, no puerpério porque elas são levadas a acreditar que essas escolhas são as melhores, né?** [...] então assim, eu acho que a informação tem que existir pra desmistificar essas coisas e a gente renaturalizar essas práticas. Tipo assim, é natural dormir na cama da mãe e do pai... natural, é ótimo. Mas a mulher, tem várias questões, a mulher pode ter insônia, a mulher pode fazer uso de medicação que pode não poder fazer cama compartilhada e a mulher pode não querer. E eu acho super possível e ok que você faça uma criação com apego sem cumprir essa lista. Você pode dormir separado, mas por exemplo, aí você tem que saber, não quero dormir na cama com o bebê, mas você tem que saber

que é preconizado, é legal que até um ano você durma pelo menos no mesmo ambiente do bebê... aí você bota aquele, você pode... aí a mulher vai aprender que ela tem opções, né, não é oito ou oitenta. Você pode ter um berço acoplado, você pode ter um colchão no chão no lado da sua cama, e assim por diante... [...] E aí essa questão de que criação com apego é você saber que pode usar essas ferramentas pra alcançar esse vínculo que vai gerar essa segurança na criança, esse vínculo que vai durar a vida toda... e a teoria do apego é essa teoria que a gente aprende que essas coisas são importantes e que se, neurologicamente isso tudo não é só esperado como é benéfico... **e eu acho que você alinhar o conhecimento teórico, com o conhecimento das práticas, com o conhecimento que você tem da sua própria vida e das suas próprias possibilidades, e aí você vai fazer escolhas unindo essas três coisas: a teoria, as ferramentas e a sua própria realidade.** (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

A influência do discurso das referências sobre a qual elas se embasam em suas práticas é latente.

Em *A Maternidade e o Encontro com a Própria Sombra*, Laura Gutman (2015) descreve como, segundo ela, o discurso e a presença física da mãe nos primeiros dois anos seriam fundamentais ao saudável desenvolvimento psíquico da criança. A ausência dessa interação estaria, para ela, relacionada à maioria das disfunções e patologias emocionais encontradas na vida adulta. Partindo de sua perspectiva psicanalítica, ela argumenta que somos todas crianças em busca do amor da mãe e que nasceram com necessidades semelhantes: nutrição, calor, conforto e cuidado materno, mas cada um tem uma essência da qual vai abrindo mão para obter esse cuidado materno. De acordo com esse entendimento, é o discurso materno, ao longo da vida, que nos “molda”, adapta-nos à imagem do que nossa mãe tem como correto ou incorreto, e enquanto crescemos dependemos das palavras maternas para organizarmos nossas experiências. Nessa chave de compreensão, nossa mãe, por sua vez, também vive um discurso enganado, em busca do amor de sua mãe, que também não estava interessada em nada além da própria mãe e sua aprovação e assim por diante.

Se recorrentemente, nas entrevistas, as mães acionam suas próprias infâncias e experiências para justificar suas escolhas, ao mesmo tempo não se eximem em relatar sua própria dificuldade em desvencilhar-se de padrões de comportamento e reação fortemente enraizados no seu sentir e fazer. Elas não escondem suas dificuldades e as próprias ambiguidades e contradições:

Então, pra mim, o que é mais difícil é ter autoridade sem ser violenta e respeitar meu filho, porque isso, apesar de ser tão básico e banal, ainda as vezes é difícil. Porque as vezes assim, você ainda quer impor a tua vontade pra tua criança, né? Então é difícil as vezes, é difícil abrir mão do controle, é uma coisa que eu gosto. (Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos).

Na minha cabeça, eu não to fazendo o que ela quer. Eu to criando de um jeito que eu possa ter diálogo com a minha filha, que eu possa ter vínculo com ela... criando de

uma forma completamente diferente da que eu fui criada... completamente diferente. [...] quando eu perco um pouco a temperança também e eu grito com ela, eu me sinto muito mal... porque às vezes eu grito com ela. **Eu me sinto muito mal.** Mas depois, todas as vezes eu faço isso, eu tento pedir desculpa pra ela. Eu tento conversar depois: “ó, a mamãe gritou. A mamãe não gosta de gritar, mas você me deixou muito nervosa. Eu acabei gritando. Então eu peço desculpa, mas também não dá pra você ficar fazer isso, isso e isso”—tenha sido lá o que ela fez. **Mas às vezes eu solto uns berros também. Porque eu acho que... eu não sei que mãe consegue ser cem por cento, por mais que eu concorde.** (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifos meus).

E não vou te dizer que não com a A, porque também sim, às vezes a gente tem que se policiar ne, a gente precisa é... como eu te falei ne, assim ela ta num período muiitooo desafiador. Ela tem 3 anos. Ela sabe o que ela quer, ela sabe o que ela gosta, ela sabe o que ela não gosta, e... então, gera ali um atrito e eu to aprendendo a lidar com isso agora... **porque no início é muito fácil, ne? a comunicação não violenta, a criação com apego** [...] Nossa, pra mim assim, pra mim, **sem dúvida a coisa mais desafiadora é não gritar. Não gritar... eu to trabalhando arduamente pra não gritar, pra não falar tão alto, sabe, e em situações... em algumas situações que ocorrem ne, no dia a dia.** Tu és mãe também ne? Tu... acho que tu entende o que eu to falando... assim... **Então, não gritar pra mim ainda é muito difícil.** (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

o maior desafio é criar o meu filho de uma maneira completamente diferente que as pessoas da minha família. **Esse é o maior desafio, assim, porque eles não concordam com a minha criação.** Eu, por exemplo, tenho um sobrinho de oito anos e um sobrinho de quatro anos [...] Então, assim, eles apanham. Apanham bastante. [...] teve um dia que ele tinha um aninho, um ano e pouquinho. Era bem pequenininho. E ele teve um reflexo – porque criança tem isso – e bateu na cara de alguém – acho que foi na cara da minha irmã, alguma coisa assim. E aí eles esperavam de mim que eu batesse nele! Ele tinha um ano de idade. E eu falei assim “mas o que... eu ensino meu filho a não bater batendo nele?”. Isso gerou um super bafafá: “você tá deixando sua criança”. A criança tinha um ano de idade. **Pra mim, não faz sentido bater no meu filho pra ensinar ele a não bater. Tanto que, até hoje, ele não bate.** (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos, grifos meus, grifos meus).

Para Ana também, assim como para a maioria delas, a parte mais desafiadora da criação com apego é a de não gritar ou chantagear a criança emocionalmente:

na prática acho que da violência psicológica... não sei se esse é o termo... mas na violência assim, de não falar coisas, meio que chantagear a criança, né? Faz isso pra depois ter isso ou então do grito mesmo, que as vezes sai sem pensar.

Durante a entrevista, ela se emocionou quando pensou nas vezes em que reproduziu o modelo violento que permeou sua própria criação. A voz ficou embargada – precisou parar e tomar água – quando lhe perguntei como ela se sente quando acaba “escorregando”:

T⁷²: e quando sai sem pensar, como você se sente?

A: ah, mal...

T: fala um pouquinho mais.

A: eu acho... (se emociona)

⁷² “T” é como descrevo a mim mesma na transcrição das entrevistas.

T: fica tranquila...

A: sabia que isso ia acontecer.

T: é... você se sente culpada?

A: não culpada, mais no sentido de eu sei que eu não quero fazer. Só que, não sei, acho que muito tempo vendo isso como natural, como é assim mesmo, como educar é assim mesmo, que vai levando até isso e você faz e você sabe que não é e acaba... não é um culpado porque eu sei que tem muito que aconteceu já antes que leva até isso, mas... e mesmo assim, mesmo sabendo de tudo, mesmo já tendo lido sobre e tal, ainda acontece.... mas ainda não é a ideia de culpada, sabe? Mais de me sentir mal mesmo.

Para Bruna não é diferente. Mãe solo, cuidando do filho sozinha na pandemia, ela desabafou:

Ai... eu me sinto... tem dias que eu choro disso... eu já chorei de frustração... nessa quarentena eu já chorei três vezes de frustração de ter brigado com ele. **Eu fico extremamente frustrada, eu me cobro muito.** Mas aí você entre naquele lugar: “meu deus! Eu to fazendo igual a minha mãe!”. Aí eu tenho me recordar das vezes em que eu não fui assim, daí tento me acalantar mesmo. (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos, grifos meus).

Para Gutman (2015), o bebê continua fundido emocionalmente com a sua mãe, servindo como uma espécie de espelho da alma materna. Nesse entendimento, o bebê viveria “**como se fosse dele** tudo aquilo que a mãe sente e recorda, aquilo que a preocupa ou que rejeita”, como dois seres em um (GUTMAN, 2015, p. 17, grifo da autora). E é dessa forma que a autora trata esta díade ao longo de todo o livro. Quando fala do bebê, o chama de “bebê-mãe” e quando fala da mãe, a chama de “mãe-bebê”.

porque assim, **a gente tem acesso a algumas coisas desde pequeno, agora vai amamentar, olha olho no olho, isso vai ajudar a aumentar o vínculo com seu filho. Quando ele tiver te olhando, olha de volta, quando ele fizer um movimento, ri de volta... é uma coisa que essas classes mais vulneráveis não têm esse acesso.** Não tem... as consultas pós-parto na, na, são coisas que demoram cinco, dez minutos. **Não tem ninguém te orientando nesse sentido de olha pro seu filho, vai aumentar o vínculo, tira quinze minutos por dia pra ler um livro pro seu filho... não tem livro.** Então assim, sabe, se você fizer uma pesquisa nos lares mais vulneráveis, um por cento deles tem um livro ali infantil pra ler. Eu tenho oitenta aqui. Então eu acho que ainda tem uns privilégios de classe que te fazem ficar ali naquele nicho, né, e aplicar uma educação diferente... que umas pessoas mais vulneráveis não vai ter, não vão ter. então eu acho que esse é um ponto muito importante também, porque quando a gente acha nossa, **acho que a gente tá evoluindo na palmada, aqui, a quatorze quilômetros de Brasília, vai ter criança apanhando agora enquanto eu converso com você.** (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifo meu).

Este tipo de fala, faz coro com a percepção praticamente unânime das mães entrevistadas de que a criação com apego já traga resultados facilmente perceptíveis visto que

suas filhas seriam mais “seguras”, “maduras” e “tranquilas”, o que elas atribuem ao modelo escolhido.

Nessa perspectiva, há um juízo de valor moral que considera a criação com apego a escolha mais ética, a que permitirá, enfim, a construção de uma sociedade mais igualitária, mas que escorrega em uma visão elitista de criação, que somente poderia ser seguida em um contexto social muito específico. Há quase uma “missão civilizatória” imbuída neste discurso (LUGONES, 2014, p. 937) que, curiosamente, em outros contextos, poderia se aplicar também à forma como os modelos de criação tradicional enxergam a criança.

Como já abordei no segundo capítulo, feministas negras como Collins (2019) e hooks (2019) vem denunciando há bastante tempo como o imaginário sobre a população mais pobre, em geral negra e criada por uma mãe solo, vem servindo como forma de justificar a vulnerabilidade e precariedade material em que se encontram as crianças e adolescentes negras, ignorando a seletividade com a qual o Estado exerce seu controle nos diferentes lares e formatos de família e, maximizando a influência que as relações entre mães e filhas exercem sobre a constituição dos afetos e da subjetividade desta última.

É preciso, ao contrário,

Pensar os laços que uma geração estabelece para ser capaz de reproduzir corpos e, principalmente sujeitos, implica ir muito além do que se passa entre uma mãe e seu rebento, sem, no entanto, minimizar a importância dos laços fundamentais na relação um a um. Trata-se, pelo contrário, de refletir sobre o alcance e os limites dessas relações, dando-lhes o devido valor, para que não se impute à mãe responsabilidades e culpas históricas, que não lhe cabem. (IACONELLI; GARRAFA; TEPERMAN, 2020, p. 10).

Saffiotti (1997, p. 155), afirma que “a violência apresenta uma acentuada tendência à cronificação, mormente quando se trata de intrafamiliar”, mas isso não significa que se possa reduzir ou justificar a prática da violência pela pobreza, visto que se corre o risco de, com isso, apenas invisibilizar as violências cometidas contra crianças em lares de classe média, média alta e alta, que costumam despertar menor intervenção por parte do Estado.

Não se pode negar que as condições precárias de existência atravessem a construção das subjetividades e os laços afetivos que as sustentam,

ora fortalecendo sentimentos de solidariedade entre os membros da família, possibilitando o enfrentamento da situação adversa, ora enfraquecendo esses mesmos laços pelo elevado grau de baixa autoestima de pais e filhos, provocando a intolerância, gerando reações violentas ao estado de desamparo e carência. A vulnerabilidade simbólica revela a fragilização da posição de autoridade e de referência dos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes. (MOREIRA; SOUSA, 2012, p. 17).

Por outro lado, também não é possível ignorar que a violência intrafamiliar e a pauperização destes processos, mais do que causa são, em verdade, sintomas de tantas outras violências estruturais, especialmente estatais, mas também simbólicas, a que parcela expressiva da população brasileira. Ainda assim, vínculos de afeto, de comunidade e múltiplas potências se formam e se fortalecem em todas as camadas sociais, a despeito desta espécie de “determinismo afetivo”.

A criança como *devir* é fruto de uma concepção de criação enquanto prática exclusivamente individual. Trata-se de uma perspectiva, em descompasso com a historicidade e localização tanto da maternidade, do cuidado e da infância, quanto da própria construção do sujeito da modernidade.

Fabiana, por exemplo, quando indagada sobre o modelo adotado de maternidade responde enfaticamente que enxerga muitos frutos desde já. Ela dá exemplos:

eu faço sempre isso que eu te falei que fiz aquele dia: “então, quando você se acalmar, a mamãe vai estar lá na sala. Você vem conversar comigo”. Aí eu saio do mesmo ambiente que ela quando ela tá muito estressada assim, muito irritada, muito birrenta. Ela sempre vem depois e fala: “mamãe, eu já me acalmei”. Vem pra me abr... pede abraço, pede colinho. Quando ela já vem mais calma, eu... eu converso com ela. Eu converso: “ó, L.... isso sim, porque sim... não, porque não...”. né, eu tenho explicar pra ela o que tá acontecendo. (...) eu acho que, um que a L. é uma criança que tá aprendendo cada vez mais a expressar seus sentimentos e dar nome pra eles, o que eu acho muito positivo e acho que tem muito a ver com criação com apego isso assim, sabe. Eu acho ela tá crescendo uma criança que sabe expressar seus sentimentos e dar nome pra eles.

T: você percebe uma diferença... comparando com crianças que você conviva que não sejam criadas dessa forma?

F: ... ah, acho que sim, sabia. A L, ela é muito... isso até é uma coisa que a professora dela falou. A L. ela é meio madura pra idade dela assim, sabe? A professora até falou, antes da quarentena: “ai.. a L. é um barato! Ela fala todas as coisas certinhas assim. Ela parece”... a professora até falou desse jeito: “ela parece um adulto falando às vezes”. Então eu acho que a L. é uma criança madura sabe...

Com frequência surgiram falas como a de Fabiana:

assim, eu acho que tinha que ser o modelo vivenciado por todo mundo, e eu sinto que as crianças, o principal assim, do que eu vejo de diferença é a empatia. Eu mesmo que elas têm uma capacidade, não na idade do V ainda, mas uns dois anos e meio, três assim, eu enxergo que elas têm uma capacidade de empatia e de valorizar mais as coisas pequenas, sabe? (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses).

Eu acho que... assim... eu comparo também com o meu filho, assim... o desenvolvimento do meu filho pela idade, assim... com outras crianças da idade dele. **E eu vejo que o meu filho, ele é muito mais seguro de si que as outras crianças. E ele não é desafiador. Ele não fica me desafiando o tempo todo. Parece que crianças que são crianças que são criadas no modo tradicional estão o tempo todo desafiando os pais. Parece que querem que os pais venham e realmente chamem**

a atenção. Parece que eles tão procurando o amor dos pais nessa maneira. [...] O C é muito seguro de si. Ele é tão seguro de si que é até perigoso. Eu posso sair com ele e ele vai no colo de todo mundo. Ele não tem medo do escuro, pra você ter uma ideia – e olha que criança dessa idade costuma ter medo do escuro. [...] E eu vejo que outras crianças na idade dele não são tão seguras assim. Então eu acho que pra mim tá funcionando, assim... (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos, grifos meus).

Só que é justamente **uma coisa é consequência da outra... eu vejo nitidamente a diferença de tranquilidade, de equilíbrio, de...de felicidade mesmo de uma criança tratada num ambiente respeitoso e de uma criança que tá sendo tratada num ambiente que infrinja ele fisicamente mesmo ou desrespeitoso...** então eu vejo muita diferença a cerca do caminho que a gente tá seguindo... quanto mais velha ela fica, mais **eu vejo nitidamente... é... os resultados do tipo de criação que a gente escolheu... e vejo com muita felicidade porque eu vejo realmente os resultados que a gente esperava ter.** (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

porque **eu acredito que eu posso construir um ser humano melhor do que eu fui. Porque eu acredito que eu posso construir uma autoestima pra ela melhor do que a que eu tive.** Que eu posso construir um modelo, de maternidade mesmo, enfim, de maternar meu e do L digamos assim, né, maternar e paternar melhor do que eu já tive e talvez melhor do que ele teve. A gente tenta... (Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

Para as mães entrevistadas para este trabalho, esta suposta relação direta entre uma escolha mais “natural” de criação e uma geração futura mais saudável, empática e feliz estaria diretamente vinculada a uma criação “com amor”.

é... eu ia falar de um ponto que o seguinte também: é, as manifestações de carinho e de amor, que é uma coisa que nunca teve na minha família... na família do A também não. Sabe coisa de falar eu te amo, de abraçar toda hora... eu ia falar esse ponto e esqueci. É uma coisa completamente nova da gente aplicar. Então é um ponto também da gente falar assim, **da gente analisar e fazer uma análise de como isso impacta, porque é uma coisa completamente nova.** [...] então é uma coisa nova também o quanto que a gente tem que se adaptar a essa nova educação que a gente não teve, se esforçar pra fazer. **Na expectativa de que algo bom vá surgir daí daqui a vinte anos, né?** (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifo meu).

Este pensamento tem raízes nos argumentos desenvolvidos por Odent, já apresentados anteriormente na introdução, mas que cabe agora destacar, nas palavras de Tornquist (2004):

Assim, Odent atribui uma importância decisiva à ação de determinados hormônios, dando especial destaque à presença do ocitocina nos eventos que envolveriam o sentimento identificado, por ele como amor. Esse hormônio é liberado pela mulher no momento do parto, mas também por ocasião da amamentação e do orgasmo. Desta forma, Odent procura mostrar que há bases orgânicas para que o amor seja um sentimento fundamental na vida humana, articulando eventos como orgasmo, parto e amamentação, sugerindo a associação entre sexualidade e reprodução: A ciência agora revela que as diversas formas de amar na verdade estão integradas, já que os mesmos hormônios de comportamento ocorrem durante a relação sexual, parto e amamentação. **Entender este conceito (cientificação do amor) nos ajuda a ter a noção do preço que a raça humana pagou pela civilização, culminando com freqüentes problemas atuais de baixo apetite sexual, dificuldades no parto e amamentação.** (TORNQUIST, 2004, pp 122-123, grifos meus).

Márcia Tosin (2015, s/p) acredita que “uma geração respeitada, não aceitará outra coisa que não viver sob o respeito” e que a criação neurocompatível permitirá um mundo com menos doenças mentais, diminuição de “todos os tipos de violência” e de políticas, e práticas de cuidado infantil que “melhor promoverão o desenvolvimento humano ideal”.

Não se trata, no entanto, de um processo isento de dúvidas ou questionamentos. Giulia, por exemplo, relata sentir-se muitas vezes confusa quanto a estar ou não agindo da melhor forma para a formação de sua filha. Como ela, outras mães relataram preocupação em fundamentar suas escolhas cientificamente, inclusive por medo de “lá na frente não dar certo”. Em todos os casos, a reflexão sobre possibilidades de escolha, a pressão para fazer a melhor e mais informada e os resultados lá na frente são frequentes nas falas destas mulheres.

E muitas vezes eu fico me cobrando, que nem nessa questão assim, por exemplo, da tv... eu fico, ai meu Deus, não devia deixar ela tanto na tv, mas daí eu não quero brincar com ela, não tenho paciência pra brincar com ela, e daí eu me sinto culpada de, tipo, não da tv, mas ao mesmo tempo não quer brincar com ela e... então, é mais difícil assim... e é mais difícil externamente, porque as pessoas te julgam muito assim quando você respeita o mínimo seu filho assim, você está sendo sempre permissiva. E isso as vezes te coloca, **não vou te mentir, as vezes me coloca em questionamento se eu to fazendo o certo ou não... as vezes eu me questiono será que eu não to sendo uma mãe muito permissiva? Tipo será que eu não to ultrapassando esse limite de respeito e sendo permissiva demais?** (Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifo meu).

então, eu tenho assim... **apesar de tudo assim, eu tenho medo... digamos assim... pode ser que dê tudo errado.** Entendeu? Eu não sou assim “ah... cem por cento com a criação com a pego meu filho vai se ruma boa pessoa”. **Eu tenho ainda muito medo de que dê errado. De que... ah, sei lá, ele se transforme numa pessoa sem limite, sabe? Eu tenho medo. Eu não posso dizer “ah que cem por cento to fazendo isso aqui certo”.** Eu acho que isso é o normal de mãe. **Eu acho que a gente não tem cem por cento de certeza de nada né.** (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos, grifos meus).

Há sim um importante e crescente número de estudos indicando o impacto da primeira infância na formação física e psicológica dos sujeitos⁷³ e, ao passo que não se pretende, em

⁷³ Há consenso científico, nas ciências biológicas e biomédicas, mas também nas áreas da psicologia e neurociência, quanto à primeira infância como sendo a fase mais importante **para o desenvolvimento físico e mental**, com foco ainda maior nos primeiros mil dias de vida – período que soma os 270 dias da gestação aos 730 dias até que o bebê complete dois anos de idade. Nesse período, acontece o maior estirão de crescimento do ser humano. Além disso, esses são anos fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas nervoso e imunológico assim como para formação de bons hábitos alimentares. Metade do crescimento do cérebro ocorre até o segundo ano de vida. Apesar do bebê já nascer com o cérebro desenvolvido nos pontos sensoriais, como o tato, a audição e o olfato, é nesse período que o órgão passa pelas maiores modificações cognitivas. Durante os primeiros mil dias, as células cerebrais podem fazer até mil novas conexões a cada segundo – uma velocidade única na vida. Essas conexões contribuem para o funcionamento do cérebro e para a aprendizagem das crianças. Para mais referências sobre o tema, ver VIDA, 2021.

absoluto, negar a importância desta fase no desenvolvimento humano, é preciso criticar o reducionismo de enxergar uma solução individualista que desconsidera as estruturas – desiguais – em que esta (con)formação se dá. Indago: que crianças terão acesso a este modelo de criação, quando ela demanda um esforço e uma dedicação tão intensas e inacessíveis a maioria das pessoas? Qual o papel do Estado, do mercado, da(s) família(s) e das pessoas que não tem filhas, nesta relação com as crianças? Estas são questões que não são respondidas, ou sequer consideradas, pela criação com apego.

Com efeito, a ideia de infância é uma ideia moderna que começou a emergir com o Renascimento, mas concretizou-se realmente a partir do século XVIII. E é assim que, embora sempre tenham existido crianças, no sentido biológico, enquanto seres humanos em formação, nem sempre houve infância, sendo esta uma categoria de estatuto social e histórico próprio (SARMENTO; PINTO, 2004).

Ora, se o modelo de cuidado baseado no apego, tem imbricado uma ética de si (FOUCAULT, 2006) como cuidadores, precisamos analisar teoricamente se o apego constrói modelos de filiação que recolocam ideários conservadores e essencializados. Mais ainda, é preciso avaliar se estes modelos possibilitam a construção de um ideário de maternar e paternar capazes de produzir igualdade e democracia no cuidado. Para tanto, precisamos, de um lado, refletir sobre processos de filiação, formação de vínculo entre progenitores e filhas e, de outro lado, examinar se as construções acionadas por este novo modelo são construções de sentidos de si que se coadunam com a proposta de um cuidado democratizado.

Contribuições tem sido feitas pela Psicologia, pela Comunicação e pela Antropologia, com maior ênfase na análise da lógica discursiva da maternidade em tempos de redes sociais (PINHEIRO, 2012; SOUZA, POLIVANOV, 2017; CARVALHO, 2012). Que a Sociologia também se aprofunde no tema permite superar a discussão do cuidado como da esfera do privado e do subjetivo, com todas as consequências políticas que o olhar para o cuidado como algo não central na sociedade pode trazer, em especial, para a perpetuação das desigualdades sociais gendrificadas.

Ao passo que pretendo, nesta pesquisa, desprezar a importância de se pensar a primeira infância para o avanço da produção de conhecimento a respeito desta fase da vida, pela qual todos passam, e que somente há pouco tempo é estudada, pretende-se visibilizar a necessidade de se levar em conta todas as interfaces envolvidas neste modelo de cuidar.

É preciso olhar para este cuidar, para estas cuidadoras e para os discursos que esta “nova ciência” e seus interlocutores vêm produzindo. Certamente, a tarefa da Sociologia vai além das essencializações, naturalizações e binarismos, para manter-se, em especial através dos

estudos de gênero, como vetor e motor da visibilização de outras possibilidades de ser, sentir, existir, cuidar e ser cuidado:

Pensar sobre o *care* na sociedade contemporânea é se deixar desafiar e reposicionar os conceitos, tanto nos seus aspectos normativos quanto nos não normativos, e recolocar velhas e novas questões, reconfigurando o cuidado, para construí-lo como política social. Isso implica mudar seu valor para a vida em sociedade e em família, para o mercado e para o Estado, além de desidentificar nesses âmbitos as continuidades com os tradicionais marcadores raciais, sexuais, emocionais e afetivos e constituir o processo necessário ao cuidado democrático e à democratização do cuidado. (TAMANINI, 2014, p. 1006).

É essencial analisar não apenas como esses discursos operam sobre as práticas femininas e maternas, mas também, sobre como os discursos delas sobre as relações com os pais de suas filhas, operam conjuntamente na realidade material do cuidar levando adiante a discussão sobre relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009), e a democratização do cuidar a que se refere Tronto (1997) ao pensar o cuidado como um valor de base para a democracia. Se, como diz Tronto (idem) o cuidado é um conjunto de atividades que ajudam a manter, dar continuidade ou reparar o mundo para que vivamos da melhor forma possível, onde e como a criação com apego se encaixa nesta democratização?

As razões que levam estas mulheres a se aproximarem da criação com apego vão desde sua percepção sobre a própria infância ter sido violenta ou, ao contrário, pela infância livre que tiveram ou, ainda, pela reflexão sobre a relação que gostariam de ter com suas filhas e sobre a forma como a sociedade espera que nos relacionemos com as crianças.

A análise da perspectiva que coloca a criança como sujeita de direitos humanos e que pauta a não violência como princípio básico das relações entre todos e todas, seja qual for a esfera em que estas relações se dão, precisa levar em conta que não é possível, sustentável, ou desejável que as expectativas sobre o bom desenvolvimento das crianças (e até mesmo de uma “sociedade melhor”) recaiam exclusivamente sobre os ombros femininos.

Em uma sociedade que encerra as mulheres entre intermináveis expectativas idealizadas, impossíveis e contraditórias, as mães que não se consideram onipotentes, nem vivenciam a maternidade como “a melhor coisa que lhes aconteceu” ainda são vistas como mães questionáveis, que percorrem o caminho não normativo, enquanto seus sentimentos ambivalentes são associados ao domínio psiquiátrico que trata dos distúrbios mentais, como se elas estivessem sofrendo de um mal fisiológico. (DONATH, 2017, p. 63).

Deve-se considerar que crianças, assim como adultos, estão imbricadas em relações de reciprocidade, sendo cuidadas, mas também cuidando, recebendo e dando, aprendendo e também ensinando.

Como veremos mais adiante, as análises de uso do tempo tanto no Brasil, como na América Latina, mostram que os diferenciais de horas dedicadas a tarefas relacionadas ao cuidado entre mulheres e homens ainda são elevados, e que o envolvimento destes últimos nas mesmas ainda é precário. A realidade das mulheres entrevistadas para este trabalho não é diferente e, embora elas articulem reflexões sobre o envolvimento do pai de suas filhas, como possível construção de novas masculinidades e da relação com o cuidar, a responsabilidade principal ainda permanece com elas.

Face a isso, no próximo tópico, analiso como a criação com apego dialoga com a ideia – mas não necessariamente com a prática – de uma masculinidade cuidadora.

3.4 NOVAS – POSSÍVEIS – MASCULINIDADES E A “MULHER EDUCADORA”

Com exceção de uma (que vive com a outra mãe de sua filha), todas as mães entrevistadas para este trabalho, mantém alguma relação com o pai de suas filhas. Uma é divorciada e compartilha a guarda com o ex-marido, outra é mãe-solo, mas mantém uma relação amistosa com o pai do filho que os visita “sempre que pode”, mas não compartilha a guarda. As outras seis, são casadas ou convivem com o pai das crianças.

Neste sentido, é marcante e merece análise a forma como elas apresentam suas relações e debatem a possibilidade de a criação com apego enquanto paradigma de cuidado igualitário.

Quando lhe perguntei se acredita que as famílias que adotam a criação com apego são mais igualitárias, Estela afirmou que sim, pois **“traz o homem para uma realidade que ele não foi ensinado, que nunca se foi cobrado do homem pra fazer isso”**. Ela seguiu refletindo sobre as diferenças de percepção de seu pai, a respeito das tarefas de cuidado:

Quando a A nasceu, que eu comentei contigo que no início eu só amamentava mesmo ne?! e aí a A fez cocô e meu marido foi trocar e meu pai tava aqui. Daí meu pai me chamou aqui num canto e falou: "nossa ele vai te deixar desse jeito." Daí eu falei: "de que jeito, pai?" **"Nossa ele trocando a fralda de coco! Eu nunca troquei uma fralda de vocês!"** Eu falei: "Nossa, tu deveria tá com vergonha de me falar isso e não me dizer que ele vai me deixar..." Eu falei: "se ele quiser me deixar eu acho outro ne?! Paciência agora..." E esse outro tio do M também... quando eu te digo que é verbalmente assim sabe... ele que tá em casa com os filhos pra esposa trabalhar e ele me falou a mesma coisa também... da questão da fralda. E daí eu falei: "nossa tu fica em casa com os teus filhos então tu não limpa eles? O quê?" (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

A respeito da divisão de tarefas na família do marido, ela apresentou uma perspectiva interessante sobre as diferentes construções “verbais” e as práticas de cuidado cotidianas:

A A ganhou um fogãozinho, de dia das crianças e os meninos enlouqueceram... eles enlouqueceram assim, é... eles adoraram... e daí ficou tipo, os tios do meu marido ficaram assim "meu deus ele quer um fogão, ele quer fogão" e daí eu falei: "ahhh vou dar um fogãozinho pra ele"... **quando eu falei isso eles levaram como uma afronta sabe, como se eu quisesse provocá-los...** (risos) e não é... porque eu queria... eu queria tirar um pouco a arma... eu queria... **e é engraçado porque na família do meu marido são os homens que cozinham sabe... os homens cozinhando predomina muito, assim... então é uma coisa... meu era pra ser natural ne, sendo que eles que cozinham... então, a divisão de tarefa pra eles eu acho que, apesar de, verbalmente é... o patriarcado tá muito nítido, eu acho que na prática, essa coisa de cozinhar, limpar e tal os homens fazem bastante assim, na família do meu marido, é mais verbalmente mesmo que eu sinto...** e aqui em casa também... até porque eu sou formada em direito ne... só não consegui fazer a prova ainda por causa desse corona, então eu tenho até contrato... (risos) não que precisa assim, mas eu tenho contrato por segurança (risos) e... eu não sei também se é porque **o M morou sozinho muito tempo... ele... eu acho que ele aprendeu a lidar com a casa assim...** pra isso foi muito... foi muito mais difícil pra mim isso... porque, como eu te falei, **eu sempre cresci com babá fazendo tudo pra mim... eu sempre fui bem mimadinha assim... e o M não... o M foi embora cedo e eu nem sei porque que ele voltou pro Brasil até hoje... e... e tipo ele aprendeu a lidar sozinho assim, o que eu sinto muito Tayná, nele, no meu marido é que assim, em casa eu não preciso pedir as coisas. Ele faz tudo, é, com a A ele é, é super dividido e tal.** Eu consigo tranquilamente fazer as minhas coisas, assim, eu consigo fazer uma academia, eu consigo trabalhar... eu consigo estudar. É o que eu não faço é mais por... quando eu não faço é mais por preguiça mesmo.. por erro meu... tempo eu tenho sabe, tempo eu tenho. **O que eu sinto muito é quando a gente tá com os meus sogros que muda sabe. Eu acho que ele dá uma relaxada assim.** (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

Ainda que tenha uma relação de divisão “quase igualitária”, através da guarda compartilhada da filha com o ex-marido, Fabiana contou sobre algumas das razões para a separação, do incomodo do marido com as escolhas dela sobre como criar a filha:

Ele achava que eu tinha que arranjar um cercadinho de porta. Sabe? Daqueles de porta... deixar a criança brincando lá no quarto e fazer as minhas coisas. E eu falava “não. Ela vai ficar comigo”. Eu não ficava sossegada de ficar... e não é que não dava pra ver. Não era longe. Era só fora da vista. Aí eu deixava ela comigo na cozinha, sentadinha, brincando no chão, brincando no armário de *tuppewares* assim... potinhos... ela ficava lá... tirava tudo, punha tudo; tirava tampa, punha tampa. E nisso eu conseguia cozinhar, lavava louça... eu conseguia fazer as coisas que eu precisava ali, naquele ambiente, ela sempre junto comigo. **Ele ficava puto da vida comigo por eu fazer isso. Ele achava que era um absurdo** – que acho que entra um pouco, assim, nas nossas discordâncias acho que sobre isso.... [...] Aí a gente se separou. Não tava dando certo mais. Aí eu queria voltar a trabalhar no ritmo que eu trabalhava. Aí a gente ia ter que fazer um rearranjo familiar, porque eu ficava basicamente em casa com a criança. (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifos meus).

As mulheres entrevistadas que convivem com os pais de suas filhas, enxergam neles modelos positivos de masculinidade, ainda que não entendam as práticas diárias como

exatamente igualitárias. O tempo todo elas frisam como a melhora de comportamento (quando comparado a gerações anteriores), pode ser um potencial de transformação para a geração de suas filhas.

Para Camila, de 32 anos, mãe de um menino de 17 meses, não há nada na criação com apego que reforce estereótipos de gênero, ao contrário:

Não, até porque eu acho que se eu tivesse lido, eu teria considerado um pouco mais. Que é uma questão da Waldorf que me faz considerar, porque sempre... antes de engravidar eu já tinha as escolas definidas, eu já tinha feito mais ou menos uma pesquisa de valores e tudo mais, já tinha feito esse planejamento. E aí depois eu comecei a refletir sobre algumas coisas, né? Que dentro dessa filosofia, o estereótipo de gênero ele é bem latente e aí, eu considero, eu abri outras possibilidades. Eu não me lembro porque senão teria ficado marcado, assim. **Porque aqui em casa a gente acredita que todo mundo pode fazer tudo, menos amamentar porque é fisiológico, né?** (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses, grifos meus).

Como ela, nenhuma das demais entrevistadas enxerga a criação com apego como espaço de reforço de masculinidade hegemônica, ao contrário, em geral, elas consideram os companheiros, pais de suas filhas, como “mais avançados” que a média, ainda que isso não signifique uma divisão verdadeiramente igualitária nas tarefas. A própria criação com apego, no entanto, se apresenta como uma “imposição”, na qual eles precisam ser igualmente “educados”, sendo elas as principais responsáveis tanto pela educação, quanto pelo acompanhamento do cumprimento do modelo “escolhido”.

C: eu acho que a gente tenta. As mulheres, na verdade, elas conseguem... elas conseguem, não. **A gente impõe, né, eu vejo que é sempre uma coisa imposta dentro das famílias pelas mulheres...** e aí os homens acabam, tipo, não pesquisando muitas vezes por falta de vontade e alguns poucos por falta de espaço... **é, acho que dificilmente tenha um que não tenha espaço para pesquisar, mas por comodismo... e não, eu não concordo.** Tudo pode ser dividido, né?

T: ao que que você acha que você atribuiria isso? Por que você acha que isso acontece na prática?

C: machismo estrutural. As pessoas não tão, elas não conseguem se desvincular ainda. O estereótipo ele é ainda muito latente, né, o estereótipo de gênero. [...] eu acho que é uma coisa geral da criação.

T: tipo, o mesmo tanto que ele, digamos, não se interessa... ele, digo ele abstrato, né? Não se interessa pelo método, de uma criação tradicional, da mesma forma ele vai ser, digamos, passivo na escolha de um método não tradicional. Isso?

C: sim...

T: isso você percebe que é uma realidade na sua bolha?

C: percebo.

T: algum caso que te ocorra que é o pai que lidera essa questão da criação com apego e talvez a mãe seja mais resistente...

C: não, nenhum.... (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses, grifos meus)

Todas elas concordam, também, que um modelo de criação mais empático, que escuta a criança e não é violento, é “mais difícil para eles”. Quando analisamos a sociabilidade masculina e o *ethos* que eles compartilham na construção de suas próprias subjetividades.

eu acho que **o homem ele vem de questões sociais diferentes da nossa, né?** Por mais que a gente lute hoje por um mundo igual e tudo mais, **o homem sofre algumas questões, algumas pressões sociais ao longo da vida que nós mulheres sofremos de outra forma.** A gente sofre pressão pra ser uma boa mãe, uma boa esposa, aquela coisa de família tradicional brasileira, e **o homem tem a pressão social de ser sempre o macho, de não demonstrar fraqueza, não demonstrar choro... então eu acho que isso inevitavelmente reflete...** essa frase do engole o choro, por que ele fala e eu não? Será que é só porque eu to estudando e lendo mais, mais envolvida com essa questão da criação do apego do que ele? Ou se ele acaba refletindo uma coisa que ele viveu. E eu não... **nunca ninguém falou pra mim engole o choro, entendeu?** Eu sempre fui uma menina muito chorona quando era criança e não lembro de ninguém falar pra mim engole o choro. Eu não tenho essa lembrança nesse sentido. Por que que ele fala e eu não? Provavelmente ele deve ter ouvido e tá agora replicando. **E eu acho que pro homem, pro pai, exercer a criação com apego é ainda um desafio maior, porque ele vai contra questões sociais que impuseram a ele nos quarenta e cinco anos de vida até agora, entendeu?** Então quando eu digo pra você que é um esforço da mãe, é um esforço dos pais também. Porque **a gente precisa romper alguns paradigmas aí de imposição social durante anos pra você não repetir isso.** Então eu acho que são questões sociais que você vai refletir na educação, **e por mais que você queira criação com apego, isso vai demandar um esforço maior seu.** Pra ele talvez a criação com apego seja até um esforço maior de se atingir do que pra mim, né, que não sofri alguns tipos de violência na criação... não digo violência física, digo psicológica, social, que talvez ele tenha vivido. **Então eu acho que a questão do engole o choro é muito simbólica. Por que ele fala e eu não? Talvez porque ele tenha isso, esse resquício social, sabe?** (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Elas refletem sobre o processo de significação que a criação com apego pode ter para seus companheiros e como isso se reflete tanto na prática cotidiana, como na relação com eles e suas próprias subjetividades. Elas relatam uma socialização compartilhada por uma geração que se imbrica com as reflexões que já aponte sobre a criação com apego enquanto instrumento para “uma sociedade melhor”.

Então os antes dele, meu marido, meus cunhados, meu pai então, tem essa coisa muito, muito, muito enraizada neles de que a criança tem que escutar, ela tem que obedecer, que ela tem que... tem que falar só na hora que for falar e não pode sair pedindo tudo que quer. **Eles têm isso muito forte porque eles foram, eu acho, né, entendo que eles foram criados assim e isso tá marcado neles de alguma forma. A gente também foi criada assim, mas a gente já foi criada mais pra ideia de já ser mãe,** então a gente já tinha a ideia de já ser mãe, então quando você vai olhar o que é ser mãe, hoje em dia, você olha de um outro jeito. eu podia olhar de um outro jeito o que é ser mãe, né? **Eles não têm isso, eles não são criados pra ser pais. Então quando eles vão olhar a paternidade, eles vão olhar pro que eles já viveram e segue.** (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifos meus).

Ana, destacou o companheirismo do parceiro e o fato dele ter “embarcado com ela” com todas as dificuldades que isso implicava, ainda assim:

ele embarcou comigo, **mas fui eu que pesquisei**. Mas principalmente na questão do parto e tudo mais, **eu falei olha, essa aqui é a melhor opção pra gente...** daí falei olha, tem cirurgia, cirurgia acontece isso, isso, isso, a pessoa fica aberta, corta tantas camadas... se você não tiver lá, se a gente não tiver um doula, eles podem me cortar, sendo que eu não quero, eles podem dar anestesia, sendo que eu não quero... então vai ter doula, a gente vai com esse médico aqui, que eu achei um médico que respeitava né, e hoje ele até tava num grupo de médicos de parto humanizado e vai ser com esse médico... [...] E daí nas consultas que o A, **todas as consultas ele foi comigo**, eu acho... **acho que uma ou duas ele não foi**, e ele foi também, conversou com o Alvaro, então dava uma... uma... como que eu vou te dizer? Uma seriedade, não, mas **ele acreditava também porque o médico tava falando**, né, que era o melhor. E aí assim, **na criação depois, daí tem as dificuldades do dia a dia porque a gente não foi criado assim, então nós dois temos dificuldades ainda de as vezes não gritar, de as vezes não dar uns beliscão, então a gente ainda tem essa dificuldade**. Mas a gente sabe que não é o preferível, não é o que a gente quer pelo menos, mas acontece. **E daí ele embarcou junto comigo, com todas as dificuldades, mas...** [...] na tentativa de conversar, na tentativa de sempre de conversar antes, de deixar mais dialogado assim, tem essa tentativa.

Mesmo vindo de uma realidade em que, segundo ela, o marido realiza todas as atividades com a criança, menos amamentar, Estela acredita que o envolvimento com as tarefas de cuidado e a criação não seja exatamente dividido, mas considera que tenha sido uma decisão dos dois e não uma imposição.

Eu acho que não é igual porque... pelo momento que a gente tá vivendo, assim. Por exemplo, até um ano, um ano e meio a única coisa que eu fazia com a A era amamentar. Só amamentava a A e brincava assim. Todo o resto era com ele. É... só que a gente tem empresa e... a demanda que tá hoje a empresa, sabe, alguém precisa tá lá. E eu não quero estar lá. Eu quero estar em casa. Então eu acho que ficou muito pra mim, agora as coisas. Tem muito mais coisa hoje, por conta dessa nossa divisão mesmo. Porque precisa trabalhar bastante pra que dê certo. E eu não quero estar lá trabalhando, sabe. Eu quero estar em casa. Então, isso a gente sentou conversou e a gente decidiu. Só que mesmo assim ele tem a parte dele dos afazeres, assim. Independentemente se ele chega tarde ou cansado, ele tem as funções, ne. (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos).

Para Connel e Messerschmidt (2013, p. 271),

masculinidades são configurações da prática que são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo”, podendo ser acionado para a análise desta categoria o conceito de masculinidades hegemônicas que, “expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos, mesmo que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 213).

É interessante como essa masculinidade é acionada nos contextos de cada uma, assim como uma “feminilidade enfatizada” (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013) que não encontra

lastro necessariamente nas realidades empíricas dessas mulheres que relatam traços distintos de personalidade em seus companheiros e nelas mesmas.

Mulheres que cresceram com o sonho de ser mães, outras que nunca haviam pensado sobre isso e, mesmo assim, pesquisaram e procuraram se informar sobre os impactos de suas escolhas sobre a criação de suas crianças, sentindo-se as responsáveis primárias pelas decisões que envolvem a educação de seus filhos e filhas.

essa questão de criação, de como eles foram criados é muito, acho que é muito forte. Pra todo mundo, né? Mas... **principalmente, acho que essa é a diferença principal entre construção social é aí. E é difícil criar ainda diferente, né?** Tendo um menino, até quando eu soube que era menino, né, já começaram a chegar as coisas azuis e eu pensei meu deus, o que que é isso? Por que, senhor, as coisas têm que ser assim? Por que não pode usar um arco-íris ou um, sei lá, um sorrisinho na roupa, tem que ser um super-herói, um carrinho, entendeu? **É, então isso ainda é muito forte, não sei, acho que ainda vai ser por muito tempo... até mudar...** (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifos meus).

É o que ouvi, a todo momento nas falas das entrevistadas: referências ao patriarcado, ao machismo estrutural, ao que se espera dos homens. Igualmente, todas elas justificam e explicam a maior dificuldade destes com a aplicação da criação com apego, ao mesmo tempo em que apresentam múltiplas masculinidades em seus repertórios de vida.

Porque eu tenho um pai que é um pai muito conectado com esse lado... então na verdade a figura de autoridade, de obediência na minha casa era a minha mãe, não era meu pai. E aqui em casa, **o meu companheiro ele é uma pessoa muito amorosa, muito respeitadora... ele não é uma pessoa que grita, não é agressivo, não pede obediência.** Inclusive a gente só se relacionou por isso, porque eu venho de uma consciência, né, de relações entre homens e mulheres muito fortes, eu não queria nenhuma dessas coisas no meu relacionamento, então a gente se conectou desde o início já nessa maneira diferente, né, **não é aquela homem e mulher, aquela relação tradicional que o homem tem essas características de obediência e dominação.** Então pra gente já tava bem posto de que as coisas seriam diferentes, então ele, eu acho que essa dificuldade específica ele não tem... ele é um homem, ele chora, ele tá em contato com os sentimentos dele, então, pessoalmente eu não vi isso, mas com certeza acredito que é muito diferente dos homens e das mulheres... no geral, o que eu vejo são mães, que entram em contato com esses temas e que tentam trazer o parceiro com pouco sucesso, né? É uma luta ali pra convencer, pra explicar... mas **eu já deixei claro desde o início da gestação que não queria esse papel de mulher, que iria educar um homem. Eu passei o meu conhecimento pra ele porque eu trabalhava com isso e ele não. Então assim, eu tinha esse conhecimento e eu dividi com ele o meu conhecimento, mas toma aqui, isso aqui é o que eu sei, você pega e vai seguir sua trajetória. Porque eu acho que é importante que o pai esteja fazendo isso pelo filho,** pela relação de paternidade dele com o filho e não porque ele quer agradar a mãe ou porque aí, tá bom, vamos fazer isso aí... porque eu não quero essa carga mental de ser a única responsável por essas decisões. **Então pra mim, ele também tinha que tá querendo entrar nesse trem, né, você tem que estudar, você tem que saber. E ele fez porque é importante pra ele** (e a relação dele com.... Ele ainda faz umas coisas que eu fico pensando hum, isso não vai dar certo, eu não faria assim, mas aí é meu exercício hoje em dia é tentar ficar calada e deixar ele... já que ele não usa violência, nem usa as coisas que eu não concordo, então deixa ele. Mas ainda tem

umas coisas que eu fico querendo me meter, mas eu tento não me meter. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Mesmo dizendo que não queria “este papel de mulher que educa homem”, Ilana constatou:

E meu companheiro, apesar de nunca ter tido contato com as teorias a cerca disso, né, **ele nunca leu nada, nunca tinha lido nada na época**, ele já era uma pessoa que também pensava que não queria, né, violência, não queria castigos, não queria exercer esse tipo de paternidade, então foi tranquilo. No nosso caso foi tranquilo. **Eu simplesmente eduquei ele na parte teórica** e ele ok, ótimo, maravilhoso, adorei, é isso mesmo. [...] então, no começo ele não tinha nenhuma leitura sobre isso. **Na época, ele não tinha tido nenhuma aproximação com esse mundo da maternidade e tal, paternidade. Mas depois que eu fui falando sobre isso, eu fui compartilhando com ele os textos e pra gente foi: é isso mesmo. Foi muito legal, foi uma afirmação teórica de uma coisa que a gente já conversava e já acreditava.** E aí, como ele não tinha realmente contato com isso de amamentação, puerpério e tal, **eu acho importante educar ele, pra que ele tivesse preparado, aí eu mandei os textos, os temas e ele gostou muito e a partir disso ele passou a aprofundar por conta própria as leituras do que ele se interessava mais.** (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

São mulheres que enxergam a desigualdade na prática, em seu cansaço, em sua sobrecarga, inclusive mental, por ter que assumir o papel de educadora. Quando pergunto sobre como foi a decisão do casal pela criação com apego, Camila é taxativa – ainda que bem-humorada:

C: **foi imposta ((risos))... super... não, não foi tão imposta. Foi do tipo olha, meio que esse caminho a gente pode fazer assim, assim, assim e assim... esse caminho, que eu acho legal, e eu quero esse, a gente pode fazer assim, assim e assim. E eu sou a mãe ((risos))...**

T: você chegava a compartilhar links com ele também?

C: ah, sempre.

T: e ele lia? Como era isso?

C: **ele lê só quando eu falo que vou fazer chamada oral assim...** tipo, eu quero discutir depois sobre, sabe assim? Daí rola uma leitura, **mas espontâneo não... não tem.**

T: e no geral ele concorda, ou ele...

C: concorda... não, ele concorda. Ele tem, quando eu tava grávida ainda, um cliente nosso fez uma palestra com o Piangers e foi bem a época que ele estourou. aí a gente teve que ir na palestra, conheceu o Piangers... ali ele meio que se encantou assim pelo que eu falava. Aí foi mais fácil a entrada nisso... (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses, grifos meus).

Estas mulheres enxergam o impacto de uma masculinidade hegemônica na relação de seus companheiros com os filhos e filhas e também com elas próprias. Elas reconhecem o esforço e as dificuldades, mas elaboraram pouco sobre o seu próprio papel no reforço desta. Ainda sobre a masculinidade hegemônica, Connel e e Messerschmidt (2013), esclarecem que a

masculinidade hegemônica não reflete necessariamente a uma maioria estatística. É possível mesmo que apenas uma minoria dos homens a adote por completo. O que a torna hegemônica, no sentido debatido pelos autores, no entanto é justamente a sua normatividade, eis que “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

É preciso analisar as masculinidades que o campo apresenta, tanto em relação aos homens que a performam na criação com seus filhos, quanto às novas e possíveis masculinidades das crianças criadas neste modelo. Somente assim, a meu ver, poderemos construir uma perspectiva crítica e sensível às dinâmicas da feminização do cuidado, resistindo à tentação de uma análise descritivo-maniqueísta que busca, com suas interpretações, uma divisão das pessoas em boas e más (MEDRADO, 2008, p. 833).

E aí, por exemplo, nisso ele acabou indo num caminho sem volta... **nisso ele descobriu o universo das fraldas de pano e aí a gente usou fralda de pano.** E aí ele que estudou sobre isso, ele que lavava as fraldas e sabia como era que fazia. **Enfim, acho que isso foi também uma porta de entrada pra que a paternidade dele fosse... é... ativa, porque ele passou a pesquisar por conta própria, se interessar, enfim.** E aí ele no instagram começou a seguir também as páginas e descobriu umas outras que ele achou legal... ele descobriu aquela do pais em vírgula, na época e tal, depois a gente passou a não gostar muito e, mas na época ele gostou e ah, que legal, tem um pai falando disso e seguiu e tal. Aí ele achou, eu já conhecia, e aí eu mandei algumas coisas pra ele e ele gostou do Alexandre Coimbra Amaral, que é um psicólogo que também fala, né, sobre puerpério, maternidade, paternidade, aí ele começou a seguir a página do Alexandre do instituto aripe... e depois de um tempo a gente conheceu o instagram da Márcia Tozin, né, da criação neurocompatível, e aí ele lê ela também... é, acho que é isso. A gente compartilha muito as leituras no instagram, um marca o outro, um manda pro outro (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Os estudos sobre o cuidado e sua dinâmica tendem a se concentrar nas mulheres, dado seu enorme impacto nas tarefas reprodutivas e na manutenção da vida. De forma intermitente, mas cada vez maior, porém, a questão da masculinidade e do papel do homem (cis) no cuidado à família ganha presença, tanto na teoria, quanto no campo. Neste prisma, é necessário aprofundar os debates sobre masculinidades e o papel dos homens nas atividades do cuidar, para revisar as formas de organizar o cuidado, englobando as sujeitas imbricados na dinâmica familiar (FAUR; TIZZIANI, 2017).

A movimentação das mulheres em prol de uma sociedade mais justa tem levado a propostas de mudanças nas condições de vida de homens e mulheres. Ao mesmo tempo, essa movimentação vem constituindo novos sujeitos (mais complexos) e gerando também uma revisão dos fundamentos que têm orientado as ciências,

particularmente humanas e sociais, e cada vez mais as ciências da natureza e da saúde. (MEDRADO, 2008, p. 813).

Como já debatido e apresentado no Capítulo 2, o gênero é relacional, historicizado e “não pode ser pensado como entidade em si, mas como construções interdependentes” (MEDRADO, 2008, p. 819). A masculinidade, assim como a feminilidade, não é uma condição biológica, mas uma construção que parte de um ideal representado na cultura coletiva através de representações que variam de uma cultura para outra. E, mesmo dentro da mesma cultura, em diferentes tempos históricos, etnicidade, classe social, religião e idade (GILMORE, 1991; CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Para Connel e Messerschmidt (2013), as masculinidades se inscrevem posicionalmente dentro das relações sociais de gênero que, como já visto, implicam em relações e posições de poder que não são absolutas e sim relacionais. É através de práticas que homens e mulheres assumem determinadas posições sociais, produzindo, a partir destas práticas, efeitos na construção de suas subjetividades, em suas experiências corporais, e na cultura.

Assim, o suposto destino biológico da mulher à maternidade tem sido construído por meio de símbolos, de prescrições religiosas, jurídicas, educacionais, das organizações sociais e das identidades subjetivas. Em contrapartida, o masculino, ao ser associado ‘à produção e administração da riqueza’, é afastado do ‘reino’ da reprodução a não ser pelo sêmen fecundante. Intersubjetividades de mulheres e de homens escapam às prescrições, bem como sua organização social em movimentos políticos. [...] não existe uma única masculinidade e que tampouco é possível falar em formas binárias que supõem a ‘divisão’ entre formas hegemônicas e subordinadas. Tais formas dicotômicas baseiam-se nas posições de poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens particulares, que também desenvolvem relações diversas com outras masculinidades. (MEDRADO, 2008, pp. 823-824).

Pensar nas identidades masculinas como construções culturais que são reproduzidas socialmente implicar pensar que essas identidades não podem ser definidas fora do contexto em que se inscrevem. É no contexto, pois, que há a intervenção de diferentes instituições (a família, a escola, o Estado, a Igreja, etc.) que moldam os modos de habitar o corpo, sentir, pensar e agir de gênero (FAUR; TIZZIANI, 2017).

Ao mesmo tempo, são relações em que se estabelecem posições institucionais de poder marcadas pela associação ao gênero. Isso quer dizer que existe um lugar privilegiado, uma posição hierárquica valorizada positivamente para essas identidades dentro do sistema de relações sociais de gênero. Por exemplo, quando colocamos em evidência o contraponto entre as regulamentações do trabalho e as subjetividades masculinas, quem é o sujeito da

"conciliação" entre família e emprego? Como são analisadas as decisões morais postas em jogo na organização do cuidado infantil, comparando os dilemas de mulheres e homens?

Nem todos os homens vivem ou valorizam da mesma forma os esquemas de masculinidade hegemônica, mas todos os conhecem. Todos foram, de uma forma ou de outra, socializados dentro deste paradigma. As mulheres também os reconhecem. Muitas esperam que os homens realmente se comportem neste modelo. Além disso, elas também criam seus filhos do sexo masculino de acordo com este esquema. Homens e mulheres participam da construção da masculinidade como posição privilegiada (FAUR; TIZZIANI, 2017).

Esta afirmação não implica em um processo de desresponsabilização individual, mas em reconhecer que a dimensão relacional do conceito de "gênero" é o que nos permite "compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino e não apenas entre homens e mulheres, mas nos homens e nas mulheres" (MEDRADO, 2008, p. 820). A essa altura, é possível discutir aqui o alcance da noção de "indiferença dos privilegiados" (MOLINIER; PAPERMAN, 2015)⁷⁴.

A masculinidade é definida como uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero. A prática social humana cria relações de gênero na história. O conceito de masculinidade hegemônica embute uma visão histórica dinâmica do gênero na qual é impossível apagar o sujeito. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 259).

Muitos dos discursos sobre masculinidades, mesmo os verbalizados pelas mães entrevistadas, oscilam entre olhares deterministas e propostas de transformação de identidades, como projetos para os quais a vontade individual e a resistência ao modelo imposto seriam suficientes, alternando entre noções de liberdade e coerção social. Mas há uma complexidade muito maior a ser considerada, uma vez que as identidades não respondem nem apenas a escolhas pessoais, nem a formatos construídos exclusivamente na ordem social.

O formato rígido do mercado de trabalho em termos de horas – que parece pressupor um modelo de trabalhador sem responsabilidades parentais associadas – faz com que um dos responsáveis pela criança, tenha que assumir o papel de subsidiário diante de uma realidade em que as tradicionais redes de apoio para o cuidado infantil ruíram, como foi a Pandemia de Covid-19.

⁷⁴ "As classes intelectuais e privilegiadas resistem a conceber ou imaginar uma ética do cuidado que emane de subalternos menos instruídos, tanto mais porque usufruem desse trabalho e do atendimento e atenção dispensados, e não sofrem seus inconvenientes concretos. Essa forma coletiva de escape foi teorizada por Joan Tronto como a "indiferença dos privilegiados" (MOLINIER; PAPERMAN, 2015, p. 45).

Mas **não é igual...** Sim, a minha percepção é assim: eu acho que estar em casa hoje, pelo menos pra mim, eu vou falar bem pessoal, bem pessoal mesmo assim, **eu acho que estar em casa hoje pra gente, pode ser uma opção, eu acho que a minha avó não teve a opção, ela teve que estar em casa, sabe, eu acho que hoje eu posso pensar se eu quero trabalhar, se eu quero tá em casa, é...** (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

Em conexão com o que foi analisado sobre a essencialização que fundamenta a criação com apego, a discussão sobre uma nova – possível – masculinidade, segue alicerçada em uma lógica biologicista e que assume posições fixas e binárias para homens e mulheres. Neste sentido, a fala de Ilana é bastante exemplificativa:

Eu acho que a única coisa que a mulher faz, a mãe faz que o homem não pode fazer é amamentar no peito. Eu acho que é, tirando a amamentação no peito, eu acho que... hoje em dia, né, existem estudos que mostram, que por exemplo, **quanto mais próximo fisicamente envolvido o pai tá no puerpério, mais ele começa a produzir hormônios que deixam ele mais próximo desse binômio mãe e bebê, né?** Então eu acho que **até hormonalmente o homem pode estar ali**, como por exemplo, o sono do homem pode ficar mais leve se ele tiver ali próximo dormindo com o bebê. Então eu acho que tudo é possível que o pai, não só o pai, como eu acho que qualquer outro cuidador.... **se existir uma situação onde não tem o pai, assim, mas exista um avô, uma avó vinculada ou uma mãe e um pai adotivos**, ou enfim, qualquer adulto é capaz de realizar a criação com apego e criar um vínculo de apego com qualquer criança. Até depois de mais velhos, né? Eu acho que a questão não tem a ver com homem e mulher, sequer mãe e pai, né? (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

É interessante que, ao analisar o caso de Dafne e sua companheira, a única família de duas mães dentre as entrevistadas, encontramos uma situação bastante distinta. Embora, tenha sido ela a gestar e amamentar, a companheira assume um papel igualmente protagonista nas decisões sobre a educação da filha:

A gente tem uma família de duas mães, então teve todo um procedimento de fertilização. Então a gente teve um bom tempo de planejamento tanto entre como ... questão financeira, estruturar e tudo isso. Então ela foi muito planejada. A gente sempre buscava... a gente sempre conversou muito sobre educação pra ver se a gente tava alinhada mesmo. **Então, tudo o que acontecia, mesmo antes de engravidar tudo, a gente discutia quais seriam as nossas atitudes em determinadas situações**, pra ver se realmente a gente tava alinhada. [...] **Então as duas estudam muito, as duas discutem muito. A gente se ajuda muito.** Como a gente tem os mesmos princípios, se a gente tá vendo que uma não tá lidando bem com a situação, **a outra já toma a frente do que tá acontecendo**; se vê que uma tá perdendo a paciência, a outra já toma a frente. [...] A teoria a gente já lia bastante durante a gravidez, a gente já discutia bastante... [...] Era tudo muito conversado. E **todas as decisões são sempre discutidas e entra em comum acordo**... a gente, na verdade, diverge muito pouco. [...] a única... na verdade, a única diferença é que eu já sonhava com isso há muito... eu já pesquisava há muito tempo. Então, quando a gente se conheceu a M... eu contei tudo e a gente começou a conversar. Então a iniciativa partiu de mim, mas quanto mais a gente conversava, mais a gente percebia que estava alinhada. E eu também sempre fui mais de ler. Eu sempre gostei de ler. Eu sempre gostei de livros. Então e acabava lendo mais, mas a gente sempre discutia muito. Ela lia menos, mas discutia

muito comigo. Mas foi sempre tudo muito dividido assim. **Não teve predominância não.** Eu acho que só acabava lendo mais pelo fato que eu ler mais livros sobre o que quer que seja e porque eu que iniciei o assunto, né. Mas, **fora isso, foi extremamente alinhado, dividido e tudo isso [...]** **As duas perseguem informação igualmente assim.** (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

A própria Dafne imagina que as razões para isto residam na sua configuração familiar: menos hierárquica. Quando perguntada se essa é a realidade que ela encontra ou percebe nas famílias ao seu redor, ela é taxativa:

Na verdade, eu não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Eu tenho grupos de criação com apego em whatsapp e eu sou a única em casamento homoafetivo... e **mesmo em mulheres que são muito engajadas com a questão do apego...** eu tenho até uma conversa... outro dia mesmo... que a mulher tava perguntando como é que era com os maridos. E aí eu fiquei muito surpresa de, **dentro de um grupo de whatasapp com mulheres tão engajadas com isso, todas responderem da dificuldade que tem com os maridos em alinhar esse tipo de educação. Então eles não leem nada. Eles têm muita dificuldade de aceitar isso de não bater.** Então... “ah tá fazendo alguma coisa errada”... eles não conseguem resolver nisso de conversar, ver o que tá acontecendo. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

Dafne, segue relatando que, os poucos casais com os quais tem contato e que considera verdadeiramente igualitários,

em que o pai realmente tá ali desde o começo, não é ali colocando pra arrotar de vez em quando e banho... é realmente ali fazendo tudo o que tem que ser feito pela criança, que ele fica ali desde o começo... não tem nenhuma diferença. **A criança... ela recorre aos dois igualmente, os dois sabem fazer tudo quanto a criança, sabem acalmar, sabem fazer dormir... é exatamente igualitário.** Então os poucos exemplos que eu tenho – que são poucos, são muito, muito poucos – eu diria que são uns três casais que eu vejo dessa forma... não tem nada a desejar e por isso eu não vejo como natural, não, eu acho que é realmente da educação e não do gênero do responsável. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

A verdade é que as mudanças objetivas na participação das mulheres no trabalho não parecem ter modificado as funções de todos no cuidado à família e, em especial, às crianças.

Tanto as pesquisas sobre o uso do tempo, quanto a análise qualitativa deste trabalho, nos permitem sustentar que não houve correspondência equivalente à entrada das mulheres no mundo do trabalho, à participação masculina nas atividades de cuidar, especialmente o cuidado emocional e mental, ainda que haja, sem dúvida, uma mudança de paradigma no *como* cuidar.

As lacunas no uso do tempo são tão óbvias e permitem afirmar que, mesmo quando os homens estão participando, eles o fazem em menor quantidade e em atividades selecionadas. É o caso do companheiro de Ilana que, selecionou um tema “de seu interesse” (as fraldas de pano)

para investir na paternidade ativa. A importância dessa figura feminina de mediação entre o trabalho dos homens e a vida familiar são evidentes nas falas e experiências destas mães.

As transformações na divisão sexual do trabalho têm mostrado que as crenças sobre funções adequadas para homens e mulheres na esfera pública modificaram em maior medida que as imagens relacionadas à esfera doméstica, especialmente sobre quem deve fazer o trabalho de cuidado não remunerado (FAUR; TIZZIANI, 2017 *apud* Coltrane, 2000).

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, assim como em outros trabalhos empíricos sobre cuidado (FAUR; TIZZIANI, 2017), encontrei, tendências de mudança, mas também continuidades surpreendentes na divisão do trabalho de cuidado. Continuidades que indicam que, ainda hoje, o cuidado constitui um dos nós mais críticos a serem desatados se desejamos uma sociedade livre das desigualdades de gênero.

Consideramos que as pesquisas sobre masculinidade hegemônica agora precisam estar mais atentas às práticas das mulheres e à ação histórica recíproca entre feminilidades e masculinidades. Sugerimos, portanto, que nossa compreensão da masculinidade hegemônica precisa incorporar **um entendimento mais holístico da hierarquia de gênero, reconhecendo a agência dos grupos subordinados, tanto quanto o poder dos grupos dominantes e o condicionamento mútuo das dinâmicas de gênero e outras dinâmicas sociais.** (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 266, grifos meus).

Para que a transformação subjetiva ocorra, é necessário que as mudanças na realidade material acompanhem um ambiente de cuidado compartilhado em que as mulheres não estejam constantemente sobrecarregadas e os homens não se sintam alijados de suas responsabilidades pelo cuidado. Ou seja, é necessário que não se vejam como responsáveis subsidiários pelas questões físicas e emocionais de seus filhos e filhas.

Então eu percebo uma dificuldade muito grande. E, vivenciando com os casais, **eu vejo que acontece uma sobrecarga muito grande, não só dessa questão de educação, mas do cuidado em si.** Aqui é muito mais fácil você... uma... uma coisa eu tenho certeza. É muito fácil você ter uma criação respeitosa, equilibrada se você não está sobrecarregada. Porque, se você tiver sobrecarregada, não tem como. Você não tem psicológico, não estrutura emocional pra lidar com a dor de uma outra pessoa. Então o fato das mulheres, na extrema maioria das vezes, estarem sobrecarregadas, atrapalha demais. E é uma coisa que eu vejo muito mais dividida... você perguntou sobre nosso círculo? Obviamente a gente conhece muito mais casais hétero, mas a gente tem muito convívio com casais homoafetivos até pela questão de representatividade ... da nossa filha saber que ela não é a única no mundo que tem esse tipo de configuração. Então a gente se aproximou de outros casais pra que ela possa ter esse convívio diário com configurações similares com a dela. Então a gente conhece muitos casais homoafetivos, mas a grande maioria, obviamente, ainda é casal hétero, né – que é o que mais então no mundo, claro. Então eu vejo que, como as mulheres nos casamentos homoafetivos são menos sobrecarregadas porque realmente na maioria das vezes as duas estão igualmente... empenhadas no cuidado da criança, acaba tendo uma estabilidade emocional um pouco mais fácil do que num casamento

em que não há essa divisão igualitária. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

Neste sentido, a reflexão sobre masculinidades na criação com apego, ainda que à primeira vista, pareça colocar-se como anti-hegemônica, pautada no cuidado compartilhado e na não violência, continua fundada e antigas normas de gênero, a partir de estruturas de cuidado binárias e complementares e que não incorporam a dimensão relacional do gênero na construção e manutenção de uma sociedade não cuidadora.

a conceitualização da masculinidade hegemônica deveria explicitamente reconhecer a possibilidade da democratização das relações de gênero e da abolição de desigualdades de poder, e não apenas a reprodução da hierarquia. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272).

3.5 CRIAÇÃO COM APEGO E FEMINISMO(S): PONTES E TENSÕES

De todas as categorias, as pontes e tensões entre a criação com apego e os feminismos, foi a que me atravessou mais visceralmente e, conforme as análises foram tomando corpo, me dei conta de que subjacentes a ela, estavam algumas das principais questões que permeiam esta pesquisa.

Não cabe questionar *se* a criação com apego pode ser acionada como uma prática feminista. Ela é e tem sido acionada como prática emancipadora – em muitos casos nominalmente feminista – ainda que em contínua tensão com a feminização do cuidado. Interesse-me, no entanto, apreender as tensões e nós entre esta auto reivindicação enquanto prática feminista de agentes reflexivos autônomos (as mulheres) e os discursos que permeiam a criação com apego a partir de um substrato antifeminista.

As mães da criação com apego, incluindo as dessa pesquisa e suas referências, não costumam nomear o feminismo em suas falas⁷⁵, menos ainda a vertente teórica/militante⁷⁶ com

⁷⁵ Somente três delas, falam expressamente do feminismo e de se verem como feministas: Estela, Giulia e Ilana. Apesar disso, Ana, Dafne, Helena e Camila, também fazem referência à importância de uma criação não machista, indicam referências que se apresentam como feministas e atribuem as desigualdades de gênero a um sistema “patriarcal e machista”. Somente Bruna, não faz nenhum tipo de referência ao feminismo, ao machismo ou a nada deste campo discursivo.

⁷⁶ “Com o estudo da trajetória e da epistemologia feminista, é possível identificar diversas vertentes feministas, tanto teóricas (acadêmicas) quanto práticas (de militância), que foram se construindo através das várias décadas de movimento e que destoam entre si em alguns pontos de seus discursos e interpretações”. (PESSOA; BORGES, 2018, p. 545). Já para a pesquisadora e comunicadora política, Sabrina Fernandes (FERNANDES, 2019), enquanto a vertente informa a origem da opressão da mulher e o que seria necessário para acabar com ela, os feminismos epistêmicos ou epistemológicos que informam as perspectivas baseadas em localizações distintas de sujeitos políticos. A vertente dá o tom político de projeto, de luta, de entendimento do que deve e pode ser feito, e a epistemologia dá experiência, consciência prática. Seriam exemplos de vertentes, o feminismo radical, o feminismo liberal e o feminismo marxista. Já os feminismos epistêmicos incluem, o ecofeminismo, o

a qual se identificam. Mas, é possível extrapolar, a partir das falas, inclusive dos perfis que elas indicam e seguem que, em geral, estes grupos se identificam com 3 tipos de feminismo: feminismo liberal⁷⁷, feminismo radical, mais conhecido nos espaços de militância como radfem⁷⁸, e o feminismo materno⁷⁹ ligado ao sagrado feminino, que não encontram respaldo ou correspondente, ao menos não atualmente, em nenhuma vertente teórico-acadêmica.

Algumas das pessoas influenciadoras que as mulheres entrevistadas seguem, fazem referência expressa ao feminismo materno. Cabe destacar que o feminismo materno de que estamos tratando aqui não deve ser confundido com o Feminismo Matricêntrico⁸⁰ que, apesar de defender a criação de um ativismo e de uma teoria sobre a maternidade colocando-a ao centro, o faz sem promover um argumento ou agenda maternalista, a-histórica, essencializadora ou determinista.

transfeminismo, o putafeminismo, o feminismo indígena e o negro, assim como o próprio feminismo materno. Vertentes e epistemologias podem se complementar e, por isso, é possível ter um feminismo negro marxista ou um transfeminismo liberal. Algumas vertentes, porém, serão automaticamente incompatíveis com epistemologias específicas como, por exemplo, o feminismo radical e o putafeminismo ou o transfeminismo. É importante ter em conta que vertentes feministas partem de uma determinada visão de mundo, de realidade e de ideal. Ainda, apresentam um projeto político para se chegar de um a outro.

⁷⁷ Entende-se aqui por feminismo liberal, aquele que entende a opressão das mulheres na desigualdade de oportunidades. A igualdade só será atingida por meio de reformas políticas, legais e econômicas. É a vertente *mainstream*, popularizada em slogans como "meu corpo, minhas regras" e "o pessoal é político". Suas principais ferramentas são a representatividade e o empoderamento individual.

⁷⁸ Entende-se por radfem, a vertente feminista, presente principalmente nas redes sociais, para o qual a origem da opressão está na socialização que impõe padrões de gênero, dentro do patriarcado a partir de uma visão biologicista. Redistribuição de papéis socioeconômicos, exclusão de homens e transexuais do movimento e abolição da prostituição e da pornografia são algumas das principais pautas deste ativismo virtual. É importantíssimo continuar alertando e demarcar que não se trata de uma mera "divergência teórica" e sim de práticas violentas que fundamentam uma teoria violadora de direitos humanos, não apenas de pessoas T como de trabalhadoras sexuais. O radfem se apropria de autoras radicais e de teóricas feministas em leituras distorcidas, para impor sua agenda propagandista e bem estruturada que se serve de uma dinâmica sedutora com temas que tocam muitas mulheres cis como relações abusivas e a própria maternidade, além de usarem de uma retórica fácil de ser mastigada e compreendida (pois rasa) e investirem na famosa polarização argumentativa do "nós contra eles".

⁷⁹ O "feminismo materno" é um tipo de ativismo virtual feminista que coloca as questões relacionadas à maternidade no centro dos debates. Muitas vezes identificado com o feminismo radical, ele parte do conceito da maternidade compulsória como premissa para denunciar o que chama de patriarcado e entende-se como um sistema de valores universal em que homens dominam mulheres.

⁸⁰ Cunhado pela pesquisadora Andrea O'Reily, a partir da ideia de que o feminismo invisibilizaria as pautas das mães, o feminismo matricêntrico propõe uma perspectiva matrifocal ao frisar que "a maternagem importa", mas seu objetivo não é o de promover "um argumento ou agenda maternalista". Ao contrário, para ela, "o feminismo matricêntrico enfoca a experiência generificada da maternagem (e aquelas relacionadas com gravidez, parto e amamentação) e nos obriga a abordar a espinhosa questão da diferença de gênero. A teoria feminista, com a notável exceção da diferença cultural do feminismo, posiciona a diferença de gênero como central, se não a causa da opressão das mulheres" (LEMES, 2018, p. 187 apud O'REILLY, 2016). Alguns trabalhos têm sido produzidos neste sentido, dentre os quais destaco a Dissertação de Mestrado de Lemes (2018), apresentada no curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina em que ela aborda os discursos e narrativas da plataforma Cientista que Virou Mãe. Ainda que o feminismo matricêntrico não seja a proposta teórica e prática que defendo neste trabalho, ele se torna cada vez mais relevante para a disputa teórica e política do Feminismo Radical e dos movimentos feministas que se aproximam do Sagrado Feminino, mas que não poderão ser explorados neste trabalho.

Uma parte das referências que as entrevistadas acionam, se autodenominam feministas, frequentemente identificando-se com o feminismo materno ou mesmo com o feminismo radical que parte da premissa de maternidade compulsória para denunciar o que chamam de patriarcado e entendem ser um sistema de valores universal em que homens dominam mulheres, que por sua vez dominam crianças. O “patriarcado” vem à tona algumas vezes na fala das mães entrevistadas também, ainda que de forma bastante abstrata.

Para elas, a maternidade é um ato político e a criação com apego, que vai contra o “sistema”, praticando o que Ilana (e praticamente todas as referências da criação com apego) chamam de “maternidade consciente”:

uma maternidade **mais consciente**, sobre toda **essa maternidade no contrafluxo**, por assim dizer, né? Esses temas que agora começaram a ser discutidos mais abertamente, mas dentro, né, da humanização do parto já eram temas muito falados. E aí, a partir disso eu tive contato com criação com apego... é, com questões como uso de sling, teoria da extergestação... eu acho que acaba sendo um caminho sem volta, né? A partir do momento que você começa a falar, já na gravidez, sobre a questão do parto, **sobre a questão da autonomia da mulher no parto**, questão das escolhas do parto. **Aí você entra em contato com todo um sistema que tá posto, né, pra que a mulher siga na tutela, siga tutelada, mais do mesmo...** aí quando você abre o olho pra isso é um caminho sem fim. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos. Grifos meus).

Se no início da primeira década dos anos 2000, o movimento ligado ao parto natural, interseccionado ao ativismo pelo “parto humanizado” ou “atenção humanizada à gestante e ao bebê” – que, como vimos, é a porta da entrada para a criação com apego para muitas das mulheres entrevistadas era algo mais – era algo ainda restrito a pessoas que circulavam por determinados universos, tido como “mais naturalistas” e que “compartilham um mesmo *ethos*” (TORNQUIST, 2002, p. 485), ao longo da segunda década o desejo de ter um parto natural, amamentar, bem como a criação com apego, foi se tornando muito mais difuso, incorporando estilos de vida e nichos de pessoas diversos sem características fixas ou com um determinado *ethos* de vida (CARNEIRO, 2011).

Quando pensamos as tensões destes movimentos (seja do parto humanizado, seja pela amamentação, seja pela educação não violenta) com o feminismo, da mesma forma, os deslocamentos e reaproximações ocorrem de forma desordenada e, certamente, não uniforme. Ainda assim, arrisco-me a observar uma tendência a partir da análise das falas das entrevistadas e do posicionamento de suas referências nas redes sociais.

Dentre as 19 referências nomeadas pelas mulheres entrevistadas, dois perfis eu não consegui encontrar nas redes pelo nome citado, pois havia várias páginas similares com o mesmo nome (Maternidade Ativa) ou não havia um perfil com seguidores suficientes para ser

considerado influente (Educação Não Violenta). Destas, 8 podem ser consideradas feministas, seja porque se nomeiam como tal publicamente, seja por terem posicionamentos considerados feministas nas redes; 6 não são feministas, seja por não se considerarem tal, seja por seus posicionamentos antifeministas e 3, eu classifiquei como neutras, por não ser possível extrair de suas postagens e posicionamentos, uma opinião ou sentimento sobre o feminismo.

QUADRO 4 – LISTA DE REFERÊNCIA CITADAS E SEU POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO FEMINISMO

	Nome	Número de menções	Número seguidores Instagram	de no	Posicionamento Feminista?
1	Alexandre Coimbra Amaral	1	77.900		Sim
2	Carlos Gonzalez	1	N/A		Não
3	Educação não violenta	1	N/A		N/A
4	Elisama Santos	6	232.000		Sim
5	Isa Minatel	1	404.000		Neutra
6	John Bowlby	1	N/A		Não
7	Kelly Oliveira (Pediatra Descomplicada)	1	449.000		Não
8	Laura Gutman	3	43.700		Não
9	Lua Barros	1	117.000		Sim
10	Marcia Tosin (Criação Neurocompatível)	4	670.000		Não
11	Maternidade Ativa	1	N/A		N/A
12	Flavia Pereira (Pais que Ajudam Pais)	1	203.000		Sim
13	Thiago Queiroz (Paizinho Vírgula)	1	163.000		Sim
14	Nanda Perim (Psimama)	1	659.000		Neutra
15	Dany Santos (Quartinho da Dany)	2	46.000		Sim
16	Rafaela Carvalho	1	494.000		Neutra
17	Julieta Franco (Recrutar Julieta)	1	113.000		Não
18	Taís Basili (Educação pela Paz)	1	373.000		Sim
19	Vera Iaconelli	1	116.000		Sim

FONTE: A Autora (2021)

Chama a atenção como os perfis assumidamente feministas tem uma média de seguidores bem menor do que aqueles não feministas: 166 mil em média para os primeiros *versus* 213 mil para o segundo grupo, mas, mais ainda, o quanto perfis neutros se destacam neste universo, com uma média de 519 mil seguidores por perfil.

Obviamente, esta não é uma análise quantitativa (ou qualitativa) sobre todo o universo de perfis relacionados ao tema maternidade ou criação com apego, tampouco do conteúdo destes perfis, e sim, apontamentos que merecem aprofundamento a título de hipóteses a serem verificadas, sobre como as tensões, as pontes e as inflexões entre feminismo e criação com apego aparecem nas falas das mulheres entrevistadas neste campo. Mais ainda, como isto se relaciona a um cuidado democrático e à prática feminista.

É importante destacar também que não necessariamente porque o perfil se considera ou reivindica feminista todos os seus posicionamentos o serão. Não cabe aqui validar ou

certificar a reivindicação feminista do objeto desta pesquisa. Acredito que declarar-se feminista é um caminho importante para o avanço do movimento, assim como defendo que uma prática e um discurso descolados da teoria e da reflexão críticas, podem esvaziar significados e diluir pautas, abrindo a porta (por vezes escancarando mesmo) para a cooptação do feminismo para estruturas antifeministas. É importante que se frise, mais uma vez, que a análise deste trabalho e as críticas são a discursos expostos em textos públicos, jamais às pessoas envolvidas.

Discorro, aqui, acerca de um bom exemplo do que estou refletindo. Lua Barros, influenciadora digital declaradamente feminista, com vários posts políticos em seu perfil, defende a maternidade enquanto ato político tem também alguns conteúdos que reforçam o lugar da maternidade enquanto destino e privilégio. Ao participar de um *podcast* feminista bastante conhecido, o Olhares, ela reflete sobre feminismo e maternidade em inúmeras falas essencializam, vinculam a mulher à menstruação, à lua, naturalizam hormônios e assim por diante, conforme tudo que já foi abordado na primeira categoria de análise (OLHARES, 2018).

Ao analisar os diálogos e desencontros entre os movimentos da chamada maternidade consciente e os feminismos em sua tese, Carneiro (2011) apresentou movimentos de distanciamento e reaproximação, com as mulheres mães brasileiras também tomando as ruas, ao lado e de dentro dos movimentos feministas como, por exemplo, na Marcha Fora Cunha e na Marcha pelo Parto em Casa em que as mães e gestantes tem inclusive feito de seus corpos de plataforma para a defesa dos direitos das mulheres e crianças.

FIGURA 8 – MULHERES CARREGANDO CRIANÇAS EM SLINGS NA AVENIDA PAULISTA EM MANIFESTAÇÃO CONTRA O EX-PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA E O PROJETO DE LEI QUE PRETENDIA LIMITAR O DIREITO AO ABORTO LEGAL



Fonte: G1 / Matheus Rodrigues

A antropóloga Rosamaria Carneiro (2011), em sua tese de doutorado, orientada pela Prof. Rago, conduziu uma etnografia abordando as práticas femininas de parto humanizado dos anos 2000, ao problematizar a presença dos diversos modos de subjetivação femininos a partir de dois grupos de preparo para o parto em São Paulo, avaliava que, naquele momento,

as mulheres, em geral, são as que têm pautado a reinvenção da maternidade e do parto, enquanto as feministas, a partir da década de 1990, parecem ter perdido um pouco o interesse pelo tema, talvez por considerá-lo prosaico e por terem passado a se dedicar e a pensar mais em maternidades contra hegemônicas, em tempos de assistência reprodutiva, de maternidades lésbicas e de maternidades monoparentais. (CARNEIRO, 2011, p. 253, grifos meus).

Este dilema é refletido em uma das falas mais marcantes das entrevistas que realizei:

Tayná, eu tinha muito a coisa do feminismo era muito forte pra mim. Muito muito muito forte. O que eu estudava ali, a parte do feminismo francês, e só que daí quando eu tive a A parece que não... **parece que aquele feminismo que eu estudava não queria que eu tivesse a A, sabe, então pra mim foi muito um baque assim, eu tive que ir por outras linhas do feminismo...** eu tive que entender outras partes, eu tive que construir a minha forma sabe, de feminismo, a minha forma de... a minha realidade, o que eu precisava, o que eu preciso mudar, o que eu preciso fazer pela minha filha, eu nunca fui ensinada a casar, eu não, muito pelo contrário, minha mãe falou: "ai não, não casa! vai viver a tua vida" então, não... mas não, já fui totalmente pro outro lado, mas acho que sim, acho que a criação com apego quando praticada por ambos, no caso o casal pelo marido e pela esposa, é... eu acho que pode ser, pode igualar melhor, pode sobrecarregar menos, acho que é isso... [...] Então, quando eu comecei a estudar essa questão do feminismo e tal ali, é... era muito... pra mim tava

tudo ótimo sabe, pra mim era aquilo ali mesmo, era trabalhar, era independência, liberdade, só que ao mesmo tempo eu sempre quis ser mãe também. E aí **quando eu engravidei eu sentia muito isso Tayná, eu sentia muito que aquele feminismo que eu estudei ele me distanciava da maternidade. Ele não, ele problematizava, eu que senti isso, eu... ele problematizava a maternidade, ele não, ele não queria que as mulheres tivessem filhos, parecia assim...** e foi uma época bastante marcante na França assim, o que eu... e aí eu... não sei, eu vi que não era aquilo ali que eu queria sabe, muito pelo contrário, eu queria ter uma filha mulher, eu sempre tive isso muito (risos) muito claro assim, que eu queria ter uma filha mulher pra ela poder escolher o que ela queria sabe... então assim, **não é também num livro que vai te dizer se tu tem que ter filho ou não, sabe, eu acho que tu tens que decidir isso, e... e ali pra mim, pra mim, transformou isso muito no meu parto assim, que eu vi a forma de parir como um poder do homem de dominar a mulher assim, ne de escolher a via de parto, então eu mudei sabe, eu migrei pra esse campo.** Até meu TCC foi... foi violência obstétrica... a violência obstétrica como violência de gênero. E... eu parti muito pra esse lado de... como o homem ele domina... o homem, enfim, o sistema médico ele domina o corpo da mulher diz o que a mulher tem que fazer, ele desensina a parir, então, eu acho que ali, há caminhos no feminismo e aí cada mulher vai escolher o seu. (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

A maioria delas vê sim, na criação com apego a possibilidade de construir uma sociedade menos machista, em que homens também sejam cuidadores de seus filhos e refletem sobre isso a partir de um lugar mais ético, consciente e reflexivo:

colocar as crianças pra participarem, né, de todas as atividades. Mostrar que todo mundo cuidar de onde tá, do espaço... mostrar que não existe diferença, né, que todo mundo tem sentimentos, que todo mundo pode fazer todas as coisas, exceto as coisas que são fisiológicas, que não tem como se mudar. Mas não é fisiológico da mulher ter que se preocupar com a comida e o homem só comer. Não é fisiológico, isso é imposto. (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses).

então... eu acho que é uma criação que propicia mais igualdade. Se ambos estiverem decididos, eu acho que consegue, assim. Porque a criação tradicional, ela é muito mais... coloca muito mais peso pra mãe, né. E a criação com apego... acho que ela permite isso de ambos participarem. Acho que ela é até mais fácil assim... se ambos participarem, fica mais fácil, porque, daí, um ajuda o outro; um dá o toque pro outro. “ó, você podia ter melhorado nisso”, “Você podia ter feito dessa forma”. Eu acho que, se os dois estiverem participando, é mais fácil de aderir à criação com apego. E a criação com apego também aproxima... aproxima os pais eu acho também. Eu acho que é capaz de aproximar mais os pais. Porque... eu falo... pra mim, eu tive muitas conversas com meu ex. Muitas conversas sobre criação, que eu talvez não teria tido se eu fosse adepta da criação tradicional. Então, como eu sou adepta da criação com apego, eu tive altas conversas com ele... assim, de troca. E ele também. Ele também é adepto, né?! (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos).

Elas se enxergam em uma prática feminista que aborda a temática da maternidade por outro prisma, não como algo a ser combatido, muito menos como uma prisão, mas como a possibilidade simbólica de ser vivenciada de forma consciente, informada e, até mesmo, política.

Preocupadas em como educar os seus filhos, como refletir sobre os papéis de gênero, sexualidade, cultura do consumo e assim sucessivamente. Tudo isso no que pretendo

pensar aqui como uma “maternidade reflexiva”, a lá Giddens (2003); mas que também aparece, no universo êmico, como “maternidade ativa” e “maternidade consciente”. (CARNEIRO, 2019, p. 183).

Ao mesmo tempo, suas práticas de parto e conexão/vínculo “mais naturais”, não poderiam ser classificadas como feministas, se ignoram os processos de subjetivação e autonomia das mulheres mães (ainda que não expressamente).

Defensores e defensoras da criação com apego, dizem que não se trata de seguir regras ou de imposições e sim colocar em prática “princípios”. Nesse arranjo, me parece haver uma disputa narrativa das referências/influenciadoras que, quanto mais fortemente se posicionam enquanto feministas, mais tem se distanciado do uso do termo “criação com apego”, substituindo-o pela “educação positiva”, “educação não violenta”, “parentalidade positiva”, dentre outros, fazendo inclusive críticas a visões deterministas e essencializadoras. Outras acabam fazendo uma “releitura” da teoria do apego, esclarecendo que esta (teoria), tem sido desvirtuada na prática (criação), trazendo sobrecarga e culpa às famílias e, principalmente, às mulheres.

Já para as influenciadoras que não se posicionam como feministas ou as neutras, a criação com apego continua sendo difundida como a única forma de se criar uma criança sem violência. Outros modelos de criação são considerados, no mínimo, desinformados, desatualizados e, em muitos casos, traumatizantes e definidores de aspectos negativos da personalidade da criança. A criação com apego – e as práticas a ela atreladas como o parto natural, a amamentação até pelo menos 2 anos, uso de *sling*, cama compartilhada, etc. – seria também um ato de resistência e posicionamento político a um sistema “patriarcal e capitalista” que deseja controlar as mulheres, seus corpos, seu tempo, sua produtividade e, por fim, disciplinar suas filhas.

A teoria do apego é tratada por essas mulheres e suas referências como a única possibilidade. Mais que isso, é tomada como um dado apriorístico e consensual, como se não existissem múltiplas teorias do desenvolvimento na Psicologia, na Biologia e na própria Sociologia e Antropologia, isto é, como se a teoria do apego não fosse apenas um recorte, dentre essas muitas teorias. Um pequeno pedaço de um panteão de estudos sobre o desenvolvimento biopsíquico-social do ser humano, e que tem, como todos, localização histórica, cultural, discursiva, política e ideológica.

E, mesmo para as que dizem não se tratar de um conjunto de regras, este discurso parece bastante inócuo quando, reiteradamente, se está dizendo para os pais (especialmente mães), que “está provado cientificamente” que o que elas fizerem com as filhas vai impactar a

vida delas para sempre, principalmente em uma cultura já marcada pela essencialização da mulher e a naturalização da “culpa materna” como intrínseca aos processos de cuidado e atenção primária que a criança necessita.

Todas as entrevistadas falam sobre a culpa, sobre como aliviar esta culpa e sobre como precisam “se perdoar” e “se acolher” no processo. Nos sites e blogs das influenciadoras esta fala também aparece o tempo todo. “Perdoar-se e seguir em frente” pelos “escorregões”, sem, no entanto, questionar o determinismo da própria teoria.

São falas como as reproduzidas por Ilana, e por tantas das entrevistadas, mas também, mais ainda de suas referências que reforçam a ideia de um determinismo cientificista e que, argumentarei no próximo capítulo, sim, podem ser lidas inclusive como antifeministas

a criação com apego é **uma compreensão de que quanto mais segurança, proximidade física e emocional e vínculo aquela criança, aquele bebê começar a receber durante a primeira infância, durante a vida, mais ela vai ser uma criança independente**, segura, que tem autoestima elevada, que tem autorregulação emocional. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Já abordei o quão marcante é a ideia, neste modelo de criação, de que as ações dos pais (especialmente da mãe, ainda que muitos tomem o cuidado de substituir pela expressão, mais genérica, “cuidador primário”) serão determinantes e impactarão a personalidade da criança para sempre, tanto para o “bem”, como para o “mal”.

Com frequência, quando alguém reclama de cansaço e exaustão quanto a alguma das práticas, a culpa não é da prática, mas da falta de rede de apoio, da “sociedade machista que quer a mulher produtiva”, da falta de licença para poder amamentar pelos dois anos necessários, de programas e políticas públicas que permitam às mulheres ficarem em casa com “segurança” para ficarem com suas filhas. É atribuído às mães não apenas a responsabilização de tarefas cotidianas, mas a responsabilidade por “educar” e “proteger” suas filhas, reiterando um esquema desigual de divisão de responsabilidades, no qual, a educação e a socialização, enquanto constituintes da personalidade, são vistas como privadas e, portanto, concernentes às famílias como entidades ou aos indivíduos (BIROLI, 2018).

Não há questionamento ao padrão heteronormativo burguês de família ou espaço para a construção de outras subjetividades maternas, de outras relações possíveis com a experiência de gestar (ou não), parir (ou não), amamentar (ou não) e cuidar de uma criança. Ao abordar as maternidades negras, de mulheres periféricas, favelizadas, fica claro também que esse tipo de argumento determinista é perigoso porque acaba reforçando estigmas que já pesam – e matam – a população negra: “potencialmente criminosos”, oriundos de “famílias desestruturadas e

violentas”. Como se, podendo fazer escolhas “realmente informadas”, todas fariam a escolha por uma criação nestes moldes.

A distorção narrativa de “privilégio” de ficar em casa com as filhas nos dois primeiros anos, mesmo quando se defende que poderiam ser os pais a fazê-lo, escorrega na ideia de que é na família que reside a principal e – talvez única – responsabilidade pela cidadã que se está formando.

Certamente, o cuidado, na criação com apego, permanece centralizado na família nuclear heteronormativa. Os demais atores (família expandida, escola, estado, sociedade como um todo) são vistos a partir de uma responsabilidade subsidiária ou, quando muito, complementar como “rede de apoio”. Mantém-se uma perspectiva familista em que a dualidade entre público e privado não é problematizada. Nesse prisma de entendimento, as relações de poder não são computadas na compreensão de como os indivíduos se tornaram quem são e dos limites desiguais para atuarem, individual e coletivamente, desconsiderando que “as relações de cuidado, apesar de envolverem dimensões profundamente pessoais e afetivas da vida, organizam-se em ambientes institucionais e econômicos específicos” e que, portanto, “falar de cuidado é falar das assimetrias no exercício da influência política e na conformação do mundo” (BIROLI, 2018, p. 53).

Na criação com apego, o cuidado é analisado a partir de um direito da criança e um dever **apenas** ou **principalmente** dos pais. Mais: o cuidado da mãe é ignorado na equação a não ser para que esta esteja mais apta a cuidar da criança: “o pai cuida da mãe, para a mãe poder cuidar da criança” (GUTMAN, 2015;2019).

O debate do cuidado, como questão política e em uma perspectiva feminista, por sua vez, requer a desnaturalização da dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Isto porque é preciso considerar que: (i) as relações de poder e as desigualdades transcendem o ambiente familiar e transbordam para todas as esferas da vida cotidiana; (ii) as relações de cuidado constituem um quadro mais amplo das relações de poder; (iii) relações de gênero, raciais, étnicas e intergeracionais estão conectadas com a organização social do cuidado em um contexto em que as fronteiras entre o privado e o público, o pessoal e o político, toma forma institucional, econômica e culturas específicas (BIROLI, 2020).

No debate sobre responsabilização e cuidado, a crítica à dualidade entre esfera pública e privada também é fundamental. Quando essa dualidade não é problematizada, as trajetórias dos indivíduos podem ser apresentadas como distintas e independentes das relações na vida privada e das formas cotidianas de interdependência. O “sucesso” ou o “fracasso” individual, assim como a configuração da vida familiar, podem ser apresentados como se fossem resultado de escolhas voluntárias, em vez de

desdobramentos de uma série de injunções e do conjunto das alternativas disponíveis de fato. (BIROLI, 2018, p. 59).

É urgente reforçar a necessidade de se levar em consideração perspectivas que contrastam com as abordagens individualistas, buscando um equilíbrio entre garantias individuais, solidariedade social e responsabilidades coletivas e do Estado mesmo que aparentem emancipatórias e um caminho “do meio” ou um projeto “antissistêmico” que rejeita a lógica capitalista de produtividade. Compreender que práticas humanizadoras e não violentas com as crianças são essenciais e urgentes, mas que o centro e a premissa desse debate precisam deslocar-se para o conceito de cidadania e solidariedade, a partir da perspectiva do cuidado enquanto direito e garantia fundamental a ser assegurados pelo Estado e toda a sociedade.

Neste Capítulo, examinei as balizas acionadas pelas mães entrevistadas para este trabalho ao produzir seus processos de cuidar a partir da criação com apego, a saber: essencialização da maternidade; (ii) a não violência como prática individual e a criança como devir; e (iii) novas – possíveis–masculinidades na criação com apego.

Estas mulheres, assim como as referências que fundamentam seus processos reflexivos, a partir de concepções discursivas que *partem* de ideias de uma natureza do cuidado essencializada, comum aos processos de feminilização configuradores deste campo, em um processo reflexivo que aciona em primeiro lugar o próprio passado e experiências. Em segundo, elas vinculam sua escolha por um modelo de criação “mais natural”, “embasado em evidências” e “informado” como um investimento na sociedade como um todo e, portanto, um modelo que, segundo elas, todo mundo deveria adotar. Isto é o que eu chamo de biopolítica do vínculo.

Olhando para as reflexões dessas mulheres sobre o papel que os pais de suas filhas ou dos homens em geral, ocupam nas questões relacionadas ao cuidado, inclusive na criação com apego, fica clara a manutenção da feminização do cuidar e, principalmente, do refletir.

Também procurei interpretar a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego e os feminismos, pavimentando as bases da argumentação quanto à *impossibilidade* de a criação com apego ser lida como uma prática feminista, quando se adota uma perspectiva epistemológica comprometida com as teorias do cuidado.

Isto porque, apesar de se apresentar como uma prática de cuidado mais informada, consciente e até mesmo ética, a criação com apego não parece ser capaz de reduzir a feminização do trabalho de cuidado, a sobrecarga emocional destas mulheres ou a culpa quando eventualmente não se atinge o ideal materno desejado.

Em última instância, a criação com apego reproduz uma visão determinista, essencializadora e binária do cuidado que deposita sobre o indivíduo mãe (e/ou pai, quando

muito), a principal responsabilidade pelo bom desenvolvimento (incluindo aqui saúde psíquica e física) das sujeitas. De modo geral, entendo que este modelo reforça a criminalização da pobreza, elitizando e individualizando o afeto e a não violência familiar como determinantes de saúde mental e equilíbrio emocional o que ignora, ou no mínimo invisibiliza, a relevância do impacto que o acesso a serviços públicos de baixa qualidade, a violência estatal, o racismo e classismo estruturais, bem como a insegurança alimentar tem sobre a construção de subjetividades e as experiências das pessoas.

Pergunto-me: será que uma família paupérrima em que os pais “criam com apego” tem mais chances de ter filhas emocionalmente mais “bem-sucedidas” do que uma família de classe média alta que adota uma criação dita tradicional?

De outro lado, o impacto das vivências, boas ou ruins, sobre nossas personalidades e a construção da nossa subjetividade é inevitável. Somos inacabados, estamos constantemente sendo construídos e reconstruídos.

4 “THERE’S NO SUCH THING AS A BABY (OR A MOTHER)”: A PERFORMANCE DA MATERNIDADE

Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher.

A existência de uma dolorosa fragmentação entre as feministas (para não dizer “entre as mulheres”), ao longo de cada fissura possível, tem feito com que o conceito de mulher se torne escorregadio: ele acaba funcionando como uma desculpa para a matriz das dominações que as mulheres exercem umas sobre as outras.

As taxonomias do feminismo produzem epistemologias que acabam por policiar qualquer posição que se desvie da experiência oficial das mulheres (HARAWAY, 2009b, pp. 47-50).

Neste capítulo, procuro pensar a forma como as experiências de maternidade presentes nas narrativas das mães aqui analisadas são significadas para elas mesmas. Analiso se podem ser acionados processos reflexivos de interpelação e reconhecimento, como ferramentas próprias da reflexividade destas mães e como estas se conectam à construção do sujeito criança. Por fim, analiso se a criação com apego pode ser lida como uma prática feminista, a partir de uma perspectiva epistemológica comprometida com o cuidado.

Para isso, julgo necessário mergulhar nas complexidades imbricadas nas práticas destas mulheres, fugindo das respostas reducionistas que lhes retiram a agência e as colocam no lugar passivo de reprodutoras de discursos antifeministas. A essa altura, procuro observar as ambivalências de um lugar que se propõe emancipador, mas que se funda no que há de mais antigo na ideologia que sustenta a feminilização do cuidado: a essencialização da maternidade.

Argumento, também, que em uma perspectiva *butleriana*, a sujeita mãe é múltipla, complexa e, que a *performance* que cada uma exercerá ao mesmo tempo a faz mãe, enquanto a própria criança é porque é **nomeada** (BUTLER, 2019). Em razão disso, interpreto a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e as críticas discursivas aos modelos biomédicos, incorporando a compreensão que estas mulheres fazem de suas próprias ressignificações e rearticulações de suas práticas cotidianas.

Para refletir sobre as possibilidades e limites das concepções a respeito deste modelo de criação, tão marcadas por ideias a respeito da necessidade de uma natureza do cuidado feminino, sobretudo materno, considero essencial examinar as dinâmicas familiares estabelecidas entre indivíduos e a forma como são negociadas e organizadas. Para isso, procurei levar em conta subjetividades, discursos e os sentidos conferidos pelas sujeitas a cada atividade de cuidado e como estes sentidos estão imbricados a dimensões outras — como os recursos materiais disponíveis para o exercício da parentalidade, o momento histórico, valores culturais

e posições dos indivíduos na estrutura socioeconômica — que influenciam, mais ou menos, no projeto reflexivo daqueles indivíduos e daquele núcleo familiar.

4.1 INTERPELAÇÃO, RECONHECIMENTO E INTELIGIBILIDADE

não podemos existir sem interpelar o outro e sem sermos interpelados por ele, e que é impossível nos livrarmos da nossa sociabilidade fundamental, por mais que queiramos. (BUTLER, 2015, p. 38).

As primeiras impressões não são apenas recebidas pelo Eu, mas são formadoras dele. (BUTLER, 2015, p. 69).

A criação com apego e as práticas que a permeiam estão imbricadas em processos reflexivos que partem de um lugar essencializador e que desconsidera a concepção da natureza como necessariamente atravessada pelos códigos de inteligibilidade que nos permitam nomeá-la, e não o contrário. Ainda assim, as mulheres entrevistadas para este trabalho narram processos que colocam em disputa discursos que hierarquizam sujeitas, ao colocarem a criança em pé de igualdade com os adultos no que se refere ao direito de ser vista, ouvida e lida, ainda que não estejam isentas das complexidades inerentes à própria reflexividade (BUTLER 2014; 2015).

Refletir sobre a forma como criam suas filhas, como interação com eles e como essa interação ressignifica sua própria subjetividade, permite abrir as portas para uma reflexão sobre a própria formação das sujeitas mãe e bebê que se interpelam mutuamente.

desde o princípio, foi muito eu e ele assim mesmo. A gente se conhecendo sozinho, nós dois. E esse processo da criação com apego é uma coisa. Eu não li anda sobre isso antes de engravidar, nem sabia que isso existia. Pra mim é uma coisa natural a criação com apego. (Bruna, 35 anos, mãe de um menino de 2 anos, grifos meus).

E depois que ele nasceu, por incrível que pareça, a maternidade pra mim foi mais fácil do que a gravidez. **Eu me senti, me encontrei mais como mãe, tá?** Não foi amor à primeira vista... meu obstetra me falou essa frase na véspera do parto e falou olha, não vai ser amor à primeira vista, tá, aos poucos vocês vão se entendendo e se conhecendo [...] Porque uma enfermeira me falou a época assim, **aos poucos vocês vão se conhecendo ((risos))... você vai entendendo o que que ele quer, qual jeito que ele mais gosta de mamar e você também vai buscando onde você se sente bem.** (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos, grifos meus).

Uma das frases mais comuns no meio materno, dentro e fora da comunidade de adeptos da criação com apego, é a de que “quando nasce um bebê, nasce também uma mãe”. Embora ela seja usada comumente para argumentar que a mulher se tornará mãe e, portanto, saberá o que fazer através do instinto (uma visão amparada em princípios *winnicottianos*), ela contém

um excelente ponto de partida para refletir sobre as práticas performativas envolvidas nesta identidade.

Permite também que se olhe para como essas mulheres se reconhecem enquanto sujeitas mães e a seus filhos e filhas ao serem interpeladas e o quanto o lugar de enunciação de suas práticas maternais abre possibilidades de reflexividade para um debate sobre o cuidado, masculinidades e o próprio feminismo.

A meu ver, apreender e manejar os sentidos e práticas de cuidar e reconhecer-se neste cuidar e em suas trajetórias reflexivas evita que se escorregue em análises cristalizadas e estereotipadas das vivências relatadas.

Se há pouco mais de 250 anos, a infância não existia e os filhotes humanos eram uma fase biológica pela qual havia pouco interesse, quando essas mulheres falam sobre escutar a criança, ter empatia e *enxergar* a criança, elas estão falando de nomeá-la enquanto sujeitas:

O que eu acho mais importante é não violência, assim. Pra mim o que é mais é não violência e uma tentativa de escuta, né? **De escutar a criança e saber que ela não, que o que ela tá falando é muito importante pra ela**, não é qualquer coisa, não é... o que ela brinca, o que ela fala, o que ela pede não é porque ela é manipuladora ou porque não é nada, né, não é sem importância. Pra ela pode ter alguma importância, pra gente pode não ter, mas... pra ela tem importância aquilo que ela tá pedindo, aquilo que ela tá querendo. Então o que eu consigo seguir hoje em dia são essas dois principalmente, não violência e escuta. (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifos meus).

A criança entra na equação daquela relação sendo colocada como uma parte dela. Não apenas uma parte passiva. Não alguém que apenas absorve. É em razão disso que nomear a criança e se construir mãe nesta relação, também as absolve:

Eu acho que a minha culpa hoje também ela é um pouco menor porque eu aprendi a, por exemplo ontem foi um dia que eu gritei com ela, ontem a noite. Depois que passa, eu aprendi a chamar ela, sabe, ficar na mesma altura dela, explicar porque eu gritei, eu tinha me estressado no trabalho durante o dia e eu tava estressada, eu cheguei em casa estressada, então assim, não foi culpa dela e eu transferi nela porque ela é mais vulnerável pra isso... sabe. E **aí eu converso, eu peço desculpas, eu digo que eu errei e eu acho que isso me acalma bastante, assim sabe**, mas não foi sempre assim... eu acho que... **faz muito pouco tempo que é assim... que eu fico tranquila assim... que a sensação de culpa ela é menor, sabe, de conseguir conversar, conseguir falar pra ela**. Eu sempre consegui falar pra ela, na verdade, que "ah eu errei, não é assim e tal". Acho que nisso meu marido tem muito mais dificuldade de admitir quando errou, que não teria necessidade de, mas assim, **acho que a minha culpa hoje ela é menor. Talvez porque ela também sabe se comunicar e ela fala: "tudo bem mamãe" então facilita ne. Então as vezes eu, já aconteceu de eu gritar e ela me olhar e falar assim: "você não foi gentil". É realmente, eu não fui gentil, então é... aprender a... não é só criança que erra ne, adulto também erra... acho que é isso...** (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

A pergunta de Butler (2015, p. 34) “sob quais condições alguns indivíduos adquirem um rosto legível e visível, e outros não?” guia esta pesquisa e as inquietações que a fundamentam. Essas mulheres são mães porque *elas só podem ser mães* no regime de verdade instituído e que define os códigos de afetos e cuidados esperados de quem gesta e pare. Isso não significa que elas apenas reproduzam um roteiro esperado delas. Antes, elas se constituem e se reconhecem através de códigos pré-estabelecidos e dos quais elas se apropriam, mas também os subvertem, ressignificam e modelam:

Embora esse regime decida de antemão qual forma o reconhecimento pode assumir, **ele não a restringe**. Na verdade, “decidir” talvez seja uma palavra muito forte, pois o regime de verdade fornece **um quadro para a cena de reconhecimento**, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e **oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento**. (BUTLER, 2015, p. 26, grifos meus).

Se, por um lado, encontramos nas falas das entrevistadas, uma tentativa de resgate do que elas chamam de instinto, é também verdade que há um profundo processo reflexivo imbricado neste modelo de criação que acrescenta a criança ao *cenário* não apenas como sujeito, mas como lugar de interpelação desta mulher que se vê mãe.

Compreender o que fundamenta e como se organizam as práticas e vivências da criação com apego, os processos reflexivos que permeiam as narrativas do maternar e do relatar a si mesmas destas mães me leva a observar as diferentes camadas de discursos sobre maternidade, não necessariamente homogêneas ou coerentes internamente, mas que nos colocam diante de dilemas que não precisam ser resolvidos e sim apreendidos.

Sempre que necessário, elas renegociam consigo mesmas, em processos reflexivos, a própria maternidade e o cuidado com a criança se impõem:

algumas coisas assim, da teoria, **eu vejo que na hora de passar pra prática tem uma certa dificuldade**. Principalmente em relação à livre demanda depois dos seis meses de idade... isso eu senti muita dificuldade [...] Então algumas coisas... a minha psicóloga, ela também tem essa visão mais acolhedora, **então algumas coisas eu leio e levo pra discutir durante as sessões pra tentar achar um caminho e uma abordagem**. Então...mas a maior dificuldade de passar é esse vínculo, sabe? Até onde eu to respeitando, até onde eu to sendo gentil, até onde tá sendo bom pros dois, né? Agora, por exemplo, eu adoro fazer cama compartilhada, adoro... e também não incomoda o pai... a gente gosta de dormir nós três. Só que a gente morava numa casa grande, então cabia – o berço ficava acoplado na cama de casal. Daí a gente mudou pra um apartamento... que não cabe. E eu continuo no quarto com o Vicente, por conta dessa questão da amamentação, que eu não pretendo tirar, e o no outro quarto. (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses, grifos meus).

Hoje o que rola, sinceramente, é: eu crio de um jeito... isso me causa muito questionamento também... mas eu crio de um jeito diferente dele. **Eu não sei que nó que vai dar na cabeça da criança, sinceramente. Eu acho que ela vai ter que aprender a lidar com isso assim**. Não sei. Ultimamente eu tenho pensado muito nisso assim, sabe? Então o que eu sinto é: **quando eu sinto medo... medo de dar um nó**

na cabeça dela... eu penso que acho que ela é uma criança bem saudável, assim, emocionalmente, sabe... com relação a isso. Pelo menos é o que me aparenta até agora assim, sabe? E depois eu penso que, assim, **ela vai ter se acostumar com isso. Ela vai ter que criar mecanismo pra lidar com “aqui é de um jeito, na casa do pai é outro”.** (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifos meus).

Em vários momentos, elas apresentam suas conciliações e processos reflexivos sobre o seu maternar em arranjos que as beneficiam – e a seus bebês – independentemente do que outros pensam sobre aquilo.

uma coisa que **me ajudava muito dormir e ter uma vida melhor**, era a Laura dormir comigo na cama. Porque aí ela acordava, mamava dormindo **e daí eu dormia também. Dava de mamar dormindo e... e o pai dela nunca gostou muito.** [...] E eu sempre pensava: **“bom, se eu tiver que escolher ou ele ou o neném na cama, eu vou escolher o neném na cama.** Ele vai dormir no sofá. Vai dormir em outra cama. (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos).

Assim como a romantização, as visões uniformes e universais da maternidade enquanto inerente e necessariamente opressora são igualmente limitantes e essencialistas visto que ignoram importantes “diferenças entre as mulheres, bem como a complexa interação entre corporeidade, psicologia e cultura” (JEREMIAH, 2006, p. 23).

Olhar para o sujeito mãe como envolvido em um processo que “nunca está completo e que demanda contínua reiteração permite compreender a performatividade materna como um contínuo fazer-se. Mães estão *performativamente maternando* uma criança” (JEREMIAH, 2006, p. 28), no gerúndio mesmo, eis que o maternar é “uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (BUTLER, 2019, p. 16). Aliás, a própria existência da reiteração alerta sobre a incompletude da materialização e “de que os corpos nunca estão suficientemente completos, de que os corpos nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização” (JEREMIAH, 2006, p. 28).

Compreender a maternidade como performatividade não é concebê-la puramente em termos discursivos, mas sim apreender que a experiência materna e sua construção são indissolúveis. Como Butler (2015) observa, a materialidade da maternidade está ligada a suas operações discursivas:

A linguagem e materialidade nunca são totalmente idênticas nem totalmente diferentes [...] Paradoxalmente, essa evocação é um ato performativo e não narrativo, mesmo quando funciona como ponto de apoio para a narrativa. Em outras palavras, estou fazendo alguma coisa com esse “eu” – elaborando-o e posicionando-o em relação a uma audiência real ou imaginária – que não é contar uma história sobre ele, mesmo que “contar” continue sendo parte do que faço. Qual parte desse “contar” corresponde a uma ação sobre o outro, uma nova produção do “eu”? Assim como existe uma ação performativa e alocutária executada por esse “eu”, há um limite ao

que o “eu” pode realmente recontar. Esse “eu” se fala e se articula, e ainda que pareça fundamentar a narrativa que conto, ele é o momento mais infundado da narrativa. A única história que o “eu” não pode contar é a história de seu próprio surgimento como “eu” que, além de falar, relata a si mesmo. (BUTLER, 2015, p. 77).

A maternidade enquanto *performance* abre espaço conceitual para a maternidade como prática podendo, sim, ser vivida de forma transformadora e subversiva. Dessa forma, dispõe de potencial para a interrupção de discursos dominantes sobre maternidade, que dependem de sua atuação para validade e que, portanto, fraturam-se, abrindo-se para as mudanças e para a ideia de agência materna. Assim, “variar a repetição das práticas maternas é exercer agência materna” (JEREMIAH, 2006, p. 28).

A passagem da *performatividade materna* para uma escolha reflexiva, não exclui, ao menos não automaticamente, o fato de que ela continua sendo afirmada como um elemento fortemente constituidor do que vêm a ser a cultura e identidade femininas e sua ligação com a natureza (SCAVONE, 2004). Elas acionam balizas que, embora alicerçadas em argumentos essencializadores da construção de vínculo e construção de subjetividades, acionam reflexividade e agência a partir de um conjunto de informação e conhecimento tido como especializado.

Se sou responsabilizada por meio de um quadro de referências moral, esse quadro dirige-se primeiro a mim, começa a agir sobre mim, pela interpelação e pelo questionamento do outro. Na verdade, é somente dessa maneira que chego a conhecer esse quadro. Se dou um relato de mim mesma em resposta a tal questionamento, estou implicada numa relação com o outro diante de quem falo e para quem falo. Desse modo, passo a existir como sujeito reflexivo no contexto da geração de um relato narrativo de mim mesma quando alguém fala comigo e quando estou disposta a interpelar quem me interpela. (BUTLER, 2015, p.19).

É a partir da maternidade que penso a parentalidade aqui, não apenas para ampliá-la e assumir suas diversas possibilidades, mas para implodi-la como categoria necessária quando se trata do gestar, parir e cuidar de uma criança.

a reflexão crítica, que com certeza é parte de qualquer filosofia e prática política seriamente normativa, exige que se interrogue porquê e como isso se transformou no problema, o problema que define o que irá ou não se qualificar como discurso político significativo. Por que, sob as condições presentes, a própria perspectiva de “se tornar política” depende de nossa habilidade de operar dentro da lógica binária instituída discursivamente e não se interrogar, e se empenhar em não saber, se o campo sexual é violentamente restrito pela aceitação desses termos? Essa dinâmica é ainda mais violenta porque fundamenta o campo contemporâneo da política, fundamenta-o através da exclusão violenta desse campo sexual da política. (BUTLER, 2002, p. 228).

Ao debruçar-me sobre os processos reflexivos que permeiam as narrativas do maternar e do relatar-se destas mulheres, me deparei com diferentes camadas de discursos sobre maternidade que, como ensina Foucault (1991) não são simplesmente espaços invadidos por uma subjetividade previamente organizada, alheia às relações de poder e saber. Ao contrário, os regimes discursivos vigentes sobre a maternidade são também um *locus* onde posições e funções subjetivas que operam na própria constituição da subjetividade dessas mães. Esses regimes são, sobretudo, alicerçados na “dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação” (BUTLER, 2017, p. 10).

Assim como o sujeito não pode fundar a si mesmo e o “eu” “não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (BUTLER, 2015 p.18), a mãe só existe em relação a um outro que assim a nomeia e a partir de um conjunto de discursos que operam sobre o que este “mãe” significa. Não há criação de si *fora das normas* que orquestram as formas possíveis de *ser mãe*, mas é na interpelação que se dá o estímulo fundamental para a organização coerente da subjetividade que funciona como mecanismo de produção e delimitação do “eu”, constituído sempre em relação a um “tu”. Nesse prisma, a interpelação é pressuposto do processo reflexivo de individuação e construção da identidade (BUTLER, 2015).

“Quem é a mãe?” e o que faz esta mulher apropriar-se do sentir-se “uma mãe”? Quero dizer, se ninguém nasce mulher, mas torna-se, como é que alguém se constitui mãe? E como opera este processo reflexivo em relação a como a sociedade e as tecnologias normativas, incluindo o Direito e a Medicina, a incluem nesta categoria? Parece não haver na narrativa destas mulheres uma resposta definitiva que seja ou essencializadora ou culturalmente atribuída, mas todas atribuem um peso relevante ao conhecimento científico sobre maternar, educação e desenvolvimento infantil.

Se, para Butler (2014) o sujeito é produzido na ação e é na interação que esse sujeito se produz, podemos dizer que esta mãe só se reconhece, enquanto mãe, na própria ação (maternar) e é na interação com a criança que lhe nomearam *sua* que ela se *faz* mãe, a partir dos códigos de leitura que lhe são disponibilizados e dos quais se apropria (ou não). Quais foram as relações, conflitos e disputas que produziram aquela materialidade que sustenta a subjetividade que se estabelece através e a partir dela?

Eu acho que a maior leitura assim... foi quando a L começou a ficar mais velha, sabe. **Que daí foi crescendo... você tem mais aquela sensação de “ai meu deus! Chegou a hora de eu educar mesmo essa criança”.** Quando deixar de ser aquele bebezinho assim [...] **Aí eu comecei a ler... porque eu leio bastante...** hoje eu gosto muito da Elisama Santos... não sei se você conhece ela. Eu leio bastante. Eu

acompanho o Paizinho Vírgula. Eu comprei o livro de comunicação não violenta do Marshall lá. Eu ainda não li. Tá aqui na pilha de coisas pra ler na quarentena, principalmente. Ah... eu sigo bastante coisa no instagram sobre isso. Bastante coisa (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifo meu).

Jessica Benjamin (2007), desafia os paradigmas que colocam a mãe na posição de objeto, e postula uma visão "intersubjetiva" do desenvolvimento infantil, pelo qual a criança se desenvolve dentro e através da interação com a mãe, que também deve ser um sujeito desejante. A criança busca reconhecimento e esse reconhecimento deve ser fornecido por alguém que seja um agente. Se “o reconhecimento se torna o processo pelo qual eu me torno outro diferente do que fui e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era” (BUTLER 2015, p. 32) essas mulheres se enxergam mães e também nomeiam suas filhas enquanto sujeitas dignas de serem nomeadas a partir, justamente, da interpelação por parte desta mãe que dá à voz às necessidades desta nova sujeita: a bebê.

Não há, entre essas mulheres uma espécie de prática dogmática ou irrefletida sobre as escolhas tomadas em relação à criação de suas filhas:

algumas coisas assim, da teoria, eu vejo que na hora de passar pra prática tem uma certa dificuldade. Principalmente em relação à livre demanda depois dos seis meses de idade... isso eu senti muita dificuldade [...] Então algumas coisas... a minha psicóloga, ela também tem essa visão mais acolhedora, então algumas coisas eu leio e levo pra discutir durante as sessões pra tentar achar um caminho e uma abordagem. Então... mas a maior dificuldade de passar é esse vínculo, sabe? Até onde eu to respeitando, até onde eu to sendo gentil, até onde tá sendo bom pros dois, né? Agora, por exemplo, eu adoro fazer cama compartilhada, adoro... e também não incomoda o pai... a gente gosta de dormir nós três. Só que a gente morava numa casa grande, então cabia – o berço ficava acoplado na cama de casal. Daí a gente mudou pra um apartamento... que não cabe. E eu continuo no quarto com o V, por conta dessa questão da amamentação, que eu não pretendo tirar, e o F ((corte do áudio 05:28)) no outro quarto. Então às vezes eu fico pensando... (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses, grifo meu).

Muitas vezes eu penso... assim como qualquer coisa da maternidade... hoje isso é mais claro pra mim. Que não dá pra seguir todas as coisas. Até meio inviável na prática todas as coisas funcionarem super bem. Mesmo um exemplo assim... tava no meio... porque eu já tava há dois meses trabalhando de casa... tava no meio... um mês. Um dia o paizinho vírgula, que eu acho super sensato, assim... gosto muito de ler as coisas dele. Um dia ele fez um post: “ah... a criança tá demandando muito a sua atenção quando você tá no home office, você não pode falar ‘não, agora não posso’. Você tem que falar ‘filho, eu estou trabalhando. Quando eu terminar essa atividade eu vou brincar com você’”. Tipo... não dá. Isso não funciona. Tem horas que eu tenho que falar “não. Eu não vou. Eu to trabalhando. Não posso agora. Me deixa”. Entendeu? Não é toda hora que dá pra fazer isso. Eu acho que não é toda hora que dá pra ter criação com apego. Tem que ter um equilíbrio também da... dos limites de cada pessoa. Tento, na maioria das vezes... mas tem vezes em que eu não posso. Isso é um exemplo... tipo... quando eu to trabalhando, às vezes não dá pra... e ela fica atrás de minha o dia inteiro, sabe? Ela quer atenção o dia inteiro. Agora, depois... nessa última quinzena do home office ela tá entendendo mais e desencanando de ficar me pedindo atenção o dia inteiro. **Mas eu fico que é um discurso que não cabe. Tem algumas horas que tem que falar “Não. Não dá”, entendeu? Que é super bonito**

na teoria, mas que, na prática, não funciona. (Fabiana, 44 anos, mãe de uma menina de 5 anos, grifos meus).

então... é... **a cabeça muda de uma forma que não tem como não viver... viver de outra forma que não seja aquela olhando pra criança, olhando pras necessidades dela.** [...] conforme vai mudando a cabeça, as afinidades mudam também. Então a gente acabou conquistando muitas amizades desde o nascimento da Helena que são de acordo com o que a gente pensa. Então desde o início lá na gravidez, quando a gente começou a fazer rodas de parto humanizado. Então... é outro perfil que vai nesse tipo de roda... [...] Pra mim, a maternidade foi surpreendentemente fácil. Surpreendentemente fácil. Pra mim é muito mais fácil do que eu esperava que fosse. Eu acho que é muito difícil de a gente se reeducar.... Essa parte a gente têm que estar o tempo todo batendo na tecla. Então, em vários momentos, eu perco a paciência e tenho que respirar, tentar voltar né... então eu acho que essa é a parte mais difícil... de a gente ter o equilíbrio emocional que a gente nunca teve a vida inteira. A vida inteira a gente foi ensinada de uma forma e agora a gente tá mudando essa forma de no nosso cérebro funcionar. E eu acho que essa é a parte mais difícil, que é o nosso controle interno. Agora... nos outros âmbitos da maternidade tem sido muito, muito mais fácil do que eu esperava assim. Eu acho muito leve, na maior parte do tempo. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifo meu).

o meu processo é ler e tentar aplicar ou não, ver o que se encaixa ou não. e a conversa que eu tenho com essas pessoas que eu te falei. Em rede social quem eu sigo assim, que eu gosto bastante, é a Marcia Tosin, eu acho, ela é paranaense... Criação com apego é o instagram dela. É a que eu mais sigo... só que eu já to... **comecei a seguir tantas, que eu já to confusa... sabe, eu tenho que filtrar.** (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

A questão de sustentar as próprias escolhas e, mesmo assim, questioná-las, colocá-las sob escrutínio também se faz bastante presente neste reconhecer-se enquanto mãe, enquanto a mãe que elas desejam ser, em diálogo contínuo com a construção do sujeito que estão criando. Estela, reflete sobre isso neste constante conflito nos almoços semanais com a família numerosa e tradicional do marido. De uma cidade pequena, no interior de Santa Catarina, ela reflete sobre a pressão dos outros para ser “mais rígida” com a filha e sobre como isso agride a sua própria subjetividade enquanto mãe.

Quando lhe perguntei sobre como ela se sentiu quando acontece de ela não seguir os próprios princípios, ela elabora:

eu acho que me traz de eu estar indo... de não estar... de não fazer sentido mesmo, enfim, é... culpa ne, com certeza, eu acho que a culpa, ela tá sempre com a gente, e, mas me gera, assim... **faz eu pensar, faz eu refletir se... qual o sentido de tipo ter me informado tanto, ter buscado tanto, tá ainda buscando, e fazer isso ne?! [...]** Eu penso que a culpa ela vem muito por conta dos julgamentos mesmo assim, sabe, de é... eu acho que eu to sempre querendo... por mais que eu seja muito firme nas coisas que eu quero, que eu vá muito atrás assim, é... eu tenho muito uma coisa de querer agradar as pessoas sabe. E... eu acho que quando eu vejo que eu não to agradando fazendo tal coisa, me vem uma culpa. Só que também Tayná, eu acho que, por exemplo gritar, ele é muito... ocorre muito por eu não sentir culpa, por exemplo assim, "ahhh o fulano esperava que eu gritasse com ela" em determinada situação ou que eu desse um tapa nela, sabe, e aí se eu não faço me traz uma culpa que eu deveria ter feito. Não sei se eu to sendo clara. [...] Eu deveria ter gritado com ela porque a pessoa tá me olhando e a pessoa tá julgando a educação que eu to dando. Então, às

vezes, eu acho que é, é tudo um... é uma linha sabe, e eu to no meio dessa linha e... **são dois extremos e eu acho que a culpa vem muito disso... eu acho que a culpa vem muito do julgamento... pra mim, ne, de querer agradar uma pessoa e não conseguir, de querer fazer o que eu acredito com a A e não conseguir, então assim é... são... pra mim são dois extremos e eu to no meio desse extremo tentando igualar... sabe...** (Estela, 24 anos, mãe de uma menina de 3 anos, grifos meus).

Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, por exemplo, traz muito na sua fala o reconhecimento de outros processos e possibilidades de escolha para a mulher. Ela, assim como todas as outras entrevistadas, assumiu uma criação apegada e que prioriza o vínculo. Essa constituição se dá em oposição a criação tradicional pautada em uma relação familiar hierárquica em que os pais estão em posição de autoridade em relação à criança, estando inclusive autorizados a utilizar a violência (física ou verbal) como ferramenta de disciplina e “educação”. Ao mesmo tempo, Ilana argumentou que cabe a cada mãe utilizar as ferramentas da criação com apego como melhor lhe aprouver visto que cada realidade é única, fugindo de um lugar dogmático e impositivo quanto ao modelo por ela adotado, ela resgata a ideia de um instinto biologizante, intrínseco ao ser humano de cuidar de sua prole, mas que demanda conhecimento, estudo e onde evidências e fundamentação científica (ou ao menos que pareça sê-lo) são mais do que bem-vindas:

Então assim, no meu grupo... eu tenho um grupo de pós-parto que ele veio de mulheres que pariram com a mesma equipe de parto que eu, esse grupo foi feito. E aí a partir daí a gente agregou outras mães e aí virou um grande grupo de mães. E aí tem mães muito diferentes, com realidades diferentes e com vontades diferentes de usar ferramentas diferentes. Mas assim, todas nós falamos e conversamos sobre apego e acreditamos no apego, mas com práticas completamente diferentes umas das outras. Então eu acho que tá aí, a força tá aí, tá nesse grupo. [...] eu acho que a criação com apego ela vem muito de você se abrir pra esse instinto também, né? De esquecer um pouco como é que tinha que ser, da autoridade, se abrir pro instinto, pra conexão [...] Primeiro, quando eu falo em instinto, eu não tô me referindo a instinto materno [...]. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos).

Todas as entrevistadas apresentam uma preocupação em reconhecer – e nomear – o sujeito que tem diante delas ao mesmo tempo em que se entendem formadoras daquele indivíduo, não como uma escravidão conforme apregoado por Badinter (2011), mas em uma relação de alteridade (BUTLER, 2015; 2019).

Nesse sentido, identificações pertencem ao imaginário; elas são esforços fantasmáticos de alinhamento, lealdade, de coabitação ambígua e transcorporal; elas desestabilizam o “eu”; são a sedimentação do “nós” na constituição de qualquer “eu”, a presença estruturante da alteridade na própria formulação do “eu”. As identificações nunca estão completa e terminantemente acabadas; elas são incessantemente reconstituídas e, como tal, estão sujeitas à lógica volátil de iterabilidade (BUTLER, 2019, pp 185-186).

Ana, por exemplo, complementa sua fala sobre a importância da escuta, não como uma imposição, compreendendo seus limites, especialmente em tempos de isolamento social, não como uma justificativa para práticas violentas, mas como um lugar dialógico com a criança que também está vivendo um momento atípico:

Agora a ideia é tem apego vinte e quatro horas por dia... vê se dá conta? ((risos)) e é **muito difícil assim porque tem que ter muita paciência**, porque a todo momento ele demanda que você esteja presente ali mesmo, né? – **se a ideia é escutar, pelo menos**. Então de demanda de conversar mesmo, de comer, toda hora de brincar... e **brincar pra mim é o mais difícil assim**. Porque é uma coisa que eu não quero fazer e eu sei que eu tenho que fazer, **pelo menos pra ajudá-lo, porque eu sei que a única pessoa que ele tem contato praticamente sou eu**. (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos, grifos meus).

Que a maternidade passe por uma escolha reflexiva, não exclui, ao menos não automaticamente, o fato de que ela continua sendo afirmada como um “elemento muito forte da cultura e identidade femininas pela sua ligação com o corpo e com a natureza” (SCAVONE, 2004, p. 184). Os processos que levam essas mães a optarem pela criação com apego, envolvem uma escolha que será tanto mais reflexiva quanto maior a possibilidade de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento especializado. Sobre esse ponto, a fala de Dafne é emblemática:

eu tenho trabalhado pra sentir menos. No começo eu sentia muito mais. Então, cada falha, era um sentimento de culpa muito grande. Até que eu acabei ressignificando essa culpa. Então, pra mim, hoje, o que que é essa culpa? **A culpa é a oportunidade que eu tenho de melhorar. Então, assim, se eu não sinto aquela culpa eu vou continuar fazendo**. Então, quando eu me sinto culpada, hoje em dia eu simplesmente penso: “tá. Isso não me faz bem. O que eu posso fazer pra, da próxima vez, evitar esse tipo de coisa, esse tipo de sentimento, esse tipo de atitude”. Então, hoje em dia, eu tenho tentado usar a culpa como uma amiga e não como uma inimiga. Mas, obviamente, a gente se martiriza, a gente fica se sentindo uma péssima mãe. **Mas eu tenho trabalhado pra usar , cada vez mais, isso ao meu favor e não me depreciar, né, enfim. Tudo isso**. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses, grifos meus).

É aqui que, mais uma vez Butler (2014; 2015) fornece o ferramental que permite compreender a importância da linguagem e da apropriação de símbolos que nos permitam ler a nós mesmas e ao outro através do campo representacional em que o próprio discurso se dá. É o que Butler (2014, p. 39) chama de “matriz de inteligibilidade”. Em grande medida, estas mulheres se entendem e se fazem mães em processos reflexivos que operam dentro de uma simbologia ainda limitada, composta dos signos disponíveis e que elas se propõem a ampliar e subverter, mas que acabam por fazê-las escorregar nas mesmas normas existentes que pressupõe uma maternidade e uma criança apriorística.

os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas. (BUTLER, 2015, p. 25).

A *performance materna* a que me refiro não permite apenas compreender como elas são sujeitadas às normas sociais e completamente constituídas por elas. Pois de nada adiantaria abandonarmos uma noção essencialista de natureza para cairmos em uma visão identitária de performatividade social. No posfácio de *Relatar a si mesmo* (BUTLER, 2015), Safatle esclarece que “pelas mãos de Butler, a teoria de gênero não será apenas uma teoria da produção de identidades” (BUTLER, 2015, p. 161).

A virada epistemológica radical operada pelo feminismo nas últimas cinco décadas, passando de uma compreensão ao menos parcialmente biologizante de um “sexo” para uma compreensão que rejeita qualquer determinação biológica sobre o que entendemos hoje como sendo o gênero, porém, também mostrou alguns riscos. Entre eles, o de que essa nova percepção fosse cooptada politicamente num projeto de dissolução dos sujeitos políticos (e por isso necessariamente coletivos), como a “mulher”, entre outros, tendo em vista uma dissociação do aspecto inerentemente feminista de se pensar em termos de gênero. Se entendemos que Gênero é um sistema simbólico, um dispositivo de poder, e determina posições em que uns exercem poder e têm direitos sobre outros, ora, essa é uma compreensão necessariamente feminista. (MOSCHKOWICH, 2020, 101).

Ao mesmo tempo em que as mães entrevistadas para este trabalho fazem uma crítica à essencialização de corpos femininos (que chamam ora de patriarcado, ora de machismo, ora de construção social), elas reforçam o lugar do “natural” e do “ancestral” como um lugar ético que precisa ser resgatado, ignorando que o próprio discurso sobre a natureza, o corpo e o cuidado está impregnado do próprio sistema que elas criticam. Afinal, esse é o mesmo sistema que nos interpela e que existe desde sempre e é “instituído com o tempo e com um grande custo para os instintos humanos” (BUTLER, 2015 p. 14).

Nos atuais contextos de deslocamentos e consequentes reconfigurações familiares, cabe à parentalidade possibilitar a construção de uma nova trama de ligação entre as filiações, entre o lugar de inscrição numa ficção parental, o lugar numa trama geracional fundada nos elementos da cultura e as afiliações (lugar social) (Carmo-Huerta; Rosa, 2013). O sujeito é afetado pelo discurso social, e o lugar que lhe é destinado no campo social não é sem efeitos para sua subjetividade. (ROSA, 2020, p. 28).

O nível da necessidade não basta. Em outras palavras, a função parental não é adquirível, ela é da ordem de um investimento emocional. A criança necessita da interação humana porque ela **se faz nessa interação** (IACONELLI, 2020).

E, se todo objeto amoroso é um objeto que traz ambivalência, é preciso olhar para esta relação, pelas lentes críticas da teoria feminista, em direção a um cuidar mais democrático, realmente acessível a todas e todos, em que as crianças sejam consideradas sujeitas de direitos, não apenas teoricamente, como um discurso conservador para aprisionar mulheres e corpos desviantes, mas materialmente constituídas em toda a potência que podem desenvolver para si e para o todo.

4.2 TECENDO REDES DE AFETO POLÍTICAS: O DESAPEGO EM DIREÇÃO À DEMOCRACIA DO CUIDADO, OU, REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS POLÍTICAS EMANCIPADORAS

Ao longo de toda a história moderna, o familismo e o maternalismo foram – e ainda são – valores e ideologias muito fortes, mesmo entre os grupos mais progressistas. A estrutura interpretativa dominante vê a família como uma instituição-chave (na metáfora orgânica, a "célula básica" da sociedade), em que o papel da mãe é sagrado. Esta centralidade simbólica e a política familiar foi manifestada com força e clareza na recente história trágica da ditadura e no ativismo do movimento de direitos humanos.

A ideia de que a maternidade é um fato natural da vida da mulher e a moralização dos argumentos sobre cuidado, trazendo para o campo do afeto, do amor como instinto (da mãe, não do pai), é o dispositivo que sustenta práticas de cuidado feminizadas que estão acopladas ao discurso médico para normatizar e docilizar corpos femininos regulando seu comportamento, hábitos alimentares, de trabalho, de exercícios e até emocionais.

A defesa do instinto materno, da "mulher-fêmea", de um cérebro feminino e da biologização da vida no geral, se ampara em tecnologias e descobertas aparentemente novas. Contudo, fazem parte de enunciados construídos a partir de uma biopolítica de corpos e sujeitos que se apresenta como estratégia de regulação tanto de indivíduos, quanto de grupos específicos (FOUCAULT, 1988; 1979). A maternidade, de forma ampla, e a amamentação, de forma mais específica, estão subjetivamente imbricadas como funções da mulher. Essas atribuições são tomadas como necessárias para o bem-estar das crianças, e com isto, da sociedade como um todo. O que coincide também com o fortalecimento discursivo do que chamamos de medicina

moderna (ROHDEN, 2003), cabendo quase sempre às mulheres negociarem suas corporalidades, entre elas ou com sistemas de outras instituições.

É a historicidade do corpo a partir da experiência que fazem as mulheres sobre si mesmas que permite “desconstruir a ideia de experiência invariante histórica e de base experimental fixa, fornecedora da continuidade ao longo dos séculos” (TAMANINI, 2003, p. 124) e não o contrário: a concepção da natureza e do que ela representa é que é necessariamente atravessada pelos códigos de intelegibilidade que nos permitam nomeá-la (BUTLER 2014).

Por esse motivo, o próprio texto de Butler (2019), relativamente mal interpretado no campo político, não propõe a dissolução das identidades, nem o fim da identidade “mulher” ou a rejeição completa de que a “mulher” seja o sujeito político do feminismo; mas, em vez disso, mira na potência da subversão das identidades, “mulher” inclusive, como forma de causar ruído nesse sistema até que ele, enfim, possa por si mesmo ruir. Penso parecido sobre o parentesco. As categorias como “mãe” podem ser metaforizadas, banalizadas, levadas pouco a sério – cada vez menos a sério – se quisermos atacar o problema de maneira sistêmica. Sem que isso implique o não reconhecimento desse sujeito político e dessa identidade, que determinam e são determinados por uma série de relações sociais bastante específicas que implicam, sim, por sua vez, uma posição inferior no nosso sistema de parentesco. Essa posição, contudo, é inferior justamente por causa do Gênero, e não em razão apenas do Parentesco. Embora indissociáveis concretamente, Gênero e Parentesco podem ser aqui analiticamente separados, evidenciando assim as relações que os mantêm juntos na concretude. Concretude essa que aparece por meio do corpo e de tudo aquilo que o limita e determina, e que é determinado por ele. É no corpo que Gênero e Parentesco se cruzam. No corpo de quem? – essa é a pergunta que devemos nos fazer, uma vez que todos fomos fetos, e que o feto não flutua nunca em um espaço vazio, e nem é capaz de manter-se vivo sem outro corpo (MOSCHKOWICH, 2020, p. 101-102).

Cuidado é trabalho, subjetividade, afeto e, por que não, desejo. Seja ele na maternidade ou em qualquer outra de suas dimensões. Desmoralizar e politizar este debate é imprescindível para avançarmos no questionamento, e conseqüentemente na compreensão, de quem se serve dos diversos discursos sobre maternidade que fazem com que “o poder se mantenha e seja aceito simplesmente porque ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8). Se queremos democratizar o cuidado, é urgente que se faça, então, “uma crítica à despolitização das relações de cuidado e dos afetos que estas engendram e, sobretudo, à sua consequência: a exclusão, no debate público, de valores, linguagens e preocupações que se estabelecem a partir das posições das mulheres nas relações de cuidado” (BIROLI, 2018, p. 68).

As teorias do cuidado nos ajudam a pensar metodologicamente as relações imbricadas na maternidade da criação com apego e a tomar distância reflexiva a respeito do que são estas narrativas. Estas ajudam, também, a pensar os processos deste fazer para entender como as concepções discursivas da criação com apego se relacionam às ideias de uma natureza do

cuidado essencializada, comum aos processos de feminilização configuradores deste campo. Permite também interpretar a complexa rede de tensionamentos entre este modelo de cuidado e a historicização de maternidade, infância e família.

Ainda, pensar como o cuidado epistemologicamente se liga com os processos que constituem as subjetividades destas mães e o seu *fazer-se mãe*, permite abordar o cuidado de crianças e a maternidade enquanto prática social e formação ideológica e discursiva. A epistemologia do cuidado subverte a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto de cuidados, seja por ter sido um espaço de normatização estratégica, seja por seus conteúdos de “desejo, escolhas, coerções e posição de sujeito frente à autonomia, liberdade, informação e condições de tomada de decisão” (BRECAILO, 2017, p. 19).

No curso desse entendimento, mergulhar no campo do cuidado implica, pois, abrir-se ao desafio de explorar e desatar os nós que permitem lidar com os paradoxos das naturalizações e normatividades próprias deste campo.

Se, dos anos 1960 até os 90, as teóricas feministas focaram seus esforços acadêmicos para desnaturalizar o cuidado enquanto atributo do universo feminino, “ainda de forma binária e opositiva” (TAMANINI, 2018, p. 36), mirando a maior autonomia e emancipação de corpos femininos, as contribuições mais recentes dos estudos do cuidado, nos direcionam a uma perspectiva muito mais ampla, democrática e, principalmente, não binária do cuidar e do ser cuidado: a do cuidado enquanto agir político.

Ao questionarem o essencialismo de trabalhos como o de Carol Gilligan (1982) e o binarismo das teóricas marxistas da divisão sexual do trabalho, tanto a escola francesa do *care* quanto a da cientista política Joan Tronto (1997; 2007; 2013; 2015; 2017)⁸¹, apresentam uma epistemologia do cuidado pautada não mais em uma ética do cuidado, moralizada e moralizante e sim na ideia de que todos e todas, em algum momento, cuidaremos e seremos cuidados.

Esta oposição a um modelo binário e hierarquizado, em que se imagina a vulnerabilidade absoluta de quem é cuidado pautada em uma relação assimétrica de poder com quem cuida, rompe com premissas conceituais trabalhadas até hoje em algumas vertentes militantes feministas⁸² que defendem uma ética feminina, uma moral própria das mulheres, uma

⁸¹ Os estudos do cuidado de Tronto tiveram e tem forte repercussão e eco nos feminismos latino-americanos, resultando em frutífero debate sobre o tema na região e em nomes de peso de teóricas do cuidado do Sul como as brasileiras Bila Sorj, Clara Araújo, Felícia Picanço, Nadya Guimarães e Flavia Biroli, as argentinas Elisabeth Faur, Elisabeth Jelin, Francisca Pereyra, Valeria Esquivel, a uruguaia Karina Bathyany, dentre muitas outras.

⁸² O próprio feminismo liberal, movimento hoje que lidera os debates políticos, econômicos sobre o tema trabalha em muitos momentos em suas ações de inclusão da mulher no mercado de trabalho com a ideia de que homens e mulheres são diferentes e, portanto, possuem competências diferentes que servem ao mundo dos negócios, ao crescimento econômico e aumento de produtividade de uma empresa/país.

“voz diferente” (GILLIGAN, 1982). Ainda que o resultado das pesquisas empíricas de Gilligan (1982) possa ser considerado um avanço neste tema ao questionar as vozes hegemônicas da época, é ainda naturalizado e essencialista o que ela apresenta enquanto conceito de cuidado já que faz parecer que há uma “natureza” feminina mais voltada a dar importância ao outro e aos relacionamentos, enquanto os meninos seriam mais preocupados com a racionalidade universal.

Para Tronto (2007, p. 290), “o propósito do cuidado deve ser tornar a sociedade a mais democrática possível”. Com efeito, seu trabalho no campo é um marcador essencial para deslocá-lo do plano ético e moral para o plano sociológico e político. Este movimento é essencial também para romper com o essencialismo que pode ser facilmente extraído da associação entre cuidado e moral ou, deixar de considerá-lo o “trabalho do amor” (TRONTO, 2007, p. 286) e esta é mais uma razão pela qual focar no cuidado de crianças como sendo um exercício apenas para pais e mães que “tem tempo” (amor?) para dar é, no mínimo, problemático, parecendo-me, à luz dos estudos do campo, bastante equivocado.

Molinier e Paperman (2015), ao abordarem o desenvolvimento do campo do cuidado no contexto francês, escreveram sobre a problemática da questão sentimental da ética do cuidado e suas implicações nas políticas públicas de cuidado, destacando a importância de se analisar “o **cuidado como processo, e não apenas como relação interindividual ou trabalho de proximidade**, permite se debruçar sobre a **organização e a distribuição das responsabilidades entre suas diferentes fases**” (MOLINIER; PAPERMAN, 2015, p. 46, grifos meus).

A diferenciação que Tronto (1997) faz entre o “cuidar de” e “cuidado com” é um marco importante para vislumbrar este pensar e fazer político do cuidado. É, justamente, através da observação de objeto (do cuidado) e sujeito (que cuida), que Tronto nos oferece contribuições para o debate moral sobre estas que são, invariavelmente, questões relacionais (TRONTO, 1997).

Ao observarmos o objeto do cuidado, podemos distinguir “cuidado com” de “cuidar de”, eis que este último se refere a um objeto com necessidades específicas e que será central no cuidado, ao passo que o primeiro se dedica a abstrações e a objetos menos concretos (TRONTO, 1997, p. 188-189). Serão estes, os objetos, a definir a ordem moral do “cuidado com”, bem como sua localização social.

“Cuidar de” (crianças, idosos, doentes, higiene, etc.) será mais ou menos moral a depender da relação entre sujeito e objeto ou, como diz Tronto (1997, p. 189), “como essa atividade se reflete sobre as obrigações sociais atribuídas a quem cuida e sobre quem faz essa atribuição”. É por isso, um trabalho que tem gênero, raça e classe, na mesma medida em que a

sociedade lhes atribua valor e peso moral, a tais categorias naquele contexto sociocultural. Em outras palavras, a relação de “cuidar de” alguém ou de algo, será perpassada por todas as opressões sociais de forma a materializar-se, quase sempre, em relações desiguais, hierarquizadas e de dependência entre quem é objeto de cuidados e quem cuida, fazendo com que o “cuidar de” acabe sendo uma função moralizada (TRONTO, 1997, p. 190). Uma função que deve ser ocupada “por amor” ou dever da responsabilidade e que, quando remunerada por alguma razão que faça com que os “responsáveis primários” não a possam exercer, será mal paga e precarizada já que não exige técnica e sim, “chamado”, “vocação”, etc.

É através dessa separação essencial e da distinção entre “cuidar de” e “cuidado com” que Tronto (2013) esmiúça importantes caminhos para a politização deste debate.

Analisando historicamente, a primeira transição demográfica, que na Europa ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, na América Latina, iniciou-se na década de 1930, com a queda da mortalidade, seguida pela queda da fecundidade e estava centrada no modelo de família nuclear, tendo como um dos seus objetivos o investimento na qualidade dos filhos, a partir da redução do número de filhos por família. No entanto, a maior participação da mulher no mercado de trabalho e o seu novo papel social, além de importantes modificações culturais nos padrões de comportamento, como a valorização do individualismo, o incentivo ao consumo, a satisfação pessoal e o aumento da escolaridade, especialmente das mulheres, entre outras que atingiram o sistema de valores, o direito de família, desembocou em uma maior pluralidade de arranjos familiares, denominada de Segunda Transição Demográfica (CAMARANO, 2014).

As mudanças demográficas e sociais têm impacto na composição familiar e no tamanho dos domicílios que, aliadas às mudanças nas taxas de nupcialidade, resultam no envelhecimento das mulheres e de suas filhas, impactando diretamente a composição dos arranjos familiares bem como as condições de vida das pessoas que aí residem.

Por ocasião do censo de 2010, os arranjos na modalidade casal com filhas, ainda eram predominantes, correspondendo a quase metade dos domicílios (em 1980 este percentual era de 67,3%). Já todas as demais formas de arranjos aumentaram a sua importância. Por outro lado, o percentual do total de domicílios chefiados por mulheres aumentou de 14,3% em 1980 para 38,7% em 2010, chegando a 45% em 2018, segundo o IPEA. Cabe ressaltar que as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% delas, há a presença de um cônjuge.

Com base nos dados da PNAD de 2001 a 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou recente estudo mostrando que as mulheres trabalham duas horas a mais por dia do que os homens, incluindo trabalho remunerado e não remunerado. Quando se

olha apenas para os afazeres domésticos, são 18 horas a mais por semana do que os homens. Durante todo o período analisado, a proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos ficou acima de 91% enquanto entre os homens este percentual varia de 45% em 2001 para 55% em 2015. Ainda assim, enquanto o tempo dedicado às tarefas domésticas pelas mulheres diminuiu significativamente no período, o envolvimento dos homens com as mesmas aumentou muito pouco. A proporção de mulheres que realizam atividades de cuidados é de 40% das mulheres destinando seu tempo aos cuidados, contra 28% dos homens. Para afazeres domésticos, esse percentual chega a 94% para elas e 79% para eles (BARBOSA, 2018).

De modo geral, a literatura aponta as transformações ocorridas na estrutura e na composição das famílias, além de uma maior facilidade de arranjos formais e informais para o cuidado das filhas e da maior eficiência na produção de bens e serviços domésticos como fatores múltiplos que atuam para essa redução da jornada de trabalho doméstico das mulheres. O maior impacto positivo no tempo gasto com trabalho remunerado está relacionado ao aumento da escolaridade: as mulheres com ensino superior completo trabalham, em média, 8h a mais que as sem ensino superior por semana (BARBOSA, 2018).

Interessante notar que, no caso das mulheres entrevistadas neste trabalho, confirmam-se as conclusões apontadas pelo trabalho do IPEA: praticamente todas elas trabalham fora de casa e, ainda assim, permanecem como as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com as crianças. Das nove mulheres entrevistadas, três contavam com apoio de uma diarista e nenhuma fazia uso do serviço de empregada mensalista. Este é, afinal, um dado bastante interessante considerando que o Brasil é o país com mais trabalhadores domésticos do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016).

Para Melo, Considera e Sabbato (2007, p. 441) é preciso que se reavalie a metodologia como se calcula e valora o trabalho de cuidado, e sua contribuição para a economia e o bem-estar nacional, já que

a Teoria Econômica tal como foi formulada por economistas clássicos, marxistas e neoclássicos, aplicando seus pressupostos, tais como concorrência, oferta, demanda, luta de classes, etc., conceitos usados para estudar o mercado capitalista, é inadequada para explicar a condição feminina na nossa sociedade. É necessário outro tipo de instrumental que privilegie instituições, padrões culturais, estratégias de discriminação, questões psicossociais para desvendar o real sentido do feminino em nossa sociedade.

Alinhados às conclusões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da OIT (2017), para quem a redução da desigualdade de gênero em 25% representaria, para a economia brasileira um incremento de até 382 bilhões de reais e um

acréscimo de 131 bilhões de reais em receita tributária Melo, Considera e Sabbato (2007) apontam que as atividades de cuidado equivalem a cerca de 11,2% do PIB brasileiro⁸³. Ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentaria exponencialmente caso a sociedade contabilizasse monetariamente as tarefas ligadas à reprodução da vida.

Globalmente, ainda segundo a OIT (2018), o trabalho de cuidados não pago das mulheres equivaleria a 10,8 trilhões de dólares e seria a quarta maior economia do mundo, atrás apenas de China, Estados Unidos, União Europeia e Índia.

Daí que analisar o cansaço na articulação trabalho reprodutivo e trabalho remunerado é um tema que merece entrar com mais peso na agenda de pesquisa das desigualdades de gênero (PICANÇO; ARAÚJO, 2020).

Com isso, os estudos feministas ao colocar a lente sobre estes aspectos deram e dão contribuições relevantes para desvendar a natureza do trabalho doméstico em geral, e do trabalho de cuidado de modo particular. Pois trataram de ultrapassar a fronteira da análise da divisão sexual do trabalho para incorporar dimensões estruturantes da reprodução da vida social, e ressaltar que o trabalho doméstico e de cuidados necessários à sobrevivência humana e parte da manutenção da família é ao mesmo tempo exaustivo, repetitivo e não apresenta, por definição, recompensas emocionais, psicológicas e/ou financeiras. (PICANÇO; ARAÚJO, 2020, p. 724).

Ao mesmo tempo, conforme já amplamente demonstrado, as mudanças que ocorreram nos arranjos familiares, não tem tido reflexo consistente na redução da concentração do trabalho reprodutivo nas mulheres, especialmente quando se trata do trabalho emocional e psíquico envolvido no cuidado, neste caso, de crianças.

É que o modelo de responsabilização primária da família, especialmente do núcleo doméstico, pelas atividades de cuidado é falho na sua própria concepção. Ele depende da feminização e da exploração do trabalho feminino, especialmente, mas não apenas de mulheres negras, para sustentar-se tal qual.

A nuclearização e redução geral do tamanho das famílias, inclusive redução de famílias bi-parentais e aumento das monoparentais, resulta em menos pessoas disponíveis para prover o cuidado do ponto de vista das atividades envolvidas. Ao mesmo tempo, há intensificação de demandas relacionadas com tempo dedicado ao trabalho remunerado, jornadas integrais como parâmetro de eficiência, e aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho-casa em busca de melhores empregos. (PICANÇO; ARAÚJO, 2020, p. 722).

⁸³ Valor que corresponderia, no ano de 2019, a R\$ 803 bilhões já que o PIB brasileiro em 2019 foi de 7,3 trilhões de reais.

É preciso, porém, superar a visão meramente economicista do(s) cuidado(s), agregando complexidade a esta dimensão da vida humana que, como bem trabalhado na obra de Tronto (1997; 2007; 2013; 2015; 2017) é uma parte essencial da vida:

Care is an essential part of human life, whether one relies on the broadest definitions of care or upon more narrow ones that see care as activities to provide for the needs of vulnerable others, often in face-to-face settings. No account of human society can be fully adequate unless it also accounts for how the needs for the care of the young, aged and infirm will be met. (TRONTO, 2015, p. 29).

É com essa perspectiva que Tronto (2015) apresenta a visão ideológica neoliberal sobre o cuidado sob 3 diferentes aspectos: (i) responsabilidade individual; (ii) problema de mercado; e (iii) tendo a família como *locus* originário do cuidado. É interessante olhar para o que ela define como “ontologia do cuidado” e as premissas relacionais e de interdependência por onde um cuidado democrático deve se passar, pois de certa forma, à primeira vista elas possuem afinidades com os discursos apresentados pelas principais influências citadas pelas mães sobre a criação com apego, em especial a frase reiterada nestes espaços de que “é preciso uma aldeia para educar uma criança”. Para ela:

Care conceptually offers a different ontology from one that begins from rational actors. It starts from the premise that everything exists in relation to other things; it is thus relational and assumes that people, other beings and the environment are interdependent. The care worldview is not about ‘bodies in motion’ that collide, or about the unforeseen consequences of such collisions. Instead, care presumes that people become autonomous and capable of acting on their own through a complex process of growth, in which they are both interdependent and transformed as they live. They can be more or less attentive to the effects that they have on others and the world, though care approaches err on the side of being more, rather than less, attentive. (TRONTO, 2015, p. 32).

A premissa de que todas as pessoas são vulneráveis e, portanto, sujeitas e objetos de cuidado (TRONTO, 2015, p. 32) também é levantada pelas mães entrevistadas neste trabalho e pelas influenciadoras que elas mencionam. Por outro lado, continua-se sustentando a ideia romântica de família nuclear, heteronormativa, mesmo quando vivida por pessoas não heterossexuais, pautado em um sistema de parentesco construído para excluir e violentar corpos.

A partir daqui, analiso, pois, as dimensões e elementos normativos apresentados por Tronto (2007), para verificarmos como em cada uma delas encontramos fundamentos essenciais para um cuidado verdadeiramente democrático.

São 4 as fases do cuidar que, por sua vez, são perpassadas, cada uma, por diferentes dimensões morais, conforme sintetizado no quadro abaixo:

QUADRO 5: DIMENSÕES DO CUIDADO PARA TRONTO

Fases do cuidar	Dimensão/Qualidade moral
Cuidar de	reconhecer as necessidades do outro
Importar-se com	Responsabilidade
Oferecer o cuidado	Competência
Receber o cuidado	Receptividade

FONTE: Tronto, 2007

Esta esquematização analítica permite, simultaneamente, 1) visualizar o caráter vertical e hierarquizado deste cuidar ao incluir a receptividade como qualidade moral da última fase (receber cuidado) necessária ao atendimento do objetivo final do cuidado; 2) vislumbrar a importância de deslocar o cuidado da esfera privada e íntima ao diminuir o papel central da afetividade para incluir a importância da competência, do caráter técnico e da *qualidade* do cuidado.

[...] parece acreditar [o movimento feminista] na fantasia (informada pelo nosso sistema de parentesco) de que a família ideal é uma solução para os problemas do Gênero. Nesse sentido – e esse é o segundo ponto –, **toma como bandeira uma divisão igualitária de tarefas domésticas entre os casais, como se, em primeiro lugar, essa fosse possível e, em segundo, como se, sendo possível e atingida, ela implodisse o sistema de gênero. O problema central desse raciocínio é que ele mantém a família nuclear monogâmica como panaceia, ao passo que a realidade concreta demonstra que dois adultos cuidando de uma casa privada e de uma criança (imaginem quando então há mais do que uma criança) simplesmente não é suficiente.** Por mais bem divididas que sejam as tarefas e por mais serviços que possam contratar ou robôs que esses adultos possam comprar para facilitar o cotidiano, sobretudo no contexto em que ambos precisam vender sua força de trabalho durante no mínimo oito horas diárias como forma de subsistir, e ainda que bem remunerados, essa configuração é insuficiente. A experiência de muitos casais durante a pandemia de Covid-19 tem reforçado essa percepção, já que pela primeira vez, para muitos, **tornou-se impossível contar com o apoio de instituições, serviços contratados, familiares, etc. que antes dividiam de forma invisível a carga do trabalho de cuidados.** (MOSCHKOWICH, 2020, p. 108, grifos meus).

Sendo o cuidado pilar essencial de uma democracia assistencial, equitativa e capaz de fornecer cuidado a todos os seus cidadãos dentro de uma perspectiva holística, a definição do que é serviço pessoal (em geral precarizado) e do que é cuidado necessário⁸⁴ politicamente definirá o que tem valor e o que não (TRONTO, 2007). Politizar este debate implica, em última análise, tensionar o debate sobre a mercantilização do cuidado, o grau de vulnerabilidade ao

⁸⁴ Na definição de Tronto (2007, p. 291) “O cuidado necessário é o cuidado que uma pessoa não pode fornecer a si própria; isto é, requer o cuidado de outra pessoa. O serviço pessoal é o cuidado que alguém pode fornecer a si mesmo, mas escolhe não o fazer”.

qual todos e todas estamos em alguma medida sujeitas e a centralidade do cuidado na vida pública.

The problem with these accounts of caring as an attitude or disposition is that they still center on the caring subject, rather than seeing the caring subject and object (which can even be the same person) in relationship and in actual caring practices. [...] It ignores the fact, to employ the language used here, that attentiveness to needs can and must itself be trained. Care-giving is not (only?) natural and innate, one can become attuned to it. (TRONTO, 2013, p. 49).

O desafio de fazer com que o cuidado perpassasse as discussões democráticas, ao mesmo tempo em que ele mesmo se torne mais democrático e menos assimétrico em suas relações de poder, atravessa e é atravessado pelos discursos que permeiam a criação com apego. Quando perguntei se o mundo seria um lugar melhor se todo mundo praticasse esse modelo de criação, Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos, respondeu:

sim... eu acho que a partir do momento que você consegue, tipo... eu acho que faz muita diferença... eu acho que, inclusive, base familiar, além, lógico, a gente vive numa sociedade capitalista, né? Mas eu acho assim, a base familiar é realmente importante e isso aí independente do dinheiro, mas a base mesmo.

Quando o cuidado se desloca do plano ético e moral para o social e político, encontramos a possibilidade de ruptura do essencialismo que, como vimos, pauta toda a ética da criação com apego. Em todos os casos, colocar as crianças como sujeitas de direitos e como objeto da alteridade por parte de seus cuidadores não pode vir às custas de colocar sobre as mulheres, mães ou gestantes, novas e pesadas obrigações – ainda, sem que sejam encontrados benefícios reais para as crianças, enquanto grupo, como os dados apresentados no capítulo 2 e a própria pandemia demonstram.

O cuidado como lógica individual não dará conta dos desafios que estão postos diante de nós enquanto sociedade. Mais, esta lógica, sobrecarrega mulheres, e cuidadores em geral, desresponsabilizando os demais atores sociais imbricados na questão.

Para que se avance em direção a esta democratização, precisamos olhar para o cuidado, enquanto categoria analítica e política potente e que atravessa todos os demais debates de justiça social e de direitos humanos contemporâneos, responsabilizando, também, governos, empresas, sociedade civil, cidadãos e cidadãs.

Neste sentido, na última década, o cuidado, como categoria analítica, se tornou cada vez mais proeminente no discurso das agências da ONU e instituições de financiamento multilaterais. Em 2009, a Comissão de Condição Jurídica e Social do Mulher (CSW) escolheu

como tema prioritário para seu trabalho "a divisão equitativa de responsabilidades entre mulheres e homens, incluindo o fornecimento de cuidados no contexto do HIV / AIDS". A escolha desse tema aumentou a visibilidade para o tema dos cuidados dentro da ONU e apoiou uma série de partes interessadas a se mobilizarem em torno do tema. O Consenso de Brasília—resultado da 11ª Conferência Comitê Regional da Mulher na América Latina—estabeleceu que “o direito à atenção é universal e requer medidas sólidas para alcançar sua efetiva materialização e responsabilidade conjunta por parte de toda a sociedade, o Estado e o setor privado” (ESQUIVEL, 2013).

Em junho de 2021⁸⁵, a uma semana do Fórum Geração Igualdade a ser conduzido em Paris, o Instituto Nacional de Mulheres do México em aliança com a ONU Mulheres, lançou a “Aliança Global pelo Cuidado: um chamado urgente à ação”, uma iniciativa global para enfrentar as desigualdades com a carga de cuidados fazendo uma chamada urgente para governos, organizações internacionais, sociedade civil, iniciativa privada, organizações filantrópicas e demais atores e parceiros estratégicos. Com o objetivo de transformar normas culturais e reduzir desigualdades garantindo o reconhecimento, redução e redistribuição do trabalho doméstico e de cuidado entre os múltiplos corresponsáveis, bem como remuneração e reconhecimento de trabalhadoras e trabalhadores de cuidados, esta aliança internacional tem como meta acelerar uma recuperação econômica justa pós-COVID-19, implementando e aumentando os compromissos e ações concretas no tema.

A “Aliança Global para o Cuidado: um chamado urgente à ação” é um compromisso coletivo para mobilizar a ação global em direção a uma economia do cuidado que reconhece este trabalho como uma necessidade essencial e universal. Nessa perspectiva, o cuidado é visto como uma contribuição para o bem-estar de todas as pessoas, adultas e crianças, para o desenvolvimento social e o crescimento econômico dos países e das sociedades⁸⁶. Os quatro

⁸⁵ É possível assistir ao lançamento da Aliança e a todas as falas, na página da InMujeres (México) no Facebook. Há falas bastante potentes e importantes sobre a importância de se visibilizar o tema e agir de forma concreta, especialmente no cenário pandêmico em que a sociedade se encontra. Foram apresentadas boas práticas, experiências e compromissos específicos por Marcela Guerrero Campos, Ministra da Mulher da Costa Rica; María Inés Castillo, Ministra de Desenvolvimento Social do Panamá; Antonia Morillas González, diretora geral do Instituto da Mulher da Espanha; Kelly Kroger, diretora executiva da C&A no México; Gina Magnolia, secretária executiva da Organização Ibero-americana de Previdência Social; Marina Durano, da Open Society Foundation; Emilia Saiz, Secretária Geral da CGLU e Lauren Rapon, Diretora Executiva da OXFAM Canadá.

⁸⁶ Para a Diretora Executiva da ONU Mulheres, “a pandemia COVID-19 reafirmou a centralidade do atendimento, destacando a insustentabilidade de sua organização atual. Essa crise deve se transformar em oportunidade de fortalecer as políticas de atenção, a partir de uma abordagem sistêmica e integral”. Já a presidente do Inmujeres, Nadine Gasman Zylbermann (ex Representante da ONU Mulheres no Brasil, até 2018), reforçou que a Aliança Global visa promover compromissos e ações concretas para que o trabalho de cuidado seja reconhecido, reduzido e redistribuído para aumentar a autonomia econômica das mulheres, através de ações específicas como: políticas públicas que conciliem o trabalho com a vida pessoal e familiar; ampliação dos investimentos em infraestrutura

princípios norteadores ou marcos conceituais da Aliança são: (i) a responsabilidade do Estado como principal agente garantidor de cuidados; (ii) o cuidado como um bem público; (iii) o cuidado como direito (de cuidar e de receber cuidados); (iv) disponibilidade, acesso, acessibilidade e qualidade dos serviços de cuidado, incluindo seu monitoramento e avaliação.

Penso que não será possível implementar uma democracia verdadeiramente cuidadora em uma sociedade que hierarquiza e moraliza os afetos, que os toma, enfim, como construtos biológicos culpabilizadores e deterministas. Esta hierarquia de afetos é sustentada por um sistema de parentesco heteronormativo que, ao mesmo tempo que sacraliza a relação entre mães e filhas, as culpa e sobrecarrega por toda sorte de vivência negativa que estes venham a ter, precisa ser questionada se queremos avançar na democratização do cuidado e no acesso de um bom cuidado para todos e todas enquanto direito, uma garantia fundamental assentada nos direitos humanos. “Hierarquia é a base de toda colonialidade” (GENIPAPOS, 2021, s/p.).

Uma crítica feminista aos discursos sobre criação com apego nos permite pavimentar o caminho para um cuidado reflexivo e democrático sem cair nas armadilhas da essencialização e do funcionalismo conservadores que, além de não servirem à emancipação de mulheres, não priorizam de fato a primeira infância e, muito menos, permitem uma nova significação da masculinidade hegemônica que tanto tem adoecido os homens.

Não se trata apenas de questionar a relevância do vínculo para a formação do sujeito, mas, antes, de compreender que as formas de se estabelecerem vínculos positivos, em uma sociedade cuidadora, precisam ser pensadas por uma ética feminista para que não se tornem apenas uma nova roupagem para os velhos trapos da feminização do cuidado. O próprio Dr. Carlos González sinaliza essa apreensão:

Há décadas, quando poucas mães nas sociedades industriais davam o peito e eram “proibidas” de pegar os bebês no colo ou dormir com eles, a maioria das crianças tinha um apego seguro. Isso porque é possível acolher um bebê que chora, é possível sorrir para ele, cantar para ele, embalá-lo e consolá-lo, ainda que nos tenham proibido de dar colo. Por outro lado, muitos daqueles que tiveram bastante colo e foram amamentados por anos têm um apego inseguro, porque também é possível ignorar a

social e física para a prestação de serviços assistenciais em condições de igualdade; desenvolvimento de campanhas de comunicação sobre o trabalho assistencial para conscientizar e eliminar estereótipos de gênero; criar bancos globais de boas práticas e promover a geração de dados e evidências de necessidades, como serviços de atendimento e políticas para seu monitoramento e avaliação. Da sociedade civil, a secretária-geral da Federação Internacional de Trabalhadores Domésticos, Elizabeth Tang, disse que a Aliança Global é um espaço fundamental para instar os governos a implementarem políticas e regulamentos em todos os níveis para as trabalhadoras domésticas que não têm direitos trabalhistas garantidos, apesar o fato de seu trabalho ser dedicado ao cuidado. Além disso, a presidente da Comissão Huairou, Violet Shitutse, alertou sobre a necessidade de garantir apoio financeiro e político para organizações de mulheres de base, que desenvolvem estratégias coletivas para ter segurança alimentar e contribuir para planos de recuperação inclusivos.

criança em nossos braços ou dar o peito só para que fique quieta, ainda que o que ela esteja pedindo seja outra coisa. (GONZÁLEZ, 2019).

O que argumento é que para priorizar a primeira infância e as janelas de oportunidade no desenvolvimento das crianças que as Ciências Biológicas e a Psicologia apontam é imprescindível observar e ter em conta a feminização do cuidado. Nas palavras de Iaconelli, em sua coluna de outubro para a Folha de S. Paulo: “o raciocínio é simples: sem cuidadores não há infância. O que está difícil de enxergar nessas campanhas são os paradoxos envolvidos” (IACONELLI, 2020).

Recorro a Butler mais uma vez pois se, como Winnicott bem dizia, “there’s no such a thing as a baby” (não existe isso que chamamos de bebê), gostaria de argumentar que também não existe isso que chamamos de “mãe” a não ser *por meio de* um processo relacional e discursivo embebido de reflexividade o qual, de novo, não existe fora da norma, mas *através* dela.

o corpo tem uma história formativa que é irrecuperável para a reflexão, mas também porque os modos em que se formam as relações primárias produzem uma opacidade necessária no nosso entendimento de nós mesmos. O sujeito sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventado, seja existente, e o outro estabelece a cena de interpelação como uma relação ética mais primária do que o esforço reflexivo que o sujeito faz para relatar a si mesmo. Além disso, para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas. (BUTLER, 2015, pp. 25-26).

A discussão da criação com apego nasce no seio de uma narrativa essencializadora *ainda que* estas mulheres procurem não essencializar suas práticas. Ou seja, ainda que elas questionem, apresentem falas “feministas” e desafiem a construção social postas pelos discursos que vinculam o cuidado materno ao instinto, a consequência prática é a manutenção da sobrecarga feminina, mantendo-se como principal responsável pelo cuidado, incluindo pela pesquisa e conhecimento sobre o *melhor* cuidado.

A maternidade e todo o imaginário por ela produzido vai muito além de uma relação de trabalho e reprodução e até mesmo da relação entre uma mulher e uma criança gestada e parida por ela. São muitos os fatores – pessoais, simbólicos, históricos, culturais – imbricados desde o momento da fecundação e/ou do projeto imaginado por mulheres, antes mesmo de uma gravidez e que dependerão também grandemente do tempo e contexto relacional em que mãe e criança estão inseridos.

Para Iaconelli (2019, p. 20), “o alerta sobre as condições necessárias ou desejáveis na formação de crianças psiquicamente saudáveis derivou para a fantasia contemporânea de uma parentalidade capaz de oferecer garantias ou, ainda que pudesse ser garantida por algo” e isso fica bem evidenciado nas falas das entrevistadas. Se estabelecem práticas e normatizações de novos enunciados parentais, especificamente da instituição da mãe, em que se passa a associar e definir a feminilidade pela maternidade e pela forma como esta é exercida atrelando o “sucesso” na vida de uma mulher à maneira como suas crianças foram criadas e ao próprio sucesso destas, no contexto capitalista individualista característico da modernidade.

A criação das filhas passa a ser objeto de julgamento e escrutínio por parte de todos, proliferando a oferta de especialistas de todas as áreas para “auxiliar” cuidadores (principalmente mães) na missão de assegurar o melhor ambiente para a criação de adultos supostamente psiquicamente mais saudáveis. Iaconelli (2019, p. 21), aponta dois grandes equívocos diante deste fenômeno que ela chama de parentalidade performática: (i) supor que a transmissão inconsciente entre pais e filhas possa ser controlada; e (ii) pensar a relação pais e filhas “como algo suspenso no tempo e no espaço e sem relação direta com o laço social de sua época”, como algo pré-discursivo.

A defesa dos direitos humanos (das crianças e das mulheres) implica, necessariamente, a intervenção no seio das famílias. Certamente, é na vida “privada” que esses direitos são violados com mais frequência do que se quer recordar. A inclusão do ambiente doméstico e familiar no mundo regido por princípios de direitos aceitos pela comunidade internacional, que se manifesta tanto na condenação da violência doméstica como no reconhecimento dos direitos das crianças, é o alicerce que justifica e legitima essa intervenção. O desafio para a sociedade, especialmente para o Estado é como manter o frágil equilíbrio entre sua intervenção e a necessidade de proteger a privacidade e a intimidade, incluindo o direito de mães e pais, de educarem suas filhas. A intervenção pública é necessária e inevitável, mas com regras e limites (JELIN, 2020).

A família é uma instância mediadora entre a estrutura social em um dado momento histórico e o futuro dessa estrutura social. A partir dessa função reprodutiva da sociedade, a instituição familiar tende a transmitir e reforçar os padrões de desigualdade existentes. Sua atuação em uma direção mais equitativa requer ações afirmativas por parte do Estado e de outras instâncias de intervenção coletiva.

Não se pode esperar que sejam as famílias e as mulheres-mães que vão promover a equidade social e reduzir as desigualdades sociais. Para tanto, é necessária a intervenção ativa de instituições extrafamiliares compensatórias e transformadoras que promovam mudanças

sociais nesse sentido. Evitar a violência e o sofrimento, aumentar a igualdade e a democracia intrafamiliar são, então, objetivos que devem nortear a política do Estado em relação à família e também as análises feministas no campo.

Nesse sentido, a obra de Tronto (1997; 2013; 2015; 2017; 2019) permite não apenas deslocar o cuidado da esfera privada e íntima ao diminuir o papel central da afetividade para incluir a importância da competência, do caráter técnico e da qualidade do cuidado, mas também possibilita ressignificar o caráter vertical e hierarquizado deste cuidar ao incluir a receptividade como qualidade moral da última fase (receber cuidado) necessária ao atendimento do objetivo final do cuidado.

Como procurei apresentar, o poder e a relevância atribuídos à afetividade e ao vínculo para um bom cuidado está no cerne das teorias do apego. Essas duas esferas operam, pois, como o único passo possível em direção a uma sociedade mais justa e apresenta o cuidado com crianças como algo determinista, centrado na família e na figura da mãe (ou cuidador principal), desconsiderando o impacto de políticas públicas e responsabilidades compartilhadas para este bem cuidar.

Por fim, pensar tanto a mulher, como também a criança, como agentes permite ampliar a crítica às teorias do apego de um lugar sociológico que muitas vezes é esquecido sem, no entanto, desprezar a importância de se cuidar deste grupo social que é sim mais vulnerável e que é muito mais valorizado no discurso do que na prática.

5 CONCLUSÕES, PROVOCAÇÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS

Nem toda família é porto seguro,
Nem toda mãe é cuidado,
Nem toda casa é lar,
Nem todo parente é afeto.

Compartilhar DNA não garante amor, afeto e amizade.
As relações se constroem em processo.

A desigual distribuição do trabalho que costuma recair sobre as mães não deveria ser
moeda de troca para quitação de abusos e violências que delas podem vir.
A imagem da mãe santa trazida pelo cristianismo é violenta tanto com as mães
quanto para filhos. [...]

A monogamia começa na família e ela conduz o tempo todo a um amor de "felizes
para sempre", mas muitas vezes nossa alegria estará justamente no afastamento.
Aprendemos muitas vezes que apanhamos por amor, que agressão é sinônimo de
afeto, que possessividade e controle é o mesmo que cuidado.
Aprendemos a monogamia no berço, mas cabe a nós reescrevermos nossa história. É
um presente que damos às nossas ancestrais não entrar/permanecer nos mesmos
ciclos que elas viveram.

Amor incondicional é o que mais impõe condições.

A margarina do comercial da ~família perfeita~ é uma graxa tóxica à nossa nutrição.
(GENIPAPOS, 2021, s/p.).

A partir de minhas inquietações pessoais, acadêmicas e políticas, me propus, neste trabalho, a analisar as concepções e experiências narradas por mulheres adeptas da criação com apego, sob uma perspectiva feminista, de modo a apreender as implicações para o cuidado das construções discursivas deste modelo para, enfim, responder à minha grande inquietação – até incômodo – em relação ao acionamento da criação com apego enquanto prática emancipadora – e até mesmo feminista. Propus-me a investigar os fundamentos e limites deste acionamento, em contínua tensão com a feminização do cuidado, característica deste campo, apresentando, de pronto, minhas próprias posicionalidades em relação ao tema e os atravessamentos contínuos entre minhas próprias experiências com a maternidade e minhas reflexões teóricas. O processo de estranhamento, meu momento *estomacal* e todas as dificuldades que a vida material pandêmica me impôs permeia todo a construção do conhecimento que, espero, ter produzido.

A pesquisa se deu em um contínuo *online/off-line*, totalmente mediada pelas redes sociais, tão marcante no meio da criação com apego e dos debates sobre maternidade. Isto também, mas não apenas, porque, dadas as condições da pandemia, esta pesquisa está sendo desenvolvida primordialmente no universo virtual, com todas as vantagens e desvantagens que isto representa para o trabalho. Bom ou ruim, foi a única forma de torná-la viável. Vali-me da netnografia enquanto aporte metodológico e da teoria feminista como epistemologia.

O problema sociológico da criação com apego, apresenta-se nas lacunas, que ela não apenas não resolve como, frequentemente, aprofunda. A feminização do cuidado e a sobrecarga materna não são devidamente endereçadas quando se coloca o foco apenas na atenção e olhar

respeitoso à primeira infância, especialmente se este olhar se fundamenta em alicerces essencialistas, biologizantes e em um *ethos* individualista do cuidar.

Ao longo dos 4 capítulos, procurei responder os objetivos específicos propostos através de uma teia argumentativa que parte principalmente do resgate das camadas de discursos sobre maternidade, infância e família na sociedade ocidental, a fim de historicizar os discursos sobre o corpo que levam a uma seletividade ativa e passiva das sujeitas merecedoras de cuidados.

No primeiro capítulo, depois de apresentar o percurso metodológico e as mulheres que generosamente compartilharam suas vivências comigo, interpretei a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e cuidado. No capítulo 2, a partir da vasta produção teórica feminista sobre a maternidade, o que me permitiu avaliar como estas categorias aparecem nas narrativas e relatos que estas mulheres fazem de si e de suas crianças, além de posicionar as disputas discursivas entre diversos ideais de maternidades.

Assim, pude entender como as concepções discursivas deste modelo se relacionam com as ideias de uma natureza do cuidado essencializada, comum aos processos de feminilização configuradores deste campo e também iniciar a estressar as complexas redes de tensionamento entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e cuidado que, só foram totalmente respondidos ao final do terceiro capítulo.

Os estudos de gênero e debates feministas (teóricos e/ou militantes) são, desde sempre, atravessados pelos discursos sobre o corpo e os processos reprodutivos, especialmente a maternidade e o lugar que ela ocupa na construção e reprodução das normas sociais que sustentam uma sociedade violenta para mulheres e crianças, em processos de seletividade social que hierarquizam corpos e subjetividades dignas de afeto e proteção se mantêm nos discursos que fundamentam a criação com apego, principalmente, mas não apenas através da biologização dos corpos e dos afetos. Os ideais maternos perseguidos por estas mulheres, a partir da criação com apego, além de não romperem com as ideias de uma natureza do cuidado essencializada, lhes acrescentam camadas de complexidade e obrigações, em uma espécie de “nova domesticidade”. Também não questionam ou historicizam a maternidade, a infância ou as relações construídas a partir destes dois lugares.

Nessa perspectiva não se discute, na criação com apego, a naturalização da matriz heterossexual de família que pressupõe a universalidade de uma família nuclear, preferencialmente com pai e mãe, para o bom desenvolvimento da criança e sua transformação em um adulto saudável, produtivo e socialmente responsável. Neste processo, atravessado por

uma suposta universalidade, apriorística, do natural, do corpo, da diferença sexual e da própria família, inscreve-se uma colonialidade deste modelo de criação, através da seletividade da infância protegida (branca, de classes sociais específicas) e do modelo de família que permite tal proteção (nuclear, monogâmica, privilegiada, “informada” e com *ethos* heterossexual).

No terceiro capítulo, além de seguir tensionando as filosofias e os limites do acionamento da criação com apego enquanto prática emancipadora para mulheres e crianças, examinei as balizas construídas pelas mães entrevistadas ao produzir este processo de cuidar, a partir de 4 categorias de análise: (i) a essencialização do cuidado; (ii) a não violência como prática individual e a criança como *devir*; (iii) novas – possíveis – masculinidades; e (iv) as tensões entre criação com apego e feminismo. Os processos reflexivos acionados por elas forneceram riquíssimo material de análise. A esta altura já se desenha com clareza a resposta a principal pergunta que norteia este trabalho: a criação com apego não apenas não deveria ser acionada como uma prática feminista emancipadora, como se sustenta sobre bases antifeministas e incompatíveis com o cuidado democrático presente nas teorias de Joan Tronto e demais autoras do campo, em especial na América Latina.

No quarto capítulo, procurei pensar a forma como as experiências de maternidade presentes nas narrativas das mães aqui analisadas são significadas para elas mesmas, ao acionarem processos reflexivos de interpelação e reconhecimento, como ferramentas próprias da reflexividade destas mães e como estas se conectam à construção do sujeito criança.

Ao longo de todo o trabalho, mergulhei nas complexidades imbricadas nas práticas destas mulheres, fugindo das respostas reducionistas que lhes retirem a agência e as coloquem no lugar passivo de reprodutoras de discursos antifeministas. Há ambivalências neste lugar que se propõe emancipador, mas que se funda no que há de mais antigo na ideologia que sustenta a feminilização do cuidado: a essencialização da maternidade.

Argumentei, também, que em uma perspectiva *butleriana*, a sujeita mãe é múltipla e complexa. Procurei demonstrar que a *performance* que cada uma exercerá é o que a faz mãe, enquanto a própria criança *é* porque *é nomeada*. Interpretei, pois, a complexa rede de tensionamentos entre a filosofia da maternidade com apego, maternidade, infância e as críticas discursivas aos modelos biomédicos, incorporando a compreensão que estas mulheres fazem de suas próprias ressignificações e rearticulações de suas práticas cotidianas. A criação com apego e as práticas que a permeiam estão imbricadas em processos reflexivos que, ainda que partam de um lugar essencializador, abrem as portas para uma reflexão sobre a própria formação das sujeitas mãe e bebê que se interpelam mutuamente e também em relação a tantas outras, reconhecendo-se, conforme se fazem, no nomear-se e enunciar-se sujeitas. Apreender e

manejar os sentidos e práticas de cuidar e reconhecer-se neste cuidar e em suas trajetórias reflexivas permite evitar análises cristalizadas e estereotipadas das vivências relatadas.

Para examinar as dinâmicas familiares estabelecidas entre indivíduos e a forma como são negociadas e organizadas, procurei levar em conta subjetividades, discursos e os sentidos conferidos pelas sujeitas a cada atividade de cuidado e como estes sentidos estão imbricados a dimensões outras — como os recursos materiais disponíveis para o exercício da parentalidade, o momento histórico, valores culturais e posições dos indivíduos na estrutura socioeconômica — que influenciam, mais ou menos, no projeto reflexivo daqueles indivíduos e daquele núcleo familiar.

Por outro lado, é essencial dar continuidade a esta reflexão, analisando não apenas como esses discursos operam sobre as práticas femininas e maternais, mas também, sobre como os relatos que estas mulheres fazem sobre si, operam conjuntamente na realidade material do cuidar levando adiante a discussão feminista sobre o cuidado, enquanto um conjunto de atividades que ajudam a manter, dar continuidade ou reparar o mundo para que vivamos da melhor forma possível.

Analisar os discursos imbricados na criação com apego à luz de uma epistemologia feminista, comprometida com a democratização do cuidado, em uma perspectiva que vislumbre que todos e todas possam gozar do direito de ser bem cuidado, sem que isto implique na sobrecarga de nenhum grupo, nem na manutenção ou aprofundamento das desigualdades sustentadas na feminização do cuidado significa questionar os fundamentos sobre os quais este modelo de criação se sustenta.

Enquanto os objetivos foram sendo respondidos, muitas outras questões surgiram. Como enfrentar as transformações na família e as iniquidades vinculadas à falta de capacidade de cuidado por parte das famílias? Para pensar nisso, é preciso vincular a família e as mulheres dentro dela com as demais instituições vinculadas ao cuidado e ao bem-estar: a compra de serviços no mercado, o Estado e as organizações comunitárias. Quase sempre, a família (ou seja, as mulheres) deve compensar as falhas das políticas do Estado. Em suma, a observação sobre a dimensão do cuidado abre um amplo espectro analítico, o que nos obriga a transcender o espaço da esfera privada e a considerar a forma como diferentes instituições atuam como provedoras e que afetam diretamente a organização familiar. Essa abordagem é importante porque a categoria do cuidado permite uma leitura transversal de diferentes instituições e atividades que se realizam de forma sustentada em uma dada sociedade, que, longe de serem “privadas”, vão tecendo uma rede única de relações e representam um investimento significativo de tempo e recursos.

A privatização dos serviços públicos, a familiarização de responsabilidades e o retorno a um modelo tradicional e conservador dos papéis de gênero são alguns dos desafios ideológicos enfrentados neste campo—e que não dependem diretamente das restrições financeiras do Estado. A idealização da maternidade e do familismo, neste espaço, são funcionais na redução de custos. Eles têm um lugar instrumental que é, também, ideológico.

A tensão entre individualização e senso de comunidade é um dos paradoxos e desafios a enfrentar. Como o lugar que o cuidado ocupa se liga e se separa da interpelação e do reconhecimento enquanto ferramentas analíticas? Seriam a interpelação e o reconhecimento dimensões deste cuidado?

É preciso refletir pensar intervenções públicas voltadas para as famílias, em suas múltiplas configurações e formatos, a partir de outra perspectiva, que consiste em promover o bem-estar, a democracia e a igualdade. É preciso, mais do que tudo, **descentralizar** o papel da família na construção de uma sociedade democrática e cuidadora. Retirar o foco absoluto da relação individual entre a criança e seus cuidadores primários para **deslocá-lo para o cuidado coletivo**, a corresponsabilidade social e para redes de solidariedade cidadãs.

Quanto mais mergulho nas teias e malhas discursivas sobre a criação com apego e a essencialização que a permeia, não posso deixar de pensar o que ocorreria com mulheres como eu, e talvez você leitora, em uma sociedade distópica como a do Conto de Aia⁸⁷ em que a defesa do instinto materno (renomeado de vínculo) e da biologização da vida no geral, amparada em modernas tecnologias e descobertas aparentemente novas, mas que nada mais são do que novas roupagens para antigas estratégias de regulação de mulheres e crianças, uma nova biopolítica.

O discurso que sustenta a experiência da criação com apego não se limita ao fato de ser ou não mãe (ou pai), mas ao ‘como’ ser mãe (ou pai) havendo significativas diferenças semióticas entre estes dois sujeitos.

Gosto do que Biroli (2018) apresenta como

Um caminho alternativo ao da mercantilização poderia consistir em assumir como pressuposto que “todos os membros adultos de uma sociedade têm alguma responsabilidade no apoio a todas as crianças” e aos indivíduos vulneráveis. Além de políticas centradas no suporte aos indivíduos dependentes, políticas de renda básica universal reduziram a insegurança econômica das crianças, dos idosos e daqueles que são responsabilizados pelo cuidado dessas pessoas. A superação da oposição entre trabalho remunerado e cuidado parece necessária para que se tenha uma configuração mais justa das relações de gênero e de classe. O segundo permanece como barreira

⁸⁷ The Handmaid's Tale (O Conto da Aia) é um romance distópico de 1985 da autora canadense Margaret Atwood. Situado na Nova Inglaterra de um futuro próximo, que agora é parte de uma teocracia totalitária fundamentalista cristã que derrubou o governo dos Estados Unidos. A obra explora os temas da subjugação das mulheres e os vários meios pelos quais elas perdem individualismo e independência.

para o exercício do primeiro quando a responsabilização das mulheres pelo cuidado as impede de participar paritariamente da sociedade e quando a lógica de mercado determina quem terá acesso ao cuidado ou apoio na tarefa de cuidar. (BIROLI, 2018, pp. 78-79)

Enquanto insistirmos atribuir à mãe não apenas a responsabilização por toda a conformação física e psíquica de uma criança, lhe imputando não apenas o QUÊ, mas agora também o COMO, em um julgamento moralizador ora expresso, ora velado, não poderemos avançar no debate do cuidado democrático e acessível a todos e todas.

O discurso sobre a criação com apego assenta suas bases em uma perspectiva familista, heteronormativa, essencializadora, despolitizada e antifeminista mesmo que se apresente, algumas vezes, como o posto disso.

Não basta dizer que “é uma escolha”, que “cada família adapta os princípios como lhe parece ser melhor”, que “não precisa ser a mãe”, se continuamos concretamente atribuindo a ela todo o julgamento, sem aliviar nada da carga.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 40, p. 231-251, 30 abr. 2017. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566/32108>>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ALVES, Chico. Novo Ministro da Educação defende castigo físico para crianças. **Uol Notícias**. São Paulo, p. 1-1. 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/07/10/novo-ministro-da-educacao-defende-castigo-fisico-para-criancas.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- AMARAL, Adriana. Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador-insider nas práticas comunicacionais das subculturas da web. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 14-24, 30 abr. 2009. UNISINOS–Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/fem.2009.111.02>. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5037>>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- AMARANTE, Suely. A cada hora, 5 casos de violência contra crianças são registrados no país. **Ebc–Empresa Brasil Comunicação**. Brasília, p. 1-1. 17 jun. 2016. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/infantil/para-pais/2016/06/cada-hora-5-casos-de-violencia-contra-criancas-sao-registrados-no-pais>>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- AMBIKA, Mariah. **Amamentar nossos bebês é ecológico**. Instagram, Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDzl9-HFpkA/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- AMPARO, Rede. **Rede Amparo**. 2020. Disponível em: <<https://www.redeamparo.com.br/>>. Acesso em: 12 out. 2020.
- ANDRADE Briena, AGGIO Cristiane. **Violência obstétrica**: a dor que cala. In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas: Violência contra a Mulher. Londrina. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- ANCHIETA, Mauro. Crianças movimentam R\$ 50 bilhões por ano entre produtos e serviços: o mercado voltado para o público infantil cresce 14% ao ano no Brasil. sebrae alerta que investir nessa clientela exige boa pesquisa de mercado. **Jornal Hoje**. Salvador, p. 1-1. 02 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/11/criancas-movimentam-r-50-bilhoes-por-ano-entre-produtos-e-servicos.html>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- API–ATTACHMENT PARENTING INTERNATIONAL. **Os oito princípios da criação com apego**. Tradução e adaptação de Thiago Queiroz. Disponível em: <<http://www.attachmentparenting.org/portuguese>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

ARAÚJO, Clarissa; PICANÇO, Felícia; CANO, Ignácio & VEIGA, Alinne. Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003-2016. In, ARAÚJO, GAMA, A. C; PICANÇO, F. & CANO, I. (Org.). *Gênero, Família e Trabalho no Brasil do século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 279 p.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p.

_____. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011. 222 p.

BALOGH, Giovanna. Entenda a criação com apego e como colocá-la em prática. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 29 ago. 2014. Disponível em: <<https://maternar.blogfolha.uol.com.br/2014/08/29/entenda-a-criacao-com-apego-e-como-coloca-la-em-pratica/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. **Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2416.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de Creche e Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho no Brasil. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 24-35, abr. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7805/1/bmt_62_oferta.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BENJAMIN, Jessica. The Omnipotent Mother: a psychoanalytic study of fantasy and reality. In: O'REILLY, Andrea (ed.). **Maternal Theory: essential readings**. Bradford, Canada: Demeter Press, 2007. p. 574-591.

BERTHO, Helena; SILVA, Camila da; MARIA, Gloria; SANTOS, Sanara; FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da. **Um retrato das mães solo na pandemia**. 2020. Publicada por Gênero e Número. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BIROLI, Flavia. Clase 10 – Cuidados y Democracia, ministrada no curso La organización social del cuidado, Buenos Aires (Argentina), Visualização exclusiva na área do aluno, jun. 2020.

BIROLI, Flavia. Cuidado e Responsabilidades. In: BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 52-88. Edição do Kindle

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 43, p. 441-474, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPQG/?lang=pt#:~:text=performativi>>

dade%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20jogo,sustenta%20a%20performatividade%20(Butler%2C%201993>. Acesso em: 20 maio 2021.

BOWLBY, John & World Health Organization. **Maternal care and mental health**: a report prepared on behalf of the World Health Organization as a contribution to the United Nations programme for the welfare of homeless children. 1952. 2nd ed. World Health Organization. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/40724>>. Acesso em: 08 out. 2020.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Editora Rosa dos Tempos. 1997. p. 19-41.

BRASIL. Lei Ordinária nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. BRASIL, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº 7689, de 1988. BRASIL, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. IPEA–INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (Org.). Atlas da Violência 2019. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Brasil, 2019. 116 p. Disponível em: <<file:///C:/Users/Tay/Downloads/6537-atlas2019.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes**: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil**. Presidente: Deputada Benedita da Silva; Relator: Senador Carlos Patrocínio. Brasília: 1993. 141 p. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>>. Acesso em 23 dez. 2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_intrafamiliar_cab8.pdf>. Acesso em 23 jan. 2021.

BRASIL. Programa de Humanização do Pré Natal e Nascimento. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Oito passos para maternidade segura. Guia Básico para os Serviços de Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 1996.

BRECAILO, Marcela Komechen; TAMANINI, Marlene. AMAMENTAR, CUIDAR, MATERNAR: regulações, necessidades e subjetividades. **Demetra**: Alimentação, Nutrição & Saúde, [S.L.], v. 11, n., p. 825-846, 30 ago. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro

BRECAILO, Marcela Komechen. **Experiências de mulheres no cuidado e no aleitamento**: inter-relações e autonomia na maternagem. 239f. Tese (Pós-graduação em sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987. p. 139-54.

_____. **Fundamentos contingentes**: o feminismo e a questão do pós-modernismo. In: Cadernos Pagu. Campinas: Núcleo de estudos de Gênero/UNICAMP, v.11, p. 11- 42, 1998.

_____. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?**. Cad. Pagu, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 02 set. 2020.

_____. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética; tradução Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Filô). Edição do Kindle.

_____. A performatividade de gênero e do político. [Entrevista concedida a]: Carla Rodrigues. **Cult**, São Paulo, n. 205, 14 set. 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/performatividade-de-genero-e-do-politico/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”; tradução Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1. ed. São Paulo: n-1 edições. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. Mudanças nos Arranjos Familiares e seu Impacto nas Condições de Vida: 1980 e 2010. In: Ana Amélia Camarano (org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 117-154.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se “Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado)—Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5162/1/2006_Maria%20Elizabeth%20Ribeiro%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CARNEIRO, Rosamaria. Dilemas de uma maternidade consciente: a quantas anda a conversa dos feminismos com tudo isso?. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 181-198, 2019. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. **Cenas De Parto E Políticas Do Corpo**: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado. 2011. 325 f. Tese (Doutorado)—Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280585>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARVALHO, Clarissa Sousa de. **O “bicho-mãe” no ciberespaço**: gênero e maternidade no blog Mamíferas. 112 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CÉSAR, Filipa; OLIVEIRA, Alexandra; FONTAINE, Anne-Marie. Modelos sociais de maternidade difundidos em páginas e grupos do Facebook em Portugal. **Análise Psicológica**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 47-59, 12 mar. 2018. ISPA—Instituto Universitário. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1333>. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111332/2/259323.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering**: Psychoanalysis and the Sociology of Gender. Los Angeles: University of California Press, 1978.

CINTRA, João Pedro Sholl *et al.* **A Criança e o Adolescente nos ODS**: marco zero dos principais indicadores brasileiros. São Paulo: Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2019. 108 p. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-11/ODS-10.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2020.

COCKBURN, Tom. **Children and the Feminist Ethic of Care**. *Childhood*, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 71-89, fev. 2005. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0907568205049893>. Disponível em: <<http://chd.sagepub.com/content/12/1/71>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo Souza; NONATO, Murillo Nascimento. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 57, p. 1-34, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201900570002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332019000300501&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 maio 2020.

COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDOVIL, Daniela. Espiritualidades feministas: relações de gênero e padrões de família entre adeptos da wicca e do candomblé no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 110, p. 117140, 1 set. 2016. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.6410>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/6410#tocto1n1>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CRIANÇA ÍNDIGO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Crian%C3%A7a_%C3%ADndigo&oldid=56087283>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

COSTA, Claudia Lima. O Sujeito do Feminismo: Revisando os Debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.19, 2002, p.59-90. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

DA MATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues**. Publicações do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1974. Disponível em: <http://www.ppgasmn-ufri.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_27.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del-Rei/Mg, v. 2010, n. 4, p. 143-157, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DATAFAVELA. **PANDEMIA NA FAVELA**: a realidade de 14 milhões de favelados no combate ao novo coronavírus. A REALIDADE DE 14 MILHOES DE FAVELADO NO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS. 2020. Disponível em: <https://0ca2d2b9-e33b-402b-b217-591d514593c7.filesusr.com/ugd/eaab21_9837d312494442ceae8c11a751e2a06a.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

DATAFOLHA. **Os impactos da pandemia sobre a população brasileira**: os efeitos negativos da crise provocada pela covid-19 segundo gênero, classe, escolaridade e cor da pele. Os efeitos negativos da crise provocada pela covid-19 segundo gênero, classe, escolaridade e cor da pele. 2020. Disponível em: <<https://medium.com/c6banknoticias/datafolha-c6-bank-pandemia-%C3%A9-pior-para-mulheres-pretos-e-pardos-e-classes-mais-baixas-ca116bfd6643>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PEITO Aberto. Direção de Graziela Mantoanelli. Produção de Leonardo Brant. Roteiro: Iana Paro, Graziela Mantoanelli e Leonardo Brant. Brasil: **Deusdará**, 2019. (80 min.), son., color.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 17, p.99-119, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-33522015000300099&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 out. 2019.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 250 p.

EL DIB, Regina Paolucci. Como praticar a medicina baseada em evidências. **J. vasc. bras.**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 1-4, Mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492007000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2021

ESQUIVEL, Valeria. **El cuidado en los hogares y en las comunidades**. Buenos Aires: Oxfem, 2013.

EYER, Diane E. Mother-infant bonding: a science fiction. **Human Nature**, Vol. 5, No. 1, pp. 69-94, 1994.

FAUR, Eleonor. ¿Cuidar o educar?: hacia una pedagogía del cuidado. In: REDONDO, Patricia; ANTELO, Estanislao (comp.). **Encrucijadas entre cuidar y educar**: debates y experiencia. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2017. p. 87-114.

FAUR, Eleonor; TIZZIANI, Ania. Mujeres y varones entre el mercado laboral y el cuidado familiar. In: FAUR, Eleonor (org.). **Mujeres y varones en la Argentina de hoy.**: géneros en movimiento. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017. p. 73-95.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Falar de si na rede**: um espaço para quem (não) sou. Revista do GEL, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 81-108, 2015.

FERNANDES, Sabrina (Canal Tese Onze). Sobre feminismos e vertentes–042. **Youtube**, 02 mar. 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=08A7PD-frxo> >. Acesso em: 15 jul. 2021.

FERREIRA, Lola; LEÃO, Natália; FERRARI, Marília. **Metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém durante a pandemia**. 2020. Pesquisa da Gênero e Número e da Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/metade-mulheres-passou-cuidar-pandemia/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

FONSECA, Claudia. Mãe é Uma Só?: reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia Usp**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200005 >. Acesso em: 20 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2017.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **História da sexualidade**. v. 1 A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 10 ed., 1979.

_____. **A ordem do discurso**. Paris: Edition Gallimard, 1971. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf>. Acesso em: 01 de abr. 2019.

FRANZBLAU, Susan H. Historicizing Attachment Theory: binding the ties that bind. **Feminism & Psychology**, London, Thousand Oaks and New Delhi, v. 9, n. 1, p. 22-31, jan. 1999.

FRANZONI, Juliana Martínez. ¿Más allá de un estado de varias cabezas? **Anuario Centro de Investigación y Estudios Políticos**, [S.L.], n. 10, p. 37-64, 12 jun. 2020. Universidad de Costa Rica.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA PRIMEIRA INFÂNCIA. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. **Primeira Infância: Avanços do Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília, 2016. Relatório. Disponível em: <<http://www.iin.oea.org/pdf-iin/RH/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia.pdf>>. Acesso em: 25 de mar. 2019.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesqui. psicol.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez. 2019.

GARCIA, Rafael. 7% dos brasileiros afirmam que Terra é plana, mostra pesquisa: crença é maior entre menos escolarizados e cristãos e cresce com redes sociais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 14 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/7-dos-brasileiros-afirmam-que-terra-e-plana-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GENIPAPOS. Monogamia é o terraplanismo afetivo: pistas de acolhimento às inseguranças. **Instagram**, Florianópolis, 20 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CN6H9Q1HSNQ>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. 193 p.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

GILMORE, David. **Manhood in the Making: cultural concepts of masculinity**. New Haven: Yale University Press, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Nadielene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO, Tâmara Maria de Freitas. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 504-508, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002007000400020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000400020&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 fev. 2021.

GOMES, Kelly. **Criação com apego: Mais amor, menos preconceito**. 2021. Facebook: @KellyGomes. Disponível em: <https://m.facebook.com/nt/screen/?params=%7B%22note_id%22%3A3558959000828706%7D&path=%2Fnotes%2Fnote%2F&refsrc=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2F&_rdr%3E>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GONZÁLEZ, Carlos. **Você sabe mesmo o que é criação de apego?** Crescer, São Paulo, 20 mar. 2019. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Colunistas/Dr-Carlos-Gonzalez-Criar-com-apego/noticia/2019/03/dr-carlos-gonzalez-voce-sabe-mesmo-o-que-e-criacao-de-apego.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

GUTMAN, Laura. **A maternidade e o encontro com a própria sombra: o resgate do relacionamento entre mães e filhos**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

_____. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013. Edição do Kindle.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009a.

_____. “A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century” In: **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**, New York, Routledge, 1991 (Trad. Bras. Tomaz Tadeu. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz, **Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano**, Belo Horizonte, Autêntica, 2009b, 2a ed.)

HIRATA, Helena, et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. **Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe**. Revista Trabalho Necessário, [s.l.], v. 16, n. 29, p.14-27, 13 jun. 2018. Pró Rectoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação–UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>>. Acesso em: 20 out. 2019.

HERNANDEZ, Alessandra Rivero. **O corpo e a vida: uma etnografia dos modos sensíveis de criação infantil**. 169 f. Tese (Doutorado)–Curso de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Uoc, 2004. 210 p. (Nuevas Tecnologías y Sociedad). Tradução Christian P. Hormazabal.

HODKINSON, Paul. 'Insider Research' in the Study of Youth Cultures. **Journal Of Youth Studies**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 131-149, jun. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13676260500149238>.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

_____. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva (Palavras Negras), 2019b.

IACONELLI, Vera. Parentalidade e vulnerabilidades: condições, impasses e saídas no exercício da parentalidade em nossa época. **Cult**, São Paulo, v. 251, n. 22, p.20-22, nov. 2019. Mensal.

_____. **Mal-estar na maternidade**: do infanticídio à função materna. São Paulo: Annablume, 2015.

_____. **Campanhas pela infância erram**: pontos cegos na priorização dessa fase precisam ser considerados. Folha de São Paulo. São Paulo. Out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/10/campanhas-pela-infancia-erram.shtml>>. Acesso em: 24 out. 2020.

IACONELLI, Vera, GARRAFA, Thais, TEPERMAN, Daniela (org.). **Parentalidade e Psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Edição do Kindle.

JELIN, Elisabeth. Clase 2 – Transformaciones en las familias. Desafios para el cuidado, ministrada no seminário internacional La organización social del cuidado, Buenos Aires (Argentina), Visualização exclusiva na área do aluno, Mar. 2020.

JEREMIAH, Emily. Motherhood to Mothering and Beyond: maternity in recent feminist thought. **Journal Of The Association For Research On Mothering**. p. 21-33. 2006. Disponível em: <https://sas-space.sas.ac.uk/5639/1/Jeremiah_-_MotherhoodtoMothering.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

JUÁREZ, DIANA Y OTRAS. **Violencia sobre las mujeres**: herramientas para el trabajo de los equipos comunitarios /Diana Juárez y otras.; edición literaria a cargo de Ángeles Tessio.–la ed.–Buenos Aires: Ministerio de Salud de la Nación, 2012

JUNG, Courtney. **Lactivism**: How Feminists and Fundamentalists, Hippies and Yuppies, and Physicians and Politicians Made Breastfeeding Big Business and Bad Policy. Nova Iorque: Basic Books, 2020. Edição do Kindle.

KEHDY, Roberta. Quando não há aldeia para criar uma criança. Invisibilidade e visibilidade: paradoxo da parentalidade em situações de vulnerabilidade do laço social. **Cult**, São Paulo, v. 251, n. 22, p.30-33, nov. 2019. Mensal.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

KOZINETTS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LARRAZ, Irene. Por que a cesária se tornou um bom negócio na América Latina?: a região tem a taxa mais alta de partos por cesárea do mundo. metade dos partos no brasil, méxico, república dominicana, chile ou colômbia são por esta rentável técnica. **El País**. México, p. 1-2. 13 ago. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/09/actualidad/1502268381_004054.html>. Acesso em: 06 fev. 2020.

LAKSHMIN, Pooja. How Society Has Turned Its Back on Mothers: this isn't just about burnout, it's about betrayal. **New York Times**. New York, 04 fev. 2021. p. 0-0. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/02/04/parenting/working-mom-burnout-coronavirus.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia de gênero. In: BUARQUE, Holanda de (orga). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVADO, Thiago. Com maior uso da internet durante pandemia, número de reclamações aumenta; especialistas apontam problemas mais comuns. **G1**. Rio de Janeiro, 11 jun. 2020. Tecnologia, p. 1-1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/06/11/com-maior-uso-da-internet-durante-pandemia-numero-de-reclamacoes-aumenta-especialistas-apontam-problemas-mais-comuns.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LEAL, Maria do Carmo; GAMA, Silvana Granado Nogueira da. Nascer no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. S5, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014001300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2021.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, e00078816, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2021.

LEMES, Luana Borges. **Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe**. 2018. 263 f. Tese (Doutorado)–Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193786>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LISBOA, Vinicius. Racismo e violência contra criança e adolescente são desafios do país: estatuto da criança e do adolescente foi publicado há exatos 30 anos. **Ebc–Empresa Brasil**

Comunicação. Rio de Janeiro, p. 1-1. 13 jul. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-07/racismo-e-violencia-contra-crianca-e-adolescente-sao-desafios-ao>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LUC, Mauren. O que leva a tantas cesáreas. **Plural**, Curitiba, 08 de Mar. de 2020. Vizinhança. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/o-que-leva-a-tantas-cesareas/>>. Acesso em: 07 de out. 2020.

LUPTON, Deborah. Digital sociology. **Public Sociology**, [S.L.], p. 475-492, 22 jul. 2020. Routledge. <http://dx.doi.org/10.4324/9781003116974-25>. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343082276_Digital_sociology>. Acesso em: 25 maio 2021.

MACHADO, Cecília. She-cession: impactos da crise no mercado de trabalho estão drasticamente concentrados nas mulheres. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 04 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cecilia-machado/2021/01/she-cession.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MALACARNE, Juliana. 84% dos pais acreditam que palmadas ou gritos (ou os dois juntos) são necessários para educar crianças. **Revista Crescer**, Homeoffice, v. 1, n. 1, p. 1-1, jul. 2020. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Comportamento/noticia/2020/07/49-dos-pais-acreditam-que-palmada-e-necessaria-para-educar-aponta-estudo-brasileiro.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MANZINI, Eduardo José. (2004). Entrevista Semi-Estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6. 10p. <<https://doi.org/http://pt.slideshare.net/mlurdesmartins/entrevista-semi-estruturada> >. Acesso em: 25 maio 2018.

MARCUCCI, Cintia. Como pensa o pediatra que criou o attachment parenting. 2012. **Revista Crescer**, 2013. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI306793-15151,00-COMO+PENSA+O+PEDIATRA+QUE+CRIOU+O+IATTACHMENT+PARENTING+I.html>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARQUES, Emanuele Souza; MORAES, Claudia Leite de; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely Ferreira; REICHENHEIM, Michael Eduardo. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 1-6, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00074420>. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MARTIN, Emily. **The women in the body**: a cultural analysis. 3. ed. Boston: Beacon Press, 2001. 276 p.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história de benevolência e da feminilização da bondade. **Revista História: Questões & Debates**, n. 59, jul/dez, p. 143-170. Curitiba, Editora UFPR, 2013.

MATCHAR Emily. **Homeward Bound**: why women are embracing the new domesticity. New York: Simon & Schuster Book, 2013. Edição do Kindle.

MATHIEU, Nicole-Claude. **Les Transgressions du sexe et du genre à la lumière de données ethnographiques**. In: HURTIG, Marie-Claude; KAIL, Michèle; ROUCH, Hélène. **SEXE BIOLOGIQUE ET SEXE SOCIAL**. Paris: CNRS Editions, 2002.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300005>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/7VrRmvB6SNMwQL5r6mXs8Sr/?lang=pt>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MEAD, Margaret. **Male and Female**: a study of the sexes in a changing world. New York: Morrow Paperback Editions, 1967. 477 p.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Econ. soc.**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2020.

MELO, Mylena; IWASAWA, Nathalia. **Monitoramento Inédito Revela Infrações Da Indústria De Substitutos Do Leite Materno Em Plena Pandemia**: readaptação foi ligeira. 2020. O Joio e o Trigo para IBFAN. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/site/monitoramento-da-nbcal/monitoramento-inedito-revela-infracoes-da-industria-de-substitutos-do-leite-materno-em-plena-pandemia.html>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. **Pesquisa Do Joio Com Mães Confirma Pressão Para Substituir Leite Materno E Muita Influência Da Indústria**: amostragem feita pela nossa reportagem aponta que muitos bebês recebem fórmula infantil antes de conhecer o seio materno. corporações aliciam profissionais de saúde e incrementam estratégias digitais sobre o composto lácteo em tempos de pandemia. 2020. O Joio e o Trigo para IBFAN. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/site/monitoramento-da-nbcal/pesquisa-do-joio-com-maes-confirma-pressao-para-substituir-leite-materno-e-muita-influencia-da-industria.html>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MENDES, Conrado Moreira. A pesquisa online: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. Hipertextus: **Revista Digital**, Recife, n. 2, p. 1-9, jan. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.hipertextus.net/volume2/Conrado-Moreira-MENDES.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

MENDES, Marina. Interação Virtual e Identidade. **Cadernos da Escola de Comunicação**. V.6, Unibrasil: Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/1983>>. Acesso em 28 abril 2021.

MEYERS, Diana Tietjens. The Rush to Motherhood: pronatalist discourse and women's autonomy. **Signs: Journal Of Women In Culture And Society**, Chicago, v. 3, n. 26, p. 735-773, mar. 2001. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3175538?seq=1>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea–Revista de Sociologia da Ufscar**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.014>. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.014>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, [S.L.], n. 21, p. 150-182, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222009000100008>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/?lang=pt>>. Acesso em: 20 maio 2021.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 18, p.43-57, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151802>>. Acesso em: 15 out. 2019.

MONTICELLI, Thays Almeida. "**Eu não trato empregada como empregada**": empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado. 2017. 230 f. Tese (Doutorado)–Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55452/R%20-%20T%20-%20THAYS%20ALMEIDA%20MONTICELLI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 set. 2019.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p. 13-25, jul-dez 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256742002.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MOSCHKOWICH, Marília. Sobre laranjas mecânicas, feminismo e psicanálise: natureza e cultura na dialética da alienação voluntária. In: IACONELLI, Vera, GARRAFA, Thais, TEPERMAN, Daniela (org.). **Parentalidade e Psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 96-110. Edição do Kindle.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2020.

NEUROCOMPATÍVEL. **O que é criação neurocompatível?** 2015. Disponível em: <<https://neurocompativel.com.br/neurocompativel/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

_____. Normal é criança grande com peito na boca. **Instagram**, Curitiba, 05 de outubro de 2020a. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CF8mNH5FWGX/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Estar próximo dos pais é condição para a saúde mental. **Instagram**, Curitiba, 23 de setembro de 2020b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFeoz8pHq3g/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Porque o castigo não funciona. **Instagram**, Curitiba, 15 de setembro de 2020c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFKPyaGIRc1/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Não basta ter doutorado ou pós-doutorado. **Instagram**, Curitiba, 15 de setembro de 2020d. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFJgZzJFfFU/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Bebês devem dormir com suas mães até os 3 anos segundo especialista. **Instagram**, Curitiba, 8 de novembro de 2020e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHVBEzXFRD5/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 10 jan. 2021.

NEWSROOM. Brighton NHS Trust introduces new trans-friendly terms. **Bbc**. Sussex, p. 1-1. 10 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-england-sussex-56007728>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. In: Estudos Feministas. Florianópolis: CFH, CCE, UFSC, v. 8, n.2, 2000.

O COMEÇO da Vida. Direção de Estela Renner. Roteiro: Estela Renner. Música: Ed Cortês. S.l: Maria Farinha Filmes, 2016. (101 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://ocomecodavida.com.br/filme-completo/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

OIT. **Trabalho Doméstico**. 2016. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências para Mulheres**. Genebra: 2017.

_____. **Care work and care jobs for the future of decent work**. Genebra: 2018.

OLHARES: o feminismo e a parentalidade positiva. Entrevistadas: Luanda Barros Fonseca e Ana Emília Cardoso. Entrevistadora: Aline Hack. [Brasília]: Deezer, 16 mai. 2018. Podcast. Disponível em: <<http://olharespodcast.com.br/ep-025-feminismo-parentalidade-positiva/>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

OMS. **WHO recommendations**: intrapartum care for a positive childbirth experience. Geneva: World Health Organization; 2018. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/260178/9789241550215->

eng.pdf;jsessionid=C94ED46316B713CBCB746120592DB06D?sequence=1>. Acesso em: 20 fev.2019.

_____. **Declaração da OMS sobre Taxas de Cesáreas**. 2015. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/161442/WHO_RHR_15.02_por.pdf;jsessionid=F7EAB999A259F4A822267BDB5D427F3C?sequence=3>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. **Marketing of breast-milk substitutes: national implementation of the international code**, status report 2020. Geneva: World Health Organization; 2020. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240006010>>. Acesso em 15 fev. 2020.

ONU MUJERES y CEPAL. **Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de Covid-19**. Hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación. Panama: Cepal y Onu Mujeres, 2020. 23 p. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/document/files/cuidados_covid_esp.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORTNER, Sherry B. Está a Mulher Para o Homem Assim Como a Natureza para a Cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHREY, Louise (org.). **A Mulher, A Cultura e A Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

OUDESHOORN, Nelly. Au sujet des corps, des technique et des feminismes. In: GARDEY, Delphine; LOWY, Ilana. **L'invention du naturel: les sciences et la fabrication du féminin et du masculin**. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2000.

_____. **Beyond the natural body: an archeology of sex hormones**. London: Routledge. 1994.

PAIXÃO, Rita. Macacos sem mãe, pesquisas sem ética: lições dos estudos de separação materno-infantil e seus desafios à Bioética. In: SCHRAM, FR., and BRAZ, M., orgs. **Bioética e saúde: novos tempos para mulheres e crianças?** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Criança, mulher e saúde collection, pp. 237-257. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/wnz6g/pdf/schramm-9788575415405-12.pdf>>. Acesso em: 20 jan 2021.

PALHARINI, Luciana Aparecida. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 49, e174907, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100307&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 jan. 2021. Epub Dec 07, 2017.

PEREIRA, Cleidi. Michel Odent: "**Bebês precisam nascer entre uma grande diversidade de micróbios familiares**": Guru do parto natural, médico francês defende que as mulheres deem à luz em casa. Gaúchazh. Porto Alegre, p. 1-2. 20 jan. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/vida/noticia/2017/01/michel-odent-bebes-precisam-nascer-entre-uma-grande-diversidade-de-microbios-familiares-9473917.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PESSOA, Mayara Lustosa Silva; BORGES, Josefa Lusitânia de Jesus. Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo. **Revista Katálisis**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 544-553, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO).Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/7L3qymG9M6ZF6FXLdt9QHnP/?lang=pt&format=html#>>.
Acesso em: 12 jul. 2021.

PICANÇO, Felícia Silva; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. Conflitos desiguais: homens e mulheres na articulação casa-trabalho no Brasil. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 720-749, 30 jul. 2020. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2236672540286>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/40286>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PINHEIRO, Lúcia Gomes. Falando sobre maternidade em redes sociais: letramentos digitais como espaços de redescritção identitária. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada**, 2012. Disponível em: <https://alab.org.br/wp-content/uploads/2012/04/16_13.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

POEMA, Política é a Mãe. Escola é serviço essencial e deve estar aberta. **Uol**. São Paulo, p. 1-1. dez. 2020. Disponível em: <https://papodema.uol.com.br/2020/12/09/nos-do-politica-e-a-mae-queremos-as-escolas-reabertas/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PULHEZ, Mariana. **A violência obstétrica e as disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis. 2013.

O RENASCIMENTO do Parto. Direção de Eduardo Chauvet. Produção de Érica de Paula. Realização de Eduardo Chauvet e Érica de Paula. Roteiro: Érica de Paula. Brasil: Masterbrasil Filmes, 2013. (90 min.), son., color.

QUAGLIATO, Henrique. Pensando a técnica da entrevista a partir de Foucault e do Feminismo pós-estruturalista. In: 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2021, Anais do XX Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em: <http://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/site/anais>. Acesso em: 30/08/21.

QUEIROZ, Thiago. Criação com apego: aquele resumo que você sempre quis. **Paizinho Vírgula**, 2014. Disponível em: <<https://paizinhovirgula.com/criacao-com-apego-aquele-resumo-que-voce-sempre-quis/#:~:text=Cria%C3%A7%C3%A3o%20com%20apego%20%C3%A9%20um,vida%2C%20como%20empatia%20e%20compaix%C3%A3o>>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Criação com apego não é um livro de regras. **Paizinho Vírgula** 2016. Disponível em: <https://paizinhovirgula.com/criacao-com-apego-nao-e-livro-de-regras/>. Acesso em: 10 out. 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 1-17. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

REDAÇÃO. Brasil é pior país do mundo na gestão da epidemia de Covid-19, aponta estudo australiano. **G1**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 28 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2021.

REZENDE, Raphaela. **Blog Maternar Consciente: A Fusão Emocional**—Laura Gutman. 2012. Disponível em: <<http://maternarconsciente.blogspot.com/2012/10/a-fusao-emocional-laura-gutman.html>>. Acesso em: 22 out. 2019.

RIBEIRO, Bruna. 47,8% de crianças de 0 a 14 anos vivem em situação de pobreza no Brasil, aponta estudo. **O Estadão**. São Paulo, p. 1-1. 23 maio 2019. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/bruna-ribeiro/478-de-criancas-de-0-a-14-anos-vivem-em-situacao-de-pobreza-no-brasil-aponta-estudo/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ROHDEN, Fabíola. **O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.133-152, jun. 2008.

_____. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

ROSA, Miriam Debieux. Passa anel: famílias, transmissão e tradição. In: IACONELLI, Vera, GARRAFA, Thais, TEPERMAN, Daniela (org.). **Parentalidade e Psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 19-32. Edição do Kindle.

RUBIN, Galin. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). **Qué son los estudios de mujeres?** México/Argentina/Brasil/Colombia/Chile/Espana/EUA/Per/Venezuela: Fondo de Cultura Económica., 1998.

SALAZAR, Violeta Sarai. **Etnografia feminista da maternidade: as experiências de mulheres-mães de camadas médias brasileiras e venezuelanas compartilhadas nas redes sociais**. 2020. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SANGER, Carol. Separating from Children, 96 Columbia. **Law School**. Rev. 375 (1996). Disponível em: <https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/177>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SANTOS, Carine Valéria Mendes dos; CAMPANA, Nathalia Teixeira Caldas; GOMES, Isabel Cristina. Egalitarian Parental Care: literature review and conceptual construction. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 35, n. 2019, p. 1-12, 02 dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35311>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/cmssFM5Fp7BFWtQDj3nttsv/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SANTOS, Cila. Desenhando a maternidade compulsória: ter filhos nunca foi uma questão de escolha. **Medium**, 19 nov. 2019. Facebook: @militanciamaterna. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1121567528029658&id=648802205306195. Acesso em: 20 out. 2020.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente e responsabilidade penal: da indiferença à proteção integral**. 5ªed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2a Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. Crianças e Miúdos. **Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação**. Porto, Portugal: Edições Asa, 2004. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.andreaserpauuff.com.br/arquivos/disciplinas/brinquedosebrincadeiras/4.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n.16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 fev. 2020.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. Cap. 9. p. 171-186.

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a ciência?** Bauru/SP: Editora EDUSC Universidade do Sagrado Coração, 2001.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: o século XIX**. Tradução de Maria Helena da C. Coelho et al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994. p. 443-475

_____. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 20 (2): 71-99, jul./dez.1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em 03 jan. 2020.

_____. Experiências. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: <https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf>. Acesso em 09 out. 2020.

SEARS, William; SEARS, Martha; SEARS, Robert; SEARS, James. **The Baby Book: Everything You Need to Know About Your Baby from Birth to Age Two**. New York, Boston, London: Little Brown Spark, 2013. Kindle Edition.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Quase 250 casos de tortura, violência física ou psicológica contra crianças e adolescentes são notificados todos os dias no Brasil. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, [S.I.], v. 1, n. 1, p. 1-1, 19 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/quase-250-casos-de-tortura-violencia-fisica-ou-psicologica-contra-criancas-e-adolescentes-sao-notificados-todos-os-dias-no-brasil/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 43, n. 149, p. 478-491, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742013000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. O Trabalho Doméstico e de Cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: TITO., Maria Lucia da Silveira e Neuza (org.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008. p. 77-90.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo.; POLIVANOV, Beatriz Brandão. “Sabe o que rola nessa Internet que Ninguém Fala?”: Rupturas de Performances Idealizadas da Maternidade no Facebook. **40o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2017. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0991-1.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SOUZA, Aline Barros de; SILVA, Lúcia Cecília da; ALVES, Rozilda das Neves; ALARCÃO, Ana Carolina Jacinto. Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura. **Revista de Ciências Médicas**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 115-128, 2 out. 2017. Cadernos de Fe e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexao, Revista de Ciencias Medicas e Revista de Educacao da PUC-Campinas. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0897v25n3a3641>. Disponível em: <<http://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/view/3641>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

TAMANINI, Marlene; MONTICELLI, Thays. Desafios do *care*: vulnerabilidades, políticas e Justiça Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 987-1014, setembro-dezembro/2014.

TAMANINI, Marlene. **Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas à luz da bioética e das teorias de gênero**: casais e médicos no Sul do Brasil. 2003. 381 f. Tese (Doutorado)–Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. Para uma epistemologia do cuidado: teorias e políticas. In.: TAMANINI, Marlene; et al (Org.). **O cuidado em cena**: Desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis: Editora UDESC, 2018. p. 31-69.

TEPERMAN, Daniela. O exercício da parentalidade na contemporaneidade: um estudo sobre a transmissão. In: Formação de Profissionais e a Criança-Sujeito, 7., 2008, São Paulo. **Proceedings**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032008000100029&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 15 mai. 2021.

_____. **Sangue não é água, convivência também não**: certezas, anonimatos e garantias na família quando há doação de material genético. *Cult*, São Paulo, v. 251, n. 22, p.36-39, nov. 2019. Mensal.

TORRANO, Luisa Helena. **O campo da ambivalência**. Poder, sujeito, linguagem e o legado de Michel Foucault na filosofia de Judith Butler. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,

2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-30092010-122253/publico/2010_LuisaHelenaTorrano.pdf>. Acesso em 08 out. 2020.

TORNQUIST, Carmen Susana. “Vicissitudes da subjetividade: Auto-controle, autoexorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais”. In BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (Orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/EDUNISC, 2007, pp. 41-72.

TORNQUIST, Carmen Susana. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 483-492. 2002 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2020.

_____. **Parto e Poder: O movimento pela humanização do parto no Brasil**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Editora Rosa dos Tempos. 1997. P. 186-203.

_____. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, Agosto. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. **Caring Democracy**. Market, Equality and Justice. New York, New York University Press, 2013.

_____. **Who cares?** How to reshape a democratic politics? Ithaca, NY, Cornell University Press, 2015. Kindle Edition

_____. **There is an alternative**: homines curans and the limits of neoliberalism. International Journal of Care and Caring, 2017. 1. 27-43.

_____. Clase 2 – Ética del cuidado y caring democracy, ministrada no curso Políticas del cuidado con perspectivas de género, Buenos Aires (Argentina), Visualização exclusiva na área do aluno, Mar. 2020.

SAVE THE CHILDREN. Covid-19: **Número de crianças vivendo na pobreza pode aumentar em até 86 milhões até o final do ano**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-numero-de-criancas-vivendo-na-pobreza-pode-aumentar-em-ate-86-milhoes>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VIDA, O Começo da (org.). **Bibliografia**. 2021. Disponível em: <<https://ocomecodavida.com.br/tag/bibliografia/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

VIEIRA, Manuela do Corral. MARCEL MAUSS E JUDITH BUTLER: representações do corpo e da identidade nas redes sociais da internet. **Movendo Ideias**, Manaus, v. 20, n. 2, p. 5-10, fev. 2015. Disponível em: <<http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/924>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

WINNICOTT, Donald Wood. **Bebês e suas mães**. São Paulo, Ubu Editora, 2020. Edição do Kindle.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO NORTEADOR DAS ENTREVISTAS

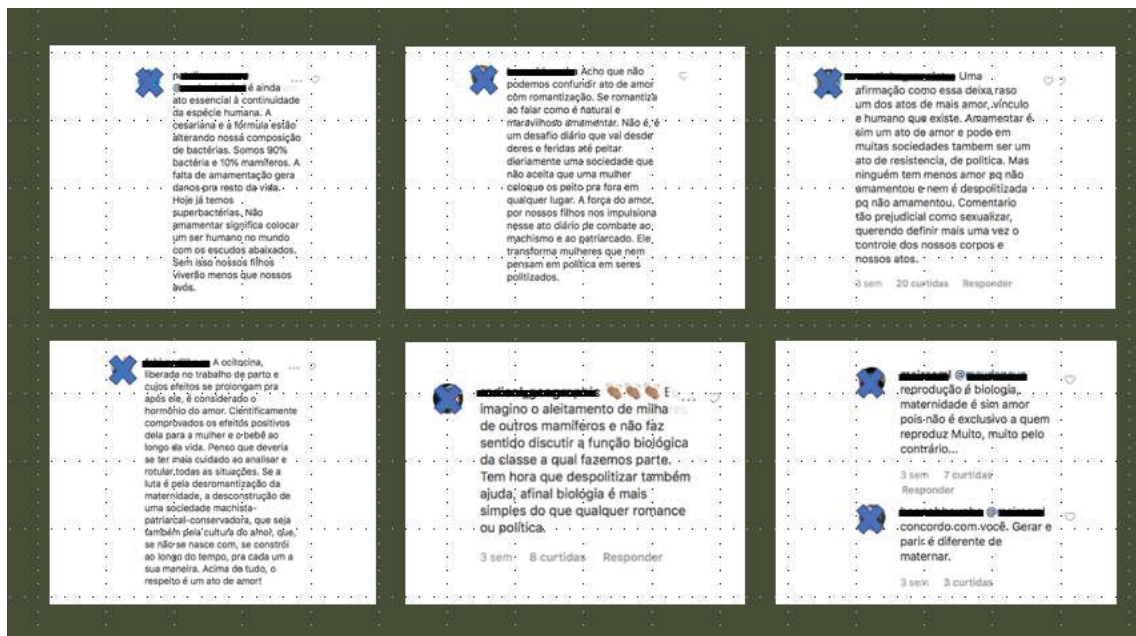
As perguntas eram:

1. Como você conheceu a criação com apego? Poderia me contar um pouco como você começou a se interessar por este assunto...
2. Como se deu a escolha entre o casal? Quem pesquisou sobre? Me conta um pouquinho sobre este processo?
3. Você consegue se lembrar de algum livro específico, conteúdo que leu sobre? O que mais te impactou?
4. Quais são suas principais referências ainda hoje no tema? Como você se informa sobre?
5. Dentre os princípios da criação com apego de quais você mais se lembra?
6. Na sua experiência, com qual deles você mais se identifica ou com quais se relaciona melhor? Quais considera mais difíceis na prática? Por quê?
7. Como se sente quando não segue algum princípio?
8. Você segue estas práticas faz quanto tempo?
9. Mudou algo em sua vida depois que conheceu, ou começou a praticar a criação com apego?
10. Como você falaria de sua experiência com a criação com apego?
11. Você acha que é um modelo que deveria ser seguido pelas pessoas? Por quê?
12. Você sente que haja diferenças naturais entre homens e mulheres no lidar com a criação com apego?
13. Como você enxerga as diferenças de funções no modelo de criação com apego entre pais e mães?
14. O que você acha da participação das mães frente à proposta da criação com apego?
15. O que acha da participação dos pais na criação com apego?
16. Você acha que a criação com apego influencia nas relações afetivas, sexuais, no casamento?
17. Você acha que a criação com apego é vivida de modos diferentes pelas mulheres mães e pelos homens pais? Pode me falar um pouco mais a respeito?

18. Seria possível viver mais igualdade de participação na vida da família, nos trabalhos da casa e do cuidado da criança na criação com apego para a vivência de homens e mulheres?

19. Como você imagina isso acontecendo?

APÊNDICE 2 – COMENTÁRIOS EXEMPLIFICATIVOS SOBRE AMAMENTAÇÃO NAS REDES SOCIAIS



Fonte elaborada pela autora: coleção de comentários nos posts 'Amamentar não é um ato de amor' nos perfis do instagram da @conexaofeminista, @politicaeamae e @revistaazmina (2019).